



FACULDADE DE LETRAS
UNIVERSIDADE DO PORTO

Inês Leite Pereira

2º Ciclo de Estudos em Turismo

**Turismo e Revitalização Urbana:
Valorização do Património Arqueológico da cidade do Porto**

2014

Orientador: Professora Doutora Maria Inês Ferreira de Amorim Brandão da Silva

Coorientador: Professor Doutor João Paulo de Jesus Faustino

Classificação: Ciclo de Estudos

Dissertação/Relatório/Projeto/IPP:

Versão Definitiva

Agradecimentos

À minha orientadora, Professora Doutora Inês Amorim, por me guiar neste caminho com palavras de incentivo, pela disponibilidade demonstrada sempre, e pelas críticas construtivas, que tanto contribuíram para esta investigação. Ao meu coorientador, Professor Doutor Paulo Faustino, pela atenção e pelos conselhos.

Aos meus pais, que aqui merecem destaque, não só pelo enorme investimento na minha formação académica, mas, sobretudo, por se preocuparem com as minhas inquietudes, serenando-me com as palavras sábias de quem já viveu muito. À minha irmã, uma referência e um exemplo de perseverança, sempre pronta para me “aturar”.

Ao Hugo, meu companheiro e melhor amigo de todas as horas, que, em fases mais frágeis, escutou todos os meus lamentos e deu-me força para continuar a acreditar neste projeto, aconselhando-me e acompanhando-me nesta jornada tão intensa. Obrigado por me concederes o teu tempo, companheirismo, carinho e por seres parte de mim.

Aos meus tios, tias, primos, ao Senhor Valdemar e à Dona Aurora, pelo interesse manifesto em perguntas simples e pelo carinho de sempre.

À Dra. Manuela Ribeiro, que constituiu uma “pedra basilar” neste meu percurso e cuja simpatia e acolhimento nunca esquecerei, pautada por um profissionalismo e paixão pela Arqueologia inigualáveis, que me deram a esperança de que, um dia, ao nosso património arqueológico será atribuído o seu devido valor.

Ao Dr. Manuel Real pela atenção e pela generosidade que demonstrou, disponibilizando-me materiais, que em muito enriqueceram este trabalho. Ao Dr. António Silva, pelas sugestões e ajuda na revisão do roteiro. À Dra. Isabel Osório por me elucidar sobre os pormenores da “arqueologia da arquitetura”. À Dra. Paula Espírito Santo por me receber num mês tão crítico como é o de Agosto. Obrigado a todos por me orientarem nos caminhos sinuosos da arqueologia portuense.

À Patrícia, à Carmen e à Rita, por estarem sempre ao meu lado, dando-me alento para concretizar este projeto. Às Dianas, à Lu, à Rita, por fazerem parte deste meu percurso.

À Cristina, à Ni, à Diana, à Ana e à Goretti, que mesmo não estando familiarizadas com as questões do património arqueológico, ouviram, atentamente, todos os meus receios e ambições.

Resumo

Alvo de curiosidade por parte do cidadão comum, os sítios arqueológicos constituem lugares de memória e espaços de comunhão com os nossos antepassados. Atualmente integrados no sector turístico, estes locais espelham processos de construção, caracterizantes do quotidiano das diferentes sociedades ao longo dos séculos. Foram, eles próprios, processos de estruturação do território.

Visto como um dos principais sectores da economia a nível mundial, o turismo, nas suas diversas vertentes, compõe um meio de revitalização de áreas e recursos que, até então, se pensavam esquecidos. Este estudo surge no seguimento do crescimento da cidade do Porto enquanto destino turístico, que tem trazido novas vivências à urbanidade, patente no aumento do número de visitantes e, por conseguinte, na oferta. Considera-se que o património arqueológico é um fator de revitalização urbana impulsionada pelo valor que hoje lhe é atribuído.

Assim, numa perspetiva de ampliar essa mesma oferta através do segmento cultural, porventura um dos mais “cobiçados” por quem nos visita, apresentamos uma proposta de criação e implementação de uma nova rota turística, que vise a valorização do património arqueológico, aludindo ao contributo que este teve para o conhecimento da história e evolução da cidade do Porto. Pretendemos, através do simbolismo que caracteriza estes espaços, fomentar o sentimento de identidade, não só entre os visitantes, mas principalmente, entre a população residente para, finalmente, salientar o papel das novas tecnologias enquanto ferramenta de interpretação e apresentação deste património.

Palavras-chave: Turismo Cultural, Património Arqueológico, Identidade, Rotas Urbanas, Novas Tecnologias.

Abstract

Object of curiosity on the part of common citizens, the archaeological sites are places of memory and communion with our ancestors. Currently integrated in the tourism sector, these areas reflect construction processes, that characterizes the daily life of different societies over the centuries.

Seen as one of the main sectors of the economy worldwide, tourism in its various strands, compose a mean of revitalizing areas and resources that, until then, we thought were forgotten. This study arises from the growth of the city of Porto as a tourist destination, which has brought new experiences to urbanity, evident on the increase of the number of visitors and, therefore, of the touristic offer.

Thus, from a perspective of expanding this same offer through cultural segment, perhaps one of the most "coveted" by those who visit us, we present a proposal for the creation and implementation of a new touristic route, aimed at the enhancement of the archaeological heritage, referring to the contribution that this had to improve the knowledge about the history and evolution of Porto. We intend, through the symbolism that characterizes these spaces, to improve a sense of identity, not only among visitors, but mainly between the resident and, finally, highlight the role of new technologies as a tool to interpret and present this heritage.

Key-words: Cultural Tourism, Archaeological Tourism, Identity, Urban Routes, New Technologies.

Abreviaturas e Siglas

a.C. – Antes de Cristo

AHMP – Arquivo Histórico Municipal do Porto

CAD – Computer Aided Design

CITCEM – Centro de Investigação Transdisciplinar Cultura, Espaço e Memória

CMP – Câmara Municipal do Porto

Co. Ltd. – Companhia Limitada

CRUARB – Comissariado para a Renovação Urbana da Área de Ribeira/Barredo

d.C. – Depois de Cristo

DGOTDU – Direcção-Geral do Ordenamento do Território e Desenvolvimento Urbano

DGPC – Direcção Geral do Património Cultural

DIDPATRI – Grup de Recerca de Didàctica del Patrimoni (Universitat de Barcelona)

ENEI – Estratégia Nacional para uma Especialização Inteligente

GAU – Gabinete de Arqueologia Urbana

GOP-EM – Gestão de Obras Públicas – Empresa Municipal

ICOMOS – International Council of Monuments and Sites

IGESPAR – Instituto de Gestão do Património Arquitectónico e Arqueológico

IPTD – Instituto de Planeamento e Desenvolvimento do Turismo

Nº – Número

PDM – Plano Director Municipal

PENT – Plano Estratégico Nacional do Turismo

PNP – Porto e Norte de Portugal

ROMIT – Roman Itineraries

s/d – sem data

s/p – sem página

SIG – Sistema de Informação Geográfica

SIPA – Sistema de Informação para o Património Arquitectónico

SRU – Sociedade de Reabilitação Urbana

SWOT – Strengths, Weaknesses, Opportunities, Threats

TIC – Tecnologias da Informação e da Comunicação

UNCTAD – United Nations Conference on Trade and Development

UNESCO – United Nations Educational, Scientific and Cultural Organization

Sumário

Glossário	11
Introdução	17
1. Turismo e Património	29
1.1. Conceito de património	29
1.2. Turismo Cultural	33
1.2.1. O Caso Português	36
1.2.1.1. Os Recursos	36
1.2.1.2. A Procura: a construção da Identidade	39
1.2.2. O Perfil dos “turistas culturais”	40
1.3. Cultura, Património e Indústrias Criativas: Construção de uma Experiência Patrimonial	43
2. Espaço Urbano e Património	49
2.1. Património Arqueológico	49
2.1.1. O Conceito	49
2.1.2. Valor do Património Arqueológico em Meio Urbano	53
2.2. Rotas Urbanas: Turismo nos Centros Históricos	58
2.2.1. Turismo no Centro Histórico do Porto	60
2.2.1.1. Perfil e Motivações dos Visitantes	64
2.3. Potencial Arqueológico Portuense	66
3. Marketing e Comunicação do Património	73
3.1. Conceito de <i>marketing</i>	73
3.2. Importância do Marketing enquanto Factor de Valorização do Património	75
3.3. Inserção de um Produto Turístico no Mercado	79
3.3.1. Património Arqueológico em Meio Urbano: Análise SWOT	80
3.4. Novas Tecnologias: Uma Janela de Oportunidades para o Património Arqueológico	82
4. Estudo de Caso: Património Arqueológico no Centro Histórico do Porto	87
4.1. Enquadramento Geográfico	87
4.2. Objetivos	88
4.3. Construção do Roteiro Arqueológico	89
4.3.1. O Itinerário	89

4.3.2. Definição e Descrição	90
4.3.3. Caracterização dos Sítios	91
4.3.3.1. Arqueossítio da Rua de D. Hugo, N°5	91
4.3.3.2. Casa-Museu Guerra Junqueiro	94
4.3.3.3. Sé Catedral do Porto	96
4.3.3.4. Casa da Câmara	98
4.3.3.5. Rua de S. Sebastião e Rua e Travessa da Pena Ventosa	99
4.3.3.6. Largo do Colégio, N° 9-12	101
4.3.3.7. Rua de Santana	103
4.3.3.8. Rua de Mouzinho da Silveira e Largo de São Domingos	105
4.3.3.9. Rua de Ferreira Borges e Rua da Bolsa	106
4.3.3.10. Praça do Infante D. Henrique	107
4.3.3.11. Casa do Infante	109
4.3.3.12. Hotel Carrís Ribeira Porto	111
4.3.3.13. Praça da Ribeira	112
4.3.3.14. Muralha Fernandina - Guindais	114
4.3.4. Oferta Complementar	117
4.4. Política de Marketing e Comercialização	118
4.4.1. Recursos	118
4.4.2. Política do Produto	118
4.4.3. Política de Preços e Distribuição	119
4.4.4. Política de Comunicação	119
4.5. Proposta de Aplicação do Caso de Estudo	120
Considerações Finais	125
Bibliografia	129
Anexos	157
Anexo I - Tabela de Sítios Arqueológicos – Pesquisa por Base de Dados do Património	159
Anexo II – Património Histórico português classificado pela UNESCO.	163
Exemplos de Iniciativas no âmbito das Indústrias Criativas	
Anexo III – Dados do Perfil do Turista com Base no Estudo do IPDT, Porto e Norte de Portugal e ANA Aeroportos	173
Anexo IV – Inventário de Sítios Arqueológicos no Concelho do Porto	177
Anexo V – Inventário das Intervenções Arqueológicas na cidade do	183

Porto, entre 1980 e 2000	
Anexo VI – Fichas de Sítio-Base da Aplicação Móvel	191
Anexo VII – Processo de Construção da Aplicação-Exemplo	201

Índice de Tabelas

Tabela 1: Recursos Patrimoniais	37
Tabela 2: Início da Arqueologia Urbana em Portugal	54
Tabela 3: Número de Passageiros Chegados aos Porto	61
Tabela 4: Número de Passageiros Chegados aos Porto	62
Tabela 5: Número de Passageiros Desembarcados por Tipo de Voo	63
Tabela 6: Iniciativas de Divulgação do Património Arqueológico do Porto	68
Tabela 7: Análise SWOT – Património Arqueológico em Meio Urbano	80

Índice de Gráficos

Gráfico 1: Evolução do Número de Pessoas nos Centros Urbanos e Áreas Rurais	57
Gráfico 2: Intervenções Arqueológicas no Porto entre 1980 e 2000	70

Índice de Figuras

Figura 1: “The three steps of segmentation variables to better understand consumer markets”	40
Figura 2: “Segmentation of Tourists Visiting a Heritage Site”	42
Figura 3: Classificação da UNCTAD para as Indústrias Criativas	44
Figura 4: Os Quatro Componentes do Marketing-Mix	74
Figura 5: Localização Centro Histórico	87
Figura 6: Mapa do Itinerário	89
Figura 7: Roteiro Arqueológico	90
Figura 8: Muralha do século XII e Arqueossítio da Rua de D. Hugo	91
Figura 9: Fachada Setentrional	92
Figura 10: Ângulo do átrio da casa castreja	93
Figura 11: Mó Manual	93
Figura 12: Anforisco	93

Figura 13: Integração das ruínas arqueológicas na casa N°5 da Rua de D. Hugo na Ordem dos Arquitetos	93
Figura 14: Casa Gótica – Beco dos Redemoinhos	94
Figura 15: Porta Gótica vista do claustro velho da Sé	95
Figura 16: Sepultura do século XII-XV	95
Figura 17: Casa encontrada nas escavações	95
Figura 18: Peças cerâmicas recolhidas durante a intervenção arqueológica	95
Figura 19: Sepulturas Pátio da Sacristia	96
Figura 20: Sepulturas mais antigas encontradas na Sé	97
Figura 21: Vestígios castrejos e romanos	97
Figura 22: Portal da Sé do Porto	98
Figura 23: Ruínas Andares Inferiores	98
Figura 24: Configuração atual da Casa da Câmara	99
Figura 25: Casa da Câmara, século XIV	99
Figura 26: Muralha do século II-I a.C.	100
Figura 27: Muralha Romana	100
Figura 28: Peso de tear romano	101
Figura 29: Aspeto Largo de Pena Ventosa no início do século XX	101
Figura 30: Muralha Românica	101
Figura 31: Sepultura Romana	102
Figura 32: Tramo da Muralha Romana	102
Figura 33: Face Exterior da Muralha Medieval	103
Figura 34: Gravura Arco de Sant'Ana	104
Figura 35: Traçado da Cerca Primitiva	105
Figura 36: Oratório	105
Figura 37: Planta da cidade antes da abertura da Rua de Mouzinho da Silveira	105
Figura 38: Gravura Capela de S. Crispim	106
Figura 39: Enterramento	106
Figura 40: Projeto Rua de Ferreira Borges	107
Figura 41: Planta entre a Porta Nobre e o cais da Alfândega Velha	107
Figura 42: Garrafas em grés	108
Figura 43: Cachimbos em cerâmica	108
Figura 44: Uma das Casas Nobres mais antigas do Porto	108

Figura 45: Mosaico Romano	109
Figura 46: Alfândega Medieval	110
Figura 47: Ruínas da Casa da Moeda	110
Figura 48: Estrutura Torre Medieval	111
Figura 49: Vestígios da ocupação Romana	112
Figura 50: Hotel durante a intervenção	112
Figura 51: Hotel após a intervenção	112
Figura 52: Gravura da zona ribeirinha do Porto: Muralha e Ponte Pênsil	113
Figura 53: Planta da área intervencionada na Praça da Ribeira	114
Figura 54: Cerca de 1449	115
Figura 55: Muralha Fernandina – Tramo dos Guindais	116
Figura 56: Muralha Fernandina – Tramo dos Guindais	116
Figura 57: Processo de Evolução dos Meios de Interpretação Fixos e Portáteis	121

Glossário

Antropomórfico. Designa a forma ou contorno de um corpo humano, comumente atribuída às sepulturas cristãs peninsulares, escavadas na rocha ou sarcófagos, que surgiram por volta dos séculos X/XI, predominando até ao final da Idade Média (Alarcão et Barroca, 2012: 32).

Ameias ou Merlão. A palavra ameia deriva do árabe *al-mnara*, que significa “ponto de vigia”. É uma denominação usada, apenas, em território ibérico. Merlão, deriva do italiano *merlone*, não se conhecendo o uso deste termo durante a Idade Média portuguesa. Ambas as designações definem os blocos pétreos, rectangulares, pentagonais ou piramidais, que protegem o soldado (Alarcão et Barroca, 2012: 246).

Arco. Elemento arquitetónico, cuja funcionalidade se encontra relacionada com a sustentação de paredes, permitindo a abertura de espaços mais ou menos amplos (Alarcão et Barroca, 2012: 33/4).

Arco Ogival. É um arco característico da arquitetura gótica, profusamente usado durante os séculos XIII a XIV (Alarcão et Barroca, 2012: 34).

Arte Rupestre. Demonstração artística na forma de gravura ou pintura, característica do Paleolítico, que pode ser encontrada em grutas, abrigos ou afloramentos rochosos (Alarcão et Barroca, 2012: 46).

Bracara Augusta. Cidade de Braga, fundada entre 13 e 15 a.C., aquando da passagem do Imperador Augusto na Península Ibérica, correspondeu a um importante centro administrativo durante a época Romana (Alarcão et Barroca, 2012: 62).

Calcolítico. Época que compreende todo o III milénio a.C., caracterizada por uma importante evolução económica e social, patente na introdução de novas tecnologias de produção, como seja o carro e o arado, e surgimento de novas ideias e práticas religiosas (Alarcão et Barroca, 2012: 73).

Caronte. É o barqueiro incumbido de fazer a passagem das almas pelo rio dos mortos, daí o costume de colocar um moeda na boca dos cadáveres aquando do seu enterramento (Grimal, 1951: 76).

Casa-torre ou Domus Fortis. Denominação atribuída às residências senhoriais fortificadas durante a Idade Média, que assumiam a forma de um torre com ameias, com cerca de sete a dez metros, composta pelo rés-do-chão e três andares organizados em consonância com os critérios de privacidade (Alarcão et Barroca, 2012: 138).

Castelo. Surgido na Europa em meados do século IX, o castelo corresponde a uma estrutura de controlo e defesa do território, onde se abrigavam as guarnições militares e, quando necessário, a população, sendo que os primeiros exemplares portugueses apresentam um carácter bastante rudimentar, pelo facto de desconsiderarem soluções arquitectónicas que viriam a ser parte integrante da arquitetura militar (Alarcão et Barroca, 2012: 85).

Castro. Povoado em altura, cuja implantação topográfica se encontra relacionada com a presença de um curso de água (Alarcão et Barroca, 2012: 89).

Cemitério. Designa o lugar de enterramento coletivo das comunidades cristãs (Alarcão et Barroca, 2012: 91).

Cerâmica comum romana. Cerâmicas utilitárias, ou seja, de cozinha, despensa ou para uso dos criados e gentes mais simples (Alarcão et Barroca, 2012: 96).

Claustro. Do latim “*claustrum*”, designa o pátio de uma estrutura monástica, ladeado por galerias, onde se desenvolvia a vida monástica (Alarcão et Barroca, 2012: 112).

Cossoiro. Representa o principal testemunho arqueológico da atividade de fiação (Alarcão et Barroca, 2012: 161).

Cultura Castreja. Expressão que define os traços culturais do I milénio a.C. do Noroeste Peninsular, caracterizada pela presença de povoados fortificados ou castros (Alarcão et Barroca, 2012: 132).

Domus. Designa a residência urbana de uma família mais abastada, durante a época romana (Alarcão et Barroca, 2012: 137).

Estratigrafia. É a base interpretativa da cronologia de um sítio arqueológico, composta por várias camadas que compõe um processo histórico (Bicho, 2006: 174/5).

Faiança. Palavra originária na cidade italiana de *Faenza*, onde era produzida cerâmica revestida com um esmalte, que lhe confere o fundo de cor branca, com o intuito de realçar as restantes cores (Alarcão et Barroca, 2012: 155).

Forum. Centro cívico romano, implantado no centro da cidade romana, onde se encontrava um templo, uma basílica e uma cúria (Alarcão et Barroca, 2012: 165).

Idade do Bronze. Dividida em três fases – inicial, médio e final -, corresponde ao período de transição do Calcolítico para a Idade do Bronze. Económica e culturalmente caracterizado por um conjunto de artefactos metálicos, cerâmicas e recursos mineiros, abrange o território português na fase **Bronze Final**, aquando dos primeiros contactos com os Fenícios, que promoveram a interação entre as comunidades indígenas e o mundo atlântico, continental e mediterrâneo (Alarcão et Barroca, 2012: 178).

Idade do Ferro. Situada entre os séculos IX-VIII a.C. e meados do século II a.C., a Idade do Ferro encontra-se associada à chegada das populações orientais e à ocupação do território por parte das tropas romanas, facto que promoveu uma miscigenação patente na cultura material destes povos (Alarcão et Barroca, 2012: 180).

Lucerna. Peça usada para a iluminação de edifícios privados ou públicos e, ainda, como oferenda funerária ou votiva. O seu fabrico remete para o século III a.C., sendo notória a influência grega na criação e representações presentes nas mesmas. O principal combustível era o azeite (Alarcão et Barroca, 2012: 202).

Mó manual. Atribuível a um moinho manual redondo ou rotativo, constituído por duas pedras: o dormente, que fica em baixo, e a giratória ou andadeira, que rodava em cima. O seu uso remete à Idade do Ferro e época romana (Alarcão et Barroca, 2012: 234).

Monumentos Megalíticos. Expressão que assinala o megalitismo funerário do território português, um dos mais significativos no continente europeu, devido à sua diversidade arquitectónica e pelo espólio que lhe está associado (Alarcão et Barroca, 2012: 210).

Mosaico. Revestimento para o chão ou parede, composto por pequenos cubos em pedra – tesselas, terracota ou vidro, dependendo das cores que se pretende usar para desenhar elementos geométricos, florais e vegetalistas ou desenhos figurativos (Alarcão et Barroca, 2012: 243).

Muralha e/ou Cerca. Estrutura militar, disposta na vertical, espessa, que pode ser erguida com recurso a diversos materiais construtivos. Em território português, existem muralhas com cronologias bastantes distintas, sendo que, entre as principais funções, estão a delimitação e defesa dos povoados (Alarcão et Barroca, 2012: 244).

Necrópole. Local, normalmente, situado fora dos povoados, onde se sepultam os restos dos mortos, incinerados – as cinzas do morto eram colocadas num vaso de barro - ou inumados – o corpo é disposto diretamente na terra, com ou sem proteção –em esquite ou mortalha -, ou num sarcófago (Alarcão et Barroca, 2012: 250).

Paleolítico Superior. Época à qual associamos a chegada do *Homo sapiens sapiens* – Homem Moderno - ao território português, caracterizada pela presença de acampamentos, presentes em grutas, destinados à caça, e sítios, de grande dimensão, ao ar livre (Alarcão et Barroca, 2012: 274).

Pasta vítrea ou vidrado. Técnica de revestimento da cerâmica, que, para além de constituir um aspeto decorativo, lhe confere impermeabilidade (Alarcão et Barroca, 2012: 349).

Peso de tear. Constituem o principal testemunho da tecelagem, usados para esticar a teia dos teares verticais (Alarcão et Barroca, 2012: 324).

Postigo. Abertura característica da muralha urbana, reservada à passagem do trânsito local (Alarcão et Barroca, 2012: 247).

Proto-História. Termo que designa as comunidades sem escrita, coevas às civilizações grega e romana que, por sua vez, nos legaram conhecimentos escritos sobre os povos com que contactaram. É um período associado à fase de transição da Pré-História – sem escrita –, ou o seu final, para a História – domínio da escrita, balizado entre o I milénio a.C. e o seu final, ao qual correspondem os períodos de Bronze Final e da Idade do Ferro (Alarcão et Barroca, 2012: 293).

Romanização. Período correspondente à conquista e fixação do poder político e militar romano e, por conseguinte, aculturação das comunidades indígenas (Silva, 2010: 213).

Sepultura escavada na rocha. Designa uma sepultura de inumação, concebida num afloramento rochoso – granito, calcário ou xisto -, atribuível aos séculos IX a XI, maioritariamente, na zona da Península Ibérica (Alarcão et Barroca, 2012: 312).

Terra Siggillata. Denominação aplicada aos vasos de cerâmica fina de mesa, com superfície vermelha e brilhante, datáveis da época imperial, cujo fabrico se iniciou em meados do século I a.C., na cidade de Arezzo em Itália. Esta designação, varia consoante a região de fabrico, sendo que na Península Ibérica o mesmo enceta na segunda metade do século III d.C., com a designação de *siggillata hispânica tardia* (Alarcão et Barroca, 2012: 331).

Sílex. Matéria-prima amplamente utilizada durante a Pré-História, devido à sua dureza, para a criação de utensílios de talhe (Bicho, 2006: 403).

Silo. Estrutura reservada ao armazenamento de alimentos secos, usada desde a Pré-História, possivelmente, até à Idade Moderna.

Sobrado. Denominação dada aos andares superiores de edifícios tipicamente medievais, caracterizados por um avanço em relação ao piso inferior (Alarcão et Barroca, 2012: 319).

Villa. Habitação de um proprietário rural romano abastado, caracterizada pela presença de diversos espaços – lagares, celeiros, adegas, currais, oficinas, entre outros -, onde se desenvolviam as mais variadas atividades agrícolas (Alarcão et Barroca, 2012: 353).

INTRODUÇÃO

“... aqui como em todos os países da velha Europa, a Arqueologia modificou, de facto, a paisagem. Enriqueceu-a. Embelezou-a. Potenciou o convite a abrandarmos a velocidade de marcha...”

D’ Encarnação, 1989: 212

Uma dissertação de mestrado procura sempre refletir um percurso de investigação que traga algo de novo, ou que apresente um conjunto de questões que possam orientar uma pesquisa, contribuindo para um passo acrescido ao que se sabe. Esta introdução especifica o âmbito deste estudo, justificando as nossas opções, objetivos, questões, estado da arte e estrutura o texto que se segue. Espera-se que seja um contributo para a concretização de um esforço de articulação entre património arqueológico e o interesse, humano, do turista(s), mediado por uma atenção redobrada às estratégias de comunicação.

1. Justificação da escolha do tema

Quando nos questionamos acerca do nosso passado, pensamos imediatamente nas nossas raízes, na sua perceção. Esta ação adquire diferentes significados quando baseada em certos traços ativadores da memória. Renfrew e Bahn (1991: 547) referem-se, apropriadamente, a comunidades cuja conceção do passado é, frequentemente, associada a vestígios arqueológicos, conhecidos através estudos que resultaram de escavações arqueológicas e da sua subsequente apresentação ao público. Ou seja, cria-se um sentimento de identidade, indissociável das descobertas arqueológicas, na medida em que estas nos elucidam acerca da origem das nossas crenças e costumes (idem, 548).

A questão que se coloca é, entretanto, a do papel do turismo como fator de interferência na relação entre património e identidade. Para alguns, o turismo acrescenta elementos, simbólicos, com o intuito de atrair um maior número de visitantes. Podendo adulterá-lo, mata mesmo o património, sendo exemplo disso a questão da classificação de *Património* Mundial da Humanidade promovida pela UNESCO, que é considerada nos dias de hoje uma estratégia “*das regiões onde se localizam os principais destinos do*

turismo histórico e patrimonial” (Peixoto, 2000: 14), isto é, para alguns destinos o património tornou-se uma “mercadoria” mais dependente “*da sua imagem e apresentação estética que do seu conteúdo*” (idem, 15). Contudo, autores como Palmer (1998: 316) e Carvalho (2010: 52) defendem que o usufruto do conceito de identidade pelo turismo vai muito além do aspeto comercial, tendo em conta que promove a identidade cultural de cada um, tornando-a visível a eles próprios e aos outros, através da renovação da transmissão das tradições do passado e do presente, promovendo, a par disto, a interação entre as comunidades e os seus visitantes. Esta divergência de opiniões não é exclusiva do património arqueológico, mas de qualquer outro tipo de património.

Atualmente, e de acordo com a revisão literária efetuada, são muitos os países que se “servem” do património arqueológico como recurso turístico, com especial incidência nos países da América Latina e, no caso Europeu e Asiático, destaque para a Itália e o Camboja, respetivamente. A questão torna-se mais candente, quando se trata dos denominados “parques arqueológicos” (Hoffman et al., 2002; Ramos, 2005; Aguirre, 2006; Carbone, 2006; Carbone e Costa, 2007; Veloso e Cavalcanti, 2007; Melgarejo, 2013; Melgarejo e López, 2014). De um modo geral, são definidos como sendo um recurso cultural que constitui um importante atrativo no seio do turismo e um veículo de desenvolvimento das comunidades locais em que se inserem. De entre as diferentes exposições, emergem alguns pontos em comum, nomeadamente as dificuldades na gestão sustentável deste tipo de atrações, devido aos limiares de carga associada à falta de visão estratégica e cooperação entre as diferentes instituições responsáveis por este património.

Contudo, desta análise também surgiram aspetos positivos, patentes no reconhecimento dos recursos culturais como importantes catalisadores de desenvolvimento económico, onde se destaca a importância de envolver a comunidade para, assim, beneficiar todos os atores envolvidos no processo de desenvolvimento turístico dos sítios arqueológicos. Enquanto extensão do turismo cultural, o turismo arqueológico deve, então, ser pensado com o objetivo de aumentar o grau de satisfação dos visitantes, e para que isso seja possível é fulcral refletir sobre a importância da investigação científica e, conseqüentemente, sobre o papel dos arqueólogos na difusão do conhecimento e promoção da preservação deste património. De facto, os estudos feitos na última década, pelos autores referidos anteriormente, afirmam o crescente interesse da sociedade pelo passado, salientando o papel fulcral que ferramentas como o *marketing* podem ter na divulgação deste património em concreto, sem esquecer as

questões relacionadas com a oferta complementar que agrega valor ao produto, pois, tal como refere Morais (2010: 59) *“numa estratégia de valorização não basta mostrar o património, pois uma oferta isolada tem pouca capacidade de sobrevivência num vasto e competitivo mercado de ofertas turísticas relacionadas com o património”*.

Vejamos o exemplo dos sítios arqueológicos de Herculano e Pompeia em Itália, que se encontram associados a um lugar de peregrinação religiosa que atrai todos os anos milhares de turistas (Melgarejo e López, 2014: 179); ou o caso apresentado por Carvalho (2010: 59) relativo ao Parque Nacional da Serra de Capivara no Piauí, Brasil, onde foram criados *“roteiros e itinerários que promovem a interação dos visitantes com o meio ambiente, a gastronomia e os remanescentes arqueológicos”*; ou ainda o caso do Parque Arqueológico de Angkor, no Camboja, que melhorou as infraestruturas envolventes e a oferta de ócio para os visitantes que ficam na região mais do que uma noite, devido à existência de visitas guiadas cuja duração excede um dia (Melgarejo, 2013: 108).

Em Portugal, a valorização do património arqueológico é, ainda, muito pouco expressiva, tendo em conta que os sítios são vistos como locais destinados à investigação científica, e não propriamente à mediação. Logicamente, é impossível conservar e musealizar todos os sítios arqueológicos para usufruto do turismo, o que significa que as entidades competentes têm o dever de definir quais os “requisitos” a cumprir. Matos (2008: 34) defende que a implementação de um projeto de valorização e apresentação ao público deste tipo de património pressupõe uma análise cuidada de parâmetros, que vão desde a monumentalidade, até à capacidade de apoio logístico e disponibilidade financeira e humana. Carvalho (2010: 59), por sua vez, aponta a oferta complementar como um meio de acrescentar valor a este segmento, na medida em que permite a inclusão de sítios arqueológicos em roteiros e itinerários que promovam a interação entre os turistas e a natureza, a gastronomia e as ruínas, entre outros.

No que concerne à literatura portuguesa sobre turismo arqueológico, podemos afirmar que se mostra um pouco escassa, mas ainda assim surgem alguns autores, como Carbone (2006) cujas linhas de investigação se encontram relacionadas com os modelos de gestão dos sítios arqueológicos, com especial atenção sobre as Ruínas e Museu de Conímbriga, aos quais dedicou a sua dissertação de mestrado, e ainda outros artigos posteriores, em colaboração com outros investigadores, sobre o mesmo tema (Carbone e Costa, 2007: 4; Carbone et al., 2013: 291). Para além deste caso, temos ainda a questão do Parque Arqueológico do Côa, cuja abordagem se direciona para as questões do

estudo, salvaguarda e valorização deste património (Fernandes, 2003; Zilhão, 2004). Ainda que não estejamos perante bibliografia especificamente orientada para a temática do turismo, é importante referir que todos os autores aqui mencionados sublinham o papel identitário que este património desempenha a nível nacional e global, a importância de agregar valor à oferta, através da criação e melhoramento de infraestruturas, e a importância de beneficiar a comunidade e todos os intervenientes neste processo.

Uma análise comparativa da literatura publicada até então, permite-nos, portanto, afirmar que têm vindo a ser debatidas as mesmas questões e que, ao fim de uma década, persistem os mesmos problemas estruturais, sendo disso exemplo o estudo publicado recentemente por Melgarejo e López (2014) relativo a dois sítios arqueológicos em Itália, referidos anteriormente – Herculano e Pompeia -, sobre os quais foram publicados dados que mostram um decréscimo do número de visitantes em Pompeia, considerado, até então, um dos locais mais procurados a nível mundial para a prática de turismo arqueológico. Segundo os autores, as principais causas para este fenómeno são a falta de fundos para proporcionar uma melhoria da oferta, a fraca divulgação dos sítios em si e das investigações desenvolvidas, e a falta de visão estratégica e de cooperação entre as diferentes instituições responsáveis pelo turismo e gestão do património arqueológico da região (idem, 183-4).

Neste contexto, e indo de encontro à ideia defendida por Carbone (2006: 6), podemos afirmar que os sítios arqueológicos, quando comparados com outras atrações culturais, são esteticamente diferentes, sendo que a perceção do seu valor por parte do visitante é mais morosa. Daí a importância da sua valorização, preservação e promoção no seio das comunidades e no âmbito do turismo (Carvalho, 2010: 56; Pătraşcu et al., 2011: 1). Contudo, alguns autores defendem que a valorização não é um processo através do qual se acrescenta valor a um sítio, mas sim um meio de enaltecer e evidenciar as suas características intrínsecas para o expor ao público (Matos, 2008: 31).

Outro dos aspetos amplamente discutidos na literatura sobre turismo cultural, e que vem no seguimento da inclusão das comunidades no processo de valorização do património arqueológico, é a questão da autenticidade e identidade. Carvalho (2010: 59) e Matos (2008: 33) defendem, precisamente, a ideia de que os projetos de valorização dos sítios arqueológicos devem ser elaborados tendo em mente um conjunto de estratégias com vista a conceder um maior envolvimento das populações locais, tendo em conta que a comunidade, ao usufruir desse património, reforça a sua identidade e

consciência patrimonial.

Efetivamente, a evolução das problemáticas em torno do património mostra-nos que as preocupações com os bens arqueológicos já vêm da década de 50 do século XX e perduram até aos nossos dias, face à crescente necessidade da sua proteção e conservação, sendo de destacar a década de 90 durante a qual se afirmaram *“filosofias de intervenção e musealização nos sítios arqueológicos, quer a consolidação e desenvolvimento de novos projectos”* (Matos, 2008: 32) cujo objetivo era criar condições para a sua visita, facto que pressupõe a conservação de estruturas *in loco*. Isto significa que o “consumo” destes lugares é algo complexo, cabendo à indústria do turismo e aos seus profissionais dinamizar a oferta, tendo sempre presente a questão da autenticidade, pois o processo de valorização de um sítio, tanto pode constituir uma fonte/recurso, como uma ameaça ao património (Li, 2003: 252), ideia igualmente defendida por Matos (2008: 37) quando se refere aos *“princípios da autenticidade e integridade”* da mensagem a passar aquando das reconstituições do passado.

Como sabemos, a oferta turística a nível cultural é cada vez mais ampla, o que significa que, face ao extenso património arqueológico português (Raposo e Freire, 2001) e à pouca expressão que o mesmo tem no sector do turismo, se torna pertinente refletir sobre a valorização e subsequente inclusão do património arqueológico em roteiros turísticos, tendo em conta que as suas características constituem importantes atrativos para os turistas e fomentam a consciencialização das populações locais para a importância de preservar o património.

Em suma, e relembro a anterior citação de Carbone (2006) acerca da percepção do valor do património arqueológico por parte do visitante, fica patente a minha motivação/justificação para abordar este tema, o do património arqueológico da cidade do Porto. Ao contrário dos trabalhos referidos atrás, trata-se de património arqueológico urbano, aquele que subsistiu, que resistiu, numa cidade que evoluiu ao longo dos tempos. Esta dimensão soma-se a todas as outras ofertas patrimoniais e revela uma dinâmica de mutação urbana, uma vida pouco visível na cidade do Porto, mas que apresenta uma dimensão histórica e simbólica a que se quer atribuir valor, dando-o a conhecer. O turismo pode ser uma das vias para esse sentido de atribuição de valor, tendo em conta que desempenha o papel de difusor da ideia de interculturalidade e promotor da cooperação entre as diferentes instituições ligadas à conservação, proteção e divulgação que são, em simultâneo, responsáveis pela sua inventariação e apresentação ao público, relembro-nos da existência de “patrimónios” distintos. Porque turismo é,

em última análise, um momento de crescente conhecimento do outro, ativador do conhecimento dos próprios.

2. Objetivos

O presente trabalho tem, assim, por objetivo, uma reflexão acerca do conceito de turismo arqueológico e, conseqüentemente, da sua expressão no panorama do turismo português e, mais concretamente, portuense. Cientes da deficiente valorização deste património em meio urbano, pretendemos, através da elaboração de um roteiro, apresentar o Porto, baseando-nos na informação reunida aquando das intervenções arqueológicas desenvolvidas nas últimas décadas no centro histórico, promovendo o conhecimento de anteriores períodos de ocupação e uso do território. Apesar de este património ser pouco visível na cidade, no sentido em que grande parte das ruínas não se encontram a descoberto, penso que será interessante tentar implementar um novo segmento na oferta turística cultural. O património arqueológico de outrora, por vezes invisível, porque subterrado ou mesmo desaparecido, poderá ser reconstituído, de forma virtual, através de uma ferramenta didática, onde damos a conhecer as estruturas e materiais que emanaram desses trabalhos e, por conseguinte, a representatividade das mesmas para a construção da história e identidade da cidade e dos seus sucessivos habitantes, ao longo das diferentes épocas.

3. Fontes e Metodologia

Para que a realização deste projeto seja viável é fulcral identificar e efetuar o estudo dos elementos que pretendemos valorizar, reunindo materiais que permitam um discurso e percurso coerentes. Fica claro que não faremos pesquisa em primeira mão (nem compete, prioritariamente, a um profissional do turismo) mas iremos socorrer-nos de tudo o que foi escrito, relatado, por outros investigadores das áreas da arqueologia e história, beneficiando da nossa formação base em arqueologia, que nos deu competências na reflexão sobre os materiais. Metodologicamente, a opção foi a de pesquisa documental (fontes secundárias) e o trabalho de campo, percorrendo os lugares a serem mapeados.

A pesquisa documental foi desenvolvida através da recolha de elementos a partir de monografias, artigos científicos, dissertações, relatórios, cartas e convenções, legislação, cartografia, jornais e revistas, junto das bibliotecas da Faculdade de Letras da Universidade do Porto, do Palácio Nacional da Ajuda – Secção de Arqueologia - e da Municipal do Porto. A pesquisa partiu de uma consulta de artigos e *papers* disponíveis em bases de dados *online* – PASOS Revista de Turismo y Patrimonio Cultural, Academia.edu, ScienceDirect e Google Académico -, e foi efetuada através das palavras/expressões que passo a citar: *turismo arqueológico, arqueologia e turismo, turismo cultural e arqueologia, arqueologia em meio urbano, património arqueológico, valorização do património arqueológico para o turismo e arqueoturismo*. Os textos reunidos permitem a construção de um discurso comparativo e de contextualização geral do tema, que nos habilita a reflectir acerca da importância dos recursos arqueológicos ao serviço do turismo.

Como elementos que constituem a fonte primordial de informação para a elaboração do roteiro, indicam-se os relatórios de trabalhos arqueológicos que decorreram no centro histórico do Porto desde a década de 80 até à atualidade, sendo que o acesso aos mesmos pressupôs o contacto com algumas empresas, no sentido de obter uma autorização para o uso da informação contida nos mesmos, assim como a sua consulta na Divisão Municipal de Arqueologia da Câmara Municipal do Porto. Este tipo de fonte permite-nos verificar quais os vestígios encontrados aquando desses trabalhos e, por conseguinte, o paradeiro do espólio e quais os elementos que ainda se encontram visíveis e os invisíveis, mas que poderão servir de pista reconstitutiva do espaço a visitar.

Das fontes bibliográficas que mostraram ser essenciais ao tema e, por conseguinte, à pesquisa que desenvolvi posteriormente, há que destacar três títulos. Em primeiro, Matos (2008) “Valorização de Sítios Arqueológicos”, uma publicação da Associação Portuguesa de Arqueólogos, cuja autora realça o papel do arqueólogo na valorização deste património, concedendo uma perspetiva da evolução deste processo, ao longo das últimas décadas. Foca a importância de valorizar não só os sítios arqueológicos e o espólio, mas também a comunidade em que estes se encontram inseridos e valores como a autenticidade e a veracidade da mensagem a passar, que é algo pouco perceptível em Portugal, onde a valorização deste património é, ainda, muito pouco explorada (idem, 34). Salienta ainda a relevância de adequar as estratégias de

comunicação ao público-alvo e o papel das novas tecnologias enquanto meios de divulgação (idem, 40).

A segunda fonte que me parece pertinente referir encontra-se diretamente relacionada com a arqueologia em meio urbano: Carvalho (2010) “Turismo Cultural e Arqueologia nos espaços urbanos: caminhos para a preservação do património cultural”, onde a autora disserta acerca do património como um meio de fortalecer a identidade e a memória coletiva, realçando o papel da atividade turística em conjugação com a arqueologia, que considera um meio de interpretação das culturas locais e um estímulo à preservação destes vestígios. Neste seguimento, introduz a questão do meio urbano, reconhecendo-o como um espaço aglutinador de processos culturais e um lugar onde decorrem diferentes narrativas; afirma que são “*importantes testemunhos das experiências individuais e colectivas*” e que proporcionam “*novos sentidos e significados aos espaços urbanos*” (idem, 64). Ou seja, a arqueologia, para além de pôr a descoberto a dimensão simbólica de uma sociedade e de reforçar o seu processo de autoconhecimento, promove a revitalização urbana e constitui um meio de educar para o património.

Por fim, e igualmente relacionado com a arqueologia em meio urbano, saliento o artigo de Morais (2010) “Contributos da valorização do património arqueológico para o desenvolvimento local”. O facto de o apontar como um dos elementos estruturantes da minha análise deve-se à referência a uma realidade muito frequente na arqueologia portuguesa, a de ser mais um obstáculo do que um recurso, como o autor expressa com as seguintes palavras:

“a arqueologia, na sua faceta de trabalho de campo, de uma forma mais explícita em áreas densamente habitadas, é encarada como um elemento perturbador do quotidiano dos cidadãos, uma condicionante das actividades económicas e da expansão urbana, um entrave à actuação das empresas, principalmente as do sector da construção, e uma força de bloqueio de certas operações imobiliárias”

Morais, 2010: 2

Efetivamente, e à semelhança de outros autores, Morais (2010: 4-8) reconhece, por um lado, o crescente interesse no património arqueológico e a diferenciação que este promove na oferta turística dos diferentes destinos devido à sua singularidade, originalidade e autenticidade, e, por outro lado, aponta a insuficiente expansão do sector, dada a identificação da arqueologia como sendo um entrave ao planeamento territorial.

Para além disto, trata questões relacionadas com as tutelas (idem, 10) e os benefícios que a revitalização da arqueologia pode conceder ao meio urbano, através da criação de redes de valor e de emprego, e, ainda, enquanto promotora da requalificação dos espaços físicos e da animação urbana, estética e artística (idem, 11).

Metodologicamente, o critério adoptado para a escolha dos sítios que constituem o roteiro baseou-se na existência, ou não, de registo de trabalhos arqueológicos, ou seja, se determinado local foi intervencionado e se tem, ou não, espólio associado. Este trabalho de inventariação fez-se através da construção de uma grelha de análise, que identificasse todos os lugares arqueológicos indicados em diferentes fontes. Esta seria a base para avançar para um reconhecimento no terreno, em trabalho de campo, que nos permite fazer um levantamento de informações *in loco*, assim como aprofundar o nosso conhecimento relativamente às características dos sítios em estudo e verificar outros aspetos que poderão ser relevantes no desenhar dos percursos turísticos (tempo de percurso, infra-estruturas de apoio – restaurantes, pastelarias, pontos de descanso – e outro património cultural).

Concretamente, reuniu-se a bibliografia que serviria de base à parte teórica e empírica e delimitou-se a área de estudo passível de conduzir ao desenho de um roteiro arqueológico para a cidade do Porto. Partiu-se da elaboração da referida tabela síntese, onde constam todos os sítios arqueológicos do Porto e respetiva bibliografia, tendo por base informação recolhida no Portal do Arqueólogo do IGESPAR. Posteriormente, com o avanço da pesquisa, delimitou-se o centro histórico como zona de abrangência do roteiro, por motivos de efetiva possibilidade de mobilidade, pelo que da tabela inicial selecionou-se, para uma segunda tabela, apenas os sítios circunscritos - Morro da Sé, Antiga Casa da Câmara, Casa Museu Guerra Junqueiro, Muralha Fernandina, Praça da Ribeira, Casa do Infante, Praça do Infante, Mosteiro de São Bento da Vitória e Cadeia da Relação -, que abrangem uma cronologia que vai desde a época Romana à época Contemporânea. À informação apresentada nesta segunda tabela acrescentou a informação conseguida em três bases de dados *online* do património: a base geral do IGESPAR, o Endovélico do Portal do Arqueólogo, também ligado ao IGESPAR, e o SIPA (Anexo I).

Numa fase já mais adiantada, mostrou-se pertinente agendar algumas conversas com profissionais da área da Arqueologia cuja carreira está e/ou esteve intimamente ligada às intervenções arqueológicas no Porto. A primeira, com o Dr. Manuel Real, anterior diretor do Departamento de Arquivos da Câmara Municipal do Porto, à data

aposentado, mas cuja atividade profissional se estendera a iniciativas ligadas à história e arqueologia da cidade do Porto – de que são exemplo as intervenções desenvolvidas no Morro da Sé, mais precisamente na Casa da Câmara e arqueossítio da Rua de D. Hugo, Nº 5 -, pautando sempre pela conjugação das informações de cariz arqueológico e pesquisa documental. Elucidou-me quanto aos vestígios com maior interesse na cidade, entre aqueles que tinha delineado anteriormente, e às possibilidades de reconstrução 3D que poderia apresentar para os locais designados. Seguidamente, com o Dr. António Silva, investigador no CITCEM e coordenador do Setor de Arqueologia da Câmara Municipal do Porto, foram afinados pormenores relativamente à organização dos locais do roteiro, assim como foram feitas sugestões de outros elementos com interesse para o mesmo.

Neste seguimento, e aquando da consulta dos relatórios na Divisão Municipal de Arqueologia da CMP, tive a oportunidade de estar em contacto com a Dra. Manuela Ribeiro, arqueóloga do Gabinete de Arqueologia Urbana da Câmara Municipal do Porto. Revelou ser uma ajuda preciosa fruto da sua vasta experiência, não só pelo facto de me ter esclarecido relativamente a outros locais do centro histórico, onde ainda existem ruínas visíveis, mas também pelo auxílio na indicação de elementos cartográficos e, por conseguinte, no aconselhamento relativo à definição da organização espacial do roteiro. Por fim, tive também oportunidade de conversar com a Dra. Isabel Pinto Osório, arqueóloga, integrada na Divisão Municipal de Património Cultural da Câmara Municipal do Porto, que conduz as visitas ao centro histórico do Porto, que me indicou diversos pormenores de cariz arquitectónico passíveis de referência neste itinerário pela sua importância enquanto testemunho arqueológico.

Por fim, e no que concerne à proposta de aplicação para *smartphone* e *tablet*, cujo objetivo é dar a conhecer ao visitante, a partir dos vestígios arqueológicos, a lógica de expansão do espaço urbano no centro histórico do Porto, serão explanados quais os campos a incluir, assim como os elementos passíveis de servir de base à elaboração da mesma. Todos estes dados serão apresentados em anexo, na forma de fichas de sítio, onde constam a cronologia, uma descrição, a localização do espólio recolhido aquando dos trabalhos de intervenção arqueológica, a importância dos achados e informação de carácter complementar.

4. Estrutura

A conceção de um projeto de dissertação pressupõe uma boa fundamentação teórica, tendo em conta que é através da exposição de conteúdos relevantes à temática que vamos alcançar o objectivo pretendido: colocar a arqueologia no panorama turístico portuense.

Como tal, o presente estudo encontrar-se-á dividido em quatro capítulos, sendo que no primeiro será feita uma abordagem à evolução do conceito de património para, posteriormente, introduzir o tema do turismo cultural, aludindo aos recursos existentes no nosso país e ao perfil do turista que nos visita. Será, ainda neste capítulo, dedicada uma reflexão acerca das indústrias criativas e culturais com o intuito de expor os projetos que têm sido desenvolvidos ao nível das diferentes modalidades de apresentação do património ao público – reconstrução territorial e projeção 3D, entre outros.

No segundo capítulo, intitulado “Espaço Urbano e Património” serão abordadas questões como o valor do património em meio urbano, ponto este que nos permitirá estabelecer a relação com o património arqueológico que, como veremos adiante, é visto de forma diferente quando comparado com outros patrimónios. Será, portanto, fulcral definir o conceito de património arqueológico e proceder à verificação do potencial portuense. Por fim, será feita uma caracterização das atividades turísticas no centro histórico do Porto, com vista a explanar as dinâmicas e a pertinência de criar um novo segmento na oferta cultural da cidade.

O terceiro capítulo será dedicado a aspectos relacionados com o marketing e comunicação do património, salientando a importância desta ferramenta na divulgação de novos produtos turísticos, que é, na sua essência, aquilo que pretendemos criar com este projeto. Finalmente, aludindo às questões inerentes à construção de novas ofertas turísticas, será apresentada uma análise SWOT relativamente ao património arqueológico cujo objectivo é avaliar a viabilidade do produto e, por conseguinte, a pertinência de o inserir no mercado. Neste capítulo, será ainda dedicado um último ponto ao papel da tecnologia enquanto janela de oportunidades para o património arqueológico para, finalmente, dissertar acerca da importância das novas tecnologias para o património.

Finalmente, no quarto capítulo, será abordado o estudo de caso, intitulado “Arqueologia no Centro Histórico do Porto”, sendo que deste resultará, num primeiro ponto, uma contextualização da cidade a nível geográfico e da sua evolução histórica, para, posteriormente, apresentar os objetivos que pretendemos alcançar com esta proposta e o itinerário inerente ao Roteiro Arqueológico, atendendo às descobertas arqueológicas decorrentes de escavações e outros trabalhos, à qual se seguirá uma descrição de cada local. Ainda que sucintamente, abordaremos a oferta complementar existente na área envolvente – fruto do trabalho de campo -, e a política de marketing e comunicação que está por detrás do mesmo. Para finalizar, será sugerida a criação de uma aplicação para dispositivos móveis, abordando algumas das questões que estão na base desse processo.

1. TURISMO E PATRIMÓNIO

Atualmente, a nossa história representa um elemento estruturante da oferta turística do nosso país, “*seja como produto exclusivo ou como complemento de outras atrações turísticas*” (Carbone, 2006: 1), sendo nessa perspectiva que se afirma a pertinência deste capítulo: a de desconstruir o conceito de património e a sua relação com o turismo. Visa-se enaltecer a existência de patrimónios distintos, entre os quais o arqueológico, que, por ser tão delicado, requer um percurso mais atento, onde se evidenciem os seus atributos e, por conseguinte, se ateste a sua exequibilidade enquanto produto turístico cultural.

1.1. Conceito de *património*

Património, do latim *patrimoniu*, designa herança paterna ou todo o tipo de bem material e/ou moral e de propriedade, ou seja, abrange tudo aquilo que nos foi legado pelos nossos antepassados (Botelho, 1998: 2); são bens móveis ou imóveis, “*adquiridos ou produzidos pelos indivíduos ou grupos e que passam a fazer parte da sua riqueza e que são herdados pelos seus descendentes*” (Acosta, 2011: 102). Património é “*o conjunto de obras do homem nas quais uma comunidade reconhece os seus valores específicos e particulares e com os quais se identifica*” (Carta de Cracóvia, 2000: 5); é parte integrante da nossa memória, identidade e história.

A partir do momento em que o Homem se dá conta da amplitude e complexidade dos seus horizontes culturais, passamos a compreender a cultura como um sistema de ideias, sabedoria, padrões de comportamento e crenças que caracterizam determinada sociedade, sendo daqui que emerge a relação património/cultura, que dá lugar a diferentes materialidades e imaterialidades representadas pelos diferentes tipos de património – edificado, arqueológico, audiovisual, toponímico, entre outros. A noção de património tornou-se, portanto, cada vez mais abrangente, tendo em conta que se ampliou do “*material ao imaterial, do objecto localizado ou do simples monumento evocativo, a conjuntos territoriais mais vastos, às paisagens e até mesmo, aos códigos genéticos e à biodiversidade*” (Marques e Martins, 1998: 125), ou seja, o património constitui a “*parte desactivada das coisas vivas – produções, instituições, língua – que*

passa a ser alvo de uma referência valorizante” cuja “única eficácia é acumular-se indefinidamente” (Guillaume, 1980: 24-25).

Desta feita, e tal como refere Pérez (2003: 2) o intuito desta relação património/cultura é, por um lado, o de garantir a continuidade dos grupos sociais e, por outro, promover o vínculo de umas gerações com as outras, tendo em mente o facto do património ser algo cumulável que se pode perder e/ou transformar. Isto é, o património, enquanto legado dos nossos antepassados, deve ser parte integrante do presente e do futuro das comunidades, numa perspetiva de conservação e transmissão.

Portanto, e aludindo a este binómio, mostra-se fulcral explicar o conceito de património histórico. De acordo com Choay (1982: 11) podemos defini-lo como sendo:

“A expressão que designa um fundo destinado ao usufruto de uma comunidade alargada a dimensões planetárias e constituído pela acumulação contínua de uma diversidade de objectos que congregam a sua pertença comum ao passado: obras e obras-primas das belas-artes e das artes aplicadas, trabalhos e produtos de todos os saberes e conhecimentos humanos”

Como podemos verificar, e tal como foi referido anteriormente, estamos perante um conceito bastante alargado, cuja origem remonta ao século XIX, em que o domínio patrimonial deixou de estar circunscrito aos edifícios individuais, passando a compreender, tanto conjuntos edificadas, como o tecido urbano. Em França, durante o ano de 1837, foram definidas pela Comissão dos Monumentos Históricos três categorias de monumentos históricos: os vestígios da Antiguidade, edifícios religiosos e da Idade Média e castelos; tais categorias derivam, essencialmente, da arqueologia e da história da arquitetura, tendo vindo a reforçar o conceito de monumento histórico nascido em Roma, em 1420, após a implantação de um clima intelectual em torno das antigas ruínas que testemunhavam a história da cidade (idem, 29).

Contudo, e tal como refere Guillaume (1980: 29), é fulcral pensar sobre a conservação do património, que não é, de todo, uma questão simples, tendo em conta que se alimenta de falsas evidências, pois *“as sociedades não tinham qualquer preocupação em deixar vestígios materiais”*. É, portanto, o incremento do interesse pela história e pelo passado que cria a ideia de património. Este processo é caracterizado por diversas fases que tiveram início, tal como foi mencionado previamente, nas ações de conservação promovidas em Roma, pela Igreja, às quais se seguiram, nos século XVII e

XVIII, a busca de testemunhos da cultura material por parte dos antiquários – “*Ao reunir o seu corpus de antiguidades (...) o primeiro objectivo dos antiquários é então o de dar a ver o passado, em particular o passado silencioso ou não dito*” (Choay, 1982: 65).

Neste contexto, é com o Iluminismo que se dá uma “democratização” do saber, pautado por uma nova mentalidade, quer por parte do público, quer por parte dos amadores em relação à arte e às descobertas arqueológicas, que viriam a ser dotadas de um valor nacional dominante durante a Revolução Francesa. Posteriormente, no século XIX, deu-se a consagração definitiva do monumento histórico, patente no desenvolvimento de ações de restauro promovidas pelas “*descobertas das ciências físicas e químicas, as invenções das técnicas ou ainda o progresso da história da arte e da arqueologia*” (idem, 111) e pelo surgimento da Carta de Veneza, em 1964, sobre a conservação e restauro de monumentos e sítios, cujo intuito foi criar princípios básicos de âmbito internacional aplicados à cultura e tradição de cada país.

Assim, com início na Europa, as preocupações relativamente aos bens patrimoniais começam a expandir-se a outros continentes, expansão essa que foi acompanhada pelo crescimento gradual do seu público, ao qual o turismo é, muitas vezes, associado numa vertente negativa: a da destruição/degradação do património (Choay, 1982: 14), que na perspetiva de Li (2003: 259) constitui uma ideia errada. No seu estudo intitulado “*Heritage tourism: The contradictions between conservation and change*”, mostra, com base em estudos desenvolvidos por outros autores, que a ideia de que o turismo promove a destruição do património não é, de todo, verdadeira, usando o argumento de que a indústria do turismo baseada no património espelha o desenvolvimento das cidades, sendo que a comparação e revisão das prioridades e iniciativas adotadas para lidar com as transformações decorrentes deste processo, mostraram que no debate conservação/mudança, a transformação traz mais recursos ao património, do que ameaças.

Não estamos, portanto, perante um processo em que o novo expulsa o antigo, mas sim em que o passado se mantém através de estruturas simbólicas, onde o importante é conservar os artefactos materiais para, dessa forma, tornar o passado visível a todos, reconstruindo “*uma historicidade fragmentada*” (Guillaume, 1980: 96). E se, por um lado, a história nos mostra que ocorreram diferentes processos de apropriação, de que são exemplo as civilizações Grega e Romana, por outro, também nos elucida relativamente às inúmeras destruições que caracterizaram épocas como a Medieval, durante a qual também ocorreu a apropriação de alguns objetos e

monumentos, numa perspectiva de reutilização.

Desta feita, e à semelhança de outros países europeus, também Portugal desenvolveu políticas de preservação do património monumental e arquitectónico face ao crescente interesse, particularmente durante a época de expansão colonialista, pelos feitos heróicos e pelos símbolos monumentais, que viriam a estar na génese e consolidação do Estado Novo, como um meio de exaltação nacional, como sucedeu noutros países onde proliferaram regimes ditatoriais (Marques e Martins, 1998: 126-127).

Nesta perspectiva, e estando ciente da fragilidade do património que iremos tratar ao longo da dissertação – o arqueológico -, penso ser pertinente esclarecer os trâmites legais associados aos bens culturais patentes na Lei de Bases da Política e do Regime de Protecção e Valorização do Património Cultural, Nº 107/2001 de 8 de Setembro, que designa património cultural como sendo *“todos os bens que, sendo testemunhos com valor de civilização ou de cultura portadores de interesse cultural relevante, devam ser objecto de especial protecção e valorização”* e que detenham *“interesse cultural relevante, designadamente histórico, paleontológico, arqueológico, arquitectónico, linguístico, documental, artístico, etnográfico, científico, social, industrial ou técnico”*, refletindo *“valores de memória, antiguidade, autenticidade, originalidade, raridade, singularidade ou exemplaridade”* assim como, *“os respectivos contextos que, pelo seu valor de testemunho, possuam com aqueles uma relação interpretativa e informativa”* (Artigo 2.º).

A importância de expor aqui a definição de património cultural manifesta na lei portuguesa, prende-se com o facto de muitas vezes assistirmos a casos em que o património está em risco, por motivos que vão desde o uso indevido, à destruição ou até venda ilegal. É, por isso, necessário criar balizas num conceito que pode ser tão lato, de modo a proporcionar um maior controlo de situações como as referidas anteriormente, cabendo assim ao Estado, mas não só, a tarefa fundamental de salvaguardar e valorizar o património, numa perspectiva de criação de uma herança cultural, tal como está descrito no Artigo 3.º desta mesma lei.

No que concerne ao património arqueológico, cujo conceito será explanado noutra parte deste trabalho, a lei apresenta termos concretos e mais abrangentes, pois o interesse reside na preservação de todos os elementos passíveis de serem estudados, com o intuito de promover uma melhor compreensão da história da Humanidade, de que são exemplo os *“depósitos estratificados, estruturas, construções, agrupamentos*

arquitectónicos, sítios valorizados, bens móveis e monumentos de outra natureza, bem como o respectivo contexto” (Artigo 74.º), ou seja, todos os elementos oriundos de escavações arqueológicas constituem património nacional, sendo obrigação do Estado tratar do seu registo, arquivação, conservação, gestão, valorização e divulgação.

Na minha perspetiva, a defesa e conservação do património é, não só, uma exigência intelectual, mas também um modo de consciencializar as populações para o valor histórico e riqueza etnográfica que nos rodeia e que faz, cada vez mais, parte da construção de uma/nossa identidade cultural. Mas só se protege o que se conhece, pelo que essa defesa passa, em muito, pelo trabalho de investigação e desenvolvimento em torno dos bens culturais, onde o turismo surge como um elemento potenciador da proteção e divulgação do mesmo.

1.2. Turismo Cultural

Como pudemos ver no ponto anterior, a ideia de património e das suas variáveis evoluiu ao longo do tempo, não existe por si só, mas pelo valor que lhe foi atribuído. Hoje, surge como consequência da importância moldada por muitos destinos turísticos, pois a sua combinação com o lazer tornam-no um dos componentes mais significativos para o fenómeno turístico a nível mundial. Alvo de crescente interesse por parte de investigadores de diversas áreas - turismo, história, arqueologia, museologia, sociologia, entre outras - o património, numa conceção lata, tem sido identificado como um elemento chave à perceção do comportamento social dos indivíduos e das sociedades como um todo, sendo ainda considerado um segmento que, quando comparado com outros, apresenta maior expressão nos meios citadinos (Desimpelaere, 1998: 74) e constitui um importante promotor de crescimento económico e de revitalização (Alzua et al., 1998: 2; Hoffmann et al., 2002: 30; Comissão Europeia, 2012).

Assim, e tal como defendem Palmer (1998: 314), Poria et al. (2003: 247) e Manzato (2007: 108), a relação entre turismo e património deve ser entendida como um meio de promover a identidade local, interpela o visitante, pelo modo como interpreta determinado sítio, e estimula a perceção da herança pessoal. Contudo, é importante referir que não podemos incluir neste “círculo” os turistas que visitam determinado lugar apenas “porque ele está ali”, facto que reforça a ideia de que o turismo cultural não teve início aquando da vaga classificação dos lugares pelas entidades competentes, mas sim pelo interesse dos indivíduos frente ao património, como fazendo parte dos traços da

humanidade, que lhe dão sentido.

Podemos, então, afirmar que muitas das abordagens a este binómio se encontram relacionadas com a questão da identidade, ou seja, a procura dos traços culturais e religiosos de uma sociedade, que atraem visitantes a diferentes lugares (Palmer, 1998: 315). Ou seja, mais do que um meio de fortalecer a memória e a identidade de um lugar, o património, no seio do mercado turístico, desempenha um papel de interação entre a comunidade e os seus visitantes (Carvalho, 2010: 52), facto que vai de encontro à ideia defendida por Alfonso (2003) de que o turismo sempre teve um carácter eminentemente cultural. Tenha-se em conta que as viagens que se foram realizando ao longo da sua história, e que hoje se encontram na génese da atividade turística, eram motivadas pela visita a locais onde o turista pudesse encontrar manifestações culturais com interesse artístico e histórico, distintas das suas vivências do dia-a-dia, a procura do outro, diferente ou igual a si próprio.

Apesar das definições, mais ou menos vagas, do turismo cultural, pudemos verificar que, de um modo geral, os autores referidos anteriormente concordam com a ideia de que este corresponde a uma atividade turística através da qual os visitantes podem aprender, experienciar e viver o património cultural de determinado destino, manifesto numa grande variedade de locais - sítios arqueológicos e históricos, edifícios e locais preservados – com significado para a comunidade, sendo que Silberberg (1995: 2) acrescenta, ainda, a esta definição, os aspectos científicos e o modo de vida de uma comunidade, região, grupo ou instituição.

Desta feita, pensar o turismo cultural enquanto ferramenta de desenvolvimento económico pressupõe a análise de alguns parâmetros essenciais, como sejam a autenticidade e qualidade, a preservação e proteção dos recursos patrimoniais, a dinamização dos sítios, a adequação entre comunidade e o turismo e a colaboração entre as diferentes entidades (Caldwell, 1996: 127), ou seja, o ato de conservar o património, pode e deve “*aplicar-se em primeiro lugar aos objectos materiais, mas também ao saber, à língua, à cultura, à própria vida*” (Guillaume, 1980: 45), numa perspetiva de salvaguarda dos objetos e estruturas que compõem restos materiais do passado, com o objectivo de assegurar que esses vestígios se encontram conservados para usufruto do público, agora e no futuro (Pye, 2001: 9).

Li (2003) defende, precisamente, a ideia de que a tendência deste segmento é concentrar-se no poder da tradição e na autenticidade das experiências, facto que, aliado ao processo de desenvolvimento do turismo cultural, acarreta uma série de desafios.

Entre os quais, destacam-se as contradições inerentes às questões da conservação/mudança, que nem sempre se mostram vantajosas, pois, tal como refere Guillaume (1980: 50), a inclusão de determinado objecto, neste caso um local, num sistema de conservação, faz com que a sua desvalorização seja valorizada para outros fins.

A preocupação com a conservação do património surgiu na década de 1970, durante a qual emergiram grupos cujo intuito era arrecadar fundos e voluntários para trabalharem em prol da conservação dos sítios e artefactos em risco de destruição, face ao rápido desenvolvimento da indústria e ao crescimento urbano sobre as zonas rurais. Com efeito, a nível político, a perceção da importância do património para o desenvolvimento das sociedades foi mais tardia, coincidindo com o aparecimento do turismo de massas na década de 80, através do qual a indústria do turismo encetou o aproveitamento de sítios de elevada importância patrimonial (Misiura, 2006). O ano de 2003 marcou, finalmente, uma viragem a nível internacional, com enorme significado para o setor cultural, com a realização da Conferência Geral da UNESCO, da qual emanou a Convenção Internacional para a Salvaguarda do Património Cultural Intangível, onde é amplamente reconhecida “*a importância de promover e proteger a memória e as manifestações culturais representadas, em todo o mundo, por monumentos, sítios históricos e paisagens culturais*” (UNESCO, 2003).

Atualmente, quando refletimos sobre a prática do turismo cultural, assomam, entre outros registos, na nossa mente, as cidades com os seus centros históricos e a sua herança cultural, que desempenham um papel aglutinador relativamente aos desenvolvimentos deste segmento, em que é explícita a “*fortíssima necessidade de valores culturais atestados*” apontada por Guillaume (1980: 116). É nesta perspetiva que devemos analisar a questão do património arqueológico, considerado por diversos autores (Manzato, 2007: 104; Carvalho, 2010: 56; Morais, 2010: 8) um elemento diferenciador da oferta turística de um destino e, por conseguinte, um “escape” à típica visita cultural a um museu ou monumento histórico.

Em suma, podemos afirmar que o mercado do turismo cultural é, nos dias de hoje, um dos mais competitivos e em franca ascensão, sendo que a Europa representa uma das regiões do mundo onde mais estratégias se têm desenvolvido com vista à promoção do vasto e rico património que caracteriza as suas cidades (Richards, 1996: 10) e um importante meio de divulgação das tradições e da história de um povo. Passemos então à análise dos recursos portugueses.

1.2.1. O Caso Português

A elaboração deste ponto prende-se com a necessidade de aprofundar características estruturantes do nosso país, assim como mostrar a imensidão de recursos culturais que daí advêm, pois, como pudemos verificar, a panóplia de elementos passíveis de serem incluídos neste grupo mostrou-se bastante abrangente, tendo em conta que nela se podem compreender patrimónios distintos que hoje representam segmentos da oferta turística em franco desenvolvimento (Simões e Sarmento, 2013).

1.2.1.1. Os Recursos

Contrariamente ao resto da Europa, cujo desenvolvimento do setor turístico se iniciou aquando da Revolução Industrial e, em simultâneo, à obtenção de novos direitos por parte dos trabalhadores, como seja o aumento dos tempos livres e a melhoria do nível de vida das populações, a par do progresso e desenvolvimento dos meios de transportes que permitiram uma maior mobilidade, Portugal só em meados da década de cinquenta do século XX e início do século XXI é que vivenciou um crescimento rápido e continuado das atividades turísticas (Martins, 2011: 5).

Podemos afirmar que, desde os anos sessenta, a atividade turística em Portugal se centrava em recursos como o sol e o mar, conhecidos no seio do turismo como 3S's – “*Sun, Sea and Sand*” (Daniel, 2010), que lhe concederam um estatuto de destaque na economia portuguesa, patente no poder de atratividade perante os investidores e na criação de emprego, tanto ao nível das infraestruturas turísticas, como ao nível dos bens e serviços complementares (PENT, 2012).

Contudo, comparativamente aos países contíguos ao Mediterrâneo, Portugal revelou um ligeiro atraso (Martins, 2011: 9), facto que conduziu à necessidade de diversificar a oferta através do aproveitamento de outros recursos existentes em território português. Desenvolvem-se, assim, novos *clusters* baseados na valorização da nossa cultura e promoção da preservação do nosso património e das nossas paisagens, sendo igualmente relevante referir que, para além do mercado competitivo, Portugal enfrenta também um dos problemas mais marcantes desta atividade, a sazonalidade, que Butler (1994: 332) define como sendo:

“um desequilíbrio temporal no fenómeno turístico, que em termos de dimensão, se expressa em elementos como o número de visitantes, a despesa dos visitantes, o tráfego nas estradas e outras formas de transporte, emprego e entradas em atrações”¹

Com o intuito de combater estes dois aspetos, foram sendo elaboradas estratégias cujas propostas de valor incidiam/incidem, entre outros aspectos, na “História, Cultura e Tradição” portuguesas, numa perspetiva de “*acrescentar novas «camadas» ao processo de desenvolvimento, com significado tanto nas áreas onde a actividade turística é particularmente consistente, como naquelas onde o argumento do turismo é utilizado como catalisador da acção*” (Martins, 2011: 8).

Neste contexto, a tabela que se segue, baseada na pesquisa de património arquitectónico do SIPA, visa demonstrar, em números, a panóplia de recursos² culturais, turisticamente aproveitáveis em território nacional, sendo que as categorias apresentadas coadunam-se com o regime de proteção e condicionantes estabelecidos pela Lei de Bases do Património Cultural, N° 107/2001 de 8 de Setembro.

Tabela 1: Recursos Patrimoniais

Categoria	Região							
	Região	Porto e Norte	Centro	Lisboa	Alentejo	Algarve	Região Autónoma dos Açores	Região Autónoma da Madeira
Conjuntos		14	9	11	5	3	4	2
Em Estudo		20	4	7	8	0	0	0
Em Vias de Classificação		126	145	117	144	15	0	51
Imóvel de Interesse Municipal e Público		502	502	371	333	86	129	31
Interesse Municipal		96	213	87	51	25	28	26
Monumento de Interesse Municipal e Público		133	86	94	89	26	0	1
Monumento Nacional		297	191	138	218	25	2	8
Património Mundial		6	5	3	3	0	1	1
Sítio		19	7	9	14	1	0	0
Valor		9	1	6	8	0	0	79
Zona Especial de Proteção		118	73	75	86	0	3	0

Fonte: Elaboração própria (Dados disponíveis em <http://www.monumentos.pt> através do Portal de Pesquisa de Património – SIPA. Consultado a 20 de Maio de 2014).

¹ Citação original: “*a temporal imbalance in the phenomenon of tourism, which may be expressed in terms of dimensions of such elements as numbers of visitors, expenditure of visitors, traffic on high-ways and other forms of transportation, employment and admissions to attractions*”.

² De acordo com a WTO (2014) só podemos falar de “recurso turístico” quando o mesmo tem capacidade para atrair visitantes e, por conseguinte, gerar benefícios económicos, facto que não se verifica com todos os elementos apresentados na Tabela 1.

Tal como é referido na página de apresentação do portal³:

“O património arquitectónico, urbanístico e paisagístico, enquanto relevante componente do património cultural de um país, de uma região ou de uma comunidade, é um poderoso factor de distinção e de identificação sociais de indivíduos e de populações, bem como um motor de qualificação e de desenvolvimento de lugares e territórios.”

Os dados representam e corroboram a ideia de que Portugal tem um enorme potencial enquanto destino turístico de matriz cultural. Este aspeto está patente em edifícios de cariz religioso e habitacional, monumentos históricos, sítios arqueológicos, conjuntos arquitectónicos, arruamentos, bairros típicos, paisagens naturais e/ou urbanas, entre outros, que se incluem neste inventário, sendo merecedores de referência as regiões do Porto e Norte, Centro e Lisboa com vários sítios classificados como Património Mundial pela UNESCO, facto que remete para a importância de dinamizar e, por conseguinte, revitalizar os centros urbanos através do vasto património que os caracteriza, sem esquecer as áreas rurais.

De acordo com os dados divulgados pelo Eurobarometer (2013: 7-8) a cultura está entre uma das principais motivações de viagem, representando 24% das visitas em Portugal, suplantado pelo segmento Sol e Praia com 56% e pelos 39% relativos às visitas a familiares, amigos, entre outros, sendo relevante referir que os turistas, quando questionados acerca dos motivos que os fariam voltar a determinado destino, 24% respondeu que voltaria a Portugal pelas atrações culturais e históricas (idem, T39).

Em suma, face aos imensos recursos de índole cultural e aos dados divulgados pelo Eurobarometer (2013), assumimos a importância de apostar neste segmento, seja através da dinamização e divulgação do património histórico já fruído no âmbito do turismo, seja através da valorização de locais com potencial, de que são exemplo os inúmeros sítios/vestigios arqueológicos existentes no nosso país, manifestos nas centenas de sítios inventariados e visitáveis, onde se incluem monumentos megalíticos do tipo ritual ou funerário, castros e povoados da Idade do Ferro, *villa Romanas*, necrópoles Romanas e Medievais, abrigos, sítios de arte rupestre, santuários, templos,

³ SIPA: <http://www.monumentos.pt/Site/APP_PagesUser/SitePageContents.aspx?id=8937d1d0-e95b-40aa-9f23-c2aea86119b4>

pontes, barragens, fornos, silos, fontes, lagares, fábricas de salgas, povoados e cidades (Carbone, 2006: 779).

1.2.1.2. A Procura: questões da Identidade

De acordo com Mateus et al. (2013: 89) “*A identidade cultural é central no vínculo entre turismo e território*”, sendo fundamental que esta relação assente em valores como a originalidade e autenticidade, por forma a promover a diferenciação do nosso país enquanto destino turístico e a sua afirmação no seio dos mercados internacionais.

Palmer (1998: 315), defende que o turismo cultural deve ser entendido como uma força de construção e manutenção da identidade nacional, tendo em conta que depende dos símbolos históricos da Nação para atrair turistas, ou seja, não estamos perante um conceito estanque, tendo em conta que, em alguns casos, se baseia em traços culturais e religiosos, facto que o torna algo muito pessoal. Carbone (2006: 32), por sua vez, afirma que a tendência é haver um progressivo abandono do turismo de massas em prol de experiências mais autênticas, o que significa que estamos perante um público mais atento e interessado que, tal como refere Carvalho (2010: 56), procura observar algo diferente do habitual.

Assim, e indo de encontro à tipologia proposta por Ribeiro et Remoaldo (2011: s/p), a partir de outros autores, também defendida por Cunha (1997), podemos afirmar que estamos perante turistas motivados, essencialmente, por cultura, educação e razões profissionais, seja para estarem em contacto com um ambiente social distinto, seja para aprenderem outra língua, para assistirem a um evento específico, ou visitar monumentos, museus e sítios arqueológicos. Assim como por razões étnicas, como o retorno às origens, exemplo dos emigrantes e dos seus descendentes, e o contacto com outras culturas.

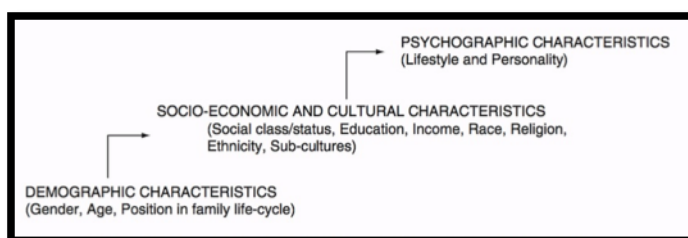
Em suma, e tal como defende Urry (1995: 122), o sentido de cultura transformou-se, sendo que, atualmente, a identidade e a autoafirmação constituem uma meta a atingir aquando das experiências humanas, sejam elas de que tipo forem, das quais é indissociável a questão da identidade, que, segundo este autor, pode ser “produzida” a partir das imagens criadas pelos próprios turistas, tendo em conta que viajar se tornou um indicador de cidadania (idem, 165).

1.2.2. O Perfil dos “turistas culturais”

A inclusão de um novo segmento no vasto leque de possibilidades que se encontra associada à oferta turística cultural, obriga-nos a refletir sobre o público-alvo que pretendemos alcançar.

Desta feita, torna-se pertinente definir o conceito de segmentação de mercado, que se encontra relacionado, precisamente, com processo de divisão do mercado através do qual são identificados grupos distintos a ser alcançados.

Figura 1: “The three steps of segmentation variables to better understand consumer markets”.



Fonte: Misiura, 2006: 79

O esquema exposto por Misiura (2006) aponta os três fatores a ter em consideração aquando da segmentação de mercado, que são, essencialmente, as características divididas em três categorias: as psicográficas, as socioeconómicas e culturais, e as demográficas. Aludindo a estes parâmetros, é-nos possível delinear o perfil do turista que procura experiências culturais, sendo que, nos últimos anos, as características com mais influência neste perfil foram as psicográficas, devido ao crescente interesse por parte dos consumidores no simbolismo associado ao património.

Alguns autores defendem a ideia de que o turismo modifica as sociedades e, conseqüentemente, a sustentabilidade dos destinos, numa perspetiva de mudança aceitável para os locais, sendo que este processo é representado pelos ciclos de vida turísticos, cujo principal indicador é o número de visitantes. Segundo Borg et al. (1996) estes ciclos não se modificam apenas com a variação do número de visitantes, mas também com a sua composição, isto é, diferentes tipos de turistas vão gerar diferentes impactes, sendo que os custos e os benefícios variam ao longo dos diferentes estádios dos ciclos.

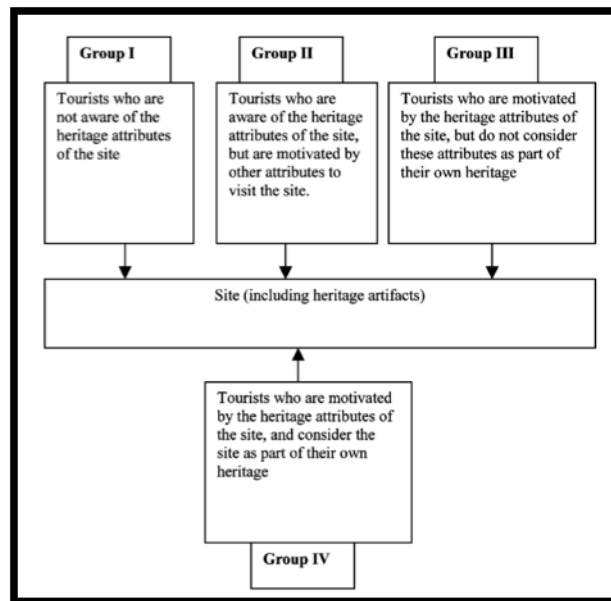
Entre os diferentes tipos de turistas podemos destacar os turistas culturais e, por conseguinte, dois subtipos onde se incluem os turistas que veem o turismo cultural como

uma forma séria de lazer e os turistas comuns que veem o turismo cultural como um *hobby*, visitando os mais diversos locais aleatoriamente (Alzua et al., 1998). Para melhor compreender esta relação, Silberberg (1994: 4) criou um modelo que expressa os diferentes níveis de motivação dos turistas em relação ao consumo cultural, apresentando-o num esquema de círculos em que no centro aparecem os turistas “muito motivados” pela cultura, que viajam para uma cidade especificamente para visitar museus e assistir a espetáculos e festivais; por norma são pessoas com um nível de educação mais elevado e com mais possibilidades económicas. O segundo círculo representa turistas “motivados em parte” pela cultura, onde se incluem pessoas que viajam para determinado destino, tanto pelas oportunidades culturais, como para visitar amigos e familiares. O terceiro círculo representa os turistas para os quais a cultura é um “complemento” à motivação principal, ou seja, a escolha de determinada cidade não foi diretamente influenciada pela sua riqueza cultural, mas faz parte do plano de viagem. De seguida, surgem os “turistas culturais acidentais”, que viajam motivados por outros aspetos, mas que acidentalmente acabam por ter experiências culturais; e, finalmente, nos círculos exteriores, os turistas que, em circunstância alguma, visitariam uma atração cultural ou participariam de um evento.

Podemos, então, afirmar que as estratégias para o turismo cultural passam pela junção dos motivos de viagem e dos gostos pessoais, tendo sempre em mente os diferentes níveis de consumo cultural e a variedade de realidades que os indivíduos procuram quando viajam. Os sítios históricos, os museus, os eventos, entre outros, constituem oportunidades para atrair um grande número de pessoas que nem sempre se encontram motivadas pela cultura, mas que têm algum interesse, sendo neste contexto que emerge o papel de grande relevo do marketing, que iremos desenvolver convenientemente no Capítulo 4 (idem, 6).

Poria et al. (2003), por sua vez, incidem o seu estudo nos turistas que visitam sítios de património e/ou lugares históricos.

Figura 2: “Segmentation of Tourists Visiting a Heritage Site”



Fonte: Poria et al. (2003: 248)

Esta classificação é-nos útil na medida em que nos permite perceber qual a relação existente entre os padrões de visita e as características pessoais dos visitantes, pois, como explica Poria et al. (2003: 249), baseada no exposto por Waitt (2000: 836), estes locais encontram-se, muitas vezes, inseridos em ambientes propícios ao desenvolvimento de outras atividades paralelas, seja relaxar, fazer compras, entre outras, surgindo assim a distinção entre “turistas culturais”, que contemplan o património porque o sentem como sendo parte da sua identidade, e “turistas em locais culturais” cuja perceção do valor histórico do sítio é, de um modo geral, reduzida.

Em suma, a conjugação destes aspectos com a parte empírica, que analisaremos aquando da abordagem ao perfil do turista que visita a cidade do Porto, permitir-nos-á identificar o público “a cativar” e, por conseguinte, delinear as estratégias de marketing a adoptar.

1.3. Cultura, Património e Indústrias Criativas: Construção de uma Experiência Patrimonial

“Nas economias mais avançadas, especialmente nas economias europeias sujeitas à perda de dinamismo económico induzido pelo envelhecimento da população, a inovação e a diferenciação dos processos e dos produtos constituem um caminho inescapável para voltar a crescer e gerar empregos suficientes para satisfazer procuras sociais mais qualificadas”

Mateus et al. (2013: 10)

A frase acima citada, pareceu-me a mais indicada para encetar este ponto cujo intuito é demonstrar em que medida é que o turismo cultural e, por conseguinte, o património arqueológico, merecem lugar entre as principais atividades que caracterizam as indústrias criativas.

O conceito de “indústria criativa”, primeiramente avançado na década de 90 pelo *Department of Culture, Media and Sports* do Reino Unido, incorpora diversas atividades – publicidade, arquitetura, artes visuais e antiguidades, artesanato, design, design de moda, joalheria, cinema, vídeo e audiovisual, software educacional e serviços de informática, televisão e rádio – e assenta na originalidade e criatividade individual e, consequentemente, nos benefícios que esta proporciona à economia em geral, seja através da criação de emprego, seja através da criação de riqueza⁴. Conceito a que Faustino (2013: 11) acrescenta o talento e a competência; ou seja, são caracterizadas por indivíduos criativos que, aliados a importantes recursos económicos e tecnológicos, geram produtos passíveis de serem incluídos no mercado, cujo valor económico se baseia nas suas propriedades culturais (Fundação Serralves, 2008: 15).

No que concerne à cultura, apenas na década de 90 se começou a verificar o seu valor no seio das indústrias criativas, sendo de destacar o papel de países como a Austrália e o Reino Unido, que foram pioneiros no desenvolvimento de propostas de reforma das políticas públicas orientadas para este sector, cujo principal objetivo era tornar o mercado mais competitivo, sendo, então, neste contexto, que começam a surgir alusões às designadas “indústrias culturais”, que viriam a ser parte integrante das indústrias criativas, num processo de “*democratização da cultura e da arte*” (Faustino, 2013: 22-23).

⁴ Conceito de economia criativa UNCTAD (2010: 10).

Assim, e indo de encontro ao defendido por Faustino (2013: 28-29), os conceitos de indústrias culturais e de indústrias criativas podem, muitas vezes, ser confundidos, pois, o primeiro, encontra-se relacionado com “*a criação, fabricação, a comercialização de serviços ou produtos culturais*”, enaltecendo o carácter simbólico da cultura; a segunda, por sua vez, encontra-se direccionada para a vertente económica e, conseqüentemente, para o desenvolvimento – seja regional e/ou local -, que daí advém, promovendo uma renovação a nível empresarial e urbano, através de bens e serviços com significado social e cultural (ENEI, 2014).

Dito isto, e ainda que relativamente recente (UNCTAD, 2010: 4), parece-nos óbvia a estrita relação entre as indústrias culturais e o surgimento de uma nova abordagem baseada em potenciais atividades comerciais que, até então, não eram consideradas relevantes para a dinamização da economia. Entre as quais surge o turismo que, apesar de ser um setor já bastante desenvolvido, constitui o principal “*interface entre a segmentação dos mercados turísticos segundo as características dos consumidores e a diferenciação dos destinos segundo as características do território*” (Mateus et al., 2013: 89). Ou seja, aludindo às diferentes atividades desenvolvidas no âmbito das indústrias culturais, é-nos possível criar novos segmentos na oferta turística e, mais do que isso, criar novas formas de o interpretar e apresentar.

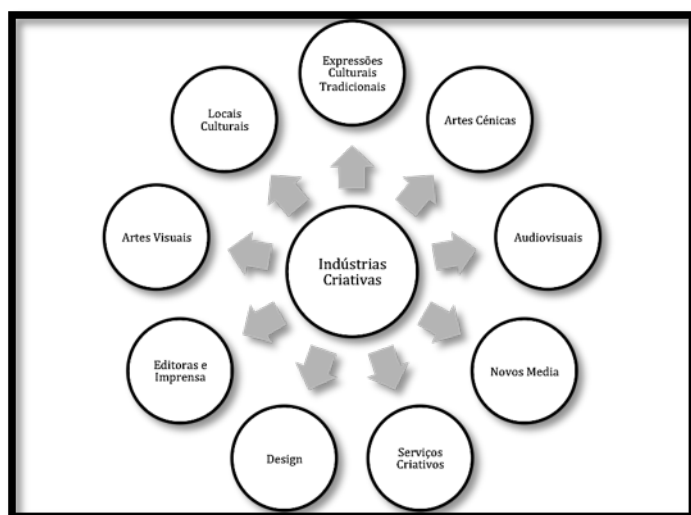


Figura 3: Classificação da UNCTAD para as Indústrias Criativas

Fonte: Adaptação do gráfico apresentado pela UNCTAD (2010: 8)

Entre as diferentes classificações apresentadas na Figura 3, há que destacar os “Locais Culturais”, onde se incluem sítios arqueológicos, museus, bibliotecas, exposições, entre outros. Todos estes elementos são parte integrante daquilo que designamos como “património”, considerado pela UNCTAD um factor de união entre

aspectos históricos, antropológicos, étnicos, estéticos e sociais que, aliados à criatividade, originam diferentes produtos e serviços de cariz patrimonial.

Desta feita, se refletirmos sobre a crescente tendência para a segmentação do mercado, emerge a relação com as designadas “criações funcionais”, que correspondem às indústrias *“impulsionadas pela demanda e voltadas à prestação de serviços, com a criação de produtos e serviços que possuam fins funcionais”* (idem, 8), onde se compreendem o design, os novos media e os serviços criativos.

Assim, perante uma economia cada vez mais competitiva, onde a inovação e a diferenciação constituem aspectos fundamentais e metas a alcançar, e onde a cultura se apresenta como um sector em franco crescimento, podemos afirmar que todas as indústrias devem ser culturais e criativas, caso contrário, não subsistirão no mercado (Mateus et al., 2013: 11). Logo, a conjugação destes dois elementos permitir-nos-á criar novas experiências patrimoniais, através de conteúdos digitais criativos, como, por exemplo, a reconstrução 3D de vestígios arqueológicos, a criação de museus interativos e a elaboração e implementação de roteiros turísticos em plataforma digital, assim como desenvolver atividades que promovam a história e tradição dos diferentes lugares, através de recriações em locais emblemáticos, que permitirão ao visitante recuar no tempo e, por conseguinte, experienciar ambientes característicos de outras épocas.

“A base das indústrias criativas de qualquer país são os conhecimentos tradicionais subjacentes às diferentes formas de expressão criativa desse país: canções, danças, poesias, histórias, imagens e os símbolos que são o património singular da terra e de seu povo. Esse conhecimento é mantido vivo por meio da transmissão escrita, oral e pictórica das tradições culturais de uma geração à outra. Como qualquer tipo de conhecimento, ele não é estático, e sim constantemente reinterpretado e adaptado a novos formatos.”

(UNCTAD, 2010: 38)

Esta ideia da reinterpretação e adaptação dos formatos é, igualmente, defendida pela UNESCO (2011), cuja visão acerca das indústrias criativas aponta o maior acesso à cultura por recurso ao desenvolvimento da tecnologia digital e à paisagem cultural e ambiente construído, incrementados pelo design, dois dos elementos estruturantes ao desenvolvimento de cidades criativas.

O progresso das indústrias criativas no seio do turismo é entendido como fator de

desenvolvimento de novas formas de apresentação do património cultural, assim como de fortalecimento da identidade dos povos e de promoção da internacionalização da cultura, tendo em conta que os turistas são o público-alvo destes novos produtos criativos. A este nível, a definição de padrões internacionais, de que é exemplo a classificação de Património Mundial da UNESCO, outorga e estimula a procura turística (Mateus et al., 2013: 92), sendo que Portugal, com os diversos sítios/monumentos classificados nesta categoria (Tabela 1), tem o dever de incentivar a proteção e valorização do seu património, tendo em conta que este constitui um factor de diferenciação dos destinos turísticos.

Assim, e no que diz respeito ao património histórico classificado na categoria referida anteriormente, torna-se pertinente expor alguns exemplos, a nível nacional, de promoção da criatividade inseridas nas diferentes atividades desenvolvidas no âmbito das indústrias criativas⁵. Veja-se anexo II.

A partir dos exemplos apresentados em anexo, e indo de encontro às categorias expostas no esquema da Figura 3, as formas de divulgação e apresentação do nosso património cultural mostram-se bastante diversificadas, facto que nos permite enquadrá-las no seio das indústrias criativas e culturais.

Vimos, ao nível das expressões culturais tradicionais, a “Feira da Laranja Conventual”, realizada anualmente no Convento de Cristo em Tomar; ao nível das artes cénicas, destaca-se o trabalho desenvolvido pelo Mosteiro da Batalha com as recriações históricas da vista de William Thomas Beckford a este local; ao nível das novas tecnologias – que assumem um papel de destaque -, apontamos a iniciativa do Centro Interpretativo da Batalha de Aljubarrota, o Museu Digital da Universidade de Coimbra, o Convento de Cristo em Tomar – para além das visitas temáticas, disponibiliza uma visita multimédia a partir de diferentes plataformas -, e o Mosteiro dos Jerónimos e a Torre de Belém – apresentam no seu *website* visitas virtuais e acesso a um roteiro 3D. Ao nível dos novos media, figura o trabalho de divulgação desenvolvido pelos núcleos de arte rupestre do Côa e Siega Verde, nas redes sociais e, finalmente, ao nível dos serviços criativos, destaque para o papel ativo de todas estas instituições enquanto centros educativos, cujas ações se direcionam para a familiarização e consciencialização dos mais jovens para a importância da nossa história e do nosso património.

⁵ Os exemplos apresentados basearam-se no exposto no website da Comissão Nacional da UNESCO – Ministério dos Negócios Estrangeiros <<http://www.unescoportugal.mne.pt/pt/temas/proteger-o-nosso-patrimonio-e-promover-a-criatividade.html>>

Estamos, portanto, perante processos de mediação patrimonial distintos, concordantes com os princípios que estão na base do fenómeno das indústrias criativas: a originalidade, a criatividade, o talento e a competência, que, conjugados, permitem levar ao público produtos passíveis de ser consumidos no âmbito do sector turístico, denunciando, o já mencionado, processo de democratização da cultura.

Desta feita, podemos afirmar que as indústrias criativas são, de um modo geral, relevantes para a economia nacional, sendo que, de acordo com o estudo desenvolvido por Mateus et al. (2013: 11), que visava medir a relevância da criatividade e da cultura para a criação de riqueza e de emprego em Portugal, verificou-se um contributo de 2,8% e de 2,6%, respetivamente, no ano de 2006, facto que reforça a importância de apostar em atividades culturais e criativas. Num sentido mais restrito, as indústrias criativas comportam também benefícios para o sector turístico – aqui entendido como uma plataforma de exportação -, em termos de impactes diretos e indiretos, resultantes da combinação de fatores económicos, culturais e sociais, com a tecnologia, propriedade intelectual e o turismo, sendo que tais impactes, têm maior expressão para o património cultural e atividades de lazer (Faustino, 2013: 34). Mas, para além de gerar riqueza e criar emprego, é também uma forma de potenciar a procura pelo mercado interno e por mercados internacionais, assim como incrementar novas formas de turismo e, por conseguinte, atrair novos visitantes (Mateus et al., 2013: 17).

No entanto, é importante referir que o sucesso das indústrias criativas só é possível se se implementarem políticas públicas capazes de *“aproveitar o potencial da cultura e da criatividade enquanto instrumentos para fortalecer a competitividade”* (idem, 126), que se materializam, por exemplo, no planeamento cultural a nível municipal, através de ações como: a identificação de fatores de diferenciação em determinada região; o desenvolvimento da criatividade, via educação, mais concretamente através da cooperação entre as instituições de ensino e as diferentes entidades ligadas ao desenvolvimento científico e tecnológico, entre outras; e a participação das populações nestes processos⁶.

Em suma, é através das políticas públicas que as indústrias criativas passam a ser parte integrante das estratégias de desenvolvimento económico, parecendo-nos evidente

⁶ As iniciativas apresentadas pelos serviços educativos dos locais anteriormente apontados, comprovam estes aspetos, sendo de destacar o Mosteiro da Batalha que, aquando da primeira recriação histórica da visita de William Thomas Beckford àquele local, promoveram a participação dos familiares das crianças que frequentavam a escola que desenvolveu este projeto.

a panóplia de oportunidades que Portugal, através do turismo e, especificamente, do património, terá para melhorar a sua competitividade a nível local, regional e nacional, inovando, criando emprego e produtos exportáveis, e promovendo a sua cultura e identidade nacional (Faustino, 2013: 51). Só a criatividade permitirá manter o carácter distintivo de um destino e incrementar a sua capacidade de atração (Fundação Serralves, 2008: 33), sendo que, através dos projetos apresentados, é perceptível a valorização dos aspectos simbólicos inerentes a cada um dos locais, que, no contexto do turismo, geram benefícios económicos e de mercado.

2. ESPAÇO URBANO E PATRIMÓNIO

“Mudar! Como podemos mudar o futuro da cidade? Escavando o seu passado! Buscando as dobras do tempo e misturando-as com os espaços da urbanidade vivida.”

Fortuna, 2011

O presente capítulo tem por objetivo esclarecer uma das questões mais abordadas aquando das intervenções arqueológicas em meio urbano: o valor do património arqueológico e, por conseguinte, a sua aceitação como parte integrante do espaço em que se insere, a sua valorização.

2.1. Património Arqueológico

2.1.1. O Conceito

“Parece provável que os seres humanos sempre tenham sentido curiosidade a propósito dos vestígios deixados pelos seus antecessores (...)”

Bahn, 1996: 21

Desde os tempos medievais que a sociedade se tem vindo a interessar pelos objetos *“que emergiam misteriosamente do chão por causa da erosão ou da acção de animais que escavavam tocas”* (Bahn, 1996: 23), sendo que muitos desses objetos acabariam por ser depositados nos denominados *“gabinetes de curiosidades”*, cuja natureza se deve aos antiquários.

Contudo, com o decorrer do tempo, alguns desses estudiosos acabaram por perceber o real valor de tais objetos, reconhecendo-os como testemunhos da origem e evolução humana, facto que levou a que entre os séculos XVII e XVIII o interesse por esta atividade aumentasse exponencialmente, dando início àquilo que, atualmente, denominamos como *“arqueologia”* (idem, 23). A partir deste ponto, constatou-se que um objeto por si só não tem qualquer valor histórico, ou seja, tem de estar enquadrado num contexto (Childe, 1977: 52), passando as intervenções a ter como objetivo a recolha dos artefactos e o estudo das relações com a estratigrafia e, por conseguinte, com o sítio arqueológico e a sua envolvência.

Assim, em finais do século XIX, a arqueologia distanciou-se progressivamente da atividade dos antiquários, tal como fora referido anteriormente no ponto 1.1., acabando por se tornar numa disciplina científica que viria a passar, nos anos 60, por um movimento de renovação que se materializou com a aproximação a disciplinas como a antropologia (Bahn, 1996: 24-28). Mas não só de ciência vive esta disciplina. Muitos autores defendem que “*o objetivo último da arqueologia – se é que tem de ter algum sentido ou justificação – deve ser a comunicação dos seus achados, não apenas a estudantes e colegas, mas, acima de tudo, ao público*” (idem, 105), sendo nesta perspetiva que se torna pertinente introduzir as questões relativas à “indústria do património” e, por conseguinte, explanar o conceito de património arqueológico.

Começamos então com o conceito avançado por Arnaud (1994: 253), que distingue o conceito tradicional – mais restrito -, do anglo-saxónico – mais abrangente -, em que o primeiro define património arqueológico como sendo todos os “*sítios e monumentos da Pré e Proto-História e das Civilizações Clássicas*” e o segundo, como sendo o:

“ambiente construído (...), incluindo, além dos sítios, monumentos e áreas históricas, os padrões das sucessivas formas de povoamento e utilização do espaço, de natureza doméstica, cerimonial, funerária, económica ou outra, que chegaram até nós desde a Pré-História até à actualidade”

Na perspetiva deste autor, o património arqueológico abrange todos os “*vestígios materiais da actividade humana no passado, independentemente da sua monumentalidade*”, sendo que Veloso e Cavalcanti (2007: 156), baseando-se no estudo de cariz arqueológico acerca dos grupos humanos que ocuparam a região litoral do Rio de Janeiro, de Mendonça de Souza e Souza (1981), acrescenta ainda a esta definição “*toda e qualquer evidência das actividades culturais destes grupos pretéritos e inclusive seus próprios restos biológicos*”.

É importante referir que alguns investigadores não refletem apenas sobre os aspetos materiais quando escrevem, especificamente, acerca deste património, mas também sobre as questões da identidade que abordamos aquando do ponto relativo ao turismo cultural. Vejamos. Manzato (2007: 108) define património arqueológico como sendo todos os vestígios das antigas civilizações, representativos da identidade de uma determinada comunidade devido ao seu valor cultural. Morais (2010: 3), aludindo ao uso da arqueologia enquanto ferramenta cívica, define-o como um “*património fortemente*

territorializado em marcos identitários referenciais, aos quais o homem comum se pode dirigir com facilidade e reflectir acerca da sua identidade e da sua responsabilidade enquanto cidadão”.

No que concerne às cartas e convenções, penso ser pertinente destacar a Carta sobre a Protecção e a Gestão do Património Arqueológico, onde consta a definição do ICOMOS (1990), que passo a citar:

“(...) é aquela parte do material arqueológico a partir da qual os métodos arqueológicos proporcionam informação primária. Ele compreende todos os vestígios da existência humana e consiste em sítios relacionados com todas as manifestações da actividade humana, estruturas abandonadas, e vestígios de todos os tipos (incluindo sítios subterrâneos e subaquáticos), bem como todos os materiais culturais transportáveis que lhes estão associados”.

E ainda, a definição do *Council of Europe* (1992) patente na *European Convention on the Protection of the Archaeological Heritage*, semelhante à anterior, que o descreve como sendo todas as estruturas, construções, grupos de edifícios, objetos transportáveis e monumentos de outros tipos, assim como os contextos a eles associados, quer se situem em meio terrestre ou aquático.

Por sua vez, a Lei de Bases da Política e do Regime de Protecção e Valorização do Património Cultural, Lei 107/01 de 8 de setembro, define no Artigo 74.º do Capítulo II património arqueológico, juntamente com o paleontológico, como sendo:

“todos os vestígios, bens e outros indícios da evolução do planeta, da vida e dos seres humanos (...) integra depósitos estratificados, estruturas, construções, agrupamentos arquitectónicos, sítios valorizados, bens móveis e monumentos de outra natureza, bem como o respectivo contexto, quer estejam localizados em meio rural ou urbano, no solo, subsolo ou em meio submerso, no mar territorial ou na plataforma continental”

Em função disto, podemos então afirmar que cada vestígio arqueológico é único e não renovável, sendo que da sua destruição resulta a privação das gerações futuras do seu usufruto. O caso das cidades espelha esta situação, pois, como sabemos, estas contêm no seu subsolo testemunhos da ocupação humana, facto que muitas vezes

constitui um entrave ao desenvolvimento de infraestruturas no subsolo urbano (Warnotte et al., 2005: 19). Tal como refere Pedregal (2005: 24), o património arqueológico tem ainda muito para “nos contar”, o que significa que o seu valor advém do testemunho que este nos fornece acerca das nossas raízes; contudo, a sua transmissão não passa, necessariamente, pela preservação *in situ* (Colardelle, 2005: 28), facto que torna a comunicação deste património algo complexa.

Desta feita, torna-se fulcral refletir sobre os diferentes contextos em que o património arqueológico pode estar inserido - rural ou urbano -, sendo que neste caso interessa-nos analisar o contexto urbano. Tal como refere Carvalho (2010: 53) os espaços urbanos constituem importantes centros aglutinadores de processos culturais onde ocorrem diferentes narrativas, o que no caso do património arqueológico torna o ambiente citadino mais atrativo, factor este que, conjugado com o crescente interesse do público pela arqueologia, torna-o um recurso com um potencial alargado, mas que se encontra ainda muito pouco explorado (Teller e Warnotte, 2003: 3).

Estamos, portanto, perante uma questão bastante delicada porque a concentração de vestígios em meio urbano é objeto de degradação decorrente do nível de desenvolvimento socioeconómico e cultural que caracteriza as cidades (Teller e Warnotte, 2003: 2; Morais, 2010: 2). Um caso exemplificativo desta situação são as obras de requalificação urbana, na medida em que o aparecimento de vestígios arqueológicos, e sua subsequente preservação *in situ*, não altera a sua concretização. Poderá, no máximo, atrasar os trabalhos. Daí a importância do registo e estudo do espólio recolhido nestas ações para, posteriormente, explorar os seus significados e apresentá-los ao público, questão que iremos explorar, mais aprofundadamente, no próximo ponto.

Em suma, o património arqueológico requer interpretações que revelem a sua autenticidade e as suas características históricas particulares (Martí, 2005: 31), pois muitos desses vestígios já não se encontram no seu contexto original, chegando até nós “*em arranjos didáticos que evidenciam a sua função*” (Bahn, 1996: 109). Ou seja, é essencial que se faça uma boa gestão deste património, por forma a integrá-lo nas memórias individuais e, por conseguinte, nas memórias sociais, promovendo-o como um marco identitário (Renfrew e Bahn, 1991: 58; Raposo, 1999: 60; Carbone e Costa, 2007: 3; Morais, 2010: 3; Carvalho, 2010: 52).

2.1.2. O Valor do Património Arqueológico em Meio Urbano

Explorado o conceito de património arqueológico, torna-se, agora, adequado, tratar questões relacionadas com o seu valor em meio urbano, abordado superficialmente no ponto precedente.

Um dos aspetos referidos com mais frequência, são os conflitos de interesse económico que advêm desta prática, onde, por um lado, temos a comunidade científica, interessada no registo e preservação dos vestígios remanescentes e, por outro, as grandes empresas, responsáveis pelas obras nos centros urbanos, cujo papel se encontra focado no cumprimento dos prazos estabelecidos para o término da empreitada (Moita, 1983: 294-295; Silva, 1985: 7-8; D'Encarnação, 1991: 130; Gaspar et al., 1999: 55; Morais, 2010: 2).

Historicamente, a arqueologia urbana surge aquando da necessidade, no pós II Guerra Mundial, de acompanhar o processo de reconstrução das cidades, cujos trabalhos se baseavam na abertura de fundações para a construção de novos edifícios. Tais trabalhos pressupunham um acompanhamento por parte de um arqueólogo, sendo que a cidade de Londres é um dos exemplos que melhor retrata esta situação, pelo facto de, durante as décadas de 50 e 60, terem sido registados inúmeros vestígios da época romana e medieval (Lemos, 1999: 22; Silva, 1985: 7).

Em Portugal, durante os séculos XVIII e XIX, e ainda que de modo muito rudimentar, foram feitos achados fortuitos em cidades como Lisboa, Évora e Coimbra, mas só nas décadas de 60 e 70, com o desenvolvimento das urbanizações em Lisboa, durante as quais foram destruídos diversos arqueossítios, é que foi dado o mote para o início da arqueologia urbana. Braga, perante um processo de urbanização descontrolada (Silva, 1985: 9), terá sido a primeira cidade portuguesa a implementar este conceito através da criação do denominado “campo arqueológico”, que tinha por objetivo proceder ao salvamento de *Bracara Augusta*, sendo que, segundo Lemos (1999: 24) este processo não teve qualquer repercussão negativa no seu crescimento urbano, tendo apenas gerado alguns conflitos de interesse com algumas entidades privadas.

“O interesse dos arqueólogos pela cidade é tão antigo como a própria arqueologia. O espaço urbano antigo, caracterizado por intensa ocupação humana ao longo dos tempos, apresenta normalmente no seu subsolo, importantes vestígios das mais diversas épocas,

despertando a curiosidade científica, não só dos arqueólogos, como dos historiadores em geral” (Silva, 1985: 7)

Parece-nos, portanto, justificável este crescente interesse por parte da comunidade científica relativamente aos patrimónios que se encerram no subsolo urbano que na década de 80 motivaram a realização do I Colóquio de Arqueologia Urbana, que viria a assinalar uma viragem de grande valor para o sector, materializada na reabilitação dos centros históricos de Lisboa e do Porto, patente nas intervenções na Casa dos Bicos e na Rua de D. Hugo, respetivamente (Lemos, 1999: 24). O termo *arqueologia urbana* passaria, agora, a abranger tanto as referidas intervenções nos centros históricos, como também os trabalhos realizados em áreas onde proliferaram antigas urbes (Gaspar et al., 1985: 27). Daqueles resulta uma recolha veemente de espólio, na maior parte das vezes descontextualizado, e que, nem sempre, contribuiu de forma efetiva para um melhor conhecimento da cidade (Gaspar et al., 1999: 55), sendo que a esta prática se associa, frequentemente, a ausência de cooperação entre as diferentes entidades responsáveis por estas ações (Silva, 1985: 10; D’Encarnação, 1989: 210; Lemos e Martins, 1992: 101).

A tabela que se segue, que vem complementar o narrado anteriormente, expõe as ações mais significativas ao nível da arqueologia urbana em Portugal durante a década de 80 – tendo em conta que foi o período durante o qual esta floresceu no nosso país -, sendo que a informação apresentada tem por base elementos expostos por Lemos (1999: 26), presentes numa síntese relativa ao desenvolvimento da arqueologia em meio urbano, desde os seus primórdios, quando ainda não era assim designada, até ao final da década de 90.

Tabela 2: Início da Arqueologia Urbana em Portugal

Data	Ocorrências
1980	<ul style="list-style-type: none"> • Criação do Instituto Português do Património Cultural, provido de uma Departamento de Arqueologia, que passaria a ser responsável pela arqueologia portuguesa até 1997. • Criação de Serviços Regionais de Arqueologia: Norte em Braga, Centro em Coimbra e Sul em Évora.
1981	<ul style="list-style-type: none"> • Início da prática continuada de arqueologia urbana em Lisboa com o trabalho de escavação desenvolvido na Casa dos Crivos.
1982	<ul style="list-style-type: none"> • Descoberta e estudo do <i>Forum</i> de <i>Sellium</i>, na cidade de Tomar.
1983	<ul style="list-style-type: none"> • Desenvolvimento de trabalhos arqueológicos no seio da cidade de Cascais. • Sondagens no Castelo de Gaia à responsabilidade da Universidade do Porto.
1984	<ul style="list-style-type: none"> • Escavações na N° 5 da Rua de D. Hugo, no Porto, coordenada pelos Serviços

	Regionais de Arqueologia do Norte, a pedido, e em articulação, com a Câmara Municipal do Porto. <ul style="list-style-type: none"> • Primeira intervenção arqueológica em meio urbano na cidade de Faro, à responsabilidade de uma equipa da Universidade do Algarve. • Intervenção no Palácio dos Gouveias, em Évora, coordenada pelos Serviços Regionais de Arqueologia do Sul.
1985	<ul style="list-style-type: none"> • Realização do I Colóquio de Arqueologia Urbana, em Setúbal, onde foram apresentados os resultados das intervenções desenvolvidas em várias cidades portuguesas. • Primeiras intervenções na cidade de Chaves.
Final da década de 80	<ul style="list-style-type: none"> • Criação do Gabinete de Arqueologia Urbana da Câmara Municipal do Porto.

Fonte: Elaboração própria, a partir de Lemos (1999)

Diversos autores defendem que a arqueologia urbana deve ser entendida como um meio de preservar o património cultural das cidades, não só pelo seu contributo para a construção da história do espaço urbano - já aqui referido anteriormente -, mas também pelo papel que desempenha na consciencialização dos que nela habitam (Silva, 1985: 8; Carvalho, 2010: 60). Com efeito, o facto de não ter havido um correto planeamento, aquando da vaga de construção que caracterizou os anos precedentes ao início desta atividade, levou a perdas irreparáveis de elementos passíveis de serem integrados na paisagem urbana de forma didática (Más, 1997: 227).

Desta feita, ter a oportunidade de escavar um centro urbano, significa ter o ensejo de desvendar a sua formação e, por conseguinte, pôr a descoberto ruínas portadoras de um enorme significado, por constituírem testemunhos da passagem do tempo e memórias, pois, tal como refere Martínez (1997: 107) *“uma cidade com passado, ao ter uma identidade através da memória, pode evitar a sua morte que se transluz na ausência de pontos de referência e contrastes (...) as ruínas são memória”*.

Vejamos, então, o caso específico do Teatro Romano de Lisboa, aliás referido por vários autores (Moita, 1983: 288; Silva, 1985: 8; Gaspar et al., 1999) e representativo deste “valor” do património arqueológico em meio urbano, ao qual nos referimos como sendo distinto dos demais.

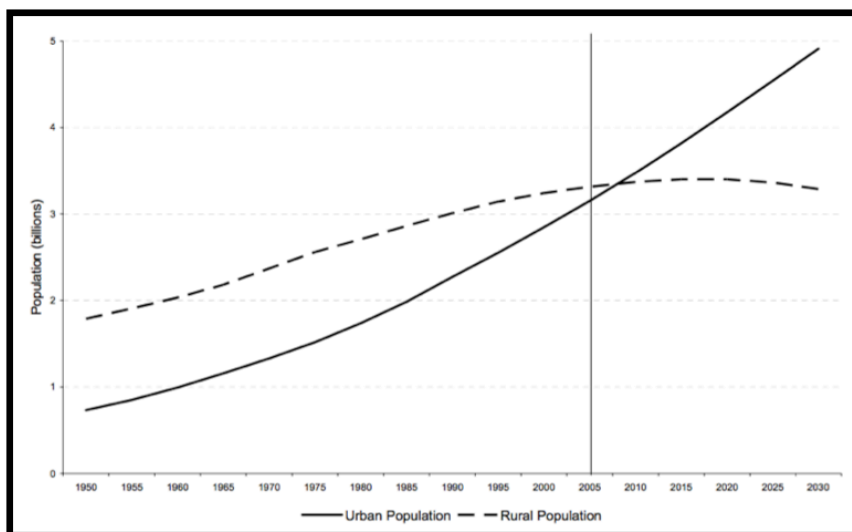
Lisboa, à semelhança de muitas outras cidades, apresenta uma enorme sobreposição de camadas, fruto de todas as épocas vividas pela cidade, às quais se agregaram momentos extremos, como o abalo sísmico de 1755 e inúmeros revolvimentos que tornaram particularmente difíceis os trabalhos de cariz arqueológico, chegando mesmo a *“desmobilizar os arqueólogos por mais de um século da ideia de*

recuperação destas importantes ruínas” (Moita, 1983: 294). Só mais tarde, aquando da expansão da arqueologia urbana, é que se deu início a uma campanha de escavação com o intuito de proteger as ruínas ali existentes, durante a qual ocorreram inúmeras situações de interferência que provocaram suspensões frequentes dos trabalhos e ameaçaram a conservação do espólio e das estruturas exumadas (idem, 295). Para além destas situações, a autora aponta como principais entraves, aspetos transversais a todas as intervenções arqueológicas em meio urbano, como sendo os encargos económicos avultados e a resistência dos proprietários dos edifícios a demolir; as implicações económicas e sociais decorrentes da mudança dos moradores; os problemas com os inquilinos comerciais; e, ainda, os problemas gerados ao nível da circulação na área em questão⁷.

Neste contexto, e indo de encontro à ideia defendida por Más (1997: 227), Barata (1997: 8) afirma que a integração do património arqueológico na paisagem deve ser feita de forma harmoniosa e, no que diz respeito aos centros urbanos, a inclusão das ruínas e a capacidade de as representar enquanto “*testemunhos valiosos da evolução da própria cidade, são possivelmente, um dos mais inteligentes caminhos a seguir em termos da interpretação dos centros históricos*” (Matos, 2008: 35) Contudo, Matos (2008) defende que estes achados não podem, nem devem, travar o processo contínuo de transformação da cidade, e assume que a sua “convivência”, no seio da mesma, pode ser salutar, “*enriquecendo e elucidando o nosso conhecimento da sua própria evolução*”, sendo exemplo disso “*o caso dos panos de muralha preservados e integrados em edifícios, subterrâneos, espaços comerciais, praças*” (idem, 37-38).

⁷ Aquando da palestra “Mouzinho/Flores – Reabilitar e Reviver o Passado”, cujo intuito era dar a conhecer as intervenções arqueológicas mais recentes desenvolvidas no centro histórico do Porto, este foi um dos aspetos referidos.

Gráfico 1: Evolução do número de pessoas nos centros urbanos e áreas rurais



Fonte: Department of Economic and Social Affairs, United Nations, 2006: 2.

Assim, podemos afirmar que o enquadramento urbano é diferente dos demais – por exemplo o rural –, devido ao acentuar dos factores de degradação (ICOMOS, 1987), cuja principal causa é o aumento contínuo da população nas cidades, tal como podemos observar nos dados apresentados no Gráfico 1, que assinala esta tendência até 2030, da qual emerge um confronto entre cidade, em mudança constante, versus, sítio arqueológico, “*isolado, intemporal, que deve ser preservado de uma forma permanente*” (Teller e Warnotte, 2003: 3). Estamos, portanto, perante “*um sistema integrado e complexo de rupturas e continuidades, mudanças e transformações*” (Carvalho, 2010: 52), onde a valorização do património arqueológico promove a requalificação dos espaços urbanos, tanto a nível físico, como a nível da animação urbana, estética e artística (Morais, 2010: 11).

Em suma, devemos pensar a arqueologia como um meio de revitalizar a cidade enquanto espaço multicultural, “*onde se sobressaem a variedade de produções humanas e as diferentes memórias individuais e colectivas, que dão sentido e significado à vida social*” (Carvalho, 2010: 57), e que a tornam um lugar antropológico pela integração de elementos materiais e imateriais representativos de uma comunidade (Fortuna, 2006: 3). O que é facto é que só a arqueologia urbana permite aprofundar as origens de uma cidade (Lemos e Martins, 1992: 94), sendo fulcral vê-la como um recurso a ter em conta no processo de transformação das paisagens (D’Encarnação, 1989: 211) e um caminho

para a renovação dos centros urbanos e promoção do respeito pelos testemunhos do passado (D'Encarnação, 1991: 129-130).

2.2. Rotas Urbanas: Turismo nos Centros Históricos

As cidades, de um modo geral, e a históricas, em particular, congregam grande parte dos turistas a nível mundial (Borg et al., 1996: 306), sendo que algumas, de acordo com o descrito por Donaire e Galí (2008: 436), criaram rotas urbanas que, de certo modo, “domesticaram” o olhar dos seus visitantes, acabando por atuar como um filtro do catálogo de recursos turísticos existentes. O que significa que, qualquer que seja a forma de turismo urbano, o processo de reconstrução destas rotas passa pela seleção e, por conseguinte, rejeição, de determinadas ruas e/ou espaços.

Um olhar atento das tendências que dominam o desenhar dos espaços urbanos, permitir-nos-á verificar que os meios citadinos estão a ser trabalhados em prol do desenvolvimento de práticas turísticas e de lazer. Seja através da criação de novas zonas pedonais, seja pela inserção de elementos que permitam rentabilizar estas áreas (Peixoto, 2003: 224), sendo que, o turismo desempenha, neste âmbito, um papel ativo na sua requalificação, da qual os turistas são indissociáveis, pelo facto de constituírem um componente imprescindível à “*difusão da modernidade e da inovação*” (Martins, 2000: 252).

Assim, o turismo urbano, redescoberto aquando da agudização dos problemas no seio das cidades, conduziu à requalificação referida anteriormente, passando a apresentar a cidade como um “*espaço diversificado e pluralista de criação e fruição cultural, lugar por excelência de geração de modos de cultura variados e entrecruzáveis*” (Lopes et al., 2003: 129), entre os quais emerge o património, como fator a valorizar, enquanto aspeto qualitativo revelador da dimensão histórica da uma cidade (Martins, 2000: 256).

Atualmente, e indo de encontro ao exposto por Peixoto (2000: 10) e Martins (2000: 256), uma das estratégias que tem vindo a ser adoptada, com o objetivo de aumentar o poder de atratividade destes territórios, é a intensificação da “patrimonialização”, patente na corrida ao estatuto de património mundial e à assinatura de acontecimentos como as denominadas capitais europeias da cultura, sendo que para Carr (1994: 52) estas ações beneficiam, profusamente, aquela que o autor designa como sendo umas das maiores indústrias internacionais: a do património.

Desta feita, é inevitável abordar a questão dos centros históricos que, segundo Peixoto (2003: 213) é um conceito que tem vindo a ser reinventado no seio de diversas áreas do conhecimento – urbanismo, geografia, arquitetura, história, antropologia, entre outras -, mas que na sua essência representa “*tudo o que nos arriscamos a perder no contexto de uma urbanização galopante*”, correndo o risco de ficar descaracterizado (Fortuna, 2006: 6). Este conceito deve ser desconstruído a partir das palavras que o compõem – centro e histórico -, tendo em conta que espelha a passagem da ideia de cidade monocêntrica, característica do “*discurso funcionalista do urbanismo e neopositivista da geografia*” (Fernandes, 2010: s/p), para a ideia de um espaço mais complexo, denunciando a existência de uma área mais antiga que se foi tornando, progressivamente, o centro da cidade moderna.

De acordo com o DGOTDU (2005: 128) os centros históricos correspondem ao “*núcleo de origem do aglomerado, de onde irradiaram outras áreas urbanas sedimentadas pelo tempo, conferindo assim a esta zona uma característica própria cuja delimitação deve implicar todo um conjunto de regras tendentes à sua conservação e valorização*”, definição que vai de encontro ao descrito pelo ICOMOS (1987) na Carta Internacional para a Salvaguarda das Cidades Históricas. Esta definição tem reforçado a importância da preservação de valores como o carácter histórico e o conjunto de elementos tangíveis e intangíveis, representativos da identidade de cada cidade (Peixoto, 2003: 217).

Vejamos o ensaio de Donaire e Galí (2008). Parece ser um exemplo a notar neste contexto, tendo em conta que revelou dados bastantes interessantes relativamente ao comportamento dos visitantes no centro histórico, neste caso da cidade de Girona, em Espanha. O intuito deste estudo era melhorar o conhecimento relativamente ao comportamento dos turistas – através da observação direta – e, por conseguinte, perceber de que modo se constroem os espaços turísticos, aludindo ao descrito por quatro investigadores distintos, cujas temáticas de investigação se coadunam com os usos do território pelo turismo.

Assim, baseados em três fatores – dados sociodemográficos, características da visita e perceção geral da cidade e do seu património -, os resultados mostraram que os visitantes, ao entrarem no centro histórico, sem uma imagem previamente definida, apresentam um comportamento que expressa uma lógica de consumo particular de cidades tipicamente medievais, sendo que, entre as rotas estudadas, a mais procurada foi a “Rota das Muralhas”, facto que denunciou um maior interesse dos visitantes pela

cidade antiga. Os autores afirmam que o sucesso deste itinerário se deve, principalmente, a um aspeto: o acesso ser feito pela muralha, que muda, desde logo, a perceção em relação à cidade, pelo facto de oferecer uma visão conjunta da cidade velha, ou seja, o turista tem uma visão mais abrangente, que lhe permite observar os traços característicos do urbanismo e arquitetura medieval, em que a muralha representa o ponto de interseção entre as diferentes áreas da cidade (idem, 442).

O turismo urbano reflete, nos dias de hoje, o *“fascínio exercido pela temporalidade simbolizada nos monumentos e na arquitectura”* (Peixoto, 2003: 218), sendo que as cidades, através dos seus itinerários e caminhos culturais, congregam elementos com imenso significado, como sejam o património e as tradições, testemunhos das diferentes épocas vivenciadas (Council of Europe, 2006: 17), assentes numa *“patrimonialização”* frenética, considerada por alguns autores (Peixoto, 2003: 214-15; Fortuna, 2006: 2) uma estratégia de combate à perda de vitalidade sofrida pelos centros urbanos, em detrimento do crescimento das periferias.

Em suma, podemos afirmar que a requalificação dos centros urbanos constitui uma meta importantíssima a alcançar, não só por questões territoriais, mas também pela *“promoção da cidade nas suas múltiplas vertentes”* (Martins, 2000: 254).

2.2.1. Turismo no Centro Histórico do Porto

Como sabemos, o turismo urbano está presente na generalidade das grandes cidades, marcado, essencialmente, por aspectos como o advento do *“low cost”* e o progressivo aumento do interesse, por parte dos visitantes, pelos espaços mais antigos, que proporcionaram uma forte intervenção a nível turístico (Fernandes, 2010: s/p) e, por conseguinte, uma mudança identitária das cidades, fruto dessa necessidade de regenerar lugares para usufruto turístico (Fortuna et Peixoto, 2002: 2).

O Porto, com o seu centro histórico classificado como *“Património Mundial”* pela UNESCO, desde 1996, e à semelhança de muitas outras cidades, promoveu, ao longo do século XX, uma *“abordagem urbanística aos tecidos antigos”* através *“da protecção de alguns imóveis (em regra por via da sua monumentalidade) e pela demolição de edifícios antigos e construção de novos imóveis”* (Fernandes, 2010: s/p), de que são exemplo as áreas em torno da Ponte D. Luís e Terreiro da Sé. Ou seja, o turismo, tal como refere Martins (2006: 284), legitimou a realização de diversas intervenções urbanísticas, caracterizadas pelo incremento de novos projetos a nível

patrimonial e promocional, cujo intuito era promover a cidade enquanto palco de diferentes oportunidades.

Assim, podemos afirmar que a Invicta passou de um estado deficitário, resultante de anos de desvalorização – décadas de 80 e 90 -, a um território internacionalmente competitivo (Fernandes, 2010: s/p), marcado por um processo de transformação da sua identidade, assinalado pelo despontar de referências culturais baseadas em momentos marcantes, entre os quais se destacam os incontornáveis paralelismos entre a história da cidade e a história do país (Fortuna et Peixoto, 2002: 10). Estamos, pois, perante um processo de criação de imagens, cujo principal objetivo é aumentar a visibilidade do Porto enquanto destino turístico (Martins, 2006: 288).

Desta feita, tendo em mente as transformações que marcaram o sector turístico desde finais da década de 90, torna-se fulcral refletir sobre os aspetos que marcaram o desenvolvimento desta atividade no centro histórico do Porto. Antes de mais, reforçar a inclusão desta área na lista de Património Mundial da UNESCO, tal como já foi referido anteriormente, que, de acordo com alguns autores, representa uma estratégia que visa ampliar o poder de atratividade destes territórios (Carr, 1994: 52; Peixoto, 2000: 10; Martins, 2000: 256); e, ainda, a proliferação das principais tendências do turismo internacional, nomeadamente a facilidade de deslocação, o parcelamento do período de férias e o incremento das deslocações de curta duração (Martins, 2006: 293).

Tabela 3: N° de Passageiros Chegados ao Porto

Mercados	Valores Anuais			Tendência
	2011	2012		
França	672.683	743.059		+ 70.376
Espanha	498.739	450.051	↑	- 48.688
Alemanha	304.431	312.521	↓	+ 8.09
Suíça	270.667	293.462	↑	+ 22.795
Reino Unido	244.851	230.594	↑	- 14.257
Itália	164.809	152.831	↓	- 11.978
Bélgica	85.676	98.221	↓	+ 12.545
Holanda	76.413	71.289	↑	- 5.124
Brasil	52.607	51.078	↓	- 1.529
Luxemburgo	45.121	50.978	↓	+ 5.857
TOTAL	2.540.010	2.568.443	↑	+ 28,433

Fonte: Elaboração própria a partir de dados divulgados pelo Turismo de Portugal baseados nos relatórios publicados pela ANA – Aeroportos de Portugal.

A Tabela 3 teve por base números divulgados pela ANA – Aeroportos de Portugal, através da entidade Turismo de Portugal, e demonstram que, de 2011 para 2012, os dez principais mercados emissores de turistas para o Porto mantiveram-se, com França a liderar. De um modo geral, a análise dos dados permite-nos concluir que o número de passageiros chegados ao Porto aumentou em cinco dos mercados emissores, com maior expressão para o francês e o suíço (provavelmente origem de emigrantes portugueses nesses países), e, por conseguinte, diminuiu nos restantes, com destaque para Espanha (que poderão continuar a vir por vias terrestres), que registou a queda mais elevada.

Tabela 4: N° de Passageiros Chegados ao Porto

Mercados	Valores Totais - 1º Trimestre					
	2011	Posição	2012	Posição	2013	Posição
França	135.051	1º	148.011	1º	161.447	1º
Espanha	103.946	2º	91.133	2º	75.585	2º
Alemanha	59.692	3º	64.038	3º	61.959	4º
Suíça	58.335	4º	59.920	4º	68.891	3º
Reino Unido	53.103	5º	46.785	5º	47.488	5º
Itália	30.468	6º	30.270	6º	21.597	6º
Bélgica	14.627	7º	16.277	7º	16.236	7º
Holanda	14.454	8º	12.669	8º	13.344	8º
Brasil	10.795	9º	10.661	9º	10.923	9º
Luxemburgo	8.786	10º	10.045	10º	10.510	10º

Fonte: Elaboração própria a partir de dados divulgados pelo Turismo de Portugal baseados nos relatórios publicados pela ANA – Aeroportos de Portugal.

Contudo, uma análise comparativa dos dados do primeiro trimestre de 2011 e 2012 em relação aos números mais recentes relativos ao primeiro trimestre de 2013 – Tabela 4 -, apontam uma mudança de posição nos mercados, com a Suíça a “suplantar” a Alemanha, sendo de referir que, segundo a informação contida nos relatórios do perfil do turista do IPDT, Porto e Norte de Portugal, ANA Aeroportos, revela que os visitantes provenientes da Alemanha, vêm, essencialmente, em negócios e, não em lazer, como é o caso dos suíços.

Apesar dos dados apontarem uma mudança no posicionamento dos principais mercados emissores, é importante referir que o 3º trimestre é, por norma, aquele em que o Porto recebe maior número de visitantes, logo, não devemos assumir esta circunstância como definitiva, tendo em conta que os números relativos aos restantes meses do ano não foram, ainda, difundidos.

No que concerne à questão do incremento da facilidade de deslocação, que referimos anteriormente, há que destacar a difusão do segmento *low cost*, que tal como podemos observar na Tabela 4, foi o tipo de voo que mais passageiros fez desembarcar no Porto, com um aumento de 50.404, face aos 12.409, provenientes de voos tradicionais e os 14.396, de voos *charter*.

Tabela 5: N° de Passageiros Desembarcado por Tipo de Voo

Ano	Valores Totais		
	Tradicionais	Low Cost	Charters
2011	1.294.201	1.613.675	55.600
2012	1.281.792	1.664.079	41.204
Tendência	12.409	50.404	14.396

Fonte: Elaboração própria a partir de dados divulgados pelo Turismo de Portugal baseados nos relatórios publicados pela ANA – Aeroportos de Portugal.

Efetivamente, estes dados vão de encontro às informações contidas no Relatório Anual da ANA de 2011, que coloca duas operadores *low cost* – Ryanair, Ltd. e a EasyJet Airlines, Co. Ltd. -, nas três primeiras posições do tráfego aéreo por companhias em 2010 e 2011, juntamente com a TAP Transportes Aéreos Portugueses, S.A..

Assim, reconhecendo o crescimento desta urbe enquanto destino turístico, mostra-se, agora, pertinente abordar aqueles que são considerados pela Entidade Regional de Turismo do Porto e Norte de Portugal e no PENT (2012), como sendo os produtos mais expressivos, e que constituem, atualmente, uma aposta estratégica.

Refira-se, em primeiro lugar, o Touring Cultural e Paisagístico, cujo principal intento, tal como a designação indica, é elaborar e desenvolver rotas e itinerários temáticos que enalteçam os elementos chave de cada região, neste caso monumentos e cidades com um passado histórico relevante, realçando a importância de criar uma oferta estruturada, patente em recursos complementares, isto é, pensar numa rota e nas atividades de lazer e serviços que se podem desenvolver a partir da mesma - reconstituições históricas, melhoria das acessibilidades, articulação dos horários de funcionamento das instituições, entre outros. Em contexto urbano, este poderá representar um elemento dinamizador, dado o crescente número de rotas temáticas que têm vindo a surgir nos últimos anos, de que são exemplo os inúmeros circuitos apresentados no Portal Oficial de Turismo do Porto e no *website* da Porto Tours, fruto de uma compilação dos roteiros e atividades oferecidas pelas diversas operadoras turísticas, com temas que vão desde a gastronomia, até ao património histórico.

Já o City & Short Break é um segmento caracterizado por estadias de curta duração e que se encontra estreitamente ligado ao turismo em meio urbano. O desenvolvimento deste produto constitui uma prioridade para a cidade do Porto, tendo em conta que representa um tipo de turismo com baixa sazonalidade, sendo fulcral apostar na diversificação dos conteúdos através do enriquecimento da oferta ao nível dos museus e monumentos, calendarização de animação local e eventos, e desenvolvimento das Zonas Turísticas de Interesse.

Em suma, numa fase em que segmentos como o *touring* e o *city break* têm ganho expressão, a conjugação dos fatores acima referidos representam um chamariz, sendo fulcral criar uma oferta articulada, baseada em alojamento de boa qualidade, boas acessibilidades e meios de transporte e, acima de tudo, conteúdos culturais diversificados, que enalteçam a riqueza patrimonial deste núcleo urbano e promovam diferentes formas de entretenimento.

2.2.1.1. Perfil e Motivações dos Visitantes

A cidade do Porto é, frequentemente, associada à sua vincada cultura popular patente na hospitalidade e simpatia de receber do nosso povo, facto que aliado ao vasto e rico património do centro histórico classificado como Património Mundial da UNESCO, à gastronomia e às tradições, constituem um importante fator de diferenciação, tendo em conta que contribuem para a representação de uma identidade cultural. Resta saber em que medida o visitante apresenta modelações que explicam e ativam esta associação.

A descrição do perfil e das motivações dos visitantes, que irá ser feita ao longo deste ponto, teve por base um estudo do IPDT, Porto e Norte de Portugal, ANA Aeroportos relativo aos anos de 2010 e 2011, e vai, de certo modo, de encontro ao descrito no ponto 1.2.1.1. desta dissertação.

De acordo com os dados apresentados nas tabelas do Anexo III, podemos afirmar que:

- I. A principal razão da visita ao PNP foi o lazer e, entre as principais motivações encontram-se férias, visita a familiares/amigos e estudos, com situações pontuais de referência a eventos culturais e /ou desportivos;
- II. Cerca de 80% das pernoitas foram feitas no Porto, predominantemente, em hotéis, casa de familiares/amigos, pensões e albergues/residenciais;
- III. A maioria revelou ter viajado acompanhado;

- IV. A globalidade das viagens foi organizada pela internet, sendo de referir que a percentagem de marcação por agência de viagens se mostrou bastante baixa quando comparada com a primeira, mas, ainda assim, revela um ligeiro aumento nos segundo e terceiro trimestre de 2010;
- V. Relativamente às atividades desenvolvidas, há uma tendência assinalável para as categorias “Fazer compras” e “Experimentar Gastronomia”, sendo que a segunda dominou por completo o ano de 2011, e as restantes categorias – “Paisagem”, “Visitar Monumentos”, “Comprar Artesanato”, “Ir à Praia” e “Passeios de Carro” -, foram alternando de posição consoante a época do ano em questão;
- VI. O mercado emissor mais expressivo é o francês, facto que vai de encontro aos dados apresentados na Tabela 2;
- VII. Entre os motivos de escolha do PNP como destino, destacam-se as categorias “Alojamento”, “Património”, “Beleza Natural”, “Preço”, “Clima” e “Localização”;
- VIII. Ao nível das habilitações académicas predominam visitantes com estudos ao nível do Ensino Superior;
- IX. Quanto ao género, verifica-se uma percentagem mais elevada do feminino em 2010, que no ano seguinte é suplantada pelo aumento do número de elementos do género masculino ao longo dos quatro trimestres;
- X. A faixa etária predominante é a dos 19-25 anos, seguida da 31-40 anos; e
- XI. As companhias aéreas com mais expressão são as *low cost* – Ryanair, Ltd. e a EasyJet Airlines, Co. Ltd -, indo de encontro ao exposto na Tabela 4.

Assim, aludindo às características apresentadas, é-nos possível estabelecer paralelismos com o segmento da oferta que pretendemos desenvolver no âmbito desta dissertação, nomeadamente o facto de estarmos perante turistas com um nível de formação cada vez mais elevado e, por conseguinte, pessoas mais informadas e exigentes; e, o facto do património e da visita aos monumentos surgirem enquanto principais motivações de visita ao PNP e entre as atividades desenvolvidas mais expressivas no Porto, respetivamente.

Em suma, penso que é notório o crescente interesse, por parte dos visitantes, na cultura e património, realidade que, aliada à segmentação do mercado turístico, nos permite analisar novas ofertas com base na nossa herança cultural, de que é exemplo o

património arqueológico do Porto, que se encontra, ao momento, subaproveitado, sendo, agora, pertinente, explicar o seu potencial a esse nível.

2.3. Potencial Arqueológico Portuense

“Não é a história da cidade que se pretende dar a conhecer. Apenas alguns momentos desse tempo longo que ainda está por contar.”

Osório, 1993/1994: Nota de Abertura “O Porto das Mil Idades. Arqueologia na cidade”

Reconhecendo a ascensão do Porto enquanto destino turístico, pareceu-me interessante reunir os aspetos arqueológicos passíveis de servir o turismo, através da criação de um roteiro e, por conseguinte, de um novo elemento na oferta cultural da cidade, direcionado não só para o turista comum, mas também para os investigadores desta área de conhecimento. Apesar do percurso se encontrar delimitado pelo centro histórico, penso que será interessante, não só dissertar sobre as intervenções nesta área, mas também apontar as que foram tendo lugar noutras áreas da cidade (Anexo IV) e que, à semelhança das anteriores, contribuíram para melhorar o conhecimento acerca da ocupação deste território.

Efetivamente, em meados da década de 80 tiveram início diversos trabalhos arqueológicos na cidade, sendo de notar que a informação existente até então derivava de achados feitos à superfície, estudos de cariz geológico ou até notas provenientes de grandes obras e das intervenções levadas a cabo por Mendes Correia. A par da denominada “arqueologia urbana” desenvolveram-se várias intervenções de salvamento em alguns locais do centro histórico, que suscitaram o interesse dos investigadores, acabando por conduzir à criação de uma estrutura municipal dedicada a este sector – o Gabinete de Arqueologia Urbana (CMP, 1993: 9).

De acordo com Silva (2000: 56), os primeiros testemunhos da presença do Homem em território nacional e, mais concretamente, na região do Porto, remontam ao Paleolítico Inferior, mas no que ao centro histórico do Porto diz respeito, os trabalhos de investigação realizados mostram que o início da ocupação desta zona, porventura propiciadora de recursos complementares, teve início no Calcolítico Final/Bronze Inicial, sendo esta ideia corroborada pela descoberta arqueológica de um perfil triangular

em sílex na Casa do Infante, que se pensa ser a única estação pré-histórica documentada no seio da cidade (Real et al., 1992 citado por Silva, 2000: 64).

Apesar deste indício, o espaço que veio a conferir maior personalidade a esta região, desde a Proto-História, foi o Alto da Pena Ventosa ou Morro da Sé, onde teve origem o burgo portuense. Esta área da cidade foi alvo de intensas campanhas de cariz arqueológico que permitiram definir diversas fases de ocupação desde a Idade do Bronze - 1000/900-750/700 a.C. - até ao início da Romanização com a campanha de Décimo Júnio Bruto em 138-136 a.C., que concedeu à Rua de D. Hugo a designação de “arqueossítio fundador”, tendo em conta que se tornou “*mais um testemunho da evolução do habitat castrejo com afirmação de fácies regionais*” (Silva, 2000: 73), representativo de uma expansão demográfica notória.

Entre os diversos locais escavados no centro histórico do Porto, o denominado arqueossítio fundador é o caso mais representativo “*do papel insubstituível que a prática arqueológica tem na recuperação do património urbano e na produção de conhecimento histórico*” (CMP, 1993: 15), pois tal como se encontra descrito no documento que procedeu da exposição “Porto das Mil Idades”, a estratigrafia detectada no interior do edifício onde atualmente se encontra implantada a Ordem dos Arquitetos Portugueses, “*assemelha-se a uma página de livro da História da Cidade do Porto*”, representada através de vinte estratos e diversas estruturas que testemunham uma ocupação contínua superior a 2500 anos e, por conseguinte, denunciam a organização do velho burgo.

No Porto, a casa nº 5 da Rua de D. Hugo é um dos casos mais bem sucedidos de recuperação de património arqueológico em meio urbano, tendo em conta que a sua concretização foi possível devido à estrita cooperação desenvolvida entre o CRUARB, o promotor da obra e os especialistas em história urbana e arqueologia, cujo processo culminou na adaptação do imóvel com o objetivo de valorizar as ruínas. Todos os aspetos foram pensados por forma a garantir uma interpretação fácil das estruturas remanescentes e, possivelmente, a continuação dos trabalhos arqueológicos na área envolvente (Osório, 1993/1994: 24).

À semelhança do arqueossítio, e igualmente inserido no centro histórico, encontramos o exemplo da Casa do Infante, classificada como monumento nacional, objeto de obras de restauro para, posteriormente, albergar o Arquivo Histórico Municipal do Porto, que promoveu um projeto de transformação das instalações com o intuito de criar “*condições para uma intervenção arqueológica que permitisse*

desenvolver a investigação já iniciada e preservar os vestígios existentes no sentido de os valorizar e integrar no projecto” (idem, 35), entre os quais se destaca um elemento singular: um pavimento em mosaico descoberto aquando das escavações arqueológicas, figurativo da importância desta zona ribeirinha durante a época romana.

Assim, como se sucedeu com os vestígios preservados na Rua de D. Hugo, também na Casa do Infante se tentou promover o envolvimento da população no processo de revitalização dos vestígios, sendo exemplo disso as diversas iniciativas que foram/vão sendo feitas neste e noutros locais da cidade, com o objetivo de sensibilizar o público para a importância do estudo e da salvaguarda do património arqueológico portuense (idem, 42), de que é exemplo o workshop “Peça do Mês”. Também merecedor de ressalva, é o caso do Largo do Colégio, que, devido à complexidade das estruturas exumadas, chegou a ser alvo de um projeto municipal de conservação e musealização, adquirindo o estatuto de arqueossítio (Cleto e Varela, 2000: 135).

Tabela 6: Iniciativas de divulgação do património arqueológico do Porto

Ano	Designação	Organização	Descrição da atividade
2007	<ul style="list-style-type: none"> Ciclo de Conferências “De Portucale a Portugal: O nascimento de um País” Festa na Baixa 	<ul style="list-style-type: none"> Casa do Infante em colaboração com o Dr. Luís Caballero Zoreda, investigador do Consejo Superior de Investigaciones Científicas de Madrid Centro Nacional de Cultura 	<ul style="list-style-type: none"> 3ª Conferência “Entre hispano-visigodos, muladies, moçárabes e repovoadores: arquitetura e arqueologia” Atividade desenvolvida no Museu Natural da Faculdade de Ciências do Porto caracterizada por uma intervenção na Sala de Arqueologia, com o intuito de criar “<i>paralelismo contextuais entre o utensílio/objecto da ancestralidade e a sua função na actualidade</i>” (CMP, 2007)
2011	Campo de Férias “Jovens arqueólogos na Casa do Infante”	Departamento de Cultura da Câmara Municipal do Porto	Esta iniciativa visava promover o contacto dos mais jovens com a Arqueologia, “ <i>tendo como grande premissa a sensibilização para esta profissão e a sua importância no âmbito do património cultural da cidade</i> ” (CMP, 2011). As atividades compreenderam o processo de tratamento básico dos fragmentos cerâmicos encontrados aquando da escavação arqueológica realizada na Casa do Infante e a visita ao museu e arquivo histórico da cidade.
2013	Escavações Arqueológicas no Centro Histórico	Empresa Empatia, Arqueologia, Lda. e Sociedade de Reabilitação Urbana/Porto Vivo	Visita guiada, conduzida pelo arqueólogo Gabriel Pereira, às intervenções arqueológicas em curso, à data, na obra de reabilitação urbana do eixo Mouzinho/Flores, mais especificamente no Largo dos Lóios e na Rua Mouzinho da Silveira
	<ul style="list-style-type: none"> Debate 	<ul style="list-style-type: none"> Empresa Empatia, 	<ul style="list-style-type: none"> O objetivo deste debate é dar a conhecer

2014	<p>“Mouzinho/Flores – Reabilitar e Reviver o Passado”</p> <ul style="list-style-type: none"> • O arqueossítio da Rua de D. Hugo e as Origens do Porto • Memórias dos Guindais 	<p>Arqueologia, Lda.</p> <ul style="list-style-type: none"> • Divisão Municipal de Museus e Património Cultural • Universidade Lusófona do Porto 	<p>os resultados das intervenções arqueológicas e, por conseguinte, estabelecer a relação com outras ocupações e construções da cidade. Um dos intervenientes será o arqueólogo André Nascimento, da empresa responsável pelos trabalhos arqueológicos desenvolvidos nesta área.</p> <ul style="list-style-type: none"> • O arqueossítio da Rua de D. Hugo Nº 5 corresponde ao testemunho mais expressivo da evolução urbana do Porto. • O intuito desta visita é mostrar a história e as vivências de dois dos locais mais emblemáticos do centro histórico do Porto: a Muralha Fernandina e as Escadas dos Guindais.
------	---	--	--

Fonte: Elaboração própria⁸.

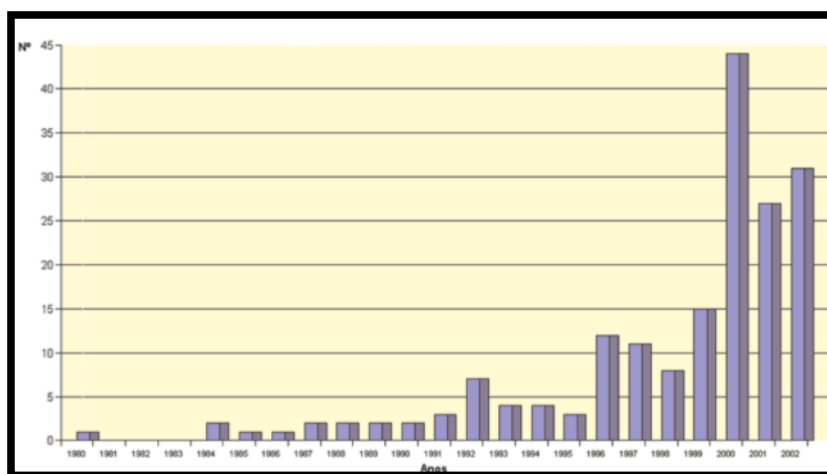
A Tabela 6 expõe algumas das iniciativas referidas anteriormente, que, apesar de não serem profusas, demonstram o crescente interesse das entidades públicas e privadas ligadas à arqueologia em promover e dinamizar este património junto do público, entre as quais devemos salientar a importância das últimas intervenções desenvolvidas no centro histórico.

Os três locais mencionados antes, juntamente com a Muralha Fernandina, são, efetivamente, os mais notáveis, tendo em conta que representam os escassos vestígios da ocupação primitiva da cidade, que persistiram até aos nossos dias em meio urbano, sendo que as intervenções arqueológicas mais recentes também se revelaram bastante frutuosas. Entre as estruturas descobertas, apenas um lajeado se encontra visível, no Largo de São Domingos, tendo sido feito o seu levantamento e, posteriormente, a sua realocação, facto que, aliado ao enorme potencial da cidade, comprova a dificuldade em preservar todos os vestígios, principalmente em contextos urbanos, pois, tal como já foi referido, estes revelam maiores dificuldades à preservação e manutenção das estruturas arqueológicas.

No que concerne ao número de intervenções efetuadas, podemos observar no Gráfico 2 que, desde 1984 até 2000 (Anexo V), houve um crescimento exponencial, ao qual se seguiu uma quebra e, novamente, um ligeiro aumento, embora não estejam contemplados os valores investidos nem as áreas.

⁸ A presente tabela teve por base informações oficiais, procedentes de uma pesquisa – através da palavra-chave “arqueologia” - na Agenda de Eventos da CMP, cuja divulgação é feita no seu *website*: <<http://www.cm-porto.pt/gen.pl>>.

Gráfico 2: Intervenções Arqueológicas no Porto entre 1980 e 2000



Fonte: Silva, 2003: 38

Realizaram-se cerca de trezentas intervenções arqueológicas, entre escavações, sondagens, acompanhamentos de obras, entre outros, que proporcionaram o reconhecimento do potencial arqueológico portuense, através da inclusão de zonas de proteção e potencial em documentos como o PDM, que estabelece uma metodologia que “*visa não só a salvaguarda da informação arqueológica posta em risco pelas necessidades do desenvolvimento urbanístico, mas também a centralização do conhecimento resultante das intervenções e sua disponibilização a qualquer interessado*”⁹.

Face a isto, torna-se pertinente salientar um dos aspetos que tem vindo a ser discutido na literatura e que foi debatido recentemente no âmbito do Dia Internacional dos Centros Históricos, aquando da apresentação da recente intervenção arqueológica desenvolvida no eixo Mouzinho-Flores: o interesse do público pelo trabalho de escavação. Autores como Molinero e Guijarro (2006: 129) e Tresserras (2004: 2) afirmam que o público que procura conhecer a cultura de um povo, encontra-se motivado pelo desejo de aprender. Logo, a sua participação na escavação é uma opção que permite partilhar as vivências dos profissionais, constituindo uma nova forma de descobrir a arqueologia e foi esse mesmo aspeto que veio a ser confirmado, patente na curiosidade demonstrada, tanto pelos portuenses, como pelos visitantes, nos trabalhos em curso. E, apesar de, inicialmente, as intervenções serem vistas como um entrave ao

⁹ Panfleto “*Sob o chão que pisamos...Olhares da Arqueologia sobre o Passado do Porto*”, Pelouro da Cultura, Turismo e Lazer - Câmara Municipal do Porto.

bom funcionamento dos estabelecimentos comerciais situados na área em questão, a atitude do público perante estas ações acabou por clarificar a importância do património enquanto factor de atração na cidade, diminuindo assim os atritos que caracterizam a conjugação destas duas atividades.

Desta feita, se refletirmos sobre o binómio arqueologia/meio urbano, percebemos que a *“destruição é um fenómeno imanente ao próprio ser cidade”* (Osório, 1993/1994: Nota de Abertura “Porto das Mil Idades”), tal como é o ato de escavar, daí a importância de conceber novas formas de apresentar este património, onde a tecnologia surge como um meio de reconstruir as estruturas remanescentes, através da criação de paralelismos com outros sítios arqueológicos. E, apesar de autores como Guillaume (1980: 105) defenderem que qualquer objeto, que seja submetido à museografia, muda de estatuto, porque perde a sua essência para submeter-se a determinadas funções, desinserido de uma estrutura simbólica, a verdade é que, no caso do Porto, o uso da tecnologia poderá tornar-se uma necessidade, tendo em conta que a generalidade dos vestígios se encontram subterrâneos e, de outra forma, não nos é permitido dar a conhecer muitas das descobertas feitas nas últimas décadas.

Em suma, conjugando os vestígios que persistiram até aos nossos dias, com aqueles que se encontram inumados nas ruas da nossa cidade, podemos afirmar que estão reunidos elementos exequíveis à elaboração de um itinerário de cariz cultural, cujo principal recurso são as descobertas arqueológicas patentes nas ruínas existentes e na documentação relativa às intervenções desenvolvidas no centro histórico, que revelam muitos outros aspetos sobre a dinâmica de evolução da cidade e da história das suas gentes, ao longo das diferentes épocas.

3. MARKETING E COMUNICAÇÃO DO PATRIMÓNIO

O presente capítulo tem por intento dissertar sobre o conceito de marketing para, posteriormente, abordar a sua importância no seio da divulgação e comunicação do património, aplicável, concretamente, ao estudo de caso selecionado.

3.1. Conceito de *marketing*

Refletir sobre o conceito de marketing é, inevitavelmente, estabelecer uma distinção entre aspectos caracterizantes a economia à época da Revolução Industrial, e o surgimento de uma “nova economia”, caracterizada pelo desenvolvimento de negócios à escala global, no seio de um mercado extraordinariamente competitivo, do qual emerge a necessidade de adaptação dos produtos aos consumidores e o papel da tecnologia, enquanto meio de desenvolvimento de novos segmentos da oferta e meio de divulgação/comunicação de novos produtos (Kotler, 2000: 1-2; Misiura, 2006: 13).

De acordo com Misiura (2006: 3), a noção de marketing surgiu por volta de 1900, numa fase em que, às empresas, apenas interessava escoar a sua produção, tendo em conta tudo aquilo que era produzido era, desejavelmente, vendido, facto que indica que o marketing ainda não tinha, nesta época, qualquer relevância. Contudo, a partir dos anos 30, após a Grande Crise, que reduziu a capacidade de consumo, começaram a acumular-se *stocks* e o marketing começa, então, a ganhar alguma expressão, desempenhando um papel fulcral ao nível da distribuição e venda de produtos industriais, à qual se associou o despontar de novos serviços de vendas e novas relações entre produtores e distribuidores, em que a publicidade assumiu o papel de principal estímulo à procura.

Desta feita, só após os anos 50 se dá o triunfo do marketing, que viria a colmatar a necessidade das empresas corresponderem às preferências dos seus consumidores, sendo que o novo conceito se baseia na combinação de uma integração funcional com técnicas de promoção, que permitiram ao marketing tornar-se o elemento-chave da organização de muitas empresas e negócios. Face à crescente importância atribuída ao consumidor, o campo de ação do marketing alarga-se a outros sectores não comerciais e começa a afastar-se, progressivamente, do conceito de comunicação para massas, para se iniciar uma abordagem cada vez mais individualizada.

Assim, indo de encontro à definição apresentada por Kotler (2003: 5), marketing é criar, promover e distribuir bens e/ou serviços a consumidores e comerciantes, ao qual estão associados dez tipos de elementos, entre os quais, bens, serviços, experiências, eventos, pessoas, lugares, propriedades, organizações, informação e ideias, que estão na base da conceção de um produto e/ou serviço para um cliente alvo, com o objetivo de motivar a sua compra, tendo por base os requisitos exigidos pelos clientes.

Estamos, portanto, perante uma área de ação que abrange uma componente social e de gestão, sendo que a primeira representa o processo através do qual pessoas, a título individual, ou grupos, obtêm o que necessitam e ambicionam, através da criação, oferta e troca de produtos e/ou serviços de valor. E a segunda, encontra-se relacionada com o incremento do conhecimento relativamente ao consumidor e, por conseguinte, do produto e/ou serviço que melhor se adequa, ou seja, trata-se de tornar algo disponível, com base nessa percepção (Drucker, 1999 citado por Kotler, 2003: 9).

Figura 4: Os Quatro Componentes do Marketing-Mix



Fonte: Kotler, 2003: 16

A *American Marketing Association* (2013), por sua vez, defende que o marketing, nas suas diversas vertentes, representa o processo de planeamento e concretização da conceção, atribuição de preço, promoção e distribuição de ideias, bens e serviços, passíveis de serem permutados para satisfazer intentos individuais e coletivos. Isto é, e indo de encontro ao descrito por Kotler (2003: 9-15), o marketing auxilia-nos na tarefa de delimitação dos mercados-alvo e segmentação e, por conseguinte, no posicionamento do produto no mercado, assim como na percepção das

necessidades e desejos do consumidor – a procura -, com o objetivo de criar uma marca que seja, imediatamente, associada a um bem e/ou serviço, processo ao qual estão inerentes os designados canais de distribuição, passíveis de servirem esse produto e/ou serviço e, consequentemente, os elementos que são parte integrante dessa cadeia – *marketing mix*.

Logicamente, a introdução de novos produtos e/ou serviços acarreta alguns riscos, tendo em conta que não sabemos o nível de aceitação que o mesmo vai usufruir até ser introduzido no mercado (Misiura, 2006).

3.2. Importância do Marketing enquanto factor de valorização do património

De acordo com Kotler (2000: 2) e Misiura (2006: 2), quando refletimos sobre o marketing e a sua relação com o património, percebemos que o seu propósito não é tanto a obtenção de lucros, mas sim a possibilidade de regenerar um lugar através da conservação da sua paisagem e/ou património, sendo importante referir que, no âmbito do turismo cultural, é inevitável que ocorra um processo de “comercialização”, que, segundo Kotler (2000: 4), é anterior à segmentação que caracteriza o marketing.

Desta feita, a essência do processo de comercialização do património encontra-se relacionada com o que o consumidor deseja, que, por sua vez, vai de encontro à necessidade de proteger o património e a história de um determinado local (Misiura, 2006: 2), facto que nos permite enquadrar este processo em duas das categorias integrantes do marketing apresentadas anteriormente: as experiências e os lugares. A primeira, consiste na conjugação de diversos serviços e/ou bens, que uma instituição pode utilizar, com o intuito de introduzir um novo produto e, por conseguinte, atrair novos clientes. O segundo, baseia-se no poder de atratividade das cidades, regiões e/ou países e, conseqüentemente, nas ações que estes desenvolvem com o intuito de atrair visitantes, negócios, novos residentes, entre outros (Kotler, 2003: 7), denunciando o aparecimento do “marketing cultural”, que atua como uma forma de “*criar notoriedade, impulsionar visitas e aumentar receitas*” a partir do património (Lima e Gaspar, 2013: 1).

O facto da cultura e do património se terem tornado, progressivamente, um elemento vital à economia e à revitalização urbana, levou ao incremento das estratégias de desenvolvimento deste segmento, com o intuito de promover uma adequação ao mercado vigente, ou seja, emerge a necessidade de aprofundar conhecimentos relativamente aos designados “turistas culturais”, às suas motivações, para, posteriormente, elaborar estratégias de marketing e de planeamento adequadas a contextos distintos (Alzua et al., 1998: 2-3). Este aspecto, quando contextualizado no fenómeno de globalização da economia, permite-nos reconhecer uma standardização dos hábitos e das práticas das sociedades ocidentais, que tiveram um grande impacto na gestão dos paradigmas que se encontram na base do fenómeno das indústrias culturais (Valle et al., 2010: 92). Misiura (2006: 3), indo de encontro a esta ideia, afirma que a

definição de um *target* é parte integrante do processo de satisfação dos mercados, sendo que o surgimento do marketing patrimonial parece coincidir com a expansão e reconhecimento do marketing como disciplina na América do Norte nos anos 1950, fase durante a qual se procurou captar a atenção dos visitantes para as políticas de conservação, que deram origem aos primeiros planos de marketing e a atividades promocionais direcionadas para esta vertente.

O marketing patrimonial, especificamente no âmbito do turismo cultural, pressupõe um conjunto muito equilibrado de atividades, tendo sempre em mente questões como a identidade – abordadas no ponto 1.2.1.2. -, intimamente vinculadas às heranças culturais que integram os produtos turísticos culturais (Misiura, 2006: 6-7). Walker (2010: 19), por sua vez, defende que é fundamental ter um conhecimento aprofundado da comunidade que recebe os turistas, quando se trata de um projeto baseado na sua identidade cultural, aspecto que vai de encontro ao defendido por autores como Alzua et al. (1998: 12) e Hasan e Jobaid (2014: 40), que defendem que os responsáveis pelos diferentes tipos de atrações culturais e/ou patrimoniais, devem ser capazes de encontrar parcerias com o objetivo de desenvolver estratégias de marketing conjuntas, assentes na estreita cooperação entre todas as entidades ligadas ao turismo e atividades adjacentes, caso contrário as mesmas cairão por terra.

De acordo com o exposto por Hasan e Jobaid (2014: 41), o património constitui algo de valor, que é herdado, facto que permite adequar as mensagens a passar, isto é, se tiver valor pessoal, falamos de família ou de herança pessoal; se tiver valor comum ou nacional, falamos de “*nossa herança*” ou “*nosso património*”. É, então, nesta perspetiva que atua o marketing patrimonial, como uma “celebração” de um ou mais aspectos do passado (Misiura, 2006: 14), sendo que esta autora chega mesmo a afirmar que o marketing desempenha um papel de grande relevância, no que concerne a trazer a história e aspectos do nosso passado a público, através de um direcionamento adequado dos consumidores.

Diversos países, entre desenvolvidos e em vias de desenvolvimento, adaptaram os conceitos e as ferramentas de marketing para atrair turistas culturais aos seus países - o designado marketing turístico -, que pressupõe uma união de esforços com vista a alcançar a satisfação dos turistas, disponibilizando-lhes serviços melhorados, passíveis de “transformar” potenciais turistas em turistas efetivos (Hasan e Jobaid, 2014: 40), o que significa que o marketing aplicado ao património é um disciplina que permite aos decisores políticos, e aos restantes intervenientes neste processo, transformar o

património cultural, tangível e intangível, em produtos turísticos comercializáveis (ROMIT, 2006: 1).

Assim, o papel dos profissionais do marketing perante o património é perceber a relação inerente aos diferentes grupos de consumidores, com o intuito de criar oportunidades lucrativas, que não precisam de ser contabilizadas, necessariamente, em termos de valor imediato, mas também pelas emoções e a nostalgia, que constituem elementos demonstrativos do envolvimento dos visitantes com determinados lugares, realçando, assim, o papel do marketing enquanto difusor de experiências relevantes, não só a nível simbólico, mas também material (Misiura, 2006: 81).

Estamos perante um segmento da oferta turística altamente competitivo e orientado para o mercado, sendo que o marketing, enquanto elemento crítico do património, auxilia-nos na compreensão da natureza da demanda, permitindo-nos conceber e desenvolver produtos e estratégias promocionais, em consonância com as necessidades e expectativas dos visitantes (Light e Prentice, 1994: 27), circunstância que pressupõe uma monitorização constante dos diferentes segmentos turísticos e um conhecimento minucioso das suas características psicográficas (Misiura, 2006: 80-81; ROMIT, 2006: 8).

Na base das estratégias de marketing patrimonial, e do marketing em geral, está a comunicação que, se for bem sucedida, permitir-nos-á demonstrar aos visitantes que temos algo que eles necessitam ou do qual vão beneficiar, sendo que o produto oferecido colmata a referida necessidade, melhor do que qualquer outra entidade (ROMIT, 2006: 11). A comunicação representa um elemento essencial à indústria do turismo, tendo em conta que o consumidor não tem oportunidade de experimentar o produto, o que indica que os slogans e/ou imagens usadas devem ser cuidadosamente testados antes de serem publicadas/os. Interessa-nos criar uma lembrança na memória dos consumidores, que, no caso do património, abrange lugares, pessoas e impressões gerais, facto que, aliado ao crescente número de visitantes ansiosos por novos saberes, permite ao marketing explorar um “marca” baseada na comercialização de uma experiência autêntica, num lugar único (Misiura, 2006: 169-170).

Contudo, é importante salientar que as estratégias de marketing para o património não podem passar apenas pela divulgação e publicidade nos diferentes meios de comunicação, mas também pela ilustração adequada da oferta e por proporcionarem um experiência enriquecedora (Correia e Brito, 2010: 2; Hasan e Jobaid, 2014: 41), que é, essencialmente, aquilo que os visitantes de hoje procuram, ou seja, outra das tarefas

fundamentais do marketing é averiguar a opinião do consumidor relativamente ao divulgado, tentando perceber se o mesmo se sentiu defraudado, ou, então, se o local foi de encontro ao esperado (ROMIT, 2006: 14).

No que concerne ao património arqueológico, Alcaide e Feliu (2008: 70-71) defendem que o objetivo último da arqueologia é dar a conhecer os resultados das suas investigações à sociedade, sendo que a necessidade de divulgação deste património remete para o facto de alguns lugares, por não terem condições adequadas ao desenvolvimento de outros segmentos turísticos, investem noutros atrativos, nomeadamente os culturais. O marketing, por sua vez, cumpre o papel fundamental de difusor do património arqueológico, seja através de publicações escritas, que têm um carácter permanente muito mais longo, quando comparados com as publicações de consumo imediato, seja através de folhetos informativos, que divulguem este património como um elemento de consumo turístico.

Morais (2010: 6-8), aludindo ao conceito de “turistificação do património”, argumenta que a conversão do património arqueológico num recurso, “*passa pela delineação de uma estratégia de promoção deste recurso, com vista à sua adequação para o turismo*”, introduzindo a questão do marketing territorial que, segundo Ramírez (2011: 226), representa uma ferramenta de competitividade no seio da atividade turística, em que os diferentes intervenientes têm em vista o enaltecimento dos seus destinos no panorama internacional, através da oferta de atrativos singulares. Mas, para além do carácter divulgativo, o marketing tem também um papel de relevância na proteção e conservação dos sítios arqueológicos, tendo em conta que a sua identificação e registo permitirá assegurar estes recursos patrimoniais (Hasan e Jobaid, 2014: 47).

Numa era caracterizada por fortes mudanças a nível social, económico e cultural, os profissionais do marketing atuam como uma ferramenta de identificação dessas mudanças, reconhecendo-lhes novas oportunidades ou ameaças (Kotler, 2000: 177; Bessa et al. 2005: 540), sendo que, no que ao património diz respeito, o marketing, ao definir *targets*, permitir-nos-á aprofundar conhecimentos relativamente aos designados “turistas culturais” e, por conseguinte, promover uma adequação das estratégias de comunicação a cada segmento patrimonial, atraindo um número maior de visitantes a determinado local, seja por via de imagens, seja por via textual, numa perspetiva de “educação do consumidor”. Dá-se, assim, um exercício de influência e incentivo ao consumo de determinado produto, enaltecendo, não só, as suas qualidades mais evidentes, mas também as suas qualidades intrínsecas, sendo que, para além da

divulgação da nossa riqueza patrimonial, são também disseminados os serviços passíveis de ser associados a este segmento - oferta a nível hoteleiro, de restauração, animação noturna, entre outras -, que se desenvolvem em áreas adjacentes a estes sítios.

Em suma, o marketing assegura a vivacidade do património, no seio de um mercado turístico cada vez mais competitivo, onde, a todo o momento, emergem novos segmentos, assim como o seu desenvolvimento sustentável, enquanto atração turística. O património é valorizado pelo marketing, porque é entendido como um elemento estratégico passível de promover a revitalização dos meios em que se insere e uma renovação da sua imagem. Não pode, contudo, contribuir, para a artificialização do produto, antes para trazer à superfície a originalidade/especificidade do património.

3.3. Inserção de um Produto Turístico no Mercado

Como pudemos ver, o marketing tem o poder de aproximar os consumidores às organizações, tendo em conta que nos subsidia a possibilidade de criar uma marca, que no caso do património, Misiura (2006: 239) designa como “*heritage branding*”, uma ferramenta bastante útil para o desenvolvimento de novos mercados. E o património, por sua vez, também pode e tende a ser considerado uma ferramenta para o marketing, estando na base de diversas campanhas promocionais de diversos países (idem, 252).

Aludindo ao caso em estudo – o património arqueológico em meio urbano como recurso turístico -, podemos falar de marketing turístico urbano, que, segundo Bessa et al. (2005: 542), representa um conjunto de ações e estratégias de planeamento e desenvolvimento urbano e turístico, com base na história, memória e identidade cultural – a nível local -, que demonstra a importância do processo de planeamento de um produto/negócio descrito por Kotler (2003: 102).

Mostra-se, agora, pertinente averiguar as potencialidades e fragilidades inerentes a este processo, assim como as oportunidades procedentes do mesmo e as ameaças passíveis de afetarem a sua introdução no mercado.

3.3.1. Património Arqueológico em Meio Urbano: Análise SWOT

A análise SWOT será uma forma de avaliar, ou fazer um diagnóstico das possibilidades de considerar o património arqueológico como um produto passível de atração turística.

Tabela 7: Análise SWOT – Património Arqueológico em Meio Urbano

<p>Forças</p> <ul style="list-style-type: none"> • Diversidade e riqueza histórico-cultural; • Avultado valor científico; • Património envolto em misticismo, facto que desperta uma enorme curiosidade entre os visitantes; • Dinamização do espaço urbano; • Boas acessibilidades; • Existência de oferta complementar, como gastronomia, museus, alojamento, sistema de transportes e outros monumentos; • Património reconhecido internacionalmente; • Possibilidade de observar trabalhos arqueológicos em curso. <p>Respostas</p> <ul style="list-style-type: none"> • Elaboração de circuitos arqueológicos, inseridos no segmento do turismo cultural; • Elaboração de planos de atividades de animação cultural em torno deste património, entre os quais recriações/representações históricas; • Inserção do património arqueológico português em roteiros internacionais, a par de sítios/achados de cronologia equiparável; • Realização de visitas a escavações; • Criação de centros interpretativos e de guias adaptados a públicos distintos. 	<p>Fraquezas</p> <ul style="list-style-type: none"> • Investimento elevado face à contínua necessidade de conservação e preservação dos vestígios; • Dificil acesso aos sítios arqueológicos por parte de pessoas com mobilidade reduzida; • Poucos elementos visitáveis/visíveis; • Fraca divulgação dos achados; • Recurso humanos não especializados. <p>Respostas</p> <ul style="list-style-type: none"> • Candidatura a fundos e apoios comunitários; • Criação de infraestruturas para melhorar a acessibilidade a todo o tipo de públicos; • Elaboração de uma estratégia de comunicação combinada: <i>above the line</i> (Imprensa, TV, Rádio, entre outros) e <i>below the line</i> (Marketing directo, Eventos, Promoção, entre outros); • Contratação de colaboradores com formação em turismo, línguas e arqueologia
<p>Oportunidades</p> <ul style="list-style-type: none"> • Inventariação do património arqueológico; • Segmento pouco explorado, logo constitui um elemento diferenciador da oferta existente; • Crescimento do segmento <i>city break</i> e, por conseguinte, necessidade de ampliar a oferta; • Proliferação do turismo cultural face ao incremento do interesse dos visitantes pelo nosso património; 	<p>Ameaças</p> <ul style="list-style-type: none"> • Pouco investimento, por parte das autarquias, na preservação dos vestígios arqueológicos; • Meio urbano em constante mudança; • Concorrência de outros destinos com património arqueológico em meio urbano mais expressivo; • Limiares de carga diminutos face à sensibilidade deste património e aos entraves que o meio urbano impõe ao desenvolvimento deste segmento;

<ul style="list-style-type: none"> • Novo <i>boom</i> de arqueologia urbana; • Criação de uma marca e, por conseguinte, de uma imagem de marca; • Utilização de novas tecnologias. 	<ul style="list-style-type: none"> • Uso indevido dos remanescentes arqueológicos.
<p>Respostas</p> <ul style="list-style-type: none"> • Criação de novos serviços que articulem atividades de turismo cultural e turismo arqueológico; • Criação de aplicações para <i>smartphone</i> e <i>tablet</i> com os percursos e recriação 3D das ruínas arqueológicas; • Cooperação entre as diferentes instituições/entidades vinculadas à preservação do património e turismo; • Proporcionar, não só uma experiência turística, mas também um experiência educativa. 	<p>Respostas</p> <ul style="list-style-type: none"> • Consciencialização das autarquias e dos cidadãos para a importância deste património; • Restrição do número de visitantes por grupo em cada visita; • Contratação de pessoal com vista a garantir o uso correto das infraestruturas, assim como a segurança do pessoal e dos visitantes.

Fonte: Elaboração própria.

Parece-nos, agora, pertinente verificar a viabilidade do produto alvo de análise. Efetivamente, se refletirmos acerca da evolução do marketing e, mais concretamente, sobre a sua “relação” com o sector turístico, apercebemo-nos da crescente necessidade de adaptar e aproximar os produtos aos consumidores. Trata-se de uma abordagem a novos segmentos da oferta que, aliados a outros factores, permitirão aumentar o poder de atratividade de uma cidade, região e/ou país.

O caso do Porto, face ao seu, ainda recente, crescimento turístico exemplifica esta realidade, tendo em conta que existem ainda segmentos por explorar, nomeadamente, o património arqueológico que, como pudemos verificar no ponto 2.3., apresenta um enorme potencial e poderá gerar benefícios ao nível da gestão, planeamento e desenvolvimento urbano, visando a sua inserção harmoniosa neste meio tão complexo. Boa parte dos vestígios arqueológicos que estão na base dos estudos sobre a evolução da cidade, encontram-se circunscritos ao Morro da Sé que, do meu ponto de vista – e à luz do que pude apurar nas diversas visitas decorrentes do trabalho de campo -, se encontra turisticamente subaproveitado, mesmo com o enorme investimento que tem sido feito naquela área em termos de reabilitação urbana.

Estamos perante um processo de melhoria contínua, que, aliado ao crescimento do Porto enquanto destino turístico, concederá a possibilidade de criar novas ofertas, baseadas em “matéria-prima” por explorar, moldável e adaptável ao sector do turismo.

Em suma, podemos afirmar que a introdução deste produto no mercado trará benefícios ao nível da dinamização do espaço urbano, que pode e deve coadunar-se com as intervenções arqueológicas em curso nos diferentes pontos da cidade e, especificamente, no centro histórico; ao nível da revitalização de áreas menos propícias à prática turística – por motivos como a marginalidade, entre outros -, mas que apresentam um potencial enorme em termos de património, tangível e intangível, e paisagísticos; pelo facto, dos vestígios arqueológicos constituírem um importante testemunho da evolução do burgo e da importância que este teve ao longo das diferentes épocas; e, finalmente, por ser um produto inovador¹⁰.

3.4. Novas Tecnologias: Uma Janela de Oportunidades para o Património Arqueológico

Como pudemos ver, o património cultural refere-se ao legado deixado pelas gerações precedentes, é algo que reforça o sentimento de identidade e o senso de quem somos enquanto pessoas, sendo que, do mesmo modo que refletimos sobre a curadoria de objetos/locais que fazem parte desse legado, devemos, também, refletir sobre a sua adequação à era digital (Silberman, 2005: 9; McCrary, 2011: 357).

Atualmente, as novas tecnologias, constituem uma importante ferramenta de trabalho no âmbito de projetos de preservação do património cultural (Tapete et al., 2013: 176;) e sua, subsequente, interpretação, apresentando um interesse particular no seio da arqueologia, pois tal como refere Grevtsova (2012: 1), a apresentação deste tipo de património, ao ar livre, levanta diversos problemas de compreensão por parte do público, tendo em conta que os monumentos arqueológicos se encontram preservados na forma de ruínas, sem o seu contexto/ambiente original; ou seja, por via dos formatos digitais, é-nos concedida a oportunidade de estabelecer novas relações entre o património arqueológico e os visitantes.

¹⁰ Quando falamos de inovação, remetemos para o descrito por Camisóna et Monfort-Mir (2010) e Hjalager (2010; 2002), que, baseando-se no conceito avançado por outro autor, a definem como sendo um resultado ou uma performance, fruto da criação de novos conhecimentos ou da combinação de conhecimentos já existentes, em que inovação como performance corresponde à capacidade de gerar conhecimento, usá-lo, combiná-lo e sintetizá-lo para a introdução de novos produtos, processos, mercados e organizações.

O papel da tecnologia tem vindo, um pouco por todo o mundo, a fazer-se notar nos mais diversos centros patrimoniais e estruturas museológicas, meritórias do título de “*centros de descoberta*” (Bahn, 1996: 121), nos quais o visitante se depara com dispositivos interativos e exposições didáticas, sendo importante fazer menção ao facto de, já nos anos 90, alguns destes museus, se encontrarem munidos com hologramas e constituírem locais onde a tecnologia de realidade virtual se começou a desenvolver com o intuito de conceder aos visitantes a oportunidade de visitar lugares que já não existem ou que, por motivos de conservação, não podem ser abertos ao público. Silberman (2005: 9), indo de encontro a esta ideia, afirma que o passado se tornou algo sempre presente, devido ao desenvolvimento da realidade virtual, patente, não só, nos instrumentos interativos referidos por Bahn (1996), mas também nas aplicações interpretativas dos sítios arqueológicos e monumentos, visitados por grupos escolares e milhões de turistas, e em diversos *websites* e bases de dados *online* de arqueologia.

Estamos, portanto, perante novas formas de apresentação/divulgação do património, alternativas às tradicionais, mas também de pesquisa e de interpretação (Balletti, 2005: 1-3; Neamtu et al., 2011: 88), em que a ilustração assume um lugar de destaque, enquanto meio de recriação, tanto de ambientes históricos, como arqueológicos, promovendo uma melhor compreensão acerca de determinada civilização (Figueiredo, 2012: 2-3). As novas tecnologias permitem criar novas formas de representação infográfica, que, facilmente, se adaptam a diferentes necessidades, mais especificamente para áreas de estudo como arquitetura, arqueologia, engenharia, conservação e restauro, história, entre outros (Balletti, 2005: 3). Autores como Bernardes (2002: 35), Allen et al. (2003: 1), Silberman (2005: 12), Remondino et Campana (2007: 1), Abate et al. (2011: 848) e Tapete et al. (2013: 188) acrescentam, ainda, as questões da prevenção e preservação, manifestas num método de registo que permite mobilizar, de modo mais eficiente, os recursos existentes para lidar com situações de emergência – ao nível da degradação -, promovendo e integrando processos culturais distintos – conservação, registo, inventário, entre outros.

Desta feita, podemos afirmar que o desafio inerente à inclusão das novas tecnologias digitais nas instituições vinculadas ao património, não resultam do processo de “digitalização” em si, mas sim do processo de interpretação (McCrary, 2011: 358). Entre os processos mais citados na literatura revista sobre este tema, sobressai a modelação 3D aplicada à arqueologia, através de diferentes softwares (Bahn, 1996; Wüst et al., 2004; Balletti et al., 2005; Monod et al., 2006; Remondino e Campana,

2007; El-Hakim et al., 2007; Chen et al., 2010; Abate et al., 2011; Neamtu et al. 2011), sendo merecedor de referência, o facto de, grande parte dos artigos, serem provenientes de projetos desenvolvidos em Itália, onde o turismo arqueológico é bastante expressivo.

As vantagens que advêm desta técnica, prendem-se com os seguintes aspectos:

- Permite “renovar” e reconstruir elementos patrimoniais sob ameaça (Wüst et al., 2004: 1);
- Permite melhor a experiência patrimonial do visitante, através da criação de filmes e de uma galeria de realidade virtual com ambientes, monumentos e objetos reconstruídos, da projeção em paredes e da criação de aplicações para dispositivos móveis, com informação a nível geográfico – mapas dos sítios -, imagens e comentários (Monod et al. 2006: 1364-5);
- Constitui uma “ponte” entre o conhecimento e a comunicação, trazendo vários benefícios ao nível da interação, diferenciação, noção de espaço, preservação – documenta e armazena sítios/objetos em caso de destruição -, fruição – ao nível das estruturas museológicas -, e pode ainda ser usado por pessoas que não podem visitar os sítios reais (Remondino e Campana, 2007: 6);
- Compõe um forma de representação dos objetos, muito apelativa, sendo que, no que ao património arqueológico diz respeito, esta requer uma técnica bastante detalhada, baseada em detalhes geométricos, que concedam ao observador um experiência realista (El-Hakim et al., 2007: 43);
- Incentiva o aprofundamento do conhecimento, dado que no âmbito da arqueologia deparamo-nos, muitas vezes, com a “carência” de conhecimento específico acerca das estruturas que vislumbramos, e da variação física que a mesma teve, ao longo do tempo. Os investigadores, através da compilação de diversos elementos, passíveis de serem trabalhados em diferentes ferramentas de modelação, permitirão criar modelos 3D em bruto, aos quais poderão ser acrescentados aspectos ilustrativos do sítio no seu estado original e que, posteriormente, poderão servir para desenhar roteiros para fins educativos e/ou turísticos (Chen et al., 2010: 7-8);
- Desenvolve a definição, fiabilidade e precisão com que digitaliza as formas externas de um objeto ou estrutura, permitindo realizar diferentes tipos de análise, sejam medições, monitorização do nível de conservação e a possibilidade de realizar restauros virtuais (Abate et al., 2011: 848); e

- Permite, com a introdução de informação arqueológica digitalizada em diferentes softwares – como o CAD, por exemplo -, criar artefactos e ambientes virtuais, construir interpretações visuais das escavações, de estruturas, de materiais arqueológicos, entre outras componentes do mundo antigo, com o intuito de melhorar o nosso conhecimento acerca do passado (Neamtu et al., 2011: 79).

Num contexto mais específico, designadamente o urbano, Grevtsova (2012: 1), menciona as vantagens que advêm do processo de aplicação da tecnologia, onde a procura cultural se encontra em constante expansão e onde o património arqueológico apresenta características específicas em termos de preservação e apresentação ao público, tendo em conta que ostentam uma mistura de ambientes incompletos, elementos descontextualizados e estruturas que perderam a sua aparência original, colocando-nos perante uma cronologia dispersa, que conduz, muitas vezes, a uma perda de integridade histórica. Aqui, mostra-se pertinente referir a disseminação dos SIG que, de acordo com Bernardes (2002: 35), compõe uma ferramenta de grande importância para a arqueologia e, mais concretamente, para a arqueologia em meio urbano, tendo em conta que permite comparar e combinar diferentes mapas, integrando os dados arqueológicos e, ainda, criar novos mapas, através dos quais nos é permitido analisar informação gráfica georreferenciada.

A Unidade de Arqueologia de Braga é, do meu ponto vista, um exemplo na aplicação desta tecnologia – e também da tecnologia de modelação 3D¹¹ - para o estudo de *Bracara Augusta*, tendo em conta que, desde o início da sua atividade, primou pela constituição de uma equipa multidisciplinar, recorrendo, sempre que necessário/possível, à aplicação das TIC para efetuar o registo e a gestão das informações provenientes dos trabalhos arqueológicos e, por conseguinte, criando uma plataforma que reunisse todas essas informações de forma integrada e, pertinentemente, georreferenciada (Botica e Martins, 2007: 1). De facto, a informação geográfica encontra-se intimamente ligada à arqueologia, sendo que a materialização desta “relação” chega até nós através dos SIG que, no caso concreto de *Bracara Augusta*, auxiliou os investigadores na gestão da informação arqueológica, assim como na sua interpretação e, por conseguinte, na leitura global do património arqueológico e na gestão do território em que este se insere (idem, 9).

¹¹ Os trabalhos desenvolvidos por César Figueiredo, podem ser consultados em: <<http://www.bragaromana.com/flash/roteiro.swf>> e <<http://www.cesarfigueiredo.com/#!3d-reconstruction/ctli>>.

Desta feita, e indo de encontro ao descrito no Digicult European Report (2002: 87-88), com base nas expectativas dos “consumidores de património” em relação à aplicação de novas tecnologias, espera-se que sejam criadas aplicações *user-friendly*, em vários idiomas, que providenciem informação acerca dos diferentes patrimónios; a informação essencial deve ser escrita de forma simples e acessível; os conteúdos devem pautar pela qualidade e pertinência; que haja um incremento da interatividade; e que sejam promovidas experiências culturalmente ricas e imaginativas.

Em suma, as novas tecnologias irão desempenhar um papel cada vez mais relevante no seio da Arqueologia, sendo que autores como Bahn (1996: 121), chegam a afirmar que o turismo arqueológico poderá vir a ser “praticado” através de casa, aliviando, assim, a pressão exercida sobre estes locais, facto que nos elucida relativamente à importância das TIC para os países com um turismo marcadamente cultural (Monod et al., 2006: 1361).

4. ESTUDO DE CASO: PATRIMÓNIO ARQUEOLÓGICO NO CENTRO HISTÓRICO DO PORTO

4.1. Enquadramento Geográfico

A zona de abrangência do roteiro encontra-se circunscrita ao centro histórico, classificado como Património Mundial da Humanidade, onde decorreram diversos trabalhos de intervenção arqueológica nas últimas décadas.

Figura 5: Localização Centro Histórico



Fonte: MipWeb - Portal de Informação Geográfica da CMP¹².

De acordo com o descrito por Carvalho et al. (1996: 19), a cidade do Porto teve a sua origem no Morro da Pena Ventosa, não só por motivações estratégicas, mas também devido à articulação com a envolvência, por ser um lugar propício ao aprovisionamento de águas, dada a existência de três cursos distintos: a nascente um pequeno ribeiro, a oeste o rio da Vila e a sul o rio Douro.

A área em questão abrange uma superfície com cerca de cinquenta hectares, na qual se localizam as freguesias de Miragaia, Sé, São Nicolau, Vitória e Santo Ildefonso, correspondendo a um espaço que “*abrange a malha urbana medieval consolidada e inserida na muralha fernandina (século XIV)*” (Porto Vivo, SRU e UNESCO, 2010: 8), numa extensão que vai desde o Passeio das Virtudes até ao Mosteiro da Serra do Pilar

¹² A sinalização do Centro Histórico foi feita a partir da ferramenta de edição disponibilizada no software Microsoft Word, tendo em conta a dificuldade em georreferenciar num mapa o centro histórico no seu todo, aproximando-se da realidade pretendida. [Consultado em Julho de 2014] Disponível em: <<http://sigweb.cm-porto.pt/mipwebportal/>>

em Vila Nova de Gaia. A nível populacional o Porto é constituído, na sua maioria, por idosos e essa é uma característica bastante vincada no centro histórico (idem, 91), facto que torna vital a elaboração de novos projetos que constituam, não só um atrativo para as populações residentes, como também para os turistas que a visitam diariamente, numa perspetiva de revitalizar a cidade e dar a conhecer a sua história, revelando a presença de um mundo subterrâneo que emerge através das ruínas existentes e/ou sob o chão que pisamos.

Atualmente, é perceptível uma grande aposta, por parte do sector turístico, no centro histórico do Porto, seja através da criação de novos segmentos na oferta, seja pela criação de novas infraestruturas de apoio, que gozam de uma localização privilegiada, pelo facto deste se encontrar implantado no Vale do Douro e próximo do Oceano Atlântico, sendo que este aspeto teve uma grande influência nas diferentes atividades económicas, que se desenvolveram nesta zona desde o século XIV em diante (Oliveira e Pau-Preto, 2009: 2), e que teremos oportunidade de abordar no ponto seguinte, aquando da descrição dos sítios que integram o itinerário.

4.2. Objetivos

Mostra-se, agora, pertinente explicar os objetivos que pretendemos alcançar com a criação e, subsequente, distribuição desta rota.

- I. Promover a proteção e preservação do património arqueológico portuense e, por conseguinte, a sua valorização enquanto produto turístico, na ampla oferta cultural da cidade;
- II. Atrair novos visitantes, nomeadamente estudantes e investigadores de arqueologia e áreas complementares, assim como visitantes cujos interesses se encontram direcionados para este tipo de património;
- III. Posicionar o Porto nas rotas de turismo arqueológico, estabelecendo paralelismos, ao nível dos achados, com outros locais, tanto em território nacional, como internacional, passíveis de melhorar o conhecimento acerca das dinâmicas de expansão e ocupação territorial;
- IV. Sensibilizar a população para a importância de salvaguardar este património, enquanto parte integrante da nossa identidade;
- V. Promover e reforçar a revitalização do Morro da Sé;

- VI. Criar uma oferta diferenciada e dinâmica, que coloque os visitantes em contacto, não só com o património, mas também com as populações e ambiente construído da área em questão;
- VII. Promover a cooperação entre as diferentes entidades, particularmente a CMP, o IGESPAR, a DGPC, o Turismo de Portugal e, mais concretamente, do Porto e Norte de Portugal, entre outras, com o intuito de conceber uma oferta articulada, baseada em recursos patrimoniais e complementares; e
- VIII. Promover princípios como a autenticidade e a integridade do conhecimento histórico a transmitir aos visitantes.

4.3. Construção do Roteiro Arqueológico

4.3.1. O Itinerário

Figura 6: Mapa do Itinerário



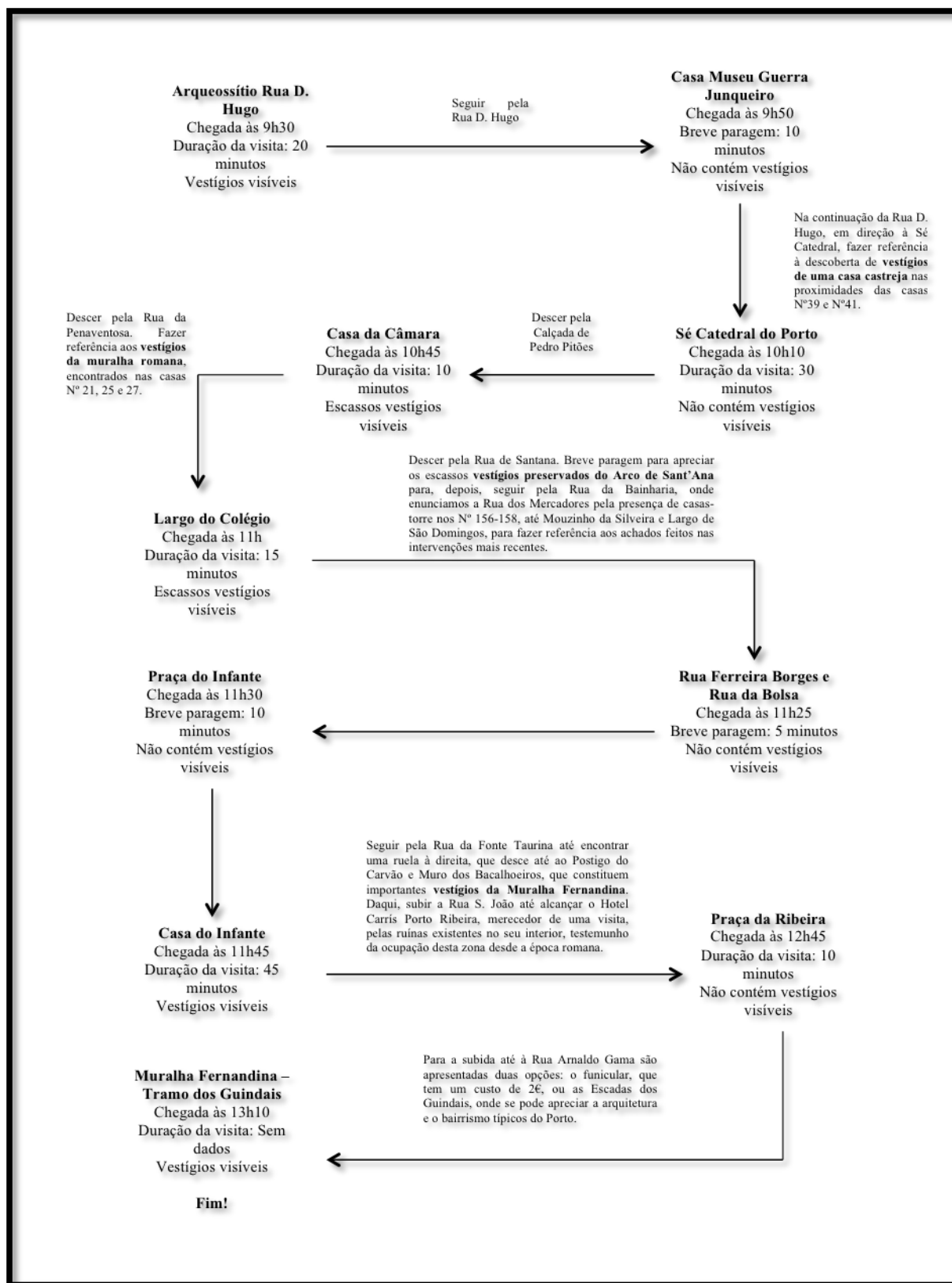
Fonte: Mapa criado a partir do programa ArcGis no *website* <https://www.arcgis.com/home/>

Recorde-se, e de acordo com Ramírez (2011: 226-227), que as rotas turísticas constituem um produto adequado à promoção de determinados espaços e patrimónios, tendo em conta que convidam o visitante a fazer um périplo pelas diferentes categorias ofertadas, seja pelo património arqueológico, seja pelo artístico ou por espaços naturais. Ou seja, “*representam processos evolutivos, interactivos e dinâmicos das relações humanas interculturais, realçando a rica diversidade das contribuições dos diferentes povos para o património cultural*” (ICOMOS, 2008).

Passemos, então, à apresentação da rota arqueológica, composta por bens tangíveis e intangíveis.

4.3.2. Definição e Descrição

Figura 7: Roteiro Arqueológico



Fonte: Elaboração própria.

4.3.3. Caracterização dos Sítios

A lógica subjacente ao percurso apresentado encontra-se relacionada com a expansão da urbe, que, no caso da área inerente ao centro histórico, se desenvolveu a partir de um pequeno núcleo no Morro da Pena Ventosa, até ao rio Douro, sendo que a subida ao tramo da Muralha Fernandina nos Guindais para findar o percurso, surge como um meio de melhorar a compreensão, por parte do visitante, do itinerário realizado, tendo em conta que oferece uma vista panorâmica sobre o morro.

Por fim, e como complemento, será apresentada uma tabela em anexo (Anexo VI), onde constarão informações como cronologia, localização dos artefactos exumados e oferta complementar, passível de ser encontrada juntos dos mesmos.

4.3.3.1. Arqueossítio da Rua de D. Hugo, N°5

O denominado arqueossítio da Rua de D. Hugo localiza-se numa rua estreita, imediatamente atrás da Sé Catedral do Porto, num prédio proeminente em relação à antiga muralha do burgo, sendo que, aqui, podemos encontrar o único troço preservado da cerca medieval primitiva (Real et al., 1985/6: 14; Osório e Silva, 1994: 88; Teixeira e Fonseca, 2009/10: 33).

Figura 8: Muralha do século XII e Arqueossítio da Rua de D. Hugo



Fonte: Fotografia cedida pelo Dr. Manuel Real

De acordo com Osório e Silva (1994: 88), as intervenções arqueológicas desenvolvidas neste sítio tiveram início no ano de 1984, aquando da reabilitação do prédio, e permitiram identificar cerca de vinte camadas, desde o Bronze Final até à atualidade, que compreendem “*três grandes fases de ocupação relacionadas com a*

evolução do aglomerado na época medieval no período da romanização e na época proto-histórica”. Apesar do edifício atual ter uma construção característica do século XIX, persistiram vestígios de épocas mais antigas, nomeadamente a fachada setentrional, onde é possível observar o muro de uma casa medieval que, segundo Real et al. (1985/6: 14), seria mais baixa e mais curta, constituindo um testemunho das transformações que estas e outras casas, foram sofrendo a partir do século XVIII, sendo que, entre os elementos mais recentes, mostra-se pertinente referir o lajeado em granito, que corresponderia ao espaço de uma cocheira, e a chaminé em tijolo, situada no ângulo nordeste da casa, que seria parte integrante de uma pequena unidade industrial (Real et Osório, 1993/4).

Figura 9: Fachada Setentrional



Fonte:
www.portopatrimoniomundial.com

No que concerne ao edifício em si, um olhar mais atento permite identificar uma casa datada do século XIV, que se desenvolveria em direção ao largo ali situado atualmente e onde se encontram visíveis dois elementos arquitectónicos de grande relevância: a porta e janela ogivais (idem, s/p). Para além deste aspeto, foi também identificada uma pequena viela, que ligaria ao caminho que existe sobre a muralha, mas que, entretanto, desaparecera, frutos das mutações na malha urbana sucedidas nos séculos XVII/XVIII (Real et al., 1985/6; Osório e Silva, 1994: 88).

Da época alti-medieval é importante salientar os níveis de destruição dos século V/VI, que se enquadram “*no conturbado período das lutas civis que ocorreram em Portugal durante a ocupação suévica, numa fase anterior à elevação do Porto a sede do Bispado*” (Osório e Silva, 1994: 88). A ocupação romana, por sua vez, denuncia uma cronologia que se estende do século I ao século IV, patente na descoberta de um muro situado no alinhamento da cerca medieval, que fora construído por cima de uma habitação datável de finais do século I, que se pensa corresponder a uma fase tardia de fortificação do povoado.

Relativamente à época precedente – a castreja –, documentou-se a existência de vestígios de uma casa rectangular, de cantos arredondados, típica de castros romanizados, com uma assinalável particularidade: a existência de uma lajeado no seu

interior (Real et al., 1985/6: 20; Osório e Silva, 1994: 89). E, imediatamente abaixo do nível desta, surge uma outra estrutura habitacional, mas esta de planta redonda, reveladora da presença de um habitat proto-histórico neste local, que veio a ser reforçado pela descoberta da estrutura de uma casa circular, datada do século I d.C., nas proximidades das casas Nº39 e Nº41 da Rua de D. Hugo (Teixeira e Fonseca, 2009/10: 50).

Figura 10: Ângulo do átrio da casa castreja



Fonte: www.visitporto.travel

Figura 11: Mó Manual



Fonte: www.visitporto.travel

cerâmicos estampados com diversos motivos, os fragmentos cerâmicos de verniz negro e um anforisco em pasta vítrea -, indicadores da realização de importações mediterrânicas durante os séculos V e III a.C.; e, ainda, os fragmentos de cerâmica de fabrico manual, atribuíveis ao Bronze Final, que corroboram ocupações anteriores, passíveis de ser apreciados nas vitrinas existentes no arqueossítio (Real et al., 1985/6: 28-31; Osório e Silva, 1994: 89; GAU, 1999).

pela presença de comerciantes e artesãos, sendo que os objetos encontrados, são representativos de algumas das vivências quotidianas das gentes que habitaram aquele local - uma mó manual, os vasos

Figura 12: Anforisco



Fonte: balcaovirtual.cm-porto.pt

Em suma, o arqueossítio da Rua de D. Hugo representa o vestígio mais antigo e com ocupação mais longa, detectado no espaço urbano do Porto, sendo que a sua importância para a história da cidade ficou



Figura 13: Integração das ruínas arqueológicas na casa Nº 5 da Rua de D. Hugo – Ordem dos Arquitetos.

Fonte: Fotografia cedida pelo Dr. Manuel Luís Real.

patente na integração das ruínas no projeto arquitectónico da Ordem dos Arquitetos (Osório e Silva, 1994: 89; Costa, 2003; Filipe, 2010).

4.3.3.2. Casa Museu Guerra Junqueiro

O edifício correspondente à designada hoje por Casa Museu Guerra Junqueiro, datado do século XVIII, apresenta uma arquitetura tipicamente nasoniana, sendo que a sua construção, entre 1732 e 1746, se deveu a um cónego da Sé do Porto, o Doutor Domingos Barbosa, tendo sido, posteriormente, no ano de 1940, adquirido pela filha do poeta Guerra Junqueiro e, por conseguinte, entregue à CMP, onde passou a funcionar a casa-museu (Serenó, 1994; Noé, 1996; GAU, 1997; Silva, 2003).

A primeira intervenção arqueológica desenvolvida neste local data de 1994, aquando das obras de remodelação e ampliação do museu, tendo por objetivo o aprofundamento de conhecimentos acerca do imóvel - classificado como Imóvel de Interesse Público -, e do urbanismo daquela área. Foram identificados vestígios que vão desde a época castreja ao século XV, que denunciam uma sobreposição de espaços cronologicamente distintos, patente na apropriação do espaço público, passível de ser identificada no pátio privado, junto ao qual passaria uma viela – atual Beco dos Redemoinhos -, que se prolongaria pelo exterior da Sé Catedral, até à castra velha, sendo que, na parede deste edifício, podemos observar uma porta ogival, que ligava a essa ruela, situada a “*uma cota bastante superior à do actual terreiro*” (Osório e Silva, 2002: 85). Mas, para além deste elemento arquitectónico e arqueológico, interessa também destacar a descoberta de uma necrópole, composta por dezenas de sepulturas medievais, atribuíveis aos séculos XII/XV e, por conseguinte, ao ritual cristão, visto estarem orientadas a nascente (GAU, 1997).

**Figura 14: Casa gótica
– Beco dos
Redemoinhos**



Fonte:
www.portopatrimoniomundial.com

Figura 15: Porta gótica vista do claustro velho da Sé



Fonte:
www.portopatrimoniomundial.com

Figura 16: Sepultura século XII-XV



Fonte: GAU,
1997

Tal como foi referido aquando da caracterização do arqueossítio, o Morro da Pena Ventosa correspondera, em tempos idos, a um castro romanizado, que viria a originar o burgo medieval, sendo que na área escavada neste sítio, apesar de não terem sido encontrados vestígios expressivos desta época, é relevante assinalar o aparecimento de um tramo de muro romano e vestígios de pavimentos em argila, na casa que se encontra enterrada nos jardins. E, junto à necrópole medieval, assente num nível tardo-romano, um muro, ao qual estava associado espólio diverso, nomeadamente cerâmicas de uso doméstico e de construção, vidros, moedas, entre outros. Foram também recolhidos fragmentos pré-romanos de cossoiros para fiação, cerâmicas decoradas, louça de barro e elementos em sílex lascado, que constituem alguns dos vestígios mais antigos encontrados no Morro da Sé (idem, s/p).

Figura 17: Casa encontrada nas escavações



Fonte: Osório e Silva, 1997



Figura 18: Peças cerâmicas recolhidas durante a intervenção arqueológica

Fonte: GAU, 1997

No que diz respeito às coleções presentes no museu, podemos apreciar peças dos séculos XV ao XVIII, entre mobiliário, pratas, tecidos, tapeçarias, vidros e cristais,

armas antigas, entre outros; e, ainda, centenas de peças cerâmicas, de fabrico nacional e internacional, numa cronologia que vai, desde o século XI ao século XIX (Silva, 2003)¹³.

4.3.3.3. Sé Catedral do Porto

Atualmente, a Sé do Porto representa um dos monumentos mais emblemáticos da nossa cidade, tendo sido alvo de uma longa campanha de escavações arqueológicas, cujo intuito era a concretização do seu estudo histórico e arqueológico (Dordio, 2005: 26).

A primeira fase de trabalhos arqueológicos, desenvolvida entre 1999 e 2002, correspondeu à elaboração de uma síntese baseada nas informações reunidas, até então, sobre o local, tendo sido iniciados apenas em 2003 os trabalhos com incidência na área inerente ao pátio da sacristia pequena, que colocaram a descoberto parte da necrópole medieval – séculos XIII/XIV -, assim como vestígios precedentes à Sé românica. Seguiu-se o estudo antropológico dos esqueletos exumados (Silva, 2003; Dordio, 2005: 26) e, inevitavelmente, a investigação arquivística, através da qual se procurou complementar os aspetos levantados aquando da referida intervenção.

O estudo deste cemitério permitiu identificar três modelos de organização do espaço funerário. O primeiro, de construção anterior ao edifício atual, constituído por um cemitério de grande extensão, localizado no exterior e envolvimento da Sé; o segundo, por sua vez, é representativo das práticas de enterramento caracterizantes de finais da Idade Média até ao século XVII, ou seja, no interior da igreja; e, finalmente, o terceiro espaço, que rompe de forma abrupta com os anteriores, pelo facto de ser uniforme e se encontrar ordenado e circunscrito a duas áreas bem definidas, neste caso as naves da igreja e o pátio do claustro. Este modelo acabaria por ser banido com a expulsão dos

Figura 19: Sepulturas pátio da sacristia



Fonte: Silva, 2003

¹³ No Balcão Virtual da Câmara Municipal do Porto, podemos encontrar informação mais detalhada relativa ao edifício, à sua história, às coleções que se encontram expostas, entre outros aspectos [Consultado em Agosto de 2014] Disponível em: < <http://balcaovirtual.cm-porto.pt/PT/cultura/museus/casamuseuguerrajunqueiro/Paginas/casamuseuguerrajunqueiro.aspx>>.

mortos do interior da igreja, a partir do século XIX (Dordio, 2005: 27). Entre os diferentes tipos de sepultura, foram identificados conjuntos de sepulturas de lajes escavadas na rocha, sepulturas de contorno ovalado não antropomórficas e, um outro conjunto, de sepulturas antropomórficas, às quais estavam associadas algumas moedas da época de D. Dinis e D. Afonso V (idem, 28), que apontam a continuidade “do velho costume pagão que as destinava para pagamento da viagem a Caronte (...) tanto eram depositas junto com o corpo, como encerradas numa das mãos do defunto ou dentro da boca, sobre a língua” (Barroca, 2010-2011: 135).

Figura 20: As sepulturas mais antigas encontradas na Sé



Fonte: Dordio, 2005

Figura 21: Vestígios castrejos e romanos



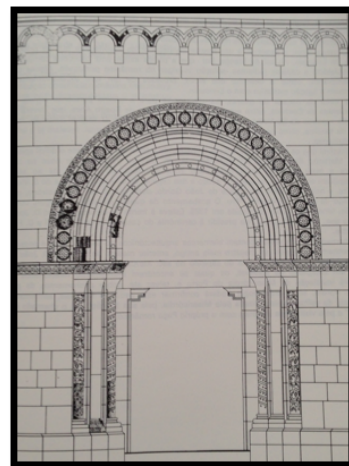
Fonte: Silva, 2005

Desta feita, e tendo em mente a proximidade à Casa Museu Guerra Junqueiro, torna-se inevitável estabelecer uma relação entre os achados, onde o conjunto encontrado a sudeste da Sé aponta a continuação da necrópole, pela predominância de sepulturas idênticas às que envolvem a igreja a nascente (GAU, 1997; Dordio, 2005: 28), facto que indica, que estamos perante um local onde é perceptível a evolução dos rituais de enterramento. Merecedoras de referência, são também as ruínas romanas encontradas, que correspondem a dois muros, que se pensam ser da época alto-imperial, junto aos quais surgiram diversos artefactos (Silva, 2004).

Em suma, detentora de uma monumentalidade notável, a Sé do Porto reúne uma série de “*elementos artísticos e estruturais que, ao serem adotados ao longo dos seus oito séculos de existência, vão ser exemplo para toda uma área de influência*” (Botelho e Costa, 2004), tanto na cidade do Porto, como para o Norte do país.

Figura 22: Portal da Sé do Porto. Reconstituição de Manuel Luís Real. Desenho de José Moreira e José Filipe Antunes

Fonte: Comissão Nacional Para as Comemorações dos Descobrimentos Portugueses, 1994



4.3.3.4. Casa da Câmara

“*Domus Municipalis*”, o edifício correspondente à primitiva Casa da Câmara, foi, em tempos, a sede do poder municipal durante a Baixa Idade Média e Época Moderna. Também designada como “*Paço do Concelho*”, “*Paço da Rolação*” ou “*Sobrado da Relação*”, a sua construção foi decidida no ano de 1350, tendo sido implantada junto a uma das portas da cerca – o Arco da Sapataria, mais tarde denominado como Arco de São Sebastião (Real et al., 1985/6: 10; Ribeiro, 2004: 3).

Este edifício foi alvo de diversas remodelações, que acabaram por desvendar a

sua monumentalidade, patente no aproveitamento do pendor do terreno, que

Figura 23: Ruínas Andares Inferiores



Fonte: invictacidadeporto.blogspot.pt

permitiu colocar “*o andar nobre à cota do Terreiro da Sé*” (Real et al., 1985/6: 11),

sendo que, dos andares superiores, referidos em elementos documentais, apenas restam

os encaixes do primeiro sobrado. As escavações na área exterior revelaram: a

presença de um lajeado, que dava acesso à

porta gótica situada a leste; um pequeno tanque, provavelmente ligado a uma unidade fabril do século XIX; e escassos vestígios da muralha românica, constituídos por duas pedras *in situ*, à qual está associado um derrube, que terá sido provocado no contexto da construção dos Paços do Concelho (idem, 11-12).

No que concerne ao espólio recolhido, identificaram-se, essencialmente, cerâmicas tardo-medievais, a partir das quais foi possível estabelecer um paralelismo

com achados feitos na região de Braga, assim como moldes de fundição e um núcleo de sílex, acompanhado de lascas do mesmo material, que poderão sugerir duas funções: “uso para armas de fogo ou (...) vestígios da antiquíssima ocupação do morro” (idem, 13-14). De acordo com Ribeiro (2000: 30-31), a intervenção promovida em 2000 pelo GAU, permitiu enquadrar o espólio entre a Idade Média e o século XIX, sendo que os vestígios antecedentes apontam para “fenómenos de escorrimento proporcionados pelo pendor do solo” e, os mais recentes, por sua vez, apontam um aproveitamento da parte inferior do edifício como armazém de louça - após o seu abandono em 1791 –, devido à presença e predominância de materiais das épocas moderna e contemporânea (Real et al., 1985/6: 13; Ribeiro, 2004: 9-10).

Apesar de envolto em polémica, depois da sua reabilitação recente, este edifício detém um enorme valor patrimonial, pelo facto de representar uma reinterpretação da primitiva Casa da Câmara (Serenó, 2000; Costa, 2006).

Figura 24: Configuração atual da Casa da Câmara.



Fonte:
www.portopatrimoniomundial.com

Figura 25: Casa da Câmara Século XIV



Fonte: Eleutério Cerdeira, 1934 in
Carvalho et al., 1996

4.3.3.5. Rua de S. Sebastião e Rua e Travessa da Pena Ventosa

Apesar de constituírem pontos de passagem do itinerário que iremos apresentar, a Rua de S. Sebastião e a Rua e Travessa da Pena Ventosa encontram-se associadas a importantes achados arqueológicos, ainda que alguns deles, apesar de preservados, não estejam visíveis ao público.

A primeira, Rua de S. Sebastião, que ligava ao Largo do Açougue – atual Largo do Dr. Pedro Vitorino -, ao Arco de S. Sebastião ou da Sapataria, terá sido “*uma das ruas mais movimentadas do antigo burgo medieval, pois situava-se nas proximidades de uma das entradas da muralha românica (...) também uma rua com grande movimento mercantil*” (Teixeira e Fonseca, 2009/10: 52), referida em diversos documentos do século XIII como “*Rua da Sapataria*”, “*Rua do Castelo*”, entre outras, adquirindo a sua designação atual no século XVI.

Figura 26: Muralha século II-I a.C.



Esta estrutura defensiva proto-histórica encontra-se junto à muralha Medieval – apresenta a mesma orientação, Sudoeste-Nordeste. -, tendo sido detectada aquando dos trabalhos arqueológicos nas traseiras dos edifícios das ruas de S. Sebastião e Pena Ventosa (Delgado et al., 2011: 50).

Fonte: Delgado et al., 2011

A Rua e Travessa da Pena Ventosa, por sua vez, merecem destaque pelas três parcelas habitacionais – Nº 21, 25 e 27 - que foram alvo de um projeto de reabilitação e, por conseguinte, a obrigatoriedade de realização de trabalhos arqueológicos, durante os quais foi detetada uma estratigrafia bem preservada, onde, sob um piso medieval, surgiram níveis romanos bastante significativos, expressos em construções, pisos de circulação e espólio (Silva et al., 2003). A

Figura 27: Muralha romana



Fonte: Silva et al., 2006

importância deste achado reside no facto de, até há relativamente pouco tempo, os vestígios conservados das antigas muralhas urbanas se resumirem “*a duas únicas linhas defensivas: a designada muralha suévica e a mais bem conhecida e melhor datada cerca fernandina*” (Silva, 2010/11: 43), pois o aparecimento de níveis da Idade do Ferro

e época Romana na Rua de D. Hugo, indicativos de uma ocupação anterior à linha de defesa medieval (Real et al., 1985/6: 20), reforçaram aspetos relacionados com a presença da cerca romana, que vieram a ser corroborados com a intervenção desenvolvida entre 2002 e 2003 com a descoberta de vários tramos (Silva, 2010/11: 47).

Figura 28: Peso de tear romano



Fonte: Silva et al., 2008

Figura 29: Aspeto Largo da Pena Ventosa no início do século XX



Fonte: Silva et al., 2008

4.3.3.6. Largo do Colégio, N° 9-12

O Largo do Colégio, N° 9-12 é, à semelhança do arqueossítio da Rua de D.

Figura 30: Muralha românica



Fonte: Delgado et al., 2011

Hugo, um local com enorme potencial arqueológico, denunciado mesmo antes da intervenção que ali se sucedeu pela presença, a poente, de vestígios da muralha medieval primitiva – a denominada cerca medieval ou cerca românica –, usada como alicerce por um edifício ali implantado – um olhar atento a partir do miradouro situado ao lado da Igreja de São Lourenço, permitirá observar alguns desses vestígios.

Este sítio abrange uma cronologia que vai desde a Idade do Ferro até à época Contemporânea¹⁴, tendo sido identificados diversos vestígios, entre os quais se destacam uma sepultura de inumação, sugestiva do período tardo-romano e o primeiro exemplar, dentro desta tipologia, encontrado na cidade do Porto; um piso em terra batida; uma

¹⁴ Foram recolhidos cerca de quarenta e cinco mil fragmentos na intervenção desenvolvida no interior dos edifícios mencionados.

lareira; e uma casa de estrutura circular, tipicamente castreja (Cleto et Varela, 2001: 133).

Contudo, o elemento mais marcante da intervenção efetuada no Largo do Colégio, N° 9-12, é o derrube constituído por pedras de grande dimensão, que indicam a presença de uma estrutura com alguma monumentalidade, à qual está associado espólio da época Romana, ainda que pouco expressivo. Segundo Cleto e Varela (2000: 135), este derrube corresponderia a uma linha de muralha romana, facto que veio a ser confirmado com a intervenção desenvolvida na Rua e Travessa de Pena Ventosa

Figura 31: Sepultura romana



mencionada anteriormente, onde foram descobertos vestígios do mesmo alinhamento.

Fonte: Varela e Cleto, 2001

Figura 32: Tramos Muralha Romana do Porto



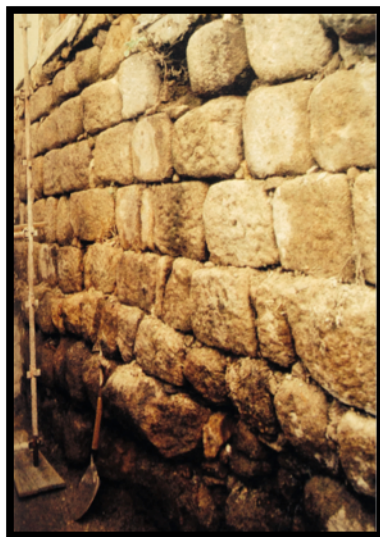
1. Largo do Colégio/Rua de Santana
2. Travessa/Rua da Pena Ventosa
3. Rua da Pena Ventosa
4. Quarteirão da Bainharia
5. Arqueossítio Rua D. Hugo

Fonte: Silva, 2010/11: 64

Estamos na presença de um sítio que contribuiu difusamente para melhorar o conhecimento acerca da evolução da cidade, tendo em conta que foram encontrados vestígios nunca antes identificados em contexto urbano no Porto, concretamente uma sepultura romana, cuja tipologia se insere nas grandes necrópoles, podendo indiciar presença da antiga necrópole da povoação romana. Para além deste aspeto, a estrutura

habitacional castreja permite-nos estabelecer uma analogia com as estruturas encontradas na Rua de D. Hugo e, por conseguinte, perceber a extensão da ocupação proto-histórica no Morro da Sé (Cleto e Varela, 2000: 35).

Figura 33: Face exterior da muralha medieval



Fonte: Varela e Cleto, 2001

Por fim, interessa referir que o Largo do Colégio foi alvo de um projeto de conservação e musealização, que lhe iria conceder o título de arqueossítio, mas que, por falta de meios financeiros, nunca chegou a ser concretizado até à data.

4.3.3.7. Rua de Santana

A Rua de Santana, assim designada devido “à *imagem religiosa que existiu num nicho sobre o arco da cerca medieval que cruzava a rua*” (Silva et al., 1997/99: 5), de que ainda se preserva o oratório, logra realce, entre as demais, pelos vestígios encontrados nas casas Nº 25 e 26, e pelo facto de ter representado um importante arruamento pela presença de uma das portas da muralha primitiva, através da qual se procedia à entrada no aglomerado, provavelmente, desde os tempos proto-históricos (Osório, 2011: 40), tendo inspirado o romance histórico de Almeida Garrett¹⁵ “*Arco de*

¹⁵ João Baptista da Silva Leitão, nascido no Porto a 4 de Fevereiro de 1799, foi um ilustre dramaturgo português e entusiasta da causa liberal, facto que levou ao seu exílio em dois períodos distintos, entre 1823 e 1826, em França e Inglaterra, e entre 1828 e 1832. Aquando do seu retorno, foi responsável pelo restauro do teatro português, patente na criação do Conservatório de Arte Dramática, da Inspeção-Geral dos Teatros e do Teatro Nacional, sendo também de referir o seu empenho a nível político. No ano 1854,

Sant'Ana”:

“O último, enfim, dos arcos (...) foi o da Porta Nobre, por onde faziam a sua entrada os bispos e os reis, que os moradores da Reboleira recebiam triunfalmente na sua rua, juncada de espadanas e de funcho, entre festões de flores pendentes das suas janelas de ressalto, à flamenga, sob punhados de trigo, reluzente no ar em chuva de ouro”¹⁶

Efetivamente, à semelhança de muitos outros elementos arquitectónicos e arqueológicos, também o Arco de Sant'Ana fora destruído sem necessidade (Barreiros e Ferreira, 1949: 10), facto que motivou esta narrativa iniciada durante o Cerco do Porto¹⁷, num ataque claro ao *“alto clero, às remanescências da nobreza feudal que tentavam consolidar-se, às novas baronias plutocráticas e ao apoio conjuntural de tudo isto pela pequena burguesia”* (Lopes, s/d: 107).

No que concerne às casas mencionadas anteriormente, a estrutura da primeira, assenta sobre os alicerces da muralha românica, tal como foi referido na descrição do Largo do Colégio, e também encerra vestígios de muros romanos; a segunda, por sua vez, indica revolvimentos recentes que, provavelmente, destruíram os níveis de ocupação mais antigos, tendo apenas subsistido fragmentos de louça do século XVII/XVIII e cerâmicas e restos metálicos datáveis do século XIX/XX (Silva et al., 2003: 4).

Figura 34: Gravura Arco de Santana



Fonte: Arquivo Municipal, 1999

fora condecorado por D. Pedro V com o título de Visconde de Almeida Garrett. [Consultado em Agosto de 2014] Disponível em: < <http://www.instituto-camoes.pt/revista/bibliografia.htm>>

¹⁶ Excerto retirado da obra *“Aspectos Arqueológicos e Artísticos da Cidade do Porto”*, de Guilherme Bonfim Barreiros e J. A. Pinto Ferreira.

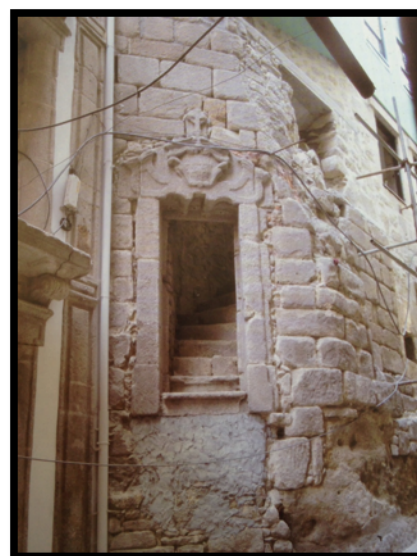
¹⁷ O Cerco do Porto (1832-1833) constituiu um dos acontecimentos mais marcantes para a cidade do Porto, tendo representado a luta e resistência pela liberdade, não só da cidade, mas também do país. Materializado no desembarque das tropas de D. Pedro IV na Praia de Arnosa do Pampelido, em Matosinhos, a 8 de Julho de 1832, momento ao qual se seguiu a ocupação da cidade pelos liberais (Silva, 2010: 380-381), esta guerra civil *“opôs dois adversários infinitamente desiguais”* (Séren e Pereira, 2000: 472), tendo consequências nefastas, caracterizadas por profundas transformações a nível urbanístico, social, económico e, claro está, político, que colocaram um ponto final ao *“terror miguelista”*.

Figura 35: Traçado da Cerca Primitiva



Fonte: Porto Vivo SRU, 2011: 5

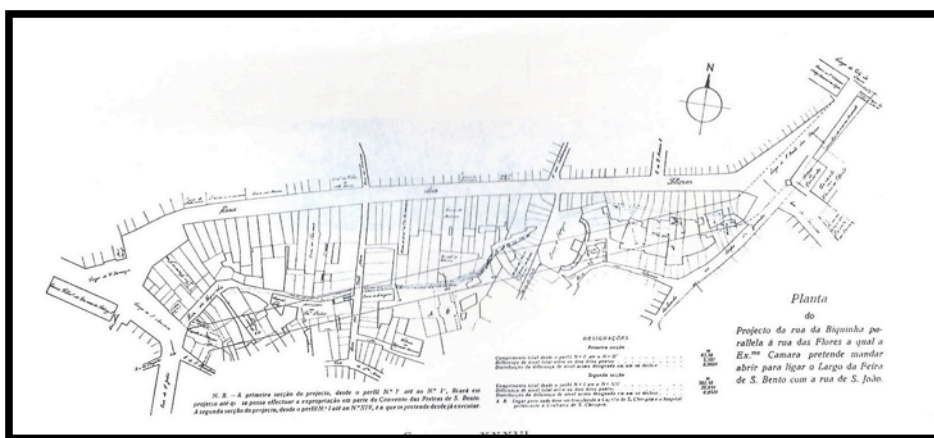
Figura 36: Oratório



Fonte: Carvalho et al., 1996

4.3.3.8. Rua de Mouzinho da Silveira e Largo de São Domingos

Figura 37: Planta da cidade antes da abertura da Rua de Mouzinho da Silveira



Fonte: www.portoantigo.org

“A construção da Rua Mouzinho da Silveira veio a alterar significativamente, não só a paisagem urbana do Porto do século XIX, mas também os trajectos usados pelos portuenses entre a zona ribeirinha e a parte alta da cidade” (Almeida e Almeida, 2002: 155), que eram feitas, desde a Idade Média até ao século XIX, pelas Ruas da Biquinha e da Congosta. Para além das inúmeras destruições resultantes da abertura desta via, ocorreram também mudanças a nível hidrográfico, nomeadamente com o

encanamento do Rio da Vila que, até então, corria da designada Porta dos Carros até ao Rio Douro.

As intervenções mais recentes revelaram que, na intersecção desta rua com o



Largo de São Domingos, poderá estar a antiga Capela de São Crispim, já bastante alterada, tendo em conta a presença de dois arcos – um medieval e um moderno¹⁸.

Figura 38: Gravura Capela de S. Crispim

Fonte: www.portoantigo.org

4.3.3.9. Rua de Ferreira Borges e Rua da Bolsa

No contexto da intervenção na Venerável Ordem Terceira de S. Francisco, fundada no século XVIII, confirmou-se a existência de um conjunto de sepulturas pertencentes a uma necrópole da mesma data, que estaria associada ao hospital da Ordem anteriormente mencionada. A tipologia dos enterramentos mostrou-se diversificada, com a presença de enterramentos “*individuais e colectivos, com esquife ou mortalha, orientados em diversos sentidos*” (Nascimento e Sousa, 2005: s/p). Esta descoberta proporcionou um importante contributo para estudos de cariz demográfico, antropológico e paleopatológico, assim como para o aprofundamento da evolução urbana em termos de cuidados hospitalares.

**Figura 39:
Enterramento**

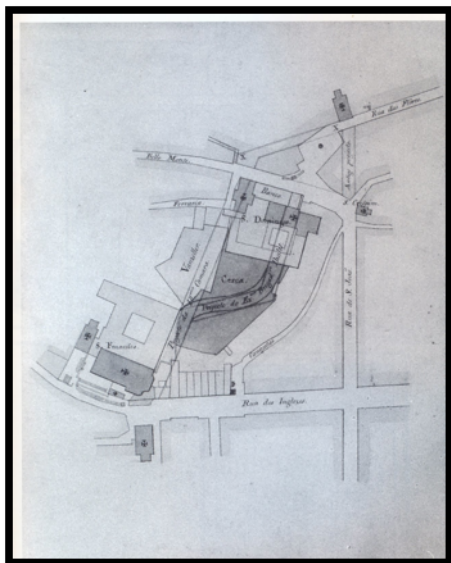


**Fonte: Nascimento et
Sousa, 2005**

No que concerne a intervenções mais recentes, foram detetados vestígios, ainda que residuais, da cerca do Convento de S. Domingos, que dividia com a Ordem Terceira

¹⁸ Informação divulgada pela empresa Empatia Arqueologia, Lda., durante a palestra “Mouzinho/Flores – Reabilitar e Reviver o Passado”, 2014.

Figura 40: Projeto Rua de Ferreira Borges



Fonte: www.portoantigo.org

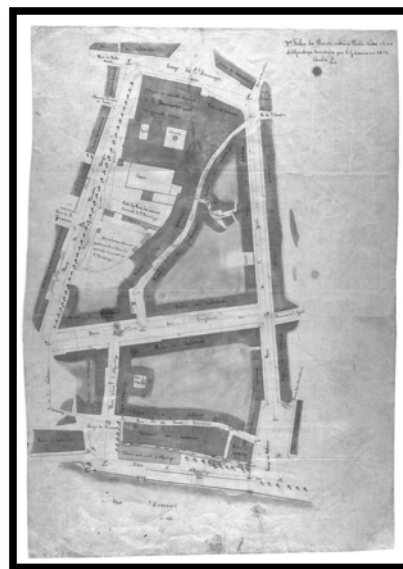
de S. Francisco; e, ainda, em plena Rua de Ferreira Borges, o chão da Capela dos Terceiros, onde foram encontradas mais sepulturas¹⁹.

Desenho de Joaquim da Costa Sampaio Lima, 1835. Com o intuito de estabelecer a ligação entre o Largo de S. Domingos e a Rua Nova dos Ingleses, foram discutidos diversos projetos, sendo que, o que aqui apresentamos, mostra a atual Rua de Ferreira Borges, junto ao Convento de S. Francisco, que acabaria por “rasgar” a Igreja dos Terceiros Dominicanos.

4.3.3.10. Praça do Infante D. Henrique

Local de “*grande fervilhar religioso, social e de actividades artesanais e comerciais*” (Martins e Abranches, 2011: 97), a Praça do Infante D. Henrique motivou o desenvolvimento de trabalhos arqueológicos com o intuito de “*identificar e salvaguardar eventuais vestígios da anterior organização espacial urbana desta área da cidade*” (idem, 95), tendo em conta que foi uma zona que sofreu diversas alterações aquando das lutas liberais, das quais resultou a extinção das ordens religiosas, mais precisamente da Ordem de S. Francisco que, após um incêndio, foi alvo de remodelações que viriam a privilegiar a instalação de estruturas comerciais (Fernandes, 1994: 22).

Figura 41: Planta, entre a Porta Nobre e o Cais da Alfândega Velha. Levantamento por J. V. Corrêa, em 1859



Fonte: www.portoantigo.org

¹⁹ Informação divulgada pela empresa Empatia Arqueologia, Lda., durante a palestra “Mouzinho/Flores – Reabilitar e Reviver o Passado”, 2014.

Entre as referências mais antigas, merecem destaque as menções, no ano de 1239, ao interior da cerca do Convento de S. Domingos e a iniciativa de abertura da Rua Nova pela mão de D. João I, que constitui um marco na transformação urbanística desta zona (GAU, 1997: 3), cuja origem está documentada como sendo medieval devido às importantes edificações religiosas que ali se situavam (Martins e Abranches, 2011: 96).

Figura 42: Garrafas em grés



Fonte: GAU, 1997

De acordo com o relatório de trabalhos arqueológicos desenvolvidos em 1999, da empresa ArcheoEstudos, foram recolhidos materiais datáveis entre o período tardo-romano – que poderão relacionar-se com os vestígios romanos da Casa do Infante – e a época Contemporânea, particularmente cerâmicas, moedas, fragmentos vítreos e metálicos; e, ao nível das estruturas, foram colocadas a descoberto canalizações dos séculos XVIII/XIX. Entre estes achados granjeiam realce o fundo de *terra siggillata hispânica*, cerâmicas de fabrico português e diversos materiais de importação, como os cachimbos de Glasgow, as garrafas em grés de Amesterdão e elementos de adorno, intimamente relacionados com a influência inglesa no Porto, cujo elemento mais expressivo foi a construção da Casa da Feitoria, entre 1785-90 (Séren e Pereira, 1994: 381).

Figura 43: Cachimbos em cerâmica



Fonte: CMP, 1997

Figura 44: Uma das casas nobres mais antigas do Porto



Fonte: aportanobre.blogspot.pt

Em suma, apesar da ocupação medieval desta área se encontrar documentada, os vestígios mostram-se ainda muito escassos, denunciando a “devastação” ocorrida aquando da construção daquele quarteirão, que pressupôs inúmeras destruições com vista à abertura da Praça, sendo que o elemento com maior relevância é patenteado pela decisão de construção da Alfândega e da Rua Nova, também marcadas por sucessivas destruições durante os séculos XVIII/XIX. Numa última fase, relativamente recente – década de 90 -, marcada pela edificação

do parque de estacionamento, apenas se preservou da traça original, a área ocupada e a estátua do Infante ali colocada desde 1894 (GAU, 1997: 3; Martins e Abranches, 2011: 116).

4.3.3.11. Casa do Infante

A Casa do Infante, tradicionalmente associada ao local de nascimento do Infante D. Henrique, de cognome “O Navegador”, foi, em tempos, a sede das Casas da Alfândega e da Moeda do Porto (Teixeira e Dordio, 2000: 132), sendo que o início dos trabalhos de cariz arqueológico foi motivado “*pelo projecto de remodelação e ampliação do edifício onde se encontra instalado o Arquivo Histórico Municipal*” (Gomes, 2005: 838), complexo arquitectónico cuja matriz foi definida no século XIV, aquando da construção das já referidas Alfândega Régia e Casa da Moeda.

A ocupação mais antiga deste local remete para a época tardo-romana, mais concretamente para os séculos III/IV (apesar de ter sido recolhido espólio datável dos séculos I e II, não identificável com as estruturas remanescentes), que, de acordo com Gomes (2005: 838), se encontra relacionado com uma das fases de expansão urbanística daquela zona. Entre as estruturas preservadas, devemos realçar as duas salas com pavimentos em mosaico, parte integrante de uma habitação romana, cuja orientação se diferencia das ocupações posteriores das épocas medieval e moderna (Teixeira e Dordio, 2000: 132; Silva, 2001) devido à criação, no século XIV, da Alfândega e da Casa da Moeda, caracterizada pela presença de um pátio ladeado por habitações e oficinas e, posteriormente, pela radical reformulação que esta suportou com as obras da Alfândega, na segunda metade do século XVII, em parte representativa do plano atual do edifício (Serenó e Dordio, 1995).

Figura 45: Mosaico romano



Fonte: Fotografia cedida pelo Dr. Manuel Real.

Classificado como Monumento Nacional desde 1924, este imóvel foi alvo de diversas obras de restauro, entre as quais se destaca a instalação do Arquivo Histórico Municipal, cujo projeto promoveu uma intervenção arqueológica com o intuito de preservar e musealizar os vestígios recuperados e, ainda, desenvolver investigação em

torno do espólio cerâmico exumado, assim como o estudo do edifício, da sua organização interna e das atividades que o

Figura 46: Alfândega Medieval



Fonte: Comissão Nacional Para as Comemorações dos Descobrimentos Portugueses, 1994

caracterizavam (idem, 132). A primeira fase da intervenção focou-se no espaço onde se encontrava implantada a Alfândega do século XIV, tendo sido realizada, a par desta, uma sondagem na área onde funcionou a antiga Casa da Moeda do Porto. Entre os elementos recolhidos, devemos assinalar os fragmentos de merlões, que possibilitaram a reconstituição do coroamento das ameias do edifício²⁰ e, ainda, um conjunto de selos de chumbo e vestígios de fundição do mesmo material, que apontam

“operações de controle e selagem de mercadorias” (Gomes et al., 1994: 155).

Este foi um projeto que privilegiou, desde o início, o envolvimento da população da cidade nas diversas atividades que foram sendo desenvolvidas e que, atualmente, para além da possibilidade de apreciar as ruínas arqueológicas *in situ*, permite ao visitante apreciar diversas coleções ilustrativas das atividades que, outrora, se desenvolveram naquele local, compostas por produtos comercializados e objetos de uso doméstico e, como não poderia deixar de ser, peças provenientes das escavações que tiveram lugar na Casa do Infante e noutros pontos da cidade.

Figura 47: Ruínas da Casa da Moeda



Fonte: Fotografia cedida pelo Dr. Manuel Luís Real

Para além destes elementos, são meritórios de referência os equipamentos interativos, especificamente a maquete representativa do Porto Medieval, que elucida os visitantes acerca da organização espacial do burgo à época (Balcão Virtual, CMP²¹).

²⁰ A reconstituição apresentada na Figura 46, teve por base a investigação desenvolvida por Manuel Luís Real e Rui Tavares e, posteriormente, por Manuel Luís Real, Ricardo Jorge Teixeira, Paulo Dórdio Gomes e Nuno Tasso de Sousa (Comissão Nacional Para as Comemorações dos Descobrimentos Portugueses, 1994: 173).

²¹ [Consultado em Maio de 2014] Disponível em: <<http://balcaovirtual.cm-porto.pt/PT/cultura/museus/casadoinfantemuseu/Paginas/casadoinfantenucleomuseologico.aspx>>

4.3.3.12. Hotel Carrís Porto Ribeira

A Rua de S. João, onde atualmente se encontra implantado o Hotel Carrís Porto Ribeira, remonta ao final do século XVIII, sendo característica de um processo de desenvolvimento urbanístico, que teve origem nas transformações económicas sucedidas nesta área a partir do século XVII (Pereira e Menéndez, 2009: 11).

Pensa-se que a ocupação deste local se tenha iniciado durante a Idade Média, sobre o qual existem inúmeras referências documentais, que indicam a presença de um quarteirão régio, entre as quais a alusão a uma torre, que pertenceria ao juiz da cidade, Estêvão Lourenço (idem, 17), remetendo, a par disto, para as diversas casa-torre documentadas na Rua dos Mercadores (Delgado et al., 2011: 59).

Figura 48: Estrutura torre medieval



Fonte: Fotografia cedida pelo Dr. Manuel Luís Real

A intervenção arqueológica neste local decorreu em duas fases que, como veremos, revelaram uma ocupação anterior à medieval. A primeira, em 2009, permitiu detectar uma cronologia que vai, desde a época Romana até à actualidade, sendo que, para além dos elementos de cronologia romana, merece destaque o surgimento de uma estrutura de planta rectangular de dimensões avultadas, que se pensa pertencer à antiga torre de Estêvão Lourenço, do século XIV, à qual estavam associados os fragmentos de cerâmica bracarense de data equiparável (idem, 48).

A segunda intervenção, desenvolvida entre 2010 e 2011, serviu para aprofundar questões relativas a ocupações mais antigas, tendo em conta que revelou estruturas consideráveis de cronologia romana, que se supõem ser parte integrante do mesmo edifício (Teixeira, 2011: 3); e, ainda que não tenham sido reunidos elementos suficientes para caracterizar toda a ocupação deste local, pensa-se que estamos perante um edifício de grandes dimensões, que sugere o uso do espaço construído entre os séculos I e IV, tendo em consideração as moedas exumadas (idem, 33).



Figura 49: Vestígios da ocupação romana

Fonte: <http://portoribeira.carrishoteles.com>

Em suma, pela importância dos achados, e à semelhança do arqueossítio da Rua de D. Hugo e da Casa do Infante, foi estabelecido um compromisso entre o dono da obra e as entidades responsáveis pelo património²², vulgo Ministério da Cultura, com o intuito de proceder à valorização das ruínas arqueológicas e, por conseguinte, permitir ao público em geral compreender os espaços e estruturas ali presentes articulando-os com o meio urbano e contexto histórico em que se inserem (idem, 36).

Figura 50 e 51: Hotel durante e após a intervenção arqueológica



Fonte: <http://portoribeira.carrishoteles.com>

4.3.3.13. Praça da Ribeira

A arqueologia, nas suas diversas facetas, permite-nos incrementar o conhecimento relativamente aos locais que hoje fazem parte do nosso quotidiano. A Praça da Ribeira é um desses locais, pois através do estudo de sítios como a Casa do Infante, foi-nos concedida a oportunidade de perceber o tipo de atividades que se

²² Desta parceria emanou um documento de divulgação, que pode ser consultado no *website* do Hotel Carrís Porto Ribeira [Consultado em Agosto de 2014] Disponível em: <<http://portoribeira.carrishoteles.com/pdf/Revistasincortes-baja.pdf>>

desenrolavam nesta área da cidade, porventura privilegiada por uma importante via de comunicação, o rio Douro, que à época da edificação da Alfândega tornou, a então zona ribeirinha, um palco de trocas comerciais, do qual são indissociáveis atividades como a construção naval e a pesca (Era Arqueologia, 2001).

Assim, face ao crescimento exponencial da urbe, dá-se início, durante o reinado de D. Afonso IV, à construção de uma nova linha de muralha, que só viria a ser ultimada com D. Fernando, no ano de 1370, e à qual foi atribuída a designação de Muralha Fernandina (idem, 10), facto que aliado ao mencionado anteriormente, tornou a Ribeira uma área particularmente sensível em termos arqueológicos, sendo que, na ocasião das obras de requalificação da frente ribeirinha a cargo da GOP-EM foi colocado a descoberto um tramo da muralha e identificados elementos, que se pensam estar relacionados com o alinhamento do cais no século XV identificado pelo GAU em 1997.

Figura 52: Gravura da zona ribeirinha do Porto: Muralha e Ponte Pênsil



Fonte: *Archivo Pittoresco*, Ano de 1864 in www.portoantigo.org

Escavada desde 1980 – data em que foi descoberta a fonte que ali se encontra por Armando Coelho Ferreira da Silva²³-, até à atualidade, a Praça da Ribeira aglutina vestígios de épocas distintas, entre os quais apenas se preservou o tramo da muralha fernandina – incluindo o Postigo do Carvão -, alvo de diversos acrescentos e remodelações; sendo, igualmente, merecedores de menção vestígios que poderão

²³ A investigação coordenada pelo Professor Doutor Armando Coelho Ferreira da Silva, surgiu no âmbito dos contactos estabelecidos entre do CRUARB e a Faculdade de Letras da Universidade do Porto, motivada pelo enorme interesse histórico e artístico, mas também arqueológico, tendo em conta que os achados feitos apontam uma ocupação bastante antiga, provavelmente, desde a Proto-História (Silva, 1980: 73). Ao nível das estruturas, não foram encontrados indícios referentes a culturas antigas ou medievais, apenas a praça lajeada, onde estava a implanta a referida fonte, e o sistema de encanamento e aproveitamento de águas de outra fonte, ambas atribuíveis à Idade Moderna. Relativamente ao espólio, merecem apontamento os fragmentos de cerâmica comum, datável do Baixo Império (idem, 74).

corresponder à Porta da Ribeira, sinalizada na cartografia antiga e, ainda, estruturas junto à Ponte D. Luís I, indicativas do modo de organização da época precedente à construção do túnel.

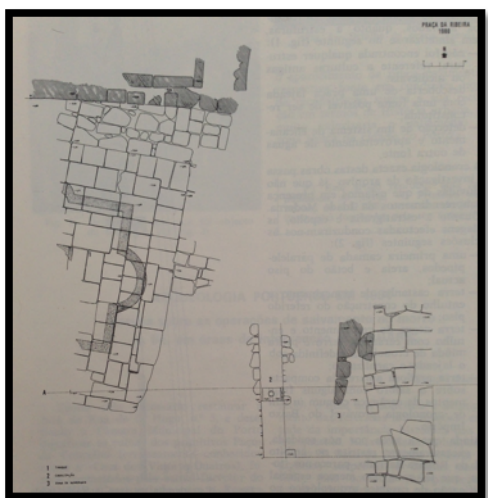


Figura 53: Planta da área intervencionada na Praça da Ribeira

Fonte: Silva, 1980

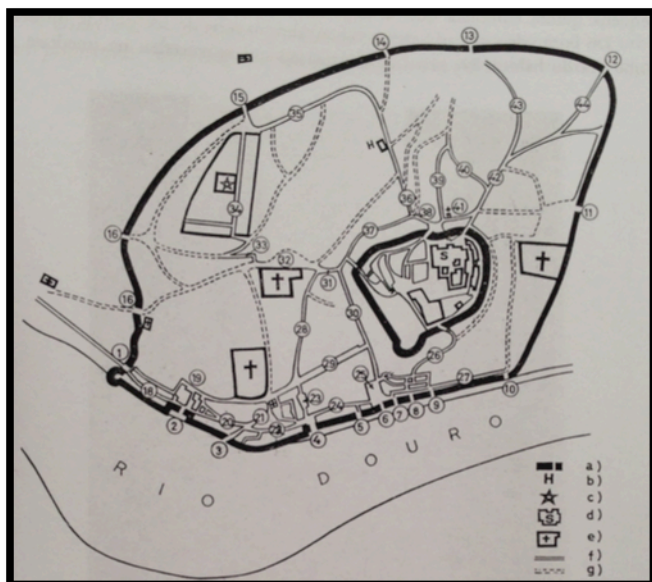
Por fim, e no que diz respeito ao espólio, foram encontradas cerâmicas enquadráveis em diversas tipologias, com especial expressão para as faianças, assim como objetos metálicos, moedas, materiais de construção e porcelanas, que se encontram depositados no GAU (Era Arqueologia, 2001: 133).

4.3.3.14. Muralha Fernandina – Guindais

Fruto do crescimento populacional que marcou o Porto no século XIII, surgiu a necessidade de expandir o aglomerado urbano além da cerca velha – a muralha românica -, em direção ao local onde, na época, prosperavam as atividades comerciais – junto ao rio Douro – e, por conseguinte, a necessidade de erguer uma cerca nova para proteger aqueles cujos negócios e habitações se encontravam fora da muralha primitiva (Ramos, 1994: 120). Desta feita, é no contexto do conflito entre D. Pedro e o seu pai D. Afonso IV, que se decide mandar construir uma nova linha de defesa, cujo intento era “*vigiar os caminhos, as entradas por terra e por mar, precaver para perigos futuros, mas simultaneamente permitir e promover as trocas comerciais e a indústria*”, que viriam a conceder ao Porto um enorme poder militar (ArcheoEstudos, 2001: 7). Começando pelo tramo dos Guindais, em direção ao Largo de Primeiro de Dezembro, encontrava-se o Postigo do Carvalho (11), que viria a ser designado de Santo António do Penedo e, posteriormente, Porta do Sol; daqui, seguia até à Rua de Cimo de Vila, onde existia uma porta (12) com a mesma denominação. Continuando em direção à Calçada de Santa

Teresa – atual Praça de Almeida Garrett – e Viela da Madeira, estava implantada a Porta dos Carros (13), da qual ainda se encontram conservados alguns vestígios – não visíveis

Figura 54: Cerca de 1449



Fonte: Oliveira, 1973

-, sendo que, deste ponto continuava pelo local onde, presentemente, encontramos o Palácio das Cardosas – antigo Convento dos Lóios -, onde se situava a Porta de Santo Elói (14). Dos Lóios aos Clérigos e, por conseguinte, Cordoaria – atual Campo do Mártires da Pátria -, alcançava-se a Porta do Olival (15), que assinalava a saída para Braga e Viana do Castelo, da qual subsistiram alguns vestígios inseridos nos edifícios ali firmados.

A partir deste ponto, o traçado segue pelo Largo das Virtudes, onde existia uma porta com a mesma denominação (16) e pelas traseiras do Palácio de S. João Novo, junto ao qual estava a Porta de Nossa Senhora da Esperança (17), continuando rumo ao rio com troços bem preservados, tal como acontece ao longo das escadas do Caminho Novo. Entre este ponto e o tramo que acompanha o Douro, existia a Porta Nova ou Nobre (1), anteriormente designada como Postigo da Praia. Junto ao rio existiam vários postigos, entre os quais o dos Banhos (2), o do Pereira ou Lingueta (3), da Alfândega ou do Terreirinho (4), do Carvão (5) – o único completamente preservado e inserido na paisagem -, o do Peixe (não se encontra assinalado), a Porta da Ribeira (6) e, ainda, outros quatro até à escarpa dos Guindais, nomeadamente o do Pelourinho (7), o da Forca (8), o da Madeira (9) e, finalmente, o da Areia (10) (Serenó e Dordio, 1994).

Estamos, portanto, perante uma zona fortemente povoada desde a Idade Média, digna de um estudo mais aprofundado, sendo nessa perspetiva que se desenvolve a intervenção arqueológica no ano de 2000, aquando dos trabalhos de reinstalação do Funicular dos Guindais, ao longo do pano de muralha. Os resultados não se mostraram muito expressivos, sendo apenas de salientar o facto de, nas zonas escavadas, ter-se chegado à conclusão que esta estrutura foi edificada diretamente sobre o afloramento granítico (idem, 16). O espólio, por sua vez, revelou paralelismos com dois centros

produtores de cerâmicas, que abasteciam a cidade até à viragem do século XVI para o XVII, tendo também aparecido cerâmicas pretas de uso doméstico com marcas de fogo, faianças, moedas, entre outros elementos.

Figuras 55 e 56: Muralha Fernandina – Tramo dos Guindais



Fonte: SIPA, 2011

Apesar das ilações decorrentes desta intervenção, interessa salientar o facto de este ser um dos tramos mais expressivos da muralha fernandina que, infelizmente, não se encontra devidamente rentabilizado pelo turismo, sendo que, segundo informações recolhidas junto de alguns arqueólogos da CMP, a visita ao seu “interior” só é possível por marcação, através do Instituto Ricardo Jorge²⁴.

*

Em suma, e citando Barreiros e Ferreira (1949: 9):

“Os nossos palácios, as nossas igrejas, os nossos monumentos em geral são fàcilmente ultrapassados em grandeza e esplendor pelos de muitas outras cidades e vilas do Mundo. Mas nem por isso eles deixam de ter valor relativo no ponto de vista artístico e de construir testemunho autêntico e sagrado de tradições históricas locais ou simplesmente vestígios venerandos de épocas que já passaram. Nem por isso eles devem ser desprezados.”

²⁴ De acordo com o JPN, este instituto tem em “mãos” um projeto de recuperação dos edificios adjacentes à muralha, para aí instalar o Museu da Saúde e, conseqüentemente, promover as visitas a este monumento (http://jpn.c2com.up.pt/2012/07/31/muralha_fernandina_um_grande_segredo_do_porto.html).

4.3.4. Oferta Complementar

Por oferta complementar, compreendemos todos os elementos integrantes/inerentes à prática turística, ou seja, que complementam determinado segmento turístico, devolvendo uma experiência completa aos visitantes, entre os quais, pontos de interesse cultural, restauração, alojamento, parques de estacionamento, postos de turismo, bares e/ou discotecas, espaços ajardinados, entre outros.

O aprofundamento do conhecimento relativamente à oferta existente na área inerente ao roteiro, só foi possível através do trabalho de campo, que permitiu apurar duas realidades bastantes díspares. Por um lado, do ponto inicial até à intersecção da Rua da Bainharia com a Rua Mouzinho da Silveira, foram registadas sete ocorrências, entre as quais, um café e um restaurante no Largo do Dr. Pedro Vitorino, sendo que o restaurante abre, apenas, em período noturno; no Largo do Colégio, podemos encontrar o café-restaurante “Fado Menor” e, ainda, a Igreja de São Lourenço, onde, para além da igreja, se pode visitar o Museu de Arte Sacra e Arqueologia do Porto; na Rua de Santana, verificamos a presença de um atelier de cerâmica e, na intersecção com a Rua da Bainharia, a operadora turística “OportoShare”, que oferece aos visitantes a possibilidade de desenhar o seu percurso, de acordo com os seus gostos pessoais; e, por fim, um restaurante, já na Rua da Bainharia, o “Barrete Encarnado”, com uma particularidade bastante interessante: os menus, em várias línguas, contêm anotações feitas pelos visitantes acerca do restaurante e, especificamente, sobre os pratos servidos, entre os quais se destaca o bacalhau.

A partir da Rua Mouzinho da Silveira e até à Ribeira, existem dezenas de restaurantes/cafés/pastelarias, unidades de alojamento, lojas de souvenirs, lojas de artesanato, entre outros, facto que indica a crescente necessidade de desenvolver estruturas no seio do Morro da Sé, que se encontra ainda muito “enclausurado”, quando comparado com outras áreas da cidade.

4.4. Política de Marketing e Comercialização

4.4.1. Recursos

A introdução de um novo segmento da oferta no mercado turístico, pressupõe a existência de diversos recursos. Vejamos.

- I. Recursos Humanos: constituído, essencialmente, por pessoas com formação em línguas e com sólidos conhecimentos sobre a cidade do Porto, em termos de história e arqueologia, assim como técnicos de turismo, de gestão do património, de conservação e restauro e de marketing, sendo de salientar a importância da cooperação e trabalho em equipa, com o intuito de compor um produto de qualidade e uma estratégia de comunicação adequada.
- II. Recursos Informativos: guias, manuais, desdobráveis, aplicações tecnológicas, áudio-guias, criação de um *website* da rota com explicações mais detalhadas e devidamente referenciadas, e criação de uma imagem de marca.
- III. Recursos Materiais: as estruturas arqueológicas, devidamente assinaladas, visíveis e/ou acessíveis, assim como o espólio proveniente das escavações.
- IV. Recursos Financeiros: patrocínios e parcerias com organismos ligados à cultura e património, nomeadamente com as estruturas museológicas, onde se encontram depositados materiais provenientes das intervenções arqueológicas realizadas nos locais do roteiro; obtenção de fundos comunitários, com vista à promoção de ações de conservação e preservação deste património; e, comercialização da rota através das diferentes empresas e entidades oficiais ligadas ao turismo.

4.4.2. Política do Produto

A política inerente ao referido produto, passa, essencialmente, pelo enaltecimento dos seus atributos principais, como sejam o seu acrescido valor histórico-patrimonial e o contributo assinalável que o seu estudo teve para a construção da história da cidade do Porto, cujo sector turístico se encontra intimamente relacionado com a prática do turismo cultural.

Pretendemos demonstrar que o turismo no Porto tem, ainda mais, para oferecer aos seus visitantes, através da criação de uma marca que nos identifique como sendo um

destino de turismo arqueológico – *heritage branding* -, tendo sempre presente a existência de uma vasta oferta complementar.

4.4.3. Política de Preços e Distribuição

A definição da política de preços para este produto, encontra-se dependente das diversas formas através das quais este pode ser distribuído.

- I. Operadores Turísticos: permitirão inserir a rota num pacote turístico, juntamente com uma oferta mais abrangente e articulada – *tours*, restauração, alojamento, atividades de lazer, entre outras.
- II. Câmara Municipal do Porto: pressupõe a existência de um guia, dentro dos padrões descritos anteriormente, que para além de fazer o *tour*, disponibiliza o material informativo – desdobráveis, mapas, guias, entre outros -, totalmente gratuitos, por forma a alcançar um público mais abrangente. No que concerne ao preço, há que ter em conta o serviço prestado pelo guia, sendo pertinente, por exemplo, que se façam visitas gratuitas para residentes no município do Porto, mediante comprovativo – tal como acontece, por exemplo, no Castelo de São Jorge em Lisboa -, com o intuito de familiarizar os habitantes para a importância de zelar pelo nosso património.
- III. Internet: aludindo ao incremento da utilização das novas tecnologias nas diversas áreas, surgiria a possibilidade de disponibilizar duas versões deste roteiro através de uma aplicação para dispositivos móveis, tal como fora abordado anteriormente no ponto 3.4..

4.4.4. Política de Comunicação

A divulgação da rota, e indo de encontro ao descrito no capítulo anterior, será feita através das principais técnicas de comunicação de marketing, designadamente:

- I. Publicidade: jornais, revistas, televisão, rádio, internet – Facebook, Twitter, Blogs -, publicidade exterior em *outdoors* e meios de transporte públicos.
- II. Relações públicas: conferências de imprensa, para dar a conhecer os achados feitos nas intervenções arqueológicas desenvolvidas na cidade do Porto – por exemplo, como a palestra que se realizou este ano no âmbito do Dia dos Centros Históricos - e realização de entrevistas.

Para além destes meios, será também pertinente desenvolver campanhas de divulgação junto das diferentes universidades do país, com o intuito de sensibilizar os estudantes de Arqueologia, e de outras áreas, para as questões da arqueologia em meio urbano e, por conseguinte, difundir a existência da rota, promovendo, a par disto, a publicidade “boca a boca”. E, ainda, elaboração de um plano de atividades, onde se incluam recriações históricas com participação aberta a visitantes e residentes.

*

Atualmente, a CMP disponibiliza visitas guiadas pelo centro histórico, cuja temática se encontra relacionada com a arqueologia, sendo um dos pontos de passagem obrigatória o arqueossítio da Rua de D. Hugo, que em 2013 teve 829 visitantes e este ano, até à presente data (Junho de 2014), 1151 visitantes, dados que indicam que em meio ano o número de visitas terá excedido o valor total do ano anterior e, por conseguinte, denunciam um incremento do interesse dos visitantes pelo património arqueológico da cidade.

4.5. Proposta de Aplicação do Caso de Estudo

Tendo em mente os benefícios procedentes do uso das novas tecnologias no campo de ação da arqueologia, pareceu-me pertinente explorar a ideia de criar uma aplicação para dispositivos móveis, baseada no roteiro criado no âmbito desta dissertação.

Como sabemos, as novas fórmulas digitais influenciaram o campo da interpretação patrimonial e conduziram à criação de “artefactos portáteis”, denominados como “*nomadic museography*” (Grevtsova, 2012: 3), que representam um novo modo de dar a conhecer o património arqueológico. Este conceito fora explorado no âmbito dos estudos desenvolvidos pelo grupo DIDPATRI – Universidade de Barcelona -, que investigam a introdução de uma linguagem iconográfica e de ferramentas interativas nos roteiros, que envolvam a participação do público.

Figura 57: Processo de Evolução dos Meios de Interpretação Fixos e Portáteis

Aspect Name	Model 1	Model 2	Model 3
	Information signs	Interpretative signs and stations	Interpretative portable artifacts: <i>nomadic museography</i>
Origin	Street furniture, urban informative signals system	Information signs	Computers, laptops, e-readers, game consoles, audio guides, city guides etc.
Concept	They are used as a guide and informational support in heritage contexts, providing guidance and transmitting the basic information about monuments.	They show a technological and interpretative evolution of information panels. It helps to interpret the heritage with an understandable iconography and through various interactive and manipulative possibilities	The <i>nomadic museography</i> consists of an intermediation device between user and heritage corresponding to the new demand of the information society.
Location and characteristics of space	The panels and the boards are normally located in points of interest and are fixed in the ground, on the facades of buildings and other structures. In some cases the panels are organized in thematic routes.	They are located at key points on a heritage site, in front or on one side of the heritage element with the aim to make its characteristics understandable. Normally the interactive signs are grouped into thematic itineraries.	Interpretative portable artifacts are portable devices, as smartphones or tablets that have characteristics of mobile phones with advanced computing capabilities that give great opportunities for mobility and freedom to the user. The additional characteristics like geolocation calculate the exact position of the user providing a richer experience. It orientates the user in new contexts, to find places, to report location to other users and associates a real place with the location of other users.
Type	Directional Identification Interpretative	Interpretation stations Interpretative sign (panel with a triangular rotary drum, interpretative iconography, boards with textual information) Iconoscope wheel	There are different formats online and offline access to functions of virtual reality, augmented reality, QR codes, geolocation, 3D reconstructions, etc.
Design	Rectangular vertical or horizontal panel. Material - metals, plastics, wood, glass, acrylic, etc.	They combine different interactive elements: panel, artifacts, models, replicas.	A smartphone or tablet has a touch screen that presents digital contents in a very intuitive and attractive way
Content	It transmits short messages with the use of a clear and concise language. The message calls a visitor's attention, holds his interest. It provokes actions: observation, contemplation and visual analysis.	Messages have interactive and explicative character about various aspects of heritage. They allow to compare historical evolutions, see interiors, explain processes, and see the images of the past. Rotating wheels allow to correlate a different kind of information about the history.	They allow specialized messages based on the needs of a user. They are portable tools that allow performing various tasks and installing programs, through which the user does extend more capabilities and functionality of the device.
	Iconic (picture language: pictograms, drawings, symbols) and textual.	Iconography and cartography, sound	They allow to deliver content in various formats: multimedia, textual, audio, visual, etc.
Management and maintenance	The accessibility characteristics are important, also the visual impact on the environment, climate vandal resistance in use.	High hardness and resistance, very low impact on the landscape	They are user-owned devices therefore the costs of management and maintenance are optimized.
Audiences	Different audiences. Especially tourists.	Different audiences. It has a special interest for school groups.	Different audiences. It has a special interest for young people.
Adaptation to the public (Interactivity)	It is adapted to people with physical and sensory disabilities.	Stimulates physical participation, they have interactive elements of mechanical use: inclined plates, tumblers, etc. It is adapted to people with physical and sensory disabilities.	It offers an intuitive and personal interactivity, It allows free manipulating contents Some programs are adapted to people with physical and sensory disabilities.
Values for interactive evolution	It has defined and established general rules of planning the points of interest and tourist tours in cultural heritage contexts.	It has developed several prototypes designed for archaeological and urban contexts, and interactive content that facilitates the transmission of the message to the receiver	It has great potential as an interactive resource which nowadays is being tested

Fonte: Grevtsova, 2012: 6

De acordo com Grevtsova (2012: 6), as fontes de interpretação do património, de um modo geral, passam por três etapas incontornáveis, das quais resultam os três modelos apresentados na tabela da Figura 57, sendo que o último, relativo aos aplicativos interpretativos para dispositivos móveis, oferecem vantagens a diversos níveis, nomeadamente:

- da gestão dos sítios arqueológicos - otimiza os custos de manutenção e melhora a imagem institucional;

- da mobilidade - possibilita uma interpretação *in situ*, através da localização e identificação de pontos de interesse e oferece, ainda, a possibilidade de selecionar livremente os itinerários;
- dos conteúdos - permite efetuar uma comparação entre diferentes elementos arqueológicos, combinar imagens com informação adicional e oferecer uma grande variedade de recriações históricas em 3D, conteúdos multimédia e jogos interativos; e
- da experiência do visitante e dos recursos interativos - é um dispositivo que permite ao usuário conhecer o seu funcionamento e constitui uma ferramenta intuitiva e atrativa, que possibilita a criação, edição e gestão da informação.

Monod et al. (2006: 1366-8), à semelhança da autora referida anteriormente, também aborda a questão das aplicações para dispositivos móveis, que permitem ao visitante seguir um itinerário, onde se incluem dicas e detalhes, a partir das quais o turista desenvolve um trabalho exploratório e descobre determinados pormenores no terreno, por si mesmo, apurando, a par disto, o seu sentido de orientação. A informação contida nestas aplicações, poderá surgir na forma de vídeos ou áudio e, até, reconstruções e imagens dos monumentos arqueológicos que estamos a observar no momento, sendo igualmente pertinente incluir notas relativas a outras instituições – museus, depósitos de materiais, entre outros -, onde o visitante pode apreciar outros elementos, promovendo, assim, uma informação mais completa e uma oferta coordenada.

Contudo, é fulcral ter sempre em mente, que nunca poderemos recriar o passado exatamente como ele era, persistindo o sentimento de algo incompleto e incerto. Estamos, sim, aptos a reconstruir este ou outro compartimento com medidas exatas, contabilizar e mapear os artefactos encontrados e, até, fazer uma aproximação àquelas que seriam as características físicas de uma comunidade, mas nunca fazer um “desenho” exato da sua dimensão humana com base nas esperanças, medos, sonhos e ideologias da era em que hoje vivemos (Silberman, 2005: 9).

Desta feita, a título meramente demonstrativo, criamos uma aplicação do roteiro arqueológico para a cidade do Porto, meramente em português, tendo por base as

ferramentas disponibilizadas num *website* para o efeito – Fábrica de Aplicativos²⁵ -, onde constam a cronologia, uma descrição, o espólio exumado aquando das intervenções e a sua localização, uma súmula da importância dos achados para a construção da história da cidade e a informação complementar relativamente à área em questão, devidamente acompanhadas por imagens das escavações, do espólio arqueológico e mapas.

Ao processo de construção desta aplicação (Anexo VII), estiveram associadas algumas limitações, nomeadamente o facto de, neste site, apenas ser permitida a inclusão de dez campos, que implicou optar por alguns locais, em detrimento de outros. Numa versão dita profissional, para além de serem contemplados todos os locais do roteiro – incluindo pontos de paragem obrigatória e de passagem²⁶ -, seriam também incluídos um mapa com o itinerário, com os locais georreferenciados, permitindo, assim, aos turistas serem guiados por GPS, e uma secção dedicada, somente, à oferta complementar passível de ser encontrada na cidade. A ideia inicial pautou pelo desenvolvimento de reconstruções 3D, tanto das estruturas remanescentes, como das que se encontram documentadas, mas que não estão visíveis, à qual estaria associado um *link* para a uma página *web* com conteúdos mais aprofundados. Esta, por sua vez, seria disponibilizada em vários idiomas e teria um custo de 1,50€²⁷, sendo que o seu *download* implicaria uma inscrição no *website* da rota.

Em suma, ainda que a versão pensada inicialmente, não tenha sido concretizada no âmbito da dissertação – tendo em conta a falta de conhecimentos técnicos para a sua finalização -, a ideia servirá, certamente, de base a projetos profissionais futuros²⁸, colmatando um dos aspetos referido por McCrary (2011: 359), relativos à falta de cooperação entre os profissionais das áreas intervenientes num processo deste género.

²⁵ <http://fabricadeaplicativos.com>

²⁶ No Anexo VI encontram-se as fichas que serviriam de base aos sítios, que constituem uma síntese do descrito no ponto 4.3.3.

²⁷ No que concerne ao preço mencionado, teve por base uma verificação do custo dos aplicativos ao nível do turismo, existentes na Apple Store para diversas cidades europeias, onde os guias de cariz geral ascendem, na sua maioria, aos 2,00€. Logo, o nosso roteiro, pela sua especificidade – a de dar a conhecer os aspetos arqueológicos da cidade do Porto -, não poderá ser comercializado com um preço muito acima das ofertas equiparáveis.

²⁸ A iCLio é uma empresa portuguesa, dedicada à concepção e edição de conteúdos de excelência nas áreas de história, património e cultura, para a criação de guias de turismo para *smartphone*, com elementos específicos para cada rota : <<http://www.iclio.net/index.html>>.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O património arqueológico caracteriza-se por uma riqueza e simbolismo inigualáveis, patentes na diversidade de testemunhos que o compõe e que, inevitavelmente, remetem para as questões da identidade, tendo em conta que é um património que nos permite estar mais próximos dos nossos antepassados e perceber a evolução dos seus modos de vida ao longo dos séculos, através das ruínas e dos objetos que persistiram até aos nossos dias.

Falamos, pois, dos valores culturais de cada povo que estão na base daquele que designamos como turismo cultural e do qual é indissociável o património arqueológico, porventura, alvo de crescente “re-interesse” por parte dos municípios, por via da implementação de projetos de reabilitação urbana e, até, da comunicação social. Mas há, ainda, muito por fazer, designadamente ao nível da preservação e divulgação dos achados, face à imensidão de sítios arqueológicos existentes em Portugal.

Este trabalho permitiu-me refletir sobre a minha experiência enquanto turista, fruto de diversas viagens pelo país, e sobre o contacto próximo que tive com a arqueologia enquanto estudante – ciente que tenho muito por visitar, escutar e estudar -, e aquilo que tive oportunidade de verificar, foram duas realidades bastantes díspares entre um interior, pacato e, muitas vezes, “ao abandono”, e um litoral cheio de recursos. No primeiro, pude aperceber-me, através da visita a inúmeros sítios arqueológicos cronologicamente distintos, o enorme cuidado e investimento que há neste património - devidamente sinalizado, com infraestruturas de acesso adequadas, manutenção recorrente, entre outros aspetos -, que, para além de serem de conhecimento comum entre a população residente, constituem um motivo de orgulho. Por sua vez, no litoral, observei um desinteresse preocupante, onde é evidente a sobreposição dos interesses económicos, relativamente ao desenvolvimento científico, porque não chega escavar, estudar e registar os sítios, é fulcral divulgá-los e, sempre que possível, conservá-los e preservá-los para os colocar ao dispor de quem nos visita e, principalmente, das gentes a quem ele pertence. Se o turismo arqueológico é prática recorrente noutros países – com tantos recursos como Portugal -, então é porque há um público que se interesse por este património em específico.

O caso do Porto, espelha a situação do património arqueológico em muitas outras cidades portuguesas, que o veem, na maioria das vezes, como um entrave, e não como

um elemento dinamizador do meio urbano. Ainda assim, podemos afirmar que existem casos de sucesso, como sejam o arqueossítio da Rua de D. Hugo, nº 5 e a Casa do Infante, ambos associados a projetos que se caracterizaram por uma estreita cooperação entre diversas entidades, com o intuito de promover a integração harmoniosa das ruínas arqueológicas em espaços funcionais.

Contudo, é importante sublinhar que persistem situações de total desaproveitamento, de que são exemplo o tramo da Muralha Fernandina nos Guindais, o melhor preservado e com um miradouro excepcional sobre a cidade e o rio Douro, mas que não se encontra aberto ao público; o Largo do Colégio que, como pudemos ver, foi alvo de um projeto de valorização, cujo objetivo era musealizar os vestígios arqueológicos remanescentes, mas que, até à data, não se concretizou; e, ainda, casos tão fugazes como uma proposta de sinalização, na Rua de D. Hugo, da estrutura referente à casa castreja mais completa, alguma vez encontrada nesta área e que, tal como o anterior, nunca chegou a ser feita.

Os vestígios arqueológicos portuenses e, especificamente, os presentes no centro histórico, apresentam inúmeras potencialidades quando pensados no seio do turismo - sem descurar toda a investigação inerente à prática arqueológica, que acaba por ser um meio de promover a sua proteção -, não só por constituírem elementos de acrescido valor histórico, mas também pelos benefícios que poderão trazer a determinadas áreas da cidade - vulgo Morro da Sé -, revitalizando-as através da criação de uma rota. E, apesar de nos termos cingido ao centro histórico, propondo apenas um itinerário, temos presente o enorme potencial arqueológico do Porto, passível de ser aproveitado para outras rotas, como por exemplo, itinerários subordinados a uma época em particular; um percurso para descobrir os vestígios que subsistiram da Muralha Fernandina; uma rota dedicada à “arqueologia da arquitetura”, estimulando os visitantes a explorar o edificado para, desta forma, identificarem os vestígios arqueológicos que são, agora, parte integrante da arquitetura portuense “mais recente”; e, quem sabe, criar uma estrutura museológica dedicada, exclusivamente, à arqueologia, que congregasse toda a informação decorrente das intervenções realizadas no Porto, onde os visitantes pudessem observar o espólio recolhido e, por conseguinte, compreender o modo como os achados se articulam, tendo em conta que, atualmente, esses objetos se encontram expostos em locais distintos – Casa do Infante, GAU, Museu do Vinho do Porto, arqueossítio da Rua de D. Hugo, nº 5. Paralelamente, é fulcral providenciar informação, em cada local, acerca da localização do espólio, assim como promover ações de

divulgação e repensar o papel dos serviços educativos destas instituições que, como pudemos ver, aquando da abordagem às indústrias criativas, têm um papel de grande importância na consciencialização dos mais jovens em matéria de património.

Desta feita, mais do que uma tomada de consciência, o desenvolvimento desta investigação permitiu-me reconhecer as diversas facetas do turismo cultural e compreender as questões inerentes à valorização do património arqueológico, que se mostraram bastante complexas e, por conseguinte, conduziram à necessidade de estudar hipóteses de exposição alternativas – o uso de novas tecnologias -, igualmente viáveis e que vão, de certo modo, de encontro às tendências que marcam a sociedade atual.

Em suma, esta é uma proposta de futuro, através da qual pretendemos perpetuar memórias e a identidade cultural de cada portuense, através da atribuição de valor ao património arqueológico.

BIBLIOGRAFIA

ABATE, Dante; CIAVARELLA, Roberto; FURINIA, Graziano; MIGLIORI, Silvio; PIERATTINI, Samuele (2011) 3D modeling and remote rendering technique of a high definition cultural heritage artifact. *Procedia Computer Science*. N° , pp. 3848–852 [Consultado em Março de 2014] Disponível em: <<http://www.sciencedirect.com/science/article/pii/S1877050910005144>>

ACOSTA, Elías Zamora (2011) Sobre patrimonio y desarrollo. Aproximación al concepto de patrimonio cultural y su utilización en procesos de desarrollo territorial. *PASOS. Revista de Turismo y Patrimonio Cultural*. Vol. 9, N° 1, pp. 101-113 [Consultado em Março de 2014] Disponível em: <www.pasosonline.org/Publicados/.../PS0111_09.pdf>

AGUIRRE, Juan A. (2006) Estado de las relaciones del Parque Nacional Monumento Arqueológico Guayabo con las comunidades de Santa Cruz de Turrialva y Guayabo, Costa Rica. *PASOS. Revista de Turismo y Patrimonio Cultural*. Vol. 4, N° 1, pp. 69-83 [Consultado em Fevereiro de 2014] Disponível em: <www.pasosonline.org/Publicados/.../PS050106.pdf>

ALARCÃO, Jorge de e BARROCA, Mário (2012) *Dicionário de Arqueologia Portuguesa*. Porto: Figueirinhas.

ALCAIDE, Gregorio González; FELIU, Cristina Blay (2008) Las publicaciones divulgativas como vehículo de difusión del patrimonio arqueológico: bibliografía de guías arqueológicas en España 1975-2005. *PASOS. Revista de Turismo y Patrimonio Cultural*. Vol. 6, N° 1, p. 69-82 [Consultado em Novembro de 2013] Disponível em: <<http://www.pasosonline.org/articulos/275-las-publicaciones-divulgativas-como-vehiculo-de-difusion-del-patrimonio-arqueologico-bibliografia-de-guias-arqueologicas-en-espa%C3%B1a-1975-2005>>

ALFONSO, María José Pastor (2003) El patrimonio cultural como opción turística. *Horizontes Antropológicos*. Vol. 9, N° 20, Porto Alegre [Consultado em Novembro de

2013] Disponível em: < http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-71832003000200006>

ALMEIDA, Carlos Alberto Brochado de; ALMEIDA, Pedro Miguel Brochado de (2000) Vestígios romanos encontrados na Rua Mouzinho da Silveira – Porto. *Portvgalia*. Nova Série, Vol. XXIII, pp. 155-184 [Consultado em Junho de 2014] Disponível em: < ler.letras.up.pt/uploads/ficheiros/3610.pdf>

ALZUA, Aurkene; O'LEARY, Joseph; MORRISON, Alastair (1998) Cultural and Heritage Tourism: Identifying niches for international travelers. *The Journal of Tourism Studies*. Vol. 9, Nº 2 [Consultado em Fevereiro de 2014] Disponível em: < http://www-public.jcu.edu.au/learningskills/idc/groups/public/documents/journal_article/jcudev_012658~5.pdf>

ARCHEOESTUDOS (1999) *Relatório Final da Intervenção Arqueológica realizada na Praça do Infante D. Henrique*. São Nicolau, Porto.

ARCHEOESTUDOS (2001) *Relatório Final de Intervenção Arqueológica dos Guindais*. Porto.

ARNAUD, José Morais (1994) A Componente Arqueológica no Processo de AIA em Portugal. In PARTIDÁRIO, Maria do Rosário et JESUS, Júlio de (1994) *Avaliação do Impacte Ambiental*. Centro de Estudos de Planeamento e Gestão do Ambiente.

BAHN, Paul (1996) *Arqueologia. Uma breve introdução*. Tradução por Alexandra Abranches. Lisboa: Gradiva.

BALLETTI, Caterina; GUERRA, Francesco; ADAMI, Andrea (2005) 3D Multiresolution Representations in Archaeological Sites. Itália: Università Iuav di Venezia - CIRCE Laboratorio di Fotogrammetria [Consultado em Março de 2014] Disponível em: < http://www.iuav.it/SISTEMA-DE/Laboratori2/laboratori/pubblicazi/precedenti/2005_3d-multiresolution.pdf>

BARATA, Filomena (1997) *Cidades e Memórias* [Consultado em Março de 2014] Disponível em: <https://www.academia.edu/807217/Cidades_e_memorias>

BARREIROS, Guilherme Bonfim e FERREIRA, J. A. Pinto (1949) *Aspectos Arqueológicos e Artísticos da Cidade do Porto*. Porto: Gabinete de História da Cidade, Câmara Municipal do Porto.

BARROCA, Mário Jorge (2010-2011) Sepulturas Escavadas na Rocha de Entre Douro e Minho. *Portvgalia*. Vol. 31-32, Nova Série, pp. 115-182 [Consultado em Agosto de 2014] Disponível em: <ler.letras.up.pt/uploads/ficheiros/9313.pdf>

BERNARDES, Paulo José Correia (2002) *Arqueologia Urbana e Ambientes Virtuais: Um Sistema para Bracara Augusta*. Trabalho de síntese apresentado ao Instituto de Ciências Sociais da Universidade do Minho como prova de capacidade científica [Consultado em Julho de 2014] Disponível em: <https://repositorium.sdum.uminho.pt/bitstream/.../tese_pb_vers_final.pdf>

BESSA, Altamiro Sérgio Mol; TEIXEIRA, Luís António Antunes; FILHO, Nelson António Quadros Vieira (2005) Marketing turístico urbano e intervenção patrimonial em tempos de globalização. *Turismo -Visão e Ação*. Vol. 7, Nº 3, pp. 539-547 [Consultado em Março de 2014] Disponível em: <<http://www6.univali.br/seer/index.php/rtva/article/view/517>>

BICHO, Nuno Ferreira (2006) *Manual de Arqueologia Pré-Histórica*. Lisboa: Edições 70.

Blog “A Porta Nobre”. Disponível em: <<http://aportanobre.blogspot.pt>>

Blog “Invicta Cidade Porto”. Disponível em: <<http://invictacidadeporto.blogspot.pt>>

Blog “Porto Antigo”. Disponível em: <<http://www.portoantigo.org>>

Blog “Porto Património Mundial”. Disponível em: <<http://www.portopatrimoniomundial.com>>

BORG, Jan van der; COSTA, Paolo; GOTTI, Giuseppe (1996) Tourism in European Heritage Cites. *Annals of Tourism Research*. Italy: University of Venice. Vol. 23, Nº 2, pp. 306-321 [Consultado em Janeiro de 2014] Disponível em: <<http://courses.arch.ntua.gr/fsr/131426/TOURISM%20IN%20EUROPEAN%20HERIT>>

AGE%20CITIES.pdf>

BOTELHO, Leonor e COSTA, Patrícia (2004) Catedral do Porto. In Sistema de Informação para o Património Arquitectónico [Consultado em Maio de 2014] Disponível em: <
http://www.monumentos.pt/Site/APP_PagesUser/SIPA.aspx?id=1086>

BOTELHO, Manuel João Dias (1998) O Património. E o futuro?: uma urgência problemática. Tarouca: Câmara Municipal de Tarouca.

BOTICA, Natália e MARTINS, Manuela (2007) *O SIG aplicado a Bracara Augusta*. Braga: Unidade de Arqueologia da Universidade do Minho [Consultado em Julho de 2014] Disponível em: <
http://www.uaum.uminho.pt/pessoas/artigos/SIG_arqueologia.pdf>

BUTLER, Richard (1994) Seasonality in Tourism: Issues and Problems. In SEATON, A. V. (ed.) *Tourism – The State of the Art*. Chichester: Wiley, pp. 332-339.

CALDWELL, Linda (1996) Heritage Tourism: A Tool for Economic Development. *Keys to the marketplace: problems and issues in cultural and heritage tourism*. Editado por WELLS, Patricia A.. Middlesex: Hisarlik Press , p.125-131.

CÂMARA MUNICIPAL DO PORTO – Agenda de Eventos [Consultado em Março de 2014] Disponível em: < <http://www.cm-porto.pt/gen.pl>>

CÂMARA MUNICIPAL DO PORTO – Balcão Virtual [Consultado em Março de 2014] Disponível em: < http://balcaovirtual.cm-porto.pt/PT/cidadaos/guiatematico/cul_tur_dpt/Paginas/culturaturismoedesporto.aspx>

CÂMARA MUNICIPAL DO PORTO (1994) *Henrique, O Navegador*. Exposição Comemorativa do 6º Centenário do Nascimento do Infante D. Henrique. Fundação Engenheiro António de Almeida, Porto

CAMISÓNA, César; MONFORT-MIR, Vicente (2012) Measuring innovation in tourism from the Schumpeterian and the dynamic-capabilities perspectives. *Tourism Management*. Spain: University of Valencia and Institute for Tourism Studies, Madrid.

Vol. 33 pp. 776-789 [Consultado em Agosto de 2014] Disponível em: <www.elsevier.com/locate/tourman>

CARBONE, Fabio (2006) Turismo, Património e Sustentabilidade. Modelo de Gestão para Sítios Arqueológicos. Aveiro. Trabalho de síntese apresentado ao Departamento de Economia, Gestão e Engenharia Industrial da Universidade de Aveiro como prova de capacidade científica.

CARBONE, Fabio e COSTA, Carlos (2007) *Archaeology, Tourism and Sustainable Development. A New Model for Archaeology Heritage Management*. 2nd International Conference on Archaeological Tourism. Department d' Economia Política, Universitat de Barcelona.

CARBONE, Fabio; OOSTERBEEK, Luiz; COSTA, Carlos (2013) Paideia approach for heritage management. The tourist enhancement of archaeological heritage on behalf of local communities. *PASOS. Revista de Turismo y Patrimonio Cultural*. Vol. 11, Nº 2, pp. 285-295 [Consultado em Novembro de 2013] Disponível em: <http://www.pasosonline.org/Publicados/11213/PS0213_02.pdf>

CARR, E. A. J. (1994) Tourism and Heritage: The Pressures and Challenges of the 1990s. In ASHWORTH, Gregory J. et LARKHAM, Peter J. (Ed.) *Building a New Heritage: Tourism, Culture, and Identity in the New Europe*. London and New York: Routledge, pp. 50-68 [Consultado em Março de 2014] Disponível em: <<http://www.google.pt/books?id=qWS6oMt5x7MC&printsec=frontcover&hl=pt-PT#v=onepage&q&f=false>>

CARTA DE CRACÓVIA (2000) *Princípios para a Conservação e o Restauro do Património Construído*. Polónia [Consultado em Setembro de 2013] Disponível em: <<http://www.igespar.pt/media/uploads/cc/cartadecracovia2000.pdf>>

CARTA DE VENEZA (1964) Sobre a Conservação e Restauro dos Monumentos e dos Sítios. Itália [Consultado em Abril de 2014] Disponível em: <<http://www.patrimoniocultural.pt/media/uploads/cc/CartadeVeneza.pdf>>

CARVALHO, Karoliny Diniz (2010) Turismo Cultural e Arqueologia nos Espaços Urbanos: caminhos para a preservação do patrimônio cultural. *Turismo&Sociedade*. Vol. 3, Nº 1, p. 51-67 [Consultado em Setembro de 2013] Disponível em: < ojs.c3sl.ufpr.br/ojs/index.php/turismo/article/download/17341/11405>

CARVALHO, Teresa Pires de; GUIMARÃES, Carlos; BARROCA, Mário Jorge (1996) Bairro da Sé do Porto. Contributo para a Sua Caracterização Histórica. Porto: C.M.P., CRUARB/CH e Projecto Piloto Urbano da Sé.

CHEN, Xuejin; MORVAN, Yann; HE, Yu; DORSEY, Julie; RUSHMEIER, Holly (2010) An Integrated Image and Sketching Environment for Archaeological Sites. Computer Vision and Pattern Recognition Workshops. Estado Unidos da América: São Francisco [Consultado em Março de 2014] Disponível em: < http://ieeexplore.ieee.org/xpl/articleDetails.jsp?tp=&arnumber=5543514&url=http%3A%2F%2Fieeexplore.ieee.org%2Fxppls%2Fabs_all.jsp%3Farnumber%3D5543514>

CHILDE, Vere Gordon (1977) *Introdução à Arqueologia*. Publicações Europa-América.

CHOAY, Françoise (1982) A Alegoria do Património. Tradução por Teresa Castro. Lisboa: Edições 70.

CLETO, Joel e VARELA, José Manuel (2000) Largo do Colégio, 9-12: entre a muralha romana e a românica?. *Al-Madan*. II Série, Nº 9, pp. 133 e 135. ISSN 0871-066X

COLARDELLE, Renée (2005) Interpretation and Museography. In *Urban Pasts and Urban Futures: Bringing Urban Archaeology to Life Enhancing Urban Archaeological Remains*. International and Interdisciplinary Symposium, Brussels [Consultado em Dezembro de 2014] Disponível em: < <http://www.international.icomos.org/actes-symp-appear-en.pdf>>

COMISSÃO EUROPEIA (2012) *Estratégia Nacional de Investigação e Inovação para uma Especialização Inteligente 2014-2020*. Diagnóstico de Apoio às Jornadas de Reflexão Estratégica. Indústrias Culturais e Criativas [Consultado em Março de 2014] Disponível em: < https://www.fct.pt/esp_inteligente/docs/IndustriasCriativas_ENEI_Coimbra.pdf>

CORREIA, Ricardo e BRITO, Carlos (2010) *O Marketing e o Desenvolvimento Turístico: o caso de Montalegre*. Working Paper, Nº 376. Porto: Faculdade de Economia [Consultado em Junho de 2014] Disponível em: < www.fep.up.pt/investigacao/workingpapers/10.05.12_wp376.pdf>

COSTA, Patrícia (2006) Antiga Casa da Câmara. In Sistema de Informação para o Património Arquitectónico [Consultado em Maio de 2014] Disponível em: < http://www.monumentos.pt/Site/APP_PagesUser/SIPA.aspx?id=15601>

COUNCIL OF EUROPE (1992) European Convention on the Protection of the Archaeological Heritage. *European Treaty Series*, Nº 143. Malta: Valletta [Consultado em Janeiro de 2014] Disponível em: < <http://conventions.coe.int/Treaty/en/Treaties/Html/143.htm>>

COUNCIL OF EUROPE (2006) *Glossário de Desenvolvimento Territorial*. DGOTDU ed.) Conferência Europeia dos Ministros responsáveis pelo Ordenamento de Território do Conselho da Europa, Nº 2 [Consultado em Junho de 2014] Disponível em: < <http://www.coe.int/t/dgap/localdemocracy/cemat/VersionGlossaire/Portugais.pdf>>

CUNHA, Licínio (1997) *Economia e Política do Turismo*. Lisboa: McGraw-Hill.

DANIEL, Ana Cristina Marques (2010) Caracterização do Sector Turístico em Portugal. *Revista de Estudos Politécnicos*. Vol VIII, Nº 14, pp. 255-276 [Consultado em Janeiro de 2014] Disponível em: < www.scielo.oces.mctes.pt/pdf/tek/n14/n14a16.pdf>

Decreto-Lei Nº 107/2001 de 8 de Setembro. *Diário da República I Série A* [Consultado em Maio de 2014] Disponível em: < <http://dre.pt/pdf1s/2001/09/209A00/58085829.pdf>>

DELDUQUE, Catarina (2004) Porto. O Despertar do Norte. *Revista da Associação Portuguesa das Agências de Viagens e Turismo*. Nº 10, pp. 20-21 [Consultado em Junho de 2014] Disponível em: < apavt.net/upload/v1/gP20-porto.pdf>

DELGADO, Ana Paula; VALENÇA, Paulo de Queiroz; GUIMARÃES, Margarida Mesquita (2011) *Morro da Sé, Porta a Porta*. Porto Vivo, SRU – Sociedade de Reabilitação Urbana da Baixa Portuense, S.A. [Consultado em Abril de 2014]

Disponível em: <http://www.portovivosru.pt/morro_se/fileManager/editor/pdfs/MorroSe_CH1.pdf>

DESIMPELAERE, Werner (1998) Urban Planning in Bruges. In BORG, Jan van der; RUSSO, Antonio Paolo (Ed.) Proceedings of the International Seminar *Tourism Management in Heritage Cities*. UNESCO Venice Office, pp. 69-82 [Consultado em Abril de 2014] Disponível em: <<http://unesdoc.unesco.org/images/0011/001113/111325eo.pdf>>

DGOTDU (2005) Vocabulário de Termos e Conceitos do Ordenamento do Território. Lisboa. ISBN 972-8569-36-X

OSÓRIO, Maria Isabel Noronha de Azeredo Pinto (1993/1994) *O Porto das Mil Idades. Arqueologia na Cidade*. Divisão de Museus e Património Histórico e Artístico [Consultado em Novembro de 2013] Disponível em: <http://balcaovirtual.cm-porto.pt/PT/cultura/patrimoniocultural/Arqueologia%20Urbana/publicacoes/Documents/Porto%20Mil%20Idades_1-Cat%C3%A1logo.pdf>

DONAIRE, José Antonio e GALÍ, Núria (2008) Modeling tourist itineraries in heritage cities. Routes around the Old District of Girona. *PASOS. Revista de Turismo y Patrimonio Cultural*. Vol. 6, Nº 3, p. 435-449 [Consultado em Novembro de 2013] Disponível em: <<http://www.pasosonline.org/articulos/312-modeling-tourist-itineraries-in-heritage-cities-routes-around-the-old-district-of-girona>>

DORDIO, Paulo (2005) Projeto de Estudo Histórico e Arqueológico da Sé do Porto – o cemitério. *Caderno Intervenções em Património*. Porto.

EL-HAKIM, Sabry; REMONDINO, Fabio; GONZO, Lorenzo; VOLTOLINI, Francesca (2007) Effective High Resolution 3D Geometric Reconstruction of Heritage and Archaeological Sites from Images. *Layers of Perception - Computer Applications & Quantitative Methods in Archaeology*, pp. 43-50 [Consultado em Março de 2014] Disponível em: <<http://archiv.ub.uni-heidelberg.de/propylaeumdok/529/>>

ENCARNAÇÃO, José d' (1989) A Arqueologia na Modificação da Paisagem. *Biblos*. Vol. LXV [Consultado em Janeiro de 2014] Disponível em: <

<https://estudogeral.sib.uc.pt/bitstream/10316/20789/1/A%20Arqueologia%20na%20modificação%20da%20paisagem.pdf>>

ENCARNAÇÃO, José d' (1991) Um Futuro para o nosso Passado. *Brigantia. Revista de Cultura*. Vol. XI, Nº1/2, pp. 126-134 [Consultado em Março de 2014] Disponível em: <<https://estudogeral.sib.uc.pt/bitstream/10316/21548/1/Um%20futuro%20para%20o%20nosso%20passado.pdf>>

ERA ARQUEOLOGIA, S.A. (2001) *Requalificação da Frente da Ribeira*. Trabalhos Arqueológicos. Relatório Final. Porto.

EUROBAROMETER (2013) *Attitudes of Europeans Towards Tourism*. European Commission [Consultado em Novembro de 2013] Disponível em: <http://ec.europa.eu/public_opinion/flash/fl_370_en.pdf>

EUROPEAN COMMISSION (2002) *The Digicult Report: Technological Landscapes for Tomorrow's Cultural Economy Unlocking the Value of Cultural Heritage*. Luxembourg: Office for Official Publications of the European Communities [Consultado em Julho de 2014] Disponível em: <ftp://ftp.cordis.europa.eu/pub/ist/docs/digicult/full_report.pdf>

EUROPEAN COMMISSION (2005) *Urban Pasts and Urban Futures: Bringing Urban Archaeology to Life Enhancing Urban Archaeological Remains*. International and Interdisciplinary Symposium, Brussels. APPEAR: Accessibility Projects. Sustainable Preservation and Enhancement of Urban. Subsoil Archaeological Remains. [Consultado em Dezembro de 2014] Disponível em: <<http://www.international.icomos.org/actes-symp-appear-en.pdf>>

FAUSTINO, Paulo (2013) *Indústrias Criativas, Media e Clusters*. Lisboa: Media XXI.

FERNANDES, António Pedro Batarda (2003) O sistema de visita e a preservação da arte rupestre em dois sítios de ar livre do Nordeste português: o Vale do Côa e Mazouco. *Revista Portuguesa de Arqueologia*. Vol. 6, Nº 2, p. 5-47 [Consultado em Março de 2014] Disponível em: <<openarchive.icomos.org/944/2/2.pdf>>

FERNANDES, José Alberto Rio (1994) *A Praça do Infante e o Porto do séc. XIX. O*

Tripeiro. 7ª Série, Nº 1, pp. 22-24 [Consultado em Fevereiro de 2014] Disponível em: <[http://repositorio-](http://repositorio-aberto.up.pt/bitstream/10216/57411/2/riofernandespraa000148437.pdf)

[aberto.up.pt/bitstream/10216/57411/2/riofernandespraa000148437.pdf](http://repositorio-aberto.up.pt/bitstream/10216/57411/2/riofernandespraa000148437.pdf)>

FERNANDES, José Rio (2010) *Centro histórico, urbanismo e os processos de regeneração em Porto e Vila Nova de Gaia*. XII Colóquio Ibérico de Geografia. Porto: Faculdade de Letras [Consultado em Junho de 2014] Disponível em: <<http://web.letras.up.pt/xiicig/resumos/58.pdf>>

FIGUEIREDO, César (2012) O Desenho e a Ilustração na Arqueologia. Descodificação de Desenho e Ilustração Arqueológica. *Revista Portugal Romano*. Edição Nº 1 [Consultado em Fevereiro de 2014] Disponível em: <https://www.academia.edu/3755488/O_Desenho_e_a_Ilustracao_na_Arqueologia_Descodificacao_de_Desenho_e_Ilustracao_Arqueologica>

FORTUNA, Carlos (2006) *Centros Históricos e Patrimónios Culturais Urbanos Uma avaliação e duas propostas para Coimbra*. Coimbra: Oficina do Centro de Estudos Sociais, Nº 254 [Consultado em Janeiro de 2014] Disponível em: <www.ces.uc.pt/publicacoes/oficina/ficheiros/254.pdf>

FORTUNA, Carlos e PEIXOTO, Paulo (2002) *As novas e as velhas imagens das cidades: um olhar sobre a transformação identitária de cinco cidades portuguesas*. IV Congresso Português de Sociologia. Coimbra: Faculdade de Economia e Oficina do Centro de Estudos Sociais [Consultado em Junho de 2014] Disponível em: <http://www.aps.pt/cms/docs_prv/docs/DPR462deae230d68_1.PDF>

FUNDAÇÃO SERRALVES (2008) *Estudo Macroeconómico. Desenvolvimento de um Cluster de Indústrias Criativas na Região Norte*. Porto [Consultado em Março de 2014] Disponível em: <<http://www.addict.pt/fotos/editor2/eme.pdf>>

GABINETE DE ARQUEOLOGIA URBANA (1997) *Casa-Museu Guerra Junqueiro. Arqueologia de um Espaço Urbano*. Departamento de Museus e Património Cultural da Câmara Municipal do Porto - Folheto Divulgativo - 1ª Edição. Porto.

GABINETE DE ARQUEOLOGIA URBANA (1997) *Relatório de Avaliação Documental Prévia do Potencial Arqueológico da Praça do Infante D. Henrique*. Porto: Câmara Municipal do Porto.

GABINETE DE ARQUEOLOGIA URBANA (1999) *Arqueosítio da Rua D. Hugo N.º 5. Uma janela sobre o passado da cidade*. Departamento de Museus e Património Cultural da Câmara Municipal do Porto - Folheto Divulgativo -. 1ª Edição. Porto.

GASPAR, Alexandra; LEMOS, Francisco Sande; DELGADO, Manuela (1985) O Salvamento de Bracara Augusta. Reflexões. In *Trabalhos de Arqueologia*. I Encontro Nacional de Arqueologia Urbana, Setúbal. Lisboa: Instituto Português do Património Cultural. Ministério da Cultura. Vol. III, pp. 27-42

GASPAR, Maria Alexandra; GOMES, Ana Maria; SEQUEIRA, Maria José; SILVA, Rodrigo Banha da (1999) Arqueologia Urbana em Lisboa?. In *Terrenos da Arqueologia da Península Ibérica*. Actas do 3º Congresso de Arqueologia. Porto: ADECAP. Vol. VIII, pp. 55-75.

GOMES, Paula Dordio (2005) Os Mosaicos da Casa do Infante e o contexto urbano na zona ribeirinha do Porto. Actas do X Colóquio Internacional da Associação Internacional para o Estudo do Mosaico Antigo, Coimbra [Consultado em Fevereiro de 2014] Disponível em: <https://www.academia.edu/3768443/Os_Mosaicos_da_Casa_do_Infante_e_o_Contexto_Urbano_na_zona_Ribeirinha_do_Porto>

GREVTSOVA, Irina (2012) *How to make urban archaeology understandable? Interpreting the heritage: from the stable panels to the new mobile devices*. International Conference on Cultural Heritage and New Technologies, Vienna [Consultado em Novembro de 2013] Disponível em: <http://www.chnt.at/wp-content/uploads/eBook_CHNT17_Grevtsova.pdf>

GRIMAL, Pierre (1951) *Dicionário da Mitologia Grega e Romana*. Lisboa: DIFEL, 5ª Edição, 2009.

GUILLAUME, Marc (1980) *A Política do Património*. Tradução por Joana Caspurro.

Porto: Campo das Letras, 2003.

HASAN, Mahamudul e JOBAID, Imrul Md. (2014) Heritage Tourism Marketing: Status, Prospects and Barriers. *Journal of Business and Management*. Vol. 16, Nº 5, pp. 40-48 [Consultado em Maio de 2014] Disponível em: <iosrjournals.org/iosr-jbm/papers/.../F016544048.pdf>

HJALAGER, Anne-Mette (2002) Repairing innovation defectiveness in tourism. *Tourism Management*. Denmark: Advance/1 Science Park. Vol. 23, Nº5, pp. 465-474.

HJALAGER, Anne-Mette (2010) A review of innovation research in tourism. *Tourism Management*. Denmark: University of Southern Denmark. Vol. 31, pp. 1-12 [Consultado em Agosto de 2014] Disponível em: <<http://www.sciencedirect.com/science/article/pii/S0261517709001691>>

HOFFMAN, L. Teresa; KVAS L. Mary et SILVERMAN Helaine (2002) Heritage Tourism and Public Archaeology. *The SAA Archaeology Record*. Vol. 2, Nº 2, pp. 30-32 [Consultado em Outubro de 2013] Disponível em: <http://www.saa.org/publicftp/public/Education_Documents/Mar0230-32.pdf>
Hotel Carrís Ribeira Porto. Disponível em: <<http://portoribeira.carrishoteles.com>>

ICOMOS (1987) Carta Internacional para a Salvaguarda das Cidades Históricas [Consultado em Março de 2014] Disponível em: <http://www.patrimoniocultural.pt/media/uploads/cc/CARTAINTERNACIONALPARA_SALVAGUARDADASCIDADES_HISTORICAS.pdf>

ICOMOS (1990) *Carta sobre a Protecção e a Gestão do Património Arqueológico*. Tradução por António de Borja Araújo. International Committee for the Management of Archaeologic Heritage [Consultado em Janeiro de 2014] Disponível em: <<http://revistas.ulusofona.pt/index.php/cadernosociomuseologia/article/view/344>>

ICOMOS (2008) Carta dos Itinerários Culturais. Tradução por Ana Paula Amendoeira. Comité Científico Internacional dos Itinerários Culturais [Consultado em Junho de 2014] Disponível em: <icomos.fa.utl.pt/.../ICOMOSPortugalCartaItinerariosCulturais.doc>

IPTD; TURISMO DO PORTO E NORTE DE PORTUGAL; ANA Aeroporto Porto (2010) Perfil dos Turistas do Porto e Norte de Portugal [Consultado em Junho de 2014] Disponível em: < <http://www.portoenorte.pt>>

IPTD; TURISMO DO PORTO E NORTE DE PORTUGAL; ANA Aeroporto Porto (2011) Perfil dos Turistas do Porto e Norte de Portugal [Consultado em Junho de 2014] Disponível em: < <http://www.portoenorte.pt>>

KOTLER, Philip (2000) *Administração de Marketing*. São Paulo: Pearson Prentice Hall, 12ª Edição, 2005.

KOTLER, Philip (2003) *Marketing Management*. New Jersey: Prentice-Hall.

LEMOS, Francisco Sande (1999) Os Caminhos da Arqueologia em Portugal: da década de 70 ao fim do milénio. In *Terrenos da Arqueologia da Península Ibérica*. Actas do 3º Congresso de Arqueologia. Porto: ADECAP. Vol. VIII, pp. 21-37

LEMOS, Francisco Sande et MARTINS, Manuela (1992) A Arqueologia Urbana em Portugal. *Penelope. Fazer e Desfazer a História*. Nº 7, pp. 93-103 [Consultado em Março de 2014] Disponível em: < http://www.penelope.ics.ul.pt/indices/penelope_07/07_10_LemosMartins.pdf>

LI, Yi-Ping (2003) Heritage tourism: The contradictions between conservation and change. *Tourism and Hospitality Research*. Hong Kong: University Department of Geography. Vol. 4, N.º 3, p. 247-261 [Consultado em Outubro de 2013] Disponível em: <<http://search.ebscohost.com/>>

LIGHT, Duncan et PRENTICE, Richard (1994) Market-based product development in heritage tourism. *Tourism Management*. Nº 15, pp. 27-36 [Consultado em Agosto de 2014] Disponível em: < http://www.researchgate.net/publication/222745810_Market-based_product_development_in_heritage_tourism/links/00463521893b77c0fc000000>

LIMA, Josiane e GASPAR, Fernando (2013) Marketing Cultural: o estudo de notoriedade sobre os museus portugueses. Lisboa [Consultado em Maio de 2014] Disponível em: < http://www.museusportugal.org/multimedia/File/Marketing%20cultural_estudo.pdf>

LOPES, João Teixeira; BAPTISTA, Luís Vicente; COSTA, António Firmino da (2003) Nas Rotas da Cidade. Encontro “A Cidade, entre Projectos e Políticas”, pp. 123-130 [Consultado em Maio de 2014] Disponível em: <<http://ler.letras.up.pt/uploads/ficheiros/artigo8441.pdf>>

LOPES, Óscar (s/d) D’ ”O Arco de Santana” a “Uma Família Inglesa”, pp. 107-119 [Consultado em Junho de 2014] Disponível em: <<http://ler.letras.up.pt/uploads/ficheiros/6533.pdf>>

MANZATO, Fabiana (2007) Turismo Arqueológico: diagnóstico e análise do produto arqueoturístico. *PASOS. Revista de Turismo y Patrimonio Cultural*. Vol. 5, N.º 1, p. 99-109 [Consultado em Outubro de 2013] Disponível em: <<http://www.pasosonline.org/Publicados/5107/PS080107.pdf>>

MARQUES, Hélder e MARTINS, Luís (1998) Memória, Herança, Património e Paisagem. *Cadernos de Geografia*. Coimbra: Faculdade de Letras. N.º 17, pp. 123-129 [Consultado em Novembro de 2013] Disponível em: <repositorio-aberto.up.pt/.../2/heldermarquesmemoria000081310.pdf>

MARTÍ, Antoni Nicolau I (2005) Interpretation and Display. In *Urban Pasts and Urban Futures: Bringing Urban Archaeology to Life Enhancing Urban Archaeological Remains*. International and Interdisciplinary Symposium, Brussels [Consultado em Dezembro de 2014] Disponível em: <<http://www.international.icomos.org/actes-symp-appear-en.pdf>>

MARTÍNEZ, José Francisco López (1997) *Las Ruínas: Heridas en la Memoria de un Espacio Vivido*. Congresso Ciudades Históricas Vivas, Ciudades del Pasado: Pervivencia y Desarrollo. Espanha: Mérida. Ponencias y Comunicaciones. Vol. I, pp. 105-108.

MARTINS, Carla Maria Braz e ABRANCHES, Paula Barreira (2011) Memória (I)Material da Praça do Infante, Porto. *Cultura, Espaço & Memória*. N.º 2 [Consultado em Abril de 2014] Disponível em: <ler.letras.up.pt/uploads/ficheiros/10405.pdf>

MARTINS, Luís Saldanha (2000) *Turistas na cidade – algumas proposições do debate acerca da "redescoberta" do centro*. VII Encontro Nacional da Associação Portuguesa para o Desenvolvimento Regional, Ponta Delgada.

MARTINS, Luís Saldanha (2006) Um Velho Porto para Novos Turistas: apontamentos de debate sobre turismo urbano. In FONSECA, Maria Lucinda (coord.) *Desenvolvimento e Território: Espaços Rurais Pós-Agrícolas e Novos Lugares de Turismo e Lazer*. Lisboa: Centro de Estudos Geográficos [Consultado em Maio de 2014] Disponível em: < <http://www.ceg.ul.pt/migrare/LivroHomenCCavaco2006.pdf>>

MARTINS, Luís Saldanha (2011) *Turismo, investigação e formação - tendências e desafios em tempos de mudança*. Orações de Sapiência. Porto: Faculdade de Letras [Consultado em Maio de 2014] Disponível em: < ler.letras.up.pt/uploads/ficheiros/9155.pdf>

MÁS, Antonio Naval (1997) *Arqueología de Seguimiento y su Proyección Didáctica en la Conservación de la Ciudad Antigua*. Congresso Ciudades Históricas Vivas, Ciudades del Pasado: Pervivencia y Desarrollo. Espanha: Mérida. Ponencias y Comunicaciones. Vol. I, pp. 227-229.

MATEUS, Augusto (2013) *A cultura e a criatividade na internacionalização da economia portuguesa*. Secretaria de Estado da Cultura: Gabinete de Estratégia, Planeamento e Avaliação Culturais [Consultado em Maio de 2014] Disponível em: < <http://www.portugal.gov.pt/media/1325076/20140131%20sec%20estudo%20cultura%20internacionalizacao%20economia.pdf>>

MATOS, Olga (2008) Valorização de Sítios Arqueológicos. *Praxis Archaeologica*. Vol. 3, pp. 31-46. ISSN: 1646-1983 [Consultado em Outubro de 2013] Disponível em: < www.praxisarchaeologica.org/issues/PDF/2008_3146.pdf>

McCRARY, Quincy (2011) The Political Nature of Digital Cultural Heritage. *Liber Quarterly*. Vol. 20, Nº 3/4 [Consultado em Fevereiro de 2014] Disponível em: < liber.library.uu.nl/index.php/lq/article/.../8331>

McMANAMON, Francis P. (1993) *Linking Archaeology and Tourism*. Cultural Tourism: International Scientific Symposium, 10th ICOMOS General Assembly, Sri

Lanka [Consultado em Outubro de 2013] Disponível em: < http://www.international.icomos.org/publications/93sy_tou16.pdf>

MELGAREJO, Alberto Moreno (2013) La planificación y gestión turística de Siem Riep/Angkor (Camboya): Una aproximación desde el destino arqueológico considerando su relación con el parque arqueológico. *PASOS. Revista de Turismo y Patrimonio Cultural*. Vol. 11, Nº 1, pp. 107-119 [Consultado em Fevereiro de 2014] Disponível em: < http://www.pasosonline.org/Publicados/11113/PS0113_08.pdf>

MELGAREJO, Alberto Moreno et LÓPEZ, Ignacio Sariago (2014) Gestión Turística en Pompeya y Herculano. *PASOS. Revista de Turismo y Patrimonio Cultural*. Vol. 12, Nº 1, pp. 173-186 [Consultado em Fevereiro de 2014] Disponível em: < http://www.pasosonline.org/Publicados/12114/PS0114_13.pdf>

MINISTÉRIO DA ECONOMIA E DO EMPREGO (2012) *Plano Estratégico Nacional do Turismo. Horizonte 2013-2015*. Governo de Portugal [Consultado em Maio de 2014] Disponível em: < <http://www.turismodeportugal.pt/Português/turismodeportugal/publicacoes/Documents/PENT%202012.pdf>>

MISIURA, Shashi (2006) *Heritage Marketing*. Oxford: Butterworth-Heinemann. ISBN-13: 978-0-7506-6318-2 [Consultado em Julho de 2014] Disponível em: < <http://www.elsevier.com/books/heritage-marketing/misiura/978-0-7506-6318-2>>

MOITA, Irisalva (1983) Problemas da Lisboa Romana. A Recuperação do Teatro de Olisipo. In *Arqueologia de las Ciudades Modernas Superpuestas a las Antiguas*. Espanha: Zaragoza, pp. 284-302.

MOLINERO, Nuria Morère et GUIJARRO, Jesús Jiménez (2006) Análisis del turismo arqueológico en España. Un estado de la cuestión. *Estudios Turísticos*. Nº 171, pp. 115-139 [Consultado em Janeiro de 2014] Disponível em: < <http://www.iet.tourspain.es/img-iet/Revistas/RET-171-2007-pag115-139-98509.pdf>>

MONOD, Emmanuel; KLEIN, Heinz; MISSIKOFF, Oleg; ISARI, Daniela (2006)

Cultural Heritage Systems Evaluation and Design: The Virtual Heritage Center of the city of Rome. Proceedings of the Twelfth Americas Conference on Information Systems. México: Acapulco. Pp. 1361-1370 [Consultado em Fevereiro de 2014] Disponível em: < <http://aisel.aisnet.org/cgi/viewcontent.cgi?article=1725&context=amcis2006>>

MORAIS, Luís Fernandes (2010) Contributos da valorização do património arqueológico para o desenvolvimento local. Actas do XII Colóquio Ibérico de Geografia. Porto: Faculdade de Letras [Consultado de Dezembro de 2013] Disponível em: < <http://web.letras.up.pt/xiicig/comunicacoes/168.pdf>>

NASCIMENTO, André e SOUSA, Laura (2005) Ampliação do Hospital da Ordem de São Francisco revela cemitério do século XVIII. In SILVA, António Manuel dos Santos Pinto da (coord.) *Portvs*. Boletim de Arqueologia Portuense, Nº 9. Porto: Câmara Municipal, Pelouro da Cultura e Gabinete de Arqueologia Urbana.

NEAMTU, Calin; POPESCU, Daniela; MATEESCU, Razvan (2011) From classical to 3D archaeology. *Annales d'Université Valahia Targoviste*. Vol. XIII, Nº 1, pp. 79-88. ISSN: 1584-1855 [Consultado em Março de 2014] Disponível em: < <http://scoaladoctorala.valahia.ro/annalesfsu/annales/neamtubun.pdf>>

NOÉ, Paulo (1996) Casa Museu de Guerra Junqueiro. In Sistema de Informação para o Património Arquitectónico [Consultado em Maio de 2014] Disponível em: < http://www.monumentos.pt/Site/APP_PagesUser/SIPA.aspx?id=5468>

OLIVEIRA, Carlos e PAU-PRETO, FERNANDO (2009) *A Base Económica do Centro Histórico do Porto*. Porto: Gabinete de Estudos e Planeamento Departamento Municipal de Estudos [Consultado em Junho de 2014] Disponível em: < http://www.cm-porto.pt/users/0/56/CH_DI_BERT_531fd1bb37aa9b2b722c319b4daecb8d.pdf>

OLIVEIRA, J. M. Pereira de (1973) O Espaço Urbano do Porto. Condições Naturais e Desenvolvimento. Coimbra: Instituto de Alta Cultura, Centro de Estudos Geográficos da Faculdade de Letras de Coimbra.

OSÓRIO, Maria Isabel de Noronha de Azeredo Pinto (2011) Miradouro do Colégio. Muralha Românica. Viela de S. Lourenço. In DELGADO, Ana Paula; VALENÇA,

Paulo de Queiroz; GUIMARÃES, Margarida Mesquita (coord.) *Morro da Sé. De Porta a Porta*. Porto: Porto Vivo, Sociedade de Reabilitação Urbana, pp. 40-41 [Consultado em Junho de 2014] Disponível em: < http://www.portovivosru.pt/morro_se/fileManager/editor/pdfs/MorroSe_CH1.pdf>

OSÓRIO, Maria Isabel de Noronha de Azeredo Pinto et SILVA, António Manuel dos Santos Pinto da (1997) *Arqueologia de um Espaço Urbano – A Casa-Museu Guerra Junqueiro (Porto)*. Primeira Notícia. In Actas do 3º Encontro de Arqueologia Urbana. Departamento de Acção Sociocultural, Divisão de Museus.

OSÓRIO, Maria Isabel de Noronha de Azeredo Pinto e SILVA, António Manuel dos Santos Pinto da (1994) *Intervenção arqueológica municipal no Porto. Resultados, Problemas e Potencialidades*. Encontro de Arqueologia Urbana, Braga.

PALMER, Catherine (1998) Tourism and the symbols of identity. *Tourism Management*. Texas: Tech University. Vol. 20, p. 313-321 [Consultado em Outubro de 2013] Disponível em: < <http://www.depts.ttu.edu/>>

PĂTRAȘCU, Cristina; FODOREAN, Florin; FODOREAN, Ioan (2011) Tourism and Archaeology: Back to Origins. *Journal of Settlements and Spatial Planning*. Romania: Centre for Research on Settlements and Urbanism. Vol. 2, Nº 1, p. 57-54 [Consultado em Outubro de 2013] Disponível em: <http://geografie.ubbcluj.ro/ccau/jssp/arhiva1_2011/08JSSP012011.pdf>

PEDREGAL, Pierre Diaz (2005) Archaeological Sites and Preservation. In *Urban Pasts and Urban Futures: Bringing Urban Archaeology to Life Enhancing Urban Archaeological Remains*. International and Interdisciplinary Symposium, Brussels [Consultado em Dezembro de 2014] Disponível em: < <http://www.international.icomos.org/actes-symp-appear-en.pdf>>

PEIXOTO, Paulo (2000) *O património mundial como fundamento de uma comunidade humana e como recurso das indústrias culturais urbanas*. Coimbra: Oficina do Centro de Estudos Sociais, 155 [Consultado em Junho de 2014] Disponível em: < <https://estudogeral.sib.uc.pt/handle/10316/11033>>

PEIXOTO, Paulo (2003) *Centros históricos e sustentabilidade cultural das cidades*. Coimbra: Oficina do Centro de Estudos Sociais. Apresentado no colóquio *A cidade entre projectos e políticas*. Faculdade de Letras da Universidade do Porto, 30 de Junho de 2003 [Consultado em Janeiro de 2014] Disponível em: <ler.letras.up.pt/uploads/ficheiros/artigo8511.pdf>

PEREIRA, Gabriel Rocha e MENÉNDEZ, José Jorge Arguello (2009) *Intervenção Arqueológica. Imóveis Sítios na Rua Infante D. Henrique, N° 1-15 e na Rua de São João, N° 1-39*. Estudo Histórico e Relatório Preliminar das Sondagens de Avaliação. Porto.

PÉREZ, Xerardo Pereiro (2003) Patrimonialização e transformação das identidades culturais. In PORTELA, José et CALDAS, João Castro (coord.) *Portugal Chão*. Oeiras: Celta Editora, pp. 231-247 [Consultado em Março de 2014] Disponível em: <<https://bibliotecadigital.ipb.pt/bitstream/10198/5826/3/Portugal%20Chão.pdf>>

PORIA, Yaniv; BUTLER, Richard; AIREY, David (2003) The Core of Heritage Tourism. *Annals of Tourism Research*. Vol. 30, N° 1, pp. 238-254 [Consultado em Fevereiro de 2014] Disponível em: <<http://epubs.surrey.ac.uk/1103/1/fulltext.pdf>>

Portal Oficial de Turismo do Porto. Disponível em: <<http://www.visitporto.travel/Visitar/Paginas/default.aspx>>

Porto Tours. Disponível em: <<http://www.portotours.com/indexpt.php>>

PYE, Elizabeth (2001) *Caring for the Past: issues in conservation for archaeology and museums*. London: James&James (Science Publishers).

RAMÍREZ, Javier Hernández (2011) Los caminos del patrimonio. Rutas turísticas e itinerarios culturales. *PASOS. Revista de Turismo y Patrimonio Cultural*. Vol. 9, N° 2, pp. 225-236 [Consultado em Junho de 2014] Disponível em: <www.pasosonline.org/Publicados/.../PS0211_01.pdf>

RAMOS, Aldo Guzmán (2005) Patrimonio cultural y desarrollo turístico en Camboya: el caso de Angkor. *PASOS. Revista de Turismo y Patrimonio Cultural*. Vol. 3, N° 1, pp.

203-206 [Consultado em Fevereiro de 2014] Disponível em: <
<http://www.pasosonline.org/Publicados/3105/PS150105.pdf>>

RAPOSO, Jorge e FREIRE, Patrícia (2001) 300 Sítios Arqueológicos Visitáveis. *Al-Madan*. IIª Série, Nº 10, pp. 107-157.

RAPOSO, Luís (1999) Museus de Arqueologia e Sítios Arqueológicos Musealizados – Identidades e Diferenças. *O Arqueólogo Português*. Série IV, Nº 17, pp. 51-72
[Consultado em Junho de 2014] Disponível em: <
http://www.museuarqueologia.pt/documentos/Museus_sitios.pdf>

REAL, Manuel L.; OSÓRIO, Maria Isabel P. (1993-1994) A Cidade: lugares primeiros. Rua D. Hugo, no 5. In Osório, Maria Isabel P. (coord.) *O Porto das Mil Idades. Arqueologia na Cidade*. Porto: Câmara Municipal, p. 15-24

REAL, Manuel Luís; TÁVORA, Maria José; OSÓRIO, Maria Isabel de Noronha de Azeredo Pinto; TEIXEIRA, Filipe Fernando (1985-1986) *Escavações Arqueológicas no Morro da Sé*. Separata do Boletim Cultural da Câmara Municipal do Porto. 2ª Série, Vol.3/4

REMONDINO, Fabio e CAMPANA, Stefano (2007) Fast and detailed digital documentation of archaeological excavations and heritage artifacts. Computer Applications & Quantitative Methods in Archaeology Conference [Consultado em Março de 2014] Disponível em: <
http://www.fondazionepava.org/testi/CAA2007_Remondino_Campana.pdf>

RENFREW, Colin e BAHN, Paul (1996) *Archaeology: Theories, Methods and Practice*. London: Thames&Hudson.

RIBEIRO, José Cadima e REMOALDO, Paula Cristina (2011) Cultural Heritage and Tourism Development Policies – The Case of a Portuguese UNESCO World Heritage City. In SARMENTO, Manuela et MATIAS, Álvaro (coord.) *Economics and management of tourism: trends and recent developments*. Lisboa: Universidade Lusíada, pp. 199-223 [Consultado em Fevereiro de 2014] Disponível em: <
<http://repositorium.sdum.uminho.pt/handle/1822/12094>>

RIBEIRO, Manuela do Carmo dos Santos (2004) *Casa da Câmara (Sé do Porto) Relatório Final do Acompanhamento Arqueológico*. Porto: Gabinete de Arqueologia Urbana, Câmara Municipal do Porto.

RICHARDS, Greg (1996) – *Cultural Tourism in Europe*. Wallingford: Association for Tourism and Leisure Education, 2005.

ROMIT (2006) *Heritage Marketing. Training Material on Heritage Marketing*. EU Interreg III-B CADSES [Consultado em Junho de 2014] Disponível em: <http://www.romit.org/it/pubblicazioni_romit/15.pdf>

SÉREN, Maria do Carmo e MARTINS, Gaspar (2000) O Porto Oitocentista. In RAMOS, Luís António de Oliveira (dir.) *História do Porto*. Porto Editora, pp. 376-521. ISBN: 972-0-06276-2.

SÉREN, Maria do Carmo e PEREIRA, Gaspar Martins (1994) *O Porto Oitocentista* in RAMOS, Luís António de Oliveira (dir.) “História do Porto”, Porto Editora, 3ª ed., 2000, pp. 376-521.

SERENO, Isabel (1994) Casa do Dr. Domingos Barbosa/Museu de Guerra Junqueiro. In Sistema de Informação para o Património Arquitectónico [Consultado em Maio de 2014] Disponível em: <http://www.monumentos.pt/Site/APP_PagesUser/SIPA.aspx?id=5468>

SERENO, Isabel (2000) Antiga Casa da Câmara. In Sistema de Informação para o Património Arquitectónico [Consultado em Maio de 2014] Disponível em: <http://www.monumentos.pt/Site/APP_PagesUser/SIPA.aspx?id=15601>

SERENO, Isabel e DORDIO, Paulo (1994) Muralha Fernandina. . In Sistema de Informação para o Património Arquitectónico [Consultado em Maio de 2014] Disponível em: <http://www.monumentos.pt/Site/APP_PagesUser/SIPA.aspx?id=5461>

SERENO, Isabel e DORDIO, Paulo (1995) Casa do Infante. In Sistema de Informação para o Património Arquitectónico [Consultado em Maio de 2014] Disponível em: <http://www.monumentos.pt/Site/APP_PagesUser/SIPA.aspx?id=5451>

SILBERBERG, Ted (1994) Cultural Tourism and Business Opportunities for Museums and Heritage Sites. Conference of School of Business, University of Victoria - *Quality Management in Urban Tourism: Balancing Business and Environment*. Toronto [Consultado em Janeiro de 2014] Disponível em: < http://www.lord.ca/Media/Artcl_Ted_CultTourismBusOpps.pdf>

SILBERMAN, Neil Asher (2005) Beyond Theme Parks and Digitized Data: What Can Cultural Heritage Technologies Contribute to the Public Understanding of the Past?. *Selected Works*. Belgium: Ename Center for Public Archaeology and Heritage Presentation [Consultado em Março de 2014] Disponível em: < <http://public-repository.epoch-net.org/publications/VAST2004/09-12.pdf>>

SILVA, António Carlos (1985) *A Cidade e a Arqueologia*. Trabalhos de Arqueologia, Nº 3. Comunicação apresentada no I Encontro Nacional de Arqueologia Urbana. Setúbal, 1986.

SILVA, António Manuel (2010/11) As Muralhas Romanas do Porto: Um balanço arqueológico. *Portvgalia*, Nova Série, vol. 31-32, Porto, DCTP-FLUP, pp. 43 -64.

SILVA, António Manuel dos Santos Pinto da (2001) *Portvs*. Boletim de Arqueologia Portuense, Nº 1. Porto: Câmara Municipal, Pelouro da Cultura e Gabinete de Arqueologia Urbana.

SILVA, António Manuel dos Santos Pinto da (2003) *Portvs*. Boletim de Arqueologia Portuense, Nº 4. Porto: Câmara Municipal, Pelouro da Cultura e Gabinete de Arqueologia Urbana.

SILVA, António Manuel dos Santos Pinto da (2003) *Portvs*. Boletim de Arqueologia Portuense, Nº 5. Porto: Câmara Municipal, Pelouro da Cultura e Gabinete de Arqueologia Urbana.

SILVA, António Manuel dos Santos Pinto da (2004) *Portvs*. Boletim de Arqueologia Portuense, Nº 7. Porto: Câmara Municipal, Pelouro da Cultura e Gabinete de Arqueologia Urbana.

SILVA, António Manuel dos Santos Pinto da; BARBOSA, Sandra; SÁ, Anabela Pereira

de; BORGES, Susana Cristina; RIBEIRO, Manuela do Carmo dos Santos (2006) *Largo da Penaventosa, 21*. Relatório Final da Sondagem de Avaliação Arqueológica. Porto: Unidade de Intervenção Arqueológica no Centro Histórico e Fundação para o Desenvolvimento da Zona Histórica do Porto.

SILVA, António Manuel dos Santos Pinto da; LOPES, Lídia; GUIMARÃES, Susana; BARBOSA, Sandra; RIBEIRO, Manuela do Carmo dos Santos (2003) *Largo da Penaventosa, 25*. Relatório Final da Sondagem de Avaliação Arqueológica. Porto: Unidade de Intervenção Arqueológica no Centro Histórico e Fundação para o Desenvolvimento da Zona Histórica do Porto.

SILVA, António Manuel dos Santos Pinto da; RIBEIRO, Manuela do Carmo dos Santos; BARBOSA, Sandra (1997-1999) *Rua de Santana, 25*. Relatório Final da Sondagem de Avaliação Arqueológica. Porto: Gabinete de Arqueologia Urbana e Fundação para o Desenvolvimento da Zona Histórica do Porto.

SILVA, António Manuel dos Santos Pinto da; RIBEIRO, Manuela; BARBOSA, Sandra; LOPES, Lídia; GUIMARÃES, Susana (2008) *Rua de Penaventosa, 27*. Relatório Final da Sondagem de Avaliação Arqueológica. Porto: Gabinete de Arqueologia Urbana.

SILVA, Armando Coelho da (2000) Origens do Porto. In RAMOS, Luís António Oliveira (dir.) *História do Porto*. Porto Editora, pp. 44-117. ISBN: 972-0-06276-2

SILVA, Armando Coelho Ferreira da (1980) Sondagem Arqueológica na Praça da Ribeira. In *Arqueologia*. Nº 10. Porto.

SILVA, Francisco Ribeiro da (2010) A Guerra Civil dentro do Porto: O Cerco do Porto em 1832 para 1833 – por um portuense. *O Tripeiro*. 7ª Série, Nº 12, pp. 380-381 [Consultado em Agosto de 2014] Disponível em: < <http://repositorio-aberto.up.pt/bitstream/10216/56883/2/ribeirodasilvacerco000139539.pdf>>

SIMÕES, José Manuel e SARMENTO, João (2013) Recursos Culturais e Turismo. In *Geografia: Espaço, Natureza, Sociedade e Ciência*. IX Congresso da Geografia Portuguesa, Évora [Consultado em Maio de 2014] Disponível em: < <http://www.cgp2013.uevora.pt>>

SOUZA, Sheila Maria Ferraz Mendonça de et SOUZA, Alfredo A.C. Mendonça de

(1981) *Pescadores e Recoletores do Litoral do Rio de Janeiro*. Arquivos do Museu de História Natural. Brasil: Universidade Federal de Minas Gerais. Vol. VI/VII [Consultado em Agosto de 2014] Disponível em: <<http://www.museunacional.ufrj.br/ppgarq/docs/papers/sheila/pescadoresrecoletoresRJ1981.pdf>>

TAPETE, Deodato; CASAGLI, Nicola; LUZI, Guido; FANTI, Riccardo; GIGLI, Giovanni; LEVA, Davide (2013) Integrating radar and laser-based remote sensing techniques for monitoring structural deformation of archaeological monuments. *Journal of Archaeological Science*. Nº 40, pp. 176-189 [Consultado em Março de 2014] Disponível em: <<http://www.sciencedirect.com/science/article/pii/S0305440312003512>>

TEIXEIRA, Ricardo e DÓRDIO, Paulo (2000) Intervenção Arqueológica na Casa do Infante, dezassete séculos de História na zona ribeirinha do Porto. *Al-Madan*, IIª Série, Nº 9, pp. 132-135. ISSN 0871-066X

TEIXEIRA, Ricardo e FONSECA, Vítor (2009/10) *Intervenção Arqueológica. Requalificação do Espaço Público no Morro da Sé, Porto*. Relatório Final. Arqueologia&Património, Lda., Matosinhos.

TEIXEIRA, Sofia (2011) Intervenção Arqueológica nos Edifícios B e C (Intervenção Arqueológica efetuada no âmbito da construção do Hotel Carrís – Ribeira, Porto). Relatório de progresso. Porto.

TELLER, Jacques e WARNOTTE, Anne (2003) A valorização dos vestígios arqueológicos num contexto urbano. APPEAR Project – Accessibility Projects, Sustainable Preservation and Enhancement of urban subsoil Archeological Remains [Consultado em Janeiro de 2004] Disponível em: <<http://5cidade.files.wordpress.com/2008/05/a-valorizacao-dos-vestigios-arqueologicos-num-contexto-urbano.pdf>>

TRESSERRAS, Jordi Juan (2004) El arqueoturismo o turismo arqueológico: un paso más para la valorización del patrimonio arqueológico. *Boletín GC: Gestión Cultural*. Nº

9 [Consultado em Janeiro de 2014] Disponível em:
<http://www.gestioncultural.org/ficheros/1_1316775146_JJuan.pdf>

TURISMO DE PORTUGAL (2012) Dados Provisórios Passageiros Desembarcados – Aeroporto do Porto. ANA Aeroportos de Portugal [Consultado em Junho de 2014] Disponível em: <
http://www.turismodeportugal.pt/Português/ProTurismo/estat%C3%ADsticas/quadroses_tatisticos/Pages/Quadrosestat%C3%ADsticos.aspx>

TURISMO DE PORTUGAL (2012) Dados Provisórios Tipo de Voo - Aeroporto do Porto. ANA Aeroportos de Portugal [Consultado em Junho de 2014] Disponível em: <
http://www.turismodeportugal.pt/Português/ProTurismo/estat%C3%ADsticas/quadroses_tatisticos/Pages/Quadrosestat%C3%ADsticos.aspx>

TURISMO DE PORTUGAL (2012) Roteiros Turísticos do Património Mundial no Norte de Portugal [Consultado em Janeiro de 2014] Disponível em: <
http://www.turismodeportugal.pt/Português/Noticias/Documents/RTPM_NortePortugal.pdf>

TURISMO DE PORTUGAL (2013) Dados Provisórios Passageiros Desembarcados – Aeroporto do Porto. ANA Aeroportos de Portugal [Consultado em Junho de 2014] Disponível em: <
http://www.turismodeportugal.pt/Português/ProTurismo/estat%C3%ADsticas/quadroses_tatisticos/Pages/Quadrosestat%C3%ADsticos.aspx>

TURISMO DE PORTUGAL (2013) Dados Provisórios Tipo de Voo - Aeroporto do Porto. ANA Aeroportos de Portugal [Consultado em Junho de 2014] Disponível em: <
http://www.turismodeportugal.pt/Português/ProTurismo/estat%C3%ADsticas/quadroses_tatisticos/Pages/Quadrosestat%C3%ADsticos.aspx>

UNITED NATIONS CONFERENCE ON TRADE AND DEVELOPMENT (2010) *Creative Economy Report* [Consultado em Março de 2014] Disponível em:
<http://unctad.org/en/Docs/ditctab20103_en.pdf>

UNESCO (2003) Convention for the Safeguarding of Intangible Cultural Heritage [Consultado em Maio de 2014] Disponível em: <<http://unesdoc.unesco.org/images/0013/001325/132540e.pdf>>

UNESCO (2011) Creative Cities Network [Consultado em Maio de 2014] Disponível em: <<http://www.unesco.org/new/en/culture/themes/creativity/creative-industries/creative-cities-network>>

URRY, John (1995) *Consuming Places*. London and New York: Routledge [Consultado em Maio de 2014] Disponível em: <<https://www.hse.ru/data/2014/06/14/1323854873/John%20Urry%20Consuming%20Places%20International%20Library%20of%20Sociology%201995.pdf>>

VALLE, Patricia Oom do; MENDES, Júlio; GUERREIRO, Manuela (2010) Sustainable Cultural Events Based on Marketing Segmentation: The Case of Faro Capital of Culture. *PASOS. Revista de Turismo y Patrimonio Cultural*. Vol. 8, Nº 3, pp. 91-104 [Consultado em Junho de 2014] Disponível em: <www.pasosonline.org/Publicados/.../PS0310_09.pdf>

VARELA, José Manuel et CLETO, Joel (2001) *Intervenção arqueológica no Largo do Colégio, 9-12* (Sé, Porto) Relatório dos trabalhos efectuados. Porto.

VELOSO, Tânia Porto Guimarães e CAVALCANTI, José Euclides Alhadas (2007) O turismo em sítios arqueológicos: algumas modalidades de apresentação do património arqueológico. *Revista de Arqueologia*. Vol. 20, p. 155-168 [Consultado em de 2014] Disponível em: <http://sabnet.com.br/revista/artigos/RAS_20/1684-2041-1-PB.pdf>

WAITT, Gordon (2000) Consuming Heritage. Perceived Historical Authenticity. *Annals of Tourism Research*. Vol. 27, Nº 4, pp. 835-862 [Consultado em Agosto de 2014] Disponível em: <https://www.depts.ttu.edu/museumttu/CFASWebsite/H7000%20folder/Readings%20Heritage%20Tourism%202010/Consuming%20Heritage%20&%20Authenticity_Waitt%202000.pdf>

WALKER, Marian (2010) Cities as Creative Spaces for Cultural Tourism: A Plea for the Consideration of History. *PASOS. Revista de Turismo y Patrimonio Cultural*. Vol. 8, Número Especial, pp. 17-26 [Consultado em Fevereiro de 2014] Disponível em: < www.pasosonline.org/Publicados/.../PS0310_03.pdf>

WARNOTTE, Anne; HUPETE, Pierre; ZWETKOFF, Catherine (2005) APPEAR: A Method for Integrating Archaeological Sites in Towns. In *Urban Pasts and Urban Futures: Bringing Urban Archaeology to Life Enhancing Urban Archaeological Remains*. International and Interdisciplinary Symposium, Brussels [Consultado em Dezembro de 2014] Disponível em: < <http://www.international.icomos.org/actes-symp-appear-en.pdf>>

WUST, Thomas; NEBIKER, Stephan; LANDOLT, R. (2004) Applying the 3D GIS DILAS to Archaeology and Cultural Heritage Projects – Requirements and First Results. *The International Archives of the Photogrammetry, Remote Sensing and Spatial Information Sciences*, Vol. 34 [Consultado em Março de 2014] Disponível em: < <http://www.isprs.org/proceedings/XXXV/congress/comm5/papers/587.pdf>>

ZILHÃO, João (2004-2005) Parque Arqueológico do Vale do Côa: passado, presente e perspectivas de futuro na gestão de um bem arqueológico do património mundial. *Arqueologia e História. Revista da Associação dos Arqueólogos Portugueses*. Vol. 56/57, pp. 15-30 [Consultado em Março de 2014] Disponível em: < <http://www.bris.ac.uk/archanth/staff/zilhao/coa200405.pdf>>

ANEXOS

Anexo I
Tabela de Sítios Arqueológicos – Pesquisa por Base de Dados do
Património

SÍTIOS ARQUEOLÓGICOS - PORTO			
LUGAR	IGESPAR	ENDOVÉLICO	SIPA
Morro da Sé (Romano e Medieval Cristão)	Pesquisa S/ Resultados	Descrição do sítio e relatórios relativos às campanhas de escavação de 1984 e 1986 e, ainda, aos trabalhos de salvamento efetuados em 1987 e bibliografia.	A pesquisa através da designação do sítio remete imediatamente para a Muralha Fernandina e para o miradouro.
Mosteiro de São Bento da Vitória (Moderno e Contemporâneo)	Pesquisa S/ Resultados	Descrição do sítio e relatórios relativos às campanhas de escavação de 1989 e 2000 e, ainda, o relatório relativo às sondagens efetuadas em 2001 e bibliografia.	Pesquisa S/ Resultados
Muralha Fernandina (Medieval Cristão)	Apresenta uma espécie de ficha de sítio, na qual constam informações relativas à sua designação, classificação e proteção, descrição histórica e bibliografia.	Descrição do sítio, relatório referente aos trabalhos de salvamento efetuados em 1992 e bibliografia.	Apresenta informações idênticas às que constam no IGESPAR, mas com mais registos fotográficos e plantas do sítio.
Cadeia de Relação (Moderno e Contemporâneo)	Pesquisa S/ Resultados	Breve descrição do sítio/monumento, relatórios relativos às campanhas de escavação desenvolvidas nos anos de 1989 e 2000, e às sondagens efetuadas em 1988 e bibliografia.	Apresenta uma descrição detalhada do sítio/monumento, atendendo a aspetos como categoria, proteção, enquadramento, utilização inicial e atual, cronologia entre outros; e, ainda bibliografia.
Casa Museu Guerra Junqueiro (Romano, Medieval Cristão, Moderno e Contemporâneo)	Pesquisa S/ Resultados	Breve descrição do sítio e dos vestígios existentes, relatórios relativos às campanhas de escavação nos anos 1994 e 1995 e bibliografia.	Apresenta uma descrição mais detalhada do sítio, mas numa perspetiva histórica, ou seja, não se refere especificamente aos vestígios arqueológicos.
Casa da Câmara (Idade do Ferro (?), Romano (?) e Alta Idade Média)	Pesquisa S/ Resultados	Breve descrição, relatórios relativos à escavação e acompanhamento realizados em 1984 e 2000, respetivamente, e bibliografia.	Descrição detalhada do sítio/monumento, atendendo a vários aspetos; bibliografia.
Casa do Infante (Romano, Medieval Cristão e Moderno)	Descrição detalhada do sítio/monumento, aludindo à sua evolução ao qual estão associados diversos elementos gráficos.	Descrição sucinta, relatórios correspondentes às campanhas de escavação realizadas nos anos de 1991 e 1992 e bibliografia.	Descrição bastante detalhada do sítio/monumento e respetivo enquadramento legal à semelhança dos anteriores.

Guindais (Moderno e Contemporâneo)	Pesquisa S/ Resultados	Breve descrição do sítio com referência ao facto de se encontrar destruído, ou seja, restam apenas alguns dos artefactos encontrados aquando dos trabalhos de salvamento efetuados em 2000.	Alguns dados técnicos.
Praça da Ribeira (Romano, Baixo Império e Moderno)	Descrição detalhada patente nas “Nota Histórico-Artística” acompanhada de elementos fotográficos e outras informações de cariz formal.	Referência à cronologia e aos vestígios, e bibliografia.	Pesquisa S/ Resultados
Praça do Infante	Pesquisa S/ Resultados	Breve descrição do sítio e do espólio encontrado, relatórios relativos aos trabalhos de sondagem e escavação efetuados em 1998 e 1999, respetivamente; bibliografia.	Pesquisa S/ Resultados
Igreja dos Clérigos (Moderno e Contemporâneo)	Descrição patente na “Nota Histórico-Artística” e outras informações relativas aos trâmites legais.	Referência à possível existência de uma cripta devido à descoberta de esqueletos.	Descrição arquitectónica bastante detalhada.

A construção desta tabela pressupõe a pesquisa, em simultâneo, em três bases de dados *online*:

- Pesquisa de Património no IGESPAR . Disponível em: <<http://www.igespar.pt/pt/patrimonio/pesquisa/geral/patrimonioimovel/>>
- Pesquisa de Sítios Arqueológicos no Portal do Arqueólogo associado ao IGESPAR. Disponível em: <<http://arqueologia.igespar.pt/index.php?sid=sitios>>
- Pesquisa no SIPA. Disponível em: <http://www.monumentos.pt/Site/APP_PagesUser/SIPASearch.aspx?id=0c69a68c-2a18-4788-9300-11ff2619a4d2>

Notas

- 1) A pesquisa no portal do Património do IGESPAR teve de ser feita por distrito e não sítio a sítio devido às diferentes designações que os sítios apresentam.
- 2) Sobre o Morro da Sé existe informação adicional no *site* do Porto Vivo. Disponível em: <<http://www.portovivosru.pt/verNoticia.php?noticia=489>>
- 3) Aquando da pesquisa de património arqueológico no distrito do Porto no portal do Endovélico foram encontrados outros sítios para além dos acima referidos. Contudo, devido à escassa informação apresentada, tanto a nível descritivo, como de relatórios e bibliografia, não achei que fossem pertinentes para este “inventário” com vista à elaboração de um roteiro turístico.

Anexo II
Património Histórico português classificado pela UNESCO
Exemplos de Iniciativas no âmbito das Indústrias Criativas

Mosteiro dos Jerónimos e Torre de Belém

Declarado Monumento Nacional em 1907, e considerado parte integrante da nossa cultura e identidade, o Mosteiro dos Jerónimos, de construção iniciada no reinado de D. Manuel (1495-1521), representa o estilo arquitetónico conhecido por manuelino, onde estão presentes elementos característicos do gótico final e renascimento. A Torre de Belém, representativa da época dos Descobrimentos, do reinado de D. João II (1481-1495), apresenta um estilo tipicamente manuelino, não obstante outras heranças construtivas. As ações associadas a estes dois elementos estão patentes na criação de uma exposição de cariz documental, onde ficou explícita, de forma simples, mas atrativa, os 500 anos de história do Mosteiro do Jerónimos, enaltecendo referências culturais distintas. No projeto de conservação da Torre de Belém, desenvolvido entre 1994 e 1999 pela mão da Associação World Monuments Fund Portugal, teve o intuito de salvaguardar a fachada exterior do edifício, representativa dos contactos com outros povos e do vanguardismo português à época das Descobertas Marítimas. E num projeto, a nível europeu, acerca das representações artísticas do mundo vegetal, o objetivo foi promover, a partir das plantas esculpidas nas pedras do Mosteiro dos Jerónimos, a identificação de outras formas artísticas onde esta temática esteve presente. Este projeto reuniu profissionais de diversas áreas e resultou na criação de um CD-ROM disponível na loja interativa²⁹.

Para além destes aspetos, ambos os locais disponibilizam diversas oficinas temáticas, direcionadas para o público mais jovem, assim como visitas virtuais e acesso a um roteiro em 3D³⁰.

Mosteiro da Batalha

Identificado como um “*monumento único de estilo gótico*”, o Mosteiro da Batalha representa um importante lugar de memória, enquanto marco basilar da história do reino de Portugal no reinado de D. João I (1385-1433). No que concerne às

²⁹ Informação disponível em: <<http://www.unescoportugal.mne.pt/pt/temas/proteger-o-nosso-patrimonio-e-promover-a-criatividade/patrimonio-mundial-em-portugal/jeronimos-e-torre-de-belem.html>> [Consultado em Junho de 2014]

³⁰ Informação sobre os Mosteiro dos Jerónimos, disponível em: <<http://www.mosteirojeronimos.pt/pt/index.php>> [Consultado em Agosto de 2014] e sobre a Torre de Belém em: <<http://www.torrebelem.pt/pt/index.php?s=white&pid=197&identificador=>>> [Consultado em Agosto de 2014]

iniciativas desenvolvidas, merecem referência a recriação histórica da visita de William Thomas Beckford (1760-1844)³¹, novelista inglês, viajante por Portugal e autor da obra “*Recollections of an Excursion to the Monasteries of Alcobaca and Batalha*”³², de 1835, ao Mosteiro da Batalha no ano de 1794, encenada por crianças, famílias e funcionários do mosteiro, no âmbito de uma iniciativa proposta por um jardim de infância situado na Batalha³³; e as atividades de leitura de contos sobre a história do mosteiro, direcionada para crianças, através da qual se cria uma ferramenta de aprendizagem didática patente na participação numa atividade que consiste em colocar peças em falta num livro para, posteriormente, tentar reconstituir a história em contexto de aula.

Meritória é também a iniciativa da Fundação Batalha de Aljubarrota, que desenvolveu um projeto de recuperação e valorização do Campo de São Jorge, através da criação de um centro interpretativo cujo principal intento é dar a conhecer a Batalha de Aljubarrota, aludindo às descobertas arqueológicas feitas no campo de batalha, a partir das quais foi possível reconstituir, através das novas tecnologias, a batalha em si e os eventos que tiveram na sua origem³⁴.

Convento de Cristo em Tomar

Obra magnífica de arquitetura medieval (1190), o Convento de Cristo foi alvo de diversas construções iniciadas com um castelo templário (Templários em 1319 em Portugal), ao qual foram sendo acrescentados diversos elementos arquitectónicos. Representa um dos complexos monásticos mais extensos da Europa, entre os quais devemos destacar o “oratório” dos templários e a “janela ocidental” da nave manuelina, que lhe concederam a classificação de “Património Mundial da Humanidade” pela UNESCO, no ano de 1983. Entre as atividades desenvolvidas, indicam-se as diversas visitas temáticas, a visita multimédia ao conjunto monumental, disponível em diferentes

³¹ Informação disponível no website Beckfordiana - The William Beckford. Disponível em: <<http://beckford.c18.net/wbdunning1948.html>> [Consultado em Agosto de 2014]

³² O diário de viagem escrito por William Beckford, encontra-se digitalizado e de livre acesso em: <http://books.google.pt/books?id=DTILAAAIAAJ&printsec=frontcover&hl=pt-PT&source=gbs_ViewAPI&redir_esc=y#v=onepage&q&f=false> [Consultado em Agosto de 2014]

³³ De acordo com o website do PPortodosmuseus, esta iniciativa repetiu-se este ano, para assinalar o 30º aniversário da classificação do Mosteiro da Batalha como Património Mundial da Humanidade. Notícia disponível em: <<http://www.pportodosmuseus.pt/2014/06/30/nobre-ingles-william-beckford-regressa-ao-mosteiro-da-batalha/>> [Consultado em Agosto de 2014]

³⁴ A informação sobre este projeto teve por base o descrito no website da Fundação Batalha de Aljubarrota. Disponível em: <<http://www.fundacao-aljubarrota.pt/?idc=15>> [Consultado em Agosto de 2014]

plataformas – *desktops, smartphone, tablets* -, a partir das quais é possível visitar virtualmente o Convento e a Charola; e a realização da denominada “Feira da Laranja Conventual”, de cariz solidário, que foi realizada pela primeira vez em 2013, no Antigo Hospital Militar do Convento de Cristo (século XVII) e remete para um laranjal do século XVII, onde estaria implantada a almedina do Castelo³⁵.

Centro Histórico de Évora

Évora é uma cidade com diversos testemunhos da ocupação humana, desde a Pré-História até épocas mais recentes. Contudo, o seu marco histórico mais importante – o templo - encontra-se associado à ocupação romana, facto que a torna um dos exemplares mais notórios das cidades romanas da Lusitânia, sem esquecer a influência árabe patente no “estilo mudéjar”, durante os séculos XV e XVI e as obras arquitectónicas de natureza renascentista. Entre as ações ao nível do património devemos salientar o denominado “Plano de Uso Público”, que corresponde a um plano de gestão dos usos turísticos, educacionais, interpretativos, de recreio e de investigação do património cultural cujo objetivo é promover a cooperação entre a comunidade e a mobilização de recursos e contributos para a sua proteção³⁶.

Mosteiro de Alcobaça

Fundado pelo rei D. Afonso Henriques, o Mosteiro de Alcobaça constitui um símbolo da afirmação de Portugal enquanto reino independente. A sua construção desenvolveu-se durante cem longos anos, pela mão dos mestres pedreiros da Ordem de Cister, sendo representativo da introdução do estilo gótico em Portugal. As iniciativas promovidas passam por exposições temporárias, organizadas em colaboração com entidades nacionais e internacionais, cujas temáticas vão desde a arte antiga à

³⁵ A informação sobre este projeto teve por base o descrito no website do Convento de Cristo, disponível em: < http://www.conventocristo.pt/pt/index.php?s=white&pid=175&identificador=ct31_pt> [Consultado em Agosto de 2014] e no website da Comissão Nacional da UNESCO – Ministério dos Negócios Estrangeiros, disponível em <<http://www.unescoportugal.mne.pt/pt/temas/proteger-o-nosso-patrimonio-e-promover-a-criatividade.html>> [Consultado em Junho de 2014]

³⁶ A informação apresentada sobre o Centro Histórico de Évora e, por conseguinte, sobre as boas práticas que nele se desenvolvem, encontra-se disponível em: <<http://www.unescoportugal.mne.pt/pt/temas/proteger-o-nosso-patrimonio-e-promover-a-criatividade/patrimonio-mundial-em-portugal/centro-historico-de-evora.html>> [Consultado em Junho de 2014]

contemporânea, onde é também integrado o acervo do Mosteiro e desenvolvimento de atividades de cariz cultural organizadas pelo Serviço Educativo³⁷. Com o intuito de promover uma aproximação dos diferentes públicos ao monumento, foi importante a adaptação da linguagem e dos conteúdos às diferentes faixas etárias, iniciativa que mereceu o prémio de qualidade atribuído pela Associação Portuguesa de Museologia em 2009.

Paisagem Cultural de Sintra

Sintra é conhecida pela conjugação harmoniosa do património cultural edificado e natural, patente na sua serra combinada com o Palácio Real, dos séculos XIII/XIV, e Palácio da Pena, do século XIX. Sintra constitui o primeiro foco da arquitetura romântica europeia caracterizada pela conjugação de diversos elementos arquitetónicos e pela criação do parque, onde se podem observar diferentes espécies naturais. De apontar são os diferentes modelos de gestão desenvolvidos com vista à gestão do património cultural edificado e natural. Por um lado, o denominado “Ciclo Virtuoso” que promove uma melhoria constante da experiência do visitante manifesta em diferentes tipos de atividades e, por outro, o programa “Gestão baseada em conhecimento”, que visa promover a cooperação com especialistas da conservação, proteção e restauro, cujo trabalho pôde ser apreciado *in loco* pelos visitantes.

Centro Histórico do Porto

Com origem no Morro da Sé, o centro histórico do Porto é caracterizado por uma ocupação milenar patente nas diversas estruturas que persistiram até aos nossos dias, com o Douro como pano de fundo, sendo que o seu valor e necessidade de valorização e proteção tem vindo, cada vez mais, a ser reconhecido.

Entre as iniciativas desenvolvidas neste âmbito destacam-se “O meu Porto é Património Mundial”, que é um projeto que tem por objetivo sensibilizar e consciencializar os mais jovens, assim como os seus educadores, para a importância de preservar o centro histórico da cidade. Desenvolvendo-se em várias etapas, a primeira

³⁷ O Mosteiro de Alcobaça, para além da visita dita clássica, oferece diversas atividades lúdico-didáticas, cujos conteúdos se encontram disponíveis em: <http://www.mosteiroalcobaca.pt/pt/index.php?s=white&pid=180&identificador=at54_pt.doc> [Consultado em Junho de 2014]

tem lugar na sala de aula, onde é dado a conhecer os diferentes tipos de património e o seu valor histórico; a segunda consiste num passeio pelo centro histórico em que os alunos têm de identificar os locais mais emblemáticos da cidade e justificar o porquê da sua classificação; em terceiro, novamente em contexto de aula, procede-se ao visionamento de filmes relacionados com esta temática, cujo cerne é a necessidade de preservar o património; e, por fim, na quarta etapa, é realizada uma atividade de expressão plástica em que os alunos têm, de forma criativa, de reconhecer detalhes da cidade do Porto. E, ainda, a criação de dois itinerários pelas zonas mais carismáticas da cidade, também direcionados para o público mais jovem, como por exemplo “*Porto Património Mundial passo a passo. Da Estação de S. Bento à Casa do Infante*” e “*Porto Património Mundial. Da Praça dos Leões à Casa do Infante*”. Os conteúdos são compostos por diversas referências históricas, assim como propostas de atividades lúdicas e pedagógicas cujo objetivo, à semelhança da atividade anterior, é sensibilizar para a importância de proteger, preservar e salvaguardar o nosso património³⁸.

Côa e Siega Verde

O núcleo de arte rupestre do Côa constitui umas das descobertas arqueológicas mais importantes em toda a Europa ao nível do Paleolítico Superior, devido à extensão dos testemunhos ao ar livre.

Dada a fragilidade deste património, as iniciativas desenvolvidas têm passado por ações de conservação baseadas em estratégias que visem prevenir os impactes negativos da ação humana e natural, como seja o sistema de visitas controlado através da limitação do número de visitantes diários e a implementação de um programa de conservação passível de monitorizar as dinâmicas de erosão dos afloramentos em que os painéis de arte rupestre estão inseridos. Assim como ações de promoção através das redes sociais – YouTube, Facebook, TripAdvisor -, características da implementação de novas políticas de comunicação, cujo intuito é promover “*de forma atraente, pedagógica e lúdica o património de Arte Rupestre do Vale do Côa*”. Ainda a sensibilização para a importância do património, através da realização de fins de semana temáticos no Museu do Côa, em colaboração com os municípios da região e cooperação

³⁸ As informações relativas às práticas em prol do património no Centro Histórico do Porto, estão disponíveis em: <<http://www.unescoportugal.mne.pt/pt/temas/proteger-o-nosso-patrimonio-e-promover-a-criatividade/patrimonio-mundial-em-portugal/centro-historico-do-porto.html>> [Consultado em Junho de 2014]

com o país vizinho, que gere o sítio de Siega Verde. A estratégia é a vender um bilhete conjunto em que a visita a um dos sítios arqueológicos é gratuita, sendo ainda de referir a existência de um preço reduzido para os habitantes da região e escolas³⁹.

Centro Histórico de Guimarães

Conhecida como terra de nascimento do primeiro rei de Portugal, D. Afonso Henriques, Guimarães é hoje uma das cidades mais emblemáticas da história do nosso país, caracterizada por um aglomerado urbano tipicamente medieval, onde estão presentes diversos monumentos de grande importância, como o castelo, do século XII e o Paço dos Duques, do século XV.

Entre as iniciativas, destacam-se a requalificação de diversos espaços públicos, entre os quais a designada “Zona dos Couros”, onde se situava um núcleo antigo de produção de curtumes e o desenvolvimento de diversos projetos, nomeadamente: o “MaPa2012” aquando da nomeação da cidade como Capital Europeia da Cultura, que consistiu num projeto de coesão urbana cujo objetivo era mapear os principais focos de património paisagístico, cultural e arquitectónico; o MOb2012, também nos mesmo âmbito do anterior, que visava a criação de percursos pedonais com vista à melhoria da mobilidade e conexão entre núcleos urbanos, fabris e rurais, patente na revitalização de espaços públicos; e um projeto de cooperação internacional com a Galiza, região com a qual Guimarães partilha um objetivo comum, o de divulgar aspetos como a arquitetura, paisagem e património, através de atividades didáticas destinadas ao público escolar⁴⁰.

Elvas e suas Fortificações

A cidade de Elvas foi, em tempos, “*um ponto estratégico de defesa da fronteira e herdou um vasto património militar de reconhecido valor e autenticidade*” presente

³⁹ Para além da informação disponível em: <<http://www.unescoportugal.mne.pt/pt/temas/proteger-o-nosso-patrimonio-e-promover-a-criatividade/patrimonio-mundial-em-portugal/coa-e-siega-verde.html>> [Consultado em Junho de 2014], podemos ainda consultar o website do roteiro, através do qual ficamos a conhecer outros atrativos da região, entre os quais outros sítios arqueológicos cronologicamente distintos, aspetos acerca do Douro e das atividades que aí se desenvolveram, ao longo dos tempos, naquela região. Disponível em: <<http://www.coasiegaverde.com/?lang=pt>> [Consultado em Junho de 2014]

⁴⁰ A informação disponível sobre os projetos desenvolvidos no Centro Histórico de Guimarães estão disponíveis em: <<http://www.unescoportugal.mne.pt/pt/temas/proteger-o-nosso-patrimonio-e-promover-a-criatividade/patrimonio-mundial-em-portugal/centro-historico-de-guimaraes.html>> [Consultado em Junho de 2014]

num vasto conjunto de fortificações.

As ações desenvolvidas em torno deste património passam pela criação de roteiros, cujo objetivo é promover a divulgação do património e o encontro de gerações, sendo que cada percurso é apresentado por um especialista do tema a ser abordado e a participação é gratuita, sendo também de salientar o trabalho desenvolvido ao nível da requalificação ambiental e paisagística das muralhas e da área envolvente, ancoradas em ações de conservação e restauro desta estrutura pelo seu valor histórico, arqueológico e pedagógico, tendo sempre em mente a questão da autenticidade. A elaboração de ações de sensibilização orientadas para o público infanto-juvenil, são, à semelhança dos locais apresentados anteriormente, uma constante, promovendo-se, sempre que possível, valores patrimoniais de forma lúdica e pedagógica, como por exemplo através da realização de caça ao tesouro, jogos tradicionais e divulgação em contexto de aula com o projeto “O que é o Património Mundial?”⁴¹.

Universidade de Coimbra

A Universidade de Coimbra representa sete séculos de história presentes no coração da cidade velha, sendo considerada uma referência ao nível do ensino superior pelo trabalho de difusão do saber e da literatura. Entre os projetos desenvolvidos merecem destaque: a reabilitação da torre da Universidade, que constitui um importante projeto de cariz arquitectónico, que reuniu técnicos e investigadores de diversas áreas, sendo que no decorrer desta obra foram promovidas visitas e palestras abertas ao público em geral; a “Montra de Sonhos”, assim denominada pela ação desenvolvida nas montras das lojas abandonadas no centro da cidade, consistiu na elaboração de obras de arte plástica por crianças, com temáticas como o “*património, a cidade real e a cidade imaginada*”, que integraram esses espaços com o fito de promover um vínculo entre a comunidade, o património e a Universidade; e o Museu Digital, que consiste numa base de dados aberta a especialistas e ao público em geral, onde está patente o acervo do Museu da Ciência da Universidade de Coimbra⁴².

⁴¹ Informação disponível em: <<http://www.unescoportugal.mne.pt/pt/temas/proteger-o-nosso-patrimonio-e-promover-a-criatividade/patrimonio-mundial-em-portugal/elvas-e-suas-fortificacoes.html>> [Consultado em Junho de 2014]

⁴² Informação disponível em: <<http://www.unescoportugal.mne.pt/pt/temas/proteger-o-nosso-patrimonio-e-promover-a-criatividade/patrimonio-mundial-em-portugal/universidade-de-coimbra.html>> [Consultado em Junho de 2014]

Anexo III

**Dados Perfil do Turista com base no estudo do IPDT, Porto e Norte de Portugal,
ANA Aeroportos**

Perfil do Turista 2010

Parâmetros	2010			
	1º Trimestre	2º Trimestre	3º Trimestre	4º Trimestre
Motivo da Visita	57,5% Lazer	64,3% Lazer	78,8% Lazer	66,1% Lazer
Motivação em Lazer	42,4% Férias	46,5% Visita Familiares/Amigos	51,7% Férias	55,6% Férias
	36,8% Visita Familiares/Amigos	43,0% Férias	41,8% Visita Familiares/Amigos	38,3% Visita Familiares/Amigos
	10,9% Estudos	4,8% Evento Cultural	2,1% Evento Desportivo	2,6% Estudos
Dormidas Lazer	82% Pernoitou no Porto	76% Pernoitou no Porto	83% Pernoitou no Porto	88% Pernoitou no Porto
TOP 3 Tipo de Alojamento	Hotel	Hotel	Hotéis	Hotéis
	Casa Familiares/Amigos	Casa Familiares/Amigos	Casa Familiares/Amigos	Casa Familiares/Amigos
	Pensões	Pensões	Pensões	Albergues/Residenciais
Viaja Sozinho ou Acompanhado	64,5% Acompanhado	73% Acompanhado	80% Acompanhado	73,6% Acompanhado
	35,5% Sozinho	27% Sozinho	20% Sozinho	26,4% Sozinho
Marcação	69% Internet	61% Internet	67% Internet	80% Internet
	14% Agência de Viagens	19% Agência de Viagens	20% Agência de Viagens	8% Agência de Viagens
TOP 5 Atividades	68,8% Fazer Compras	76,5% Fazer Compras	69,5% Experimentar Gastronomia	75,9% Experimentar Gastronomia
	63,3% Experimentar Gastronomia	68,7% Experimentar Gastronomia	65,5% Fazer Compras	56,4% Visitar Monumentos
	58,8% Paisagem	65,0% Paisagem	61,5% Visitar Monumentos	56,2% Fazer Compras
	56,6% Visitar Monumentos	57,8% Visitar Monumentos	59,8% Paisagem	54,8% Paisagem
	35,7% Visita Caves do Vinho do Porto	39,8% Ir à Praia	50,7% Ir à Praia	35,1% Passeio de Carro
Principal Mercado Emissor	22,4% França	28,5% Bélgica	27,2% França	32,2% França
TOP 5 Motivos de Escolha do PNP	24,8% Património	30,2% Alojamento	25,4% Alojamento	26,1% Alojamento
	19,7% Localização	26,7% Património	22,5% Património	20,8% Localização
	19,4% Alojamento	23,3% Localização	22,2% Localização	18,7% Clima
	14,9% Beleza Natural	16,1% Beleza Natural	19,9% Beleza Natural	18,1% Património
	13% Preço	13,5% Clima	17,1% Clima	17,5% Preço
Habilitações Académicas	11,3% Ensino Básico	12,5% Ensino Básico	7,2% Ensino Básico	16,5% Ensino Básico
	22,9% Ensino Secundário	26% Ensino Secundário	27% Ensino Secundário	23,4% Ensino Secundário
	41,5% Ensino Superior	37,5% Ensino Superior	48,4% Ensino Superior	43,4% Ensino Superior
	24,4% Mestrado/Doutoramento	24% Mestrado/Doutoramento	17,4% Mestrado/Doutoramento	16,8% Mestrado/Doutoramento
Género	50% Feminino	54,6% Feminino	54% Feminino	57,3% Feminino
	50% Masculino	45,4% Masculino	46% Masculino	42,7% Masculino
Faixa Etária	25,1% entre 19-25 Anos	20,8% entre os 31-40 Anos	23,8% entre os 31-40 Anos	21,1% entre os 19-25 Anos
Companhia Aérea	33% Ryanair	25% TAP	30% Ryanair	41% Ryanair
	29% TAP	24% Ryanair	26% TAP	28% EasyJet
	16% EasyJet	28% Ibéria	17% EasyJet	19% TAP

Fonte: Elaboração própria.

Perfil do Turista 2011

Parâmetros	2010			
	1º Trimestre	2º Trimestre	3º Trimestre	4º Trimestre
Motivo da Visita	57,0% Lazer	67,6% Lazer	75% Lazer	62,9% Lazer
Motivação em Lazer	53,4% Férias	51,7% Férias	61,2% Férias	53,6% Visita Familiares/Amigos
	39% Visita Familiares/Amigos	40,0% Visita Familiares/Amigos	33,2% Vista Familiares/Amigos	35,6% Férias
	3,5% Estudos	4,4% Estudos	2,5% Estudos	8,8% Estudos
Dormidas Lazer⁴³	80% Pernoitou no Porto	80% Pernoitou no Porto	80% Pernoitou no Porto	80% Pernoitou no Porto
TOP 3 Tipo de Alojamento	Hotéis	Hotéis	Hotéis	Casa Familiares/Amigos
	Casa Familiares/Amigos	Casa Familiares/Amigos	Casa Familiares/Amigos	Hotéis
	Pensões	Albergues/Residenciais	Pensões	Albergues/Residenciais
Viaja Sozinho ou Acompanhado	75,2% Acompanhado	76,8% Acompanhado	77,6% Acompanhado	62,8% Acompanhado
	24,8% Sozinho	23,2% Sozinho	22,4% Sozinho	37,2% Sozinho
Marcação	78,7% Internet	88,7% Internet	85,5% Internet	89,9% Internet
	10,5% Agência de Viagens	6,7% Agência de Viagens	8,8% Agência de Viagens	2,3% Agência de Viagens
TOP 5 Atividades	83% Experimentar Gastronomia	77,1% Experimentar Gastronomia	79,9% Experimentar Gastronomia	74% Experimentar Gastronomia
	61,8% Fazer Compras	69,1% Paisagem	66,7% Paisagem	59,7% Fazer Compras
	61,5% Paisagem	52,1% Fazer Compras	62,7% Fazer Compras	52,7% Paisagem
	47,2% Visitar Monumentos	47,9% Visitar Monumentos	51,3% Visitar Monumentos	47,0% Visitar Monumentos
	37,8% Comprar Artesanato	29,5% Comprar Artesanato	31,5% Ir à Praia	30,3% Passeios de Carro
Principal Mercado Emissor	24,0% França	29,7% França	27,4% França	21,8% Espanha
TOP 5 Motivos de Escolha do PNP	52,9% Alojamento	45,9% Alojamento	36,5% Património	31% Alojamento
	27,5% Património	33,3% Localização	27,6% Alojamento	25,5% Património
	25,8% Localização	24,4% Preço	22,3% Localização	23,2% Preço
	21,2% Preço	21,0% Património	21,3% Preço	21,6% Localização
	16,0% Clima	15,7% Clima	17,1% Clima	21,3% Beleza Natural
Habilitações Académicas	17,5% Ensino Básico	6,7% Ensino Básico	5,8% Ensino Básico	4,1% Ensino Básico
	21,2% Ensino Secundário	33,2% Ensino Secundário	31,1% Ensino Secundário	25,6% Ensino Secundário
	40,4% Ensino Superior	46,7% Ensino Superior	46,8% Ensino Superior	52,9% Ensino Superior
	20,9% Mestrado/Doutoramento	13,4% Mestrado/Doutoramento	16,3% Mestrado/Doutoramento	17,4% Mestrado/Doutoramento
Género	41,6% Feminino	38% Feminino	41,8% Feminino	37,1% Feminino
	58,4% Masculino	62% Masculino	58,2% Masculino	62,9% Masculino
Faixa Etária	24,7% entre 19-25 Anos	29,0% entre 19-25 Anos	24,9% entre 19-25 Anos	31,5% entre 19-25 Anos
Companhia Aérea	49% Ryanair	68% Ryanair	67,8% Ryanair	65% Ryanair
	22% TAP	11% TAP	13,1% EasyJet	22,4% EasyJet
	21% EasyJet	10% EasyJet	11,3% TAP	10,1% TAP

Fonte: Elaboração própria.

⁴³ Os dados deste ano, para esta categoria, são apresentados na forma de um gráfico, logo não apresenta um valor específico, rodando os 80%.

Anexo IV
Inventário de sítios arqueológicos no concelho do Porto

A presente tabela teve por base uma pesquisa por concelho - Porto -, no Portal do Arqueólogo⁴⁴, onde se encontram registados todos os trabalhos de prevenção, salvaguarda, investigação e valorização do património arqueológico, desenvolvidos em Portugal Continental.

DESIGNAÇÃO	CRONOLOGIA	TIPO DE SÍTIO	CONCELHO/FREGUESIA
Antas	Neo-calcolítico	Anta	Porto/Campanha
Areias Altas	Idade do Bronze	Habitat	Porto/Foz do Douro
Barredo	Medieval Cristão	Oficina	Porto/Paranho
Capela Nossa Senhora da Conceição	Idade Média e Contemporâneo	Cidade	Porto/Foz do Douro
Ervilha	Paleolítico	Estação ao Ar Livre	Porto
Farol de São Miguel-o-Anjo	Idade Média, Moderno e Contemporâneo	Edifício	Porto/Foz do Douro
Foz do Douro – Cepo de Âncora	Romano	Achado(s) Isolado(s)	Porto
Foz do Douro – estátua de togado	Idade do Ferro – 2º	Achado(s) Isolado(s)	Porto/Foz do Douro
Igreja de São Martinho de Lordelo do Ouro	Contemporâneo	Igreja	Porto/Lordelo do Ouro
Luneta	Idade do Ferro	Povoado Fortificado	Porto/Campanhã
Miragaia	Romano	Achado(s) Isolado(s)	Porto/Miragaia
Moalde	Neo-Calcolítico	Anta	Porto/Paranhos
Monte do Crasto	Idade do Ferro	Povoado Fortificado	Porto/Foz do Douro
Naufrágio (1691) – Barra do Rio Douro	Moderno	Naufrágio	Porto
Noeda	Indefinido	Povoado Fortificado	Porto/Campanhã
Pasteleira	Paleolítico	Estação ao Ar Livre	Porto/Lordelo do Ouro
Porto – Antiga Fábrica de Lanifícios de Serralves	Contemporâneo	Vestígios Diversos	Porto/Lordelo do Ouro
Porto – Arca D'Água de Mijavelhas	Moderno	Cisterna	Porto/Bonfim
Porto – Armazéns do Cais Novo	Moderno (a determinar) e Contemporâneo (a determinar)	Edifício	Porto/Massarelos
Porto – Avenida Marechal Gomes da Costa	Neo-Calcolítico	Mamoas	Porto
Porto – Avenida Marechal Gomes da Costa	Romano	Necrópole	Porto
Porto – Avenida Marginal do Parque da Cidade	Mesolítico (?)	Estação de Ar Livre	Porto/Nevogilde
Porto – Avenida dos	Moderno	Núcleo de	Porto/Santo Ildefonso

⁴⁴ Disponível em: <<http://arqueologia.igespar.pt/index.php?sid=home>> [Consultado em Junho de 2014].

Aliados	(/Contemporâneo?)	Povoamento	
Porto – Biblioteca Almeida Garrett	Contemporâneo	Cidade	Porto
Porto – Biblioteca Municipal Pública	Moderno e Contemporâneo	Necrópole	Porto/Bonfim
Porto – Cadeira da Relação	Moderno e Contemporâneo	Edifício	Porto/Vitória
Porto – Cais da Estiva	Idade Média, Moderno e Contemporâneo	Muralha	Porto/Miragaia
Porto – Campo Mártires da Pátria, nº164 a 169	Moderno e Contemporâneo	Muralha	Porto/Vitória
Porto – Capela de Nossa Senhora das Dores	Contemporâneo	Capela	Porto/Sé
Porto – Casa Amarela	Romano e Moderno	Vestígios Diversos	Porto/Sé
Porto – Casa Museu Guerra Junqueiro	Romano, Medieval Cristão, Moderno e Contemporâneo	Vestígios Diversos	Porto/Sé
Porto – Casa da Câmara	Idade do Ferro (?), Romano (?) e Alta Idade Média	Muralha	Porto/Sé
Porto – Casa do Infante	Romano, Medieval Cristão e Moderno	Vestígios Diversos	Porto/São Nicolau
Porto – Castelo de São João da Foz do Douro	Medieval Cristão	Castelo	Porto/Foz do Douro
Porto – Escola do Forno Velho	Contemporâneo	Sepultura	Porto/São Nicolau
Porto – Estação do Heroísmo	Contemporâneo	Edifício	Porto/Bonfim
Porto – Fábrica de Cerâmica de Massarelos	Moderno e Contemporâneo	Complexo Industrial	Porto/Massarelos
Porto – Gaveto Avenida Rodrigues de Freitas / Rua das Fontainhas	Moderno e Contemporâneo	Edifício	Porto/Sé
Porto – Guindais	Moderno e Contemporâneo	Vestígios Diversos	Porto/Sé
Porto – Hospital da Venerável Ordem Terceira de São Francisco	Moderno	Necrópole	Porto/São Nicolau
Porto – Igreja dos Clérigos	Moderno e Contemporâneo	Necrópole	Porto/Vitória
Porto – Jardim Carrilho Videira	Moderno e Contemporâneo	Vestígios Diversos	Porto/Miragaia
Porto – Jardim do Marquês do Pombal	Contemporâneo	Cidade	Porto/Paranhos
Porto – Largo 1º de Dezembro	Contemporâneo	Calçada	Porto/Sé
Porto – Largo da Capela dos Alfaiates	Indefinido	Edifício	Porto/Sé
Porto – Largo da Penaventosa	Contemporâneo	Vestígios Diversos	Porto/Sé
Porto – Largo de Penaventosa, n.º 25	Idade do Ferro, Romano, Moderno e Contemporâneo	Cidade	Porto/Sé

Porto – Largo de São Domingos, n.º 16 a 22/Edifício Douro	Medieval Cristão, Moderno e Contemporâneo	Edifício	Porto/Vitória
Porto – Largo do Colégio	Romano e Idade Média	Cidade	Porto/São Nicolau
Porto – Morro da Cividade	Romano, Idade Média e Moderno	Estrutura	Porto/Sé
Porto – Morro da Sé	Romano e Medieval Cristão	Cidade	Porto/Sé
Porto – Mosteiro de São Bento da Vitória	Moderno e Contemporâneo	Mosteiro	Porto/Vitória
Porto – Muralha Fernandina	Medieval Cristão	Muralha	Porto/Massarelos
Porto – Palácio do Freixo	Indefinido	Palácio	Porto/Campanhã
Porto – Parque de Estacionamento da Cordoaria	Moderno e contemporâneo	Cidade	Porto/Vitória
Porto – Parque de Estacionamento da Praça Lisboa	Moderno e Contemporâneo	Cidade	Porto/Vitória
Porto – Praça Almeida Garrett/Rua do Loureiro	Romano e Contemporâneo	Vestígios Diversos	Porto/Sé
Porto – Praça Filipa de Lencastre	Moderno e Contemporâneo	Vestígios Diversos	Porto/Miragaia
Porto – Praça Parada Leitão	Contemporâneo	Edifício	Porto/São Nicolau
Porto – Praça da Ribeira	Romano, Baixo Império e Moderno	Vestígios Diversos	Porto/São Nicolau
Porto – Praça do Infante	Indefinido	Edifício	Porto/São Nicolau
Porto – Quarteirão das Cardosas, Lote 42	Moderno e Contemporâneo	Edifício	Porto/Sé
Porto – Rua D. Hugo	Romano, Moderno e Indeterminado (Proto-história)	Vestígios Diversos	Porto/Sé
Porto – Rua Dom Pedro V	Contemporâneo	Complexo Industrial	Porto/Massarelos
Porto – Rua Duque de Loulé	Moderno e Contemporâneo	Cidade	Porto/Sé
Porto – Rua Francisco Rocha Soares, n.º 65 a 71	Moderno e Contemporâneo	Edifício	Porto/Miragaia
Porto – Rua Francisco da Rocha Soares, n.º 15 – 19	Moderno e Contemporâneo	Edifício	Porto/Miragaia
Porto – Rua Mouzinho da Silveira	Idade do Ferro, Romano, Idade Média, Moderno e Contemporâneo	Vestígios Diversos	Porto/Sé
Porto – Rua Mouzinho da Silveira n.º 56	Romano, Moderno e Contemporâneo	Vestígios Diversos	Porto/São Nicolau
Porto – Rua da Bainharia n.º 93 a n.º 107	Moderno	Vestígios Diversos	Porto/Sé
Porto – Rua da Ponte Nova, n.º 50-54	Romano e Contemporâneo	Vestígios Diversos	Porto/Sé
Porto – Rua das	Indefinido	Vestígios Diversos	Porto/Lordelo do Ouro

Condominhas, n.º 701			
Porto – Rua das Flores, n.º 171 a 177	Moderno	Edifício	Porto/Vitória
Porto – Rua das Flores/Largo de São Domingos	Moderno e Contemporâneo	Edifício	Porto/Vitória
Porto – Rua de Montebelo/Travessa do Alegre	Indeterminado (Pré-História)	Estação de Ar Livre	Porto/Foz do Douro
Porto – Rua de Santana, n.º24-26	Romano, Baixo Império e Contemporâneo	Vestígios Diversos	Porto/São Nicolau
Porto – Rua de São Miguel, n.º 47	Moderno e Contemporâneo	Cidade	Porto/Miragaia
Porto – Rua do Marechal de Saldanha/Rua da Índia	Idade Média	Cidade	Porto/Nevogilde
Porto – Rua do Outeirinho	Medieval Cristão	Estrutura	Porto/São Nicolau
Porto – Rua do Outeiro 25	Moderno e Contemporâneo	Edifício	Porto/Massarelos
Porto – Rua dos Caldeireiros, n.º131/135	Idade Média, Moderno e Contemporâneo	Edifício	Porto/Vitória
Porto – Rua dos Caldeireiros, n.º261	Moderno	Vestígios Diversos	Porto/Vitória
Porto – Rua dos Mercadores, 162	Moderno e Contemporâneo	Torre	Porto/São Nicolau
Porto – Tesouro na Rua Dom Manuel II	Contemporâneo	Tesouro	Porto/Miragaia
Porto – Carlton Hotel	Romano, Idade Média, Moderno e Contemporâneo	Cidade	Porto/São Nicolau
Praia da Ervilha	Paleolítico	Estação de Ar Livre	Porto/Nevogilde
Reitoria da Universidade do Porto	Moderno e Contemporâneo	Edifício	Porto/Vitória
Rua Dos Mercadores 116-122	Romano, Moderno e Contemporâneo	Vestígios Diversos	Porto/São Nicolau
Sobreiras	Idade Média (Baixa Idade Média) e Contemporâneo	Vestígios Diversos	Porto/Lordelo do Ouro
Sobreiras (Porto) – Cais	Indeterminado	Cais	Porto/Lordelo do Ouro
São Martinho de Aldoar	Medieval Cristão	Igreja	Porto/Aldoar

Anexo V
Inventário de intervenções arqueológicas na cidade do Porto, entre
1980 e 2000

A presente tabela teve por base a publicação *Al-Madan*, edição especial “Arqueologia na Região do Porto”, onde consta um artigo de António Silva, intitulado “O Gabinete de Arqueologia Urbana do Porto”, 1999.

Local	Ano de Intervenção	Responsável	Cronologia do Sítio
1. Praça da Ribeira	1980	CMP/Armando Coelho Ferreira da Silva	Moderno/Contemporâneo
2. Casa da Câmara	1984	CMP/Manuel Luís Real et al.	Medieval. Moderno/Contemporâneo
3. Rua D. Hugo, 5	1984-87/1992-93	CMP/Manuel Luís Real et al.	Castrejo. Romano. Medieval. Moderno/Contemporâneo
4. Castelo da Foz	1987-92	CMP/Manuel Luís Real – Maria Isabel Osório	Medieval. Moderno/Contemporâneo
5. Cadeia da Relação	1988	IPPAR/Paulo Dórdio Gomes – Alexandra Lima	Moderno/Contemporâneo
6. Mosteiro S. Bento da Vitória	1989	IPPAR/Paulo Dórdio Gomes – Alexandra Lima	Moderno/Contemporâneo
7. Morro da Cidade	1990-93	CMP/Armando Coelho Ferreira da Silva	Romano. Medieval. Moderno/Contemporâneo
8. Casa do Infante	Década de 90	CMP/Manuel Luís Real et al.	Romano. Medieval. Moderno/Contemporâneo
9. Rua do Outeirinho, I	1992	CMP/GAU	Medieval. Moderno/Contemporâneo
10. Rua Nova da Alfandega	1992	CMP/GAU	Medieval. Moderno/Contemporâneo
11. Monte Crasto	1992	CMP/GAU	Romano. Moderno/Contemporâneo
12. Escola do Forno Velho	1993-94	CMP/GAU	Moderno/Contemporâneo
13. Ruas de Santana/Bainharia (Q5)	1994	CMP/ETNOS	Moderno/Contemporâneo
14. Casa-Museu Guerra Junqueiro	1994-96	CMP/GAU	Castrejo. Romano. Medieval. Moderno/Contemporâneo
15. Rua de S. Sebastião, 55 (Casa Amarela)	1995-96	CMP/Teresa Pires de Carvalho	Romano. Moderno/Contemporâneo
16. Rua da Bainharia, 67-68	1996	CMP/Joel Cleto	Desconhecido
17. Cais da Ribeira	1996	CMP/GAU (Acompanhamento de Obra)	Medieval. Moderno/Contemporâneo
18. Rua de Miragaia, 75-76	1996	CMP/GAU	Moderno/Contemporâneo
19. Rua de Miragaia, 123-124	1996	Particular/GAU	Moderno/Contemporâneo
20. Praça dos Poveiros	1996	CMP/GAU	Moderno/Contemporâneo
21. Rua da Bainharia (Ruas da Sé – Sondagem 1)	1996	CMP/Manuela Ribeiro	Moderno/Contemporâneo
22. Largo da Penaventosa (Ruas da Sé – Sondagem 2)	1996	CMP/Manuela Ribeiro	Moderno/Contemporâneo

23. Largo da Penaventosa (Ruas da Sé – Sondagem 3)	1996	CMP/Manuela Ribeiro	Moderno/Contemporâneo
24. Largo da Penaventosa (Ruas da Sé – Sondagem 4)	1996	CMP/Manuela Ribeiro	Moderno/Contemporâneo
25. Rua Escura (Ruas da Sé – Sondagem 5)	1996	CMP/Manuela Ribeiro	Romano. Moderno/Contemporâneo
26. Rua do Souto (Ruas da Sé – Sondagem 6)	1996	CMP/Manuela Ribeiro	Moderno/Contemporâneo
27. Rua da Penaventosa (Ruas da Sé – Sondagem 7)	1996	CMP/Manuela Ribeiro	Moderno/Contemporâneo
28. Rua das Aldas (Ruas da Sé – Sondagem 8)	1996	CMP/Manuela Ribeiro	Moderno/Contemporâneo
29. Rua de S. Sebastião (Ruas da Sé – Sondagem 9)	1996	CMP/Manuela Ribeiro	Romano. Moderno/Contemporâneo
30. Rua de S. Sebastião (Ruas da Sé – Sondagem 11)	1996	CMP/Manuela Ribeiro	Moderno/Contemporâneo
31. Rua de S. Sebastião (Ruas da Sé – Sondagem 13)	1996	CMP/Manuela Ribeiro	Romano. Moderno/Contemporâneo
32. Largo Dr. Pedro Vitorino (Ruas da Sé – Sondagem 14)	1996	CMP/Manuela Ribeiro	Romano. Moderno/Contemporâneo
33. Cruz do Souto (Ruas da Sé – Sondagem 16)	1996	CMP/Manuela Ribeiro	Moderno/Contemporâneo
34. Porta de S. Sebastião (Ruas da Sé – Sondagem 10)	1996-97	CMP/Manuela Ribeiro	Medieval. Moderno/Contemporâneo
35. Rua Escura (Ruas da Sé – Sondagem 12)	1996-97	CMP/Manuela Ribeiro	Moderno/Contemporâneo
36. Rua de S. Sebastião (Ruas da Sé – Sondagem 15)	1996-9	CMP/Manuela Ribeiro	Castrejo. Romano. Medieval. Moderno/Contemporâneo
37. Aljube	1996-97	CMP/Joel Cleto	Castrejo. Romano. Medieval. Moderno/Contemporâneo
38. Viela do Anjo	1996-97	CMP/Joel Cleto	Desconhecido
39. Hotel da Ribeira	1996-98	CMP/Particular/ETNOS	Romano. Medieval. Moderno/Contemporâneo
40. Rua da Bainharia, 109-115	1997	CMP/Joel Cleto	Desconhecido
41. Capela N ^a . Sra. das Dores	1997	Particular/GAU	Moderno/Contemporâneo
42. Rua da Fonte Taurina, 87-93	1997	CMP/ETNOS	Desconhecido
43. Rua da Fonte	1997	CMP/ETNOS	Desconhecido

Taurina, 12-24			
44. Palácio da Bonjóia	1997	Particular/GAU	Moderno/Contemporâneo
45. Rua da Santana, 25	1997-99	FDZHP/GAU	Romano. Moderno/Contemporâneo
46. Rua da Penaventosa, 51	1998	FDZHP/GAU	Castrejo. Romano. Moderno/Contemporâneo
47. Rua da Penaventosa, 57	1998	FDZHP/GAU	Castrejo. Romano. Moderno/Contemporâneo
48. Rua da Penaventosa, 39	1998	FDZHP/GAU	Castrejo. Romano. Moderno/Contemporâneo
49. Quarteirão do Largo do Colégio	1998	CMP/Joel Cleto	Desconhecido
50. Rua das Aldas, 18 (Ilha das Aldas)	1998	CMP/L. Pereira et al.	Desconhecido
51. Largo do Colégio, 9-12	1998-99	CMP/Joel Cleto et al.	Castrejo. Romano. Medieval. Moderno/Contemporâneo
52. Rua da Penaventosa, 45	1998-99	FDZHP/GAU	Castrejo. Romano. Moderno/Contemporâneo
53. Rua Mouzinho da Silveira, 208-214	1998-99	FDZHP/S. Cosme – A. Lopes	Romano. Medieval. Moderno/Contemporâneo
54. Praça do Infante	1998-99	Particular/ARCHEO´ESTUDOS	Moderno/Contemporâneo
55. Bateria da Vitória	1999	FDZHP/S. Cosme – A. Lopes	Moderno/Contemporâneo
56. Praça Felipa de Lencastre / Jardim Carrilho Videira	1999	CMP/ARCHEO´ESTUDOS	Moderno/Contemporâneo
57. Largo do Priorado, 76	1999	Particular/GAU (Acompanhamento de Obra)	Moderno/Contemporâneo
58. Cais Novo	1999	CMP/GAU	Moderno/Contemporâneo
59. Edifício Cultural do Palácio de Cristal	1999	CMP/ARCHEO´ESTUDOS (Acompanhamento de Obra)	Moderno/Contemporâneo
60. Posto de Abastecimento Parque da Cidade	1999	Particular/Paulo Dórdio Gomes	Contemporâneo
61. Igreja de Aldoar	1999-2000	Particular/DRYAS	Contemporâneo
62. Gaveto Rua Tomás Gonzaga / Viela da Baleia	1999-2000	CMP/ARCHEO´ESTUDOS	Moderno/Contemporâneo
63. Ruas Mouzinho da Silveira, 140-144 / Bainharia, 19-21	2000	CMP/ARCHEOHOJE	Moderno/Contemporâneo
64. Rua Mouzinho da Silveira, 312-316	2000	CMP/DRYAS	Moderno/Contemporâneo
65. Rua Mouzinho da Silveira, 168	2000	CMP/ARCHEO´ESTUDOS	Moderno/Contemporâneo
66. Rua Mouzinho da Silveira, 350-356	2000	Particular/José Argüello	Moderno/Contemporâneo
67. Rua dos Pelames, 93-99	2000	CMP/DRYAS	Moderno/Contemporâneo
68. Rua da Ponte	2000	CMP/DRYAS	Romano.

Nova, 50-54			Moderno/Contemporâneo
69. Rua das Flores, 150-156	2000	CMP/ARQUEOHOJE	Moderno/Contemporâneo
70. Cais da Estiva	2000	CMP/ARQCHEO´ESTUDOS	Medieval. Moderno/Contemporâneo
71. Gaveto Rua Infante D. Henrique / Rua Mouzinho da Silveira	2000	Particular/DRYAS	Medieval. Moderno/Contemporâneo
72. Praças Gomes Teixeira / Carlos Alberto	2000	Particular/HISTORIOGRÁFICA	Moderno/Contemporâneo
73. Rua de S. Miguel, 47	2000	CMP/ARQUEOHOJE	Moderno/Contemporâneo
74. Praça D. João I	2000	Particular/N. Soares – A. Lopes	Moderno/Contemporâneo
75. Av. Rodrigues de Freitas (Biblioteca Municipal)	2000	CMP/José Argüello	Moderno/Contemporâneo
76. Campo 24 de Agosto	2000	Metro do Porto/ERA/ARQUEOHOJE	Moderno/Contemporâneo
77. Palácio do Freixo	2000	APOR/GAU (Acompanhamento de Obra)	Moderno/Contemporâneo
78. Casa da Câmara	2000	CMP/GAU (Acompanhamento de Obra)	Moderno/Contemporâneo
79. Gaveto Rua do Heroísmo / Rua António Carneiro	2000	Metro do Porto	Desconhecido
80. ETAR de Sobreiras	2000	SMAS/ARCHEO´ESTUDOS	Moderno/Contemporâneo
81. Elevador dos Guindais	2000	Porto 2001/ARCHEO´ESTUDOS	Moderno/Contemporâneo
82. Cais da Ribeira, nº 12	2000	Particular/A. Sá	Moderno/Contemporâneo
83. Capela de Nª Sª da Conceição	2000	Porto 2001/HISTORIOGRÁFICA	Moderno/Contemporâneo
84. Rua de S. Miguel, 9-11	2000	Particular/HISTORIOGRÁFICA	Moderno/Contemporâneo
85. Avenida dos Aliados	2000	Metro do Porto	Desconhecido
86. Fontainhas / Ponte do Infante	2000	Metro do Porto	Desconhecido
87. Campo dos Mártires da Pátria, 164-9	2000	Porto 2001/ERA	Pré-história
88. Frente Marítima do Parque da Cidade	2000	Porto 2001/ERA	Pré-história
89. Palácio do Freixo (Zona F)	2000	APOR/NOVARQUEOLOGIA	Moderno/Contemporâneo
90. Praça de Parada Leitão	2000	Porto 2001/ARQUEOHOJE	Contemporâneo
91. Praças Gomes Teixeira / Carlos Alberto	2000	Particular / GAU (Acompanhamento de Obra)	Moderno/Contemporâneo
92. Rua Duque de Loulé	2000	CMP/ARCHEO´ESTUDOS	Desconhecido
93. Mosteiro de S.	2000	Porto 2001/Paulo Dórdio Gomes	Moderno/Contemporâneo

Bento da Vitória		<i>et al.</i>	
94. Campo dos Mártires da Pátria	2000	Particular/HISTORIOGRÁFICA	Moderno/Contemporâneo
95. Campo do Rou	2000	Porto 2001/GAU (Acompanhamento Arqueológico)	Romano. Medieval. Moderno/Contemporâneo

Anexo VI

Fichas de Sítio – Base da Aplicação Móvel

Ficha N° 1	
Local	Arqueossítio da Rua D. Hugo, N° 5
Cronologia	Época Proto-Histórica, Romana e Medieval
Descrição	Compreende três fases de ocupação, patentes nas cerca de vinte camadas estratigráficas preservadas, desde o Bronze Final até à atualidade, entre as quais se destaca, o único tramo preservado da cerca medieval primitiva. Na fachada setentrional, podemos observar o muro de uma casa medieval e, a nordeste, uma chaminé em tijolo, que seria parte integrante de uma pequena unidade industrial. Um olhar mais atento, permite identificar a fachada de uma casa do século XIV, que se desenvolvia em direção ao atual Largo da Vandoma, onde podemos observar dois elementos arquitectónicos marcantes: a janela e porta ogivais. Da ocupação romana, podemos observar um muro, que surge no alinhamento da muralha medieval; e, da castreja, os vestígios de uma casa rectangular de cantos arredondados, típica dos castros romanizados e, ainda, uma estrutura habitacional de planta arredondada, caracterizante da época proto-histórica.
Espólio	Uma mó manual, vasos cerâmicos estampados, fragmentos cerâmicos de verniz negro, um anforisco em pasta vítrea e cerâmicas do Bronze Final. O espólio encontrado é representativo das vivências dos povos que habitaram o Morro da Sé. Podemos apreciá-lo nas vitrinas existentes no local.
Importância dos Achados	O projeto desenvolvido neste local permitiu identificar três fases de ocupação relacionáveis com a evolução do aglomerado – a nível urbanístico e habitacional –, na época proto-histórica, no período da romanização e na época medieval. Preserva a mais longa sequência de ocupação humana documentada, até então, no Porto.
Informação Complementar	A visita ao arqueossítio pressupõe uma marcação prévia na Casa Museu Guerra Junqueiro e não apresenta qualquer tipo de custo.

Ficha N° 2	
Local	Casa Museu Guerra Junqueiro
Cronologia	Época Romana, Medieval, Moderna e Contemporânea
Descrição	De arquitetura tipicamente nasoniana, a sua construção deveu-se a um cônego da Sé do Porto, o Doutor Domingos Barbosa, tendo sido, posteriormente, no ano de 1940, adquirido pela filha do poeta Guerra Junqueiro. A primeira intervenção arqueológica teve lugar na década de 90 e foram identificados vestígios no pátio privado da casa, que vão, desde a época castreja ao século XV. Entre os elementos arqueológicos que caracterizam este local, destacam-se a porta ogival, situada numa cota superior à do terreiro, e a necrópole descoberta, composta por dezenas de sepulturas medievais, atribuíveis aos séculos XII/XV e, por conseguinte, ao ritual cristão, visto estarem orientadas a nascente. Surgiram, também, estruturas romanas e de uma casa, que se encontra enterrada no jardim.
Espólio	Fragmentos pré-romanos de cossoiros para fiação, cerâmicas decoradas, louça de barro e elementos em sílex lascado, que constituem alguns dos vestígios mais antigos encontrados no Morro da Sé. O espólio recolhido nas intervenções, encontra-se depositado na Casa-Museu Guerra Junqueiro e Gabinete de Arqueologia Urbana da Câmara Municipal do Porto.
Importância dos Achados	A intervenção arqueológica desenvolvida na Casa Museu Guerra Junqueiro, denuncia uma sobreposição de espaços cronologicamente distintos, patente na apropriação do espaço público.
Informação Complementar	Visitar o museu sediado neste imóvel, onde estão patentes coleções com peças dos séculos XV ao XVIII, entre as quais mobiliário, pratas, tecidos, tapeçarias, vidros e cristais, armas antigas, entre outros; e, ainda, peças cerâmicas, de fabrico nacional e internacional, numa cronologia que vai, desde o século XI ao século XIX. Horário: segunda-feira a sábado, das 10:00 às 17:30 e Domingo das 10:00 às 12h30 e das 14:00 às 17:30. Encerra aos feriados.

Ficha N° 3	
Local	Sé Catedral do Porto
Cronologia	Época Medieval
Descrição	A Sé do Porto representa um dos monumentos mais emblemáticos da nossa cidade, tendo sido alvo de uma longa campanha de escavações arqueológicas. Em 2003, deu-se início aos trabalhos, com incidência na área inerente ao pátio da sacristia pequena, que colocaram a descoberto parte da necrópole medieval – séculos XIII/XIV -, assim como vestígios precedentes à Sé românica, ao qual se seguiu o estudo antropológico dos esqueletos exumados. O estudo deste cemitério permitiu identificar três modelos de organização do espaço funerário: o primeiro, de construção anterior ao edifício atual, constituído por um cemitério de grande extensão localizado no exterior e envolvimento da Sé; o segundo, por sua vez, é representativo das práticas de enterramento caracterizantes de finais da Idade Média até ao século XVII, ou seja, no interior da igreja; e, finalmente, o terceiro espaço, que rompe de forma abrupta com os anteriores, pelo facto de ser uniforme e se encontrar ordenado e circunscrito a duas áreas bem definidas, neste caso as naves da igreja e o pátio do claustro.
Espólio	Entre os diferentes tipos de sepultura, foram identificados conjuntos de sepulturas de lajes escavadas na rocha, sepulturas de contorno ovalado não antropomórficas e, um outro conjunto, de sepulturas antropomórficas, às quais estavam associadas algumas moedas da época de D. Dinis e D. Afonso V.
Importância dos Achados	Estamos perante um local onde é perceptível a evolução dos rituais de enterramento, que acabaria por conduzir à expulsão dos mortos dos interior da igreja, a partir do século XIX.
Informação Complementar	Integrada na Rota das Catedrais, a visita à Igreja é gratuita e ao claustro, tem um custo de 3€. Horário de Verão, das 09:00 às 12:30 e das 14:30 às 19:00. Horário de Inverno, das 09:00 às 12:30 e das 14:30 às 18:00. Encerra no Natal e na Páscoa.

Ficha N° 4	
Local	Casa da Câmara
Cronologia	Época Medieval e Moderna
Descrição	<i>Domus Municipalis</i> , também designada como “ <i>Paço do Concelho</i> ”, “ <i>Paço da Rolação</i> ” ou “ <i>Sobrado da Relação</i> ”, a sua construção foi decidida no ano de 1350, tendo sido implantada junto a uma das portas da cerca – o Arco da Sapataria, mais tarde denominado como Arco de São Sebastião. As escavações na área exterior revelaram, a presença de um lajeado, que dava acesso à porta gótica situada a leste; um pequeno tanque, provavelmente ligado a uma unidade fabril do século XIX; e escassos vestígios da muralha românica, constituídos por duas pedras <i>in situ</i> .
Espólio	Entre o espólio exumado, identificaram-se cerâmicas tardo-medievais, a partir das quais foi possível estabelecer um paralelismo com achados feitos na região de Braga, assim como cadinhos de fundição e um núcleo de sílex, acompanhado de lascas do mesmo material, que poderão ter sido usados para armas de fogo.
Importância dos Achados	O edifício correspondente à primitiva Casa da Câmara, correspondeu, em tempos, à sede do poder municipal durante a Baixa Idade Média e Época Moderna.
Informação Complementar	Visita ao Posto de Turismo implantado neste edifício, onde é possível adquirir produtos turísticos, assim como material divulgativo, em vários idiomas. Horário: De Novembro a Maio, todos os dias das 09:00 às 19:00 e, de Junho a Outubro, todos os dias das 09:00 às 20:00.

Ficha N° 5	
Local	Rua de S. Sebastião e Rua e Travessa da Penaventosa
Cronologia	Época Romana e Medieval

Descrição	Ambas as ruas, encontram-se associadas a importantes achados arqueológicos. A primeira, Rua de S. Sebastião, que ligava ao Largo do Açougue – atual Largo Doutor Pedro Vitorino -, ao Arco de S. Sebastião ou da Sapataria, terá sido uma das ruas mais movimentadas do antigo burgo medieval, tendo em conta que se situava junto a uma das entradas da muralha românica. A segunda - Rua e Travessa da Penaventosa -, merece destaque pelas três parcelas habitacionais – Nº21, 25 e 27 -, onde foram desenvolvidos trabalhos arqueológicos, durante os quais foi detetada uma estratigrafia bem preservada, onde, após um piso medieval, surgiram níveis romanos bastante significativos, entre os quais vestígios da cerca romana.
Espólio	-
Importância dos Achados	O aparecimento de vestígios romanos, veio a corroborar e reforçar a importância dos achados efetuados no arqueossítio da Rua D. Hugo, indicativos de uma ocupação anterior à linha de defesa medieval.
Informação Complementar	-

Ficha Nº 6	
Local	Largo do Colégio
Cronologia	Época Proto-Histórica, Romana e Medieval
Descrição	À semelhança do arqueossítio da Rua D. Hugo, também este local apresenta um enorme potencial arqueológico, denunciado mesmo antes da intervenção que ali se sucedeu pela presença, a poente, de vestígios da muralha medieval primitiva – a denominada cerca medieval ou cerca românica -, usada como alicerce por um edifício ali implantado. Entre as estruturas encontradas, merecem destaque uma sepultura de inumação, sugestiva do período tardo-romano e o primeiro exemplar, dentro desta tipologia, encontrado na cidade do Porto; um piso em terra batida; uma lareira; e uma casa de estrutura circular, tipicamente castreja. O achado com maior relevância, corresponde a um derrube, constituído por pedras de grande dimensão, que indicam a presença de uma estrutura com alguma monumentalidade, que corresponderia à linha de muralha romana.
Espólio	Ainda que pouco expressivo, o espólio recolhido é atribuível à época romana.
Importância dos Achados	Uma abordagem conjunta aos vestígios encontrado neste local e nas casa da Rua e Travessa da Penaventosa, permitiu aos investigadores assumir a possibilidade de ter existido um linha de defensiva anterior à designada cerca suévica e, à mais bem conhecida e melhor datada, muralha fernandina.
Informação Complementar	Para além das magníficas vistas do Porto, proporcionadas pelo miradouro situado no Largo do Colégio, é, ainda, possível fazer uma visita à Igreja de S. Lourenço e ao Museu de Arte Sacra e Arqueologia, abertos de terça a sábado, das 10:00 às 19:00, com visitas guiadas mediante marcação prévia, onde se encontram expostas peças, essencialmente, de escultura religiosa, datáveis entre os séculos XIII e XXI.

Ficha Nº 7	
Local	Rua de Santana
Cronologia	Época Romana, Medieval, Moderna e Contemporânea
Descrição	A Rua de Santana, assim designada devido à imagem religiosa que existiu num nicho sobre o arco da cerca medieval que cruzava a rua, logra realce, entre as demais, pelos vestígios encontrados nas casas Nº 25 e 26. A estrutura da primeira, assenta sobre os alicerces da muralha românica e também encerra vestígios de muros romanos; a segunda, por sua vez, indica revolvimentos recentes que, provavelmente, destruíram os níveis de ocupação mais antigos
Espólio	Aquando da intervenção arqueológica, foram recuperados fragmentos de louça do século XVII/XVIII e cerâmicas e restos metálicos datáveis do século XIX/XX.
Importância dos Achados	Representou um importante arruamento, pela presença de uma das portas da muralha primitiva, através da qual se procedia à entrada no aglomerado,

	desde os tempos proto-históricos.
Informação Complementar	-

Ficha N° 8	
Local	Mouzinho da Silveira e Largo de São Domingos
Cronologia	Época Romana, Medieval, Moderna e Contemporânea.
Descrição	A abertura da Rua Mouzinho da Silveira veio a alterar significativamente, não só a paisagem urbana do Porto do século XIX, mas também os trajetos usados pelos portuenses entre a zona ribeirinha e a parte alta da cidade, que era feita, desde a Idade Média até ao século XIX, pelas Ruas da Biquinha e da Congosta e, também, a nível hidrográfico, nomeadamente com o encanamento do Rio da Vila que, até então, corria da designada Porta dos Carros até ao Rio Douro. No que concerne ao Largo de São Domingos, as intervenções arqueológicas mais recentes, revelaram estruturas de origem medieval, relacionáveis com a capela e o Hospital da Confraria de São Crispiniano, nomeadamente dois arcos – um medieval, mas também um moderno, passíveis de ser associados a reformulações ocorridas no edifício.
Espólio	Fragmentos cerâmicos romanos.
Importância dos Achados	Um dos aspectos merecedor de ressalva é o facto dos vestígios arqueológicos encontrados, se coadunarem com o descrito em documentos históricos, como é o caso do “ <i>Livro das Expropriações e Remissões de foros e laudêmios para a abertura da nova Rua de São Domingos, alinhamento da Rua dos Caldeireiros e abertura da nova Rua da Biquinha</i> ”, onde está patente o nome do proprietário, de um antigo armazém oitocentista, que fora implantado sobre uma estrutura habitacional de traça medieval.
Informação Complementar	A Rua Mouzinho da Silveira apresenta uma oferta bastante abrangente ao nível da restauração, alojamento e comércio, sendo de destacar as lojas de artesanato “Prometeu” e “O Galo”, onde podemos encontrar peças típicas de várias zonas do país.

Ficha N° 9	
Local	Rua Ferreira Borges e Rua da Bolsa
Cronologia	Época Medieval, Moderna e Contemporânea
Descrição	No contexto da intervenção na Venerável Ordem Terceira de S. Francisco, confirmou-se a existência de um conjunto de sepulturas, pertencentes a uma necrópole do século XVIII, que estaria associada ao hospital dessa mesma Ordem, onde é possível distinguir diversos tipos de enterramento, entre os quais individuais e colectivos, e orientados em diversos sentidos. As escavações mais recentes, revelaram vestígios da cerca do Convento de S. Domingos, que dividia com a Ordem Terceira de S. Francisco; e, ainda, sepulturas junto aquela que se pensa ser a localização da antiga Capela do antigo Convento de S. Domingos.
Espólio	-
Importância dos Achados	Esta descoberta constituiu um contributo assinalável para os estudos de cariz demográfico, antropológico e paleopatológico, assim como para o aprofundamento da evolução urbana em termos de cuidados hospitalares.
Informação Complementar	Visita ao Mercado Ferreira Borges, que corresponde a um edifício da arquitetura oitocentista, em ferro, que, atualmente, funciona como um espaço multidisciplinar, cujo intuito é promover o contacto, tanto da população residente, como dos visitantes que chegam ao Porto, com a arte nas suas diversas vertentes. Neste local, pode ainda usufruir de duas esplanadas, uma interior e outra exterior, um espaço <i>lounge</i> , uma livraria, uma discoteca e uma loja de merchandising. Funciona de terça a domingo, entre as 11:00 e as 24:00.

Ficha N° 10	
Local	Praça do Infante
Cronologia	Época Romana, Medieval, Moderna e Contemporânea
Descrição	A Praça do Infante D. Henrique motivou o desenvolvimento de trabalhos arqueológicos com o intuito de identificar e salvaguardar eventuais vestígios da anterior organização espacial urbana desta área da cidade, que sofreu diversas alterações aquando das lutas liberais, entre as quais, o desaparecimento das ordens religiosas. As estruturas colocadas a descoberto correspondem, essencialmente, a canalizações dos séculos XVIII/XIX.
Espólio	Foram exumados materiais datáveis entre o período tardo-romano e a época Contemporânea, particularmente cerâmicas, moedas, fragmentos em vidro e em metal. Entre estes achados destacam-se o fundo de <i>sigillata hispânica</i> , cerâmicas de fabrico português e diversos materiais de importação, como os cachimbos de Glasgow, as garrafas em grés de Amesterdão e elementos de adorno, associados à influência inglesa no Porto, cujo elemento mais expressivo foi a construção da Casa da Feitoria, entre 1785-90.
Importância dos Achados	As escavações arqueológicas permitiram tirar algumas ilações acerca das inúmeras destruições ocorridas aquando da concepção daquele quarteirão e, posteriormente, da Praça, sendo que o momento mais marcou tais alterações, foi a construção da Alfândega e da Rua Nova.
Informação Complementar	Visita ao Palácio da Bolsa, classificado como Monumento Nacional e parte integrante da Rota Urbana dos Vinho, que tem como principal atrativo o Salão Árabe. O horário, de abril a outubro, é das 09:00 às 18:30 e, de novembro a março, das 09:00 às 12:30 e das 14:00 às 17:30.

Ficha N° 11	
Local	Casa do Infante
Cronologia	Época Romana e Medieval
Descrição	A Casa do Infante, tradicionalmente associada ao local de nascimento do Infante D. Henrique, de cognome “O Navegador”, foi, em tempos, a sede das Casas da Alfândega e da Moeda do Porto. A intervenção arqueológica foi realizada no contexto das obras de remodelação deste edifício, que passaria a incorporar o Arquivo Histórico Municipal do Porto. Entre as estruturas preservadas, devemos realçar as duas salas com pavimentos em mosaico, parte integrante de uma habitação romana, cuja orientação se diferencia das ocupações posteriores da época medieval e moderna, fruto da criação, no século XIV, da Casa da Moeda, à qual estava associado um pequeno bairro com diversas habitações e oficinas e, posteriormente, pela radical reformulação que esta suportou com as obras da Alfândega, na segunda metade do século XVII, em parte representativa do plano atual do edifício.
Espólio	Neste local é possível apreciar ruínas arqueológicas preservadas <i>in situ</i> , assim como coleções ilustrativas das atividades que, outrora, se desenvolveram naquele local, compostas por produtos comercializados e objetos de uso doméstico e peças provenientes das escavações que tiveram lugar na Casa do Infante e noutros pontos da cidade.
Importância dos Achados	A importância deste edifício reside no facto das suas diferentes ocupações serem caracterizadas por atividades de grande importância para a Coroa, assim como pelo facto de albergar alguns dos vestígios arqueológicos melhor preservados na cidade.
Informação Complementar	O museu integrado neste edifício, apresenta equipamentos interativos, que auxilia os visitantes na compreensão da evolução da cidade. Funciona de terça a domingo das 9:30 às 13:00 e das 14:00 às 17:30. Encerra às segundas e feriados. A entrada nos dias úteis tem o custo de 2,20€ e aos fins-de-semana é gratuito.

Ficha N° 12	
Local	Hotel Carris Porto Ribeira
Cronologia	Época Romana, Medieval e Moderna

Descrição	Pensa-se que a ocupação deste local se tenha iniciado durante a Idade Média, sobre o qual existem inúmeras referências documentais, que indicam a presença de um quarteirão régio, entre as quais a alusão a uma torre, que pertenceria ao juiz da cidade, Estêvão Lourenço. A intervenção arqueológica neste local decorreu em duas fases, que revelaram uma ocupação anterior à medieval. A primeira, em 2009, permitiu detectar uma cronologia que vai, desde a época Romana, até à actualidade, sendo que, para além dos elementos de cronologia romana, merece destaque o surgimento de uma estrutura de planta rectangular de dimensões avultadas, que se pensa pertencer à antiga torre de Estêvão Lourenço, do século XIV. A segunda intervenção, desenvolvida entre 2010 e 2011, serviu para aprofundar questões relativas a ocupações mais antigas, tendo em conta que revelou estruturas consideráveis de cronologia romana.
Espólio	Fragmentos de cerâmica bracarense e moedas que sugerem o uso do espaço construído entre os séculos I e IV.
Importância dos Achados	Os achados, tanto ao nível das estruturas como do espólio, permitiram apurar o conhecimento relativamente à evolução urbanística daquela área, à qual está associada a presença de diversas casa-torre.
Informação Complementar	Este hotel disponibiliza noventa quartos, assim como diversos salões, devidamente equipados, que permitem realizar diferentes tipos de eventos. Encontra-se dotado de um restaurante, o “Forno Velho”, aberto entre as 12:30 e as 23:00, onde podemos apreciar as ruínas arqueológicas integradas nesta unidade hoteleira.

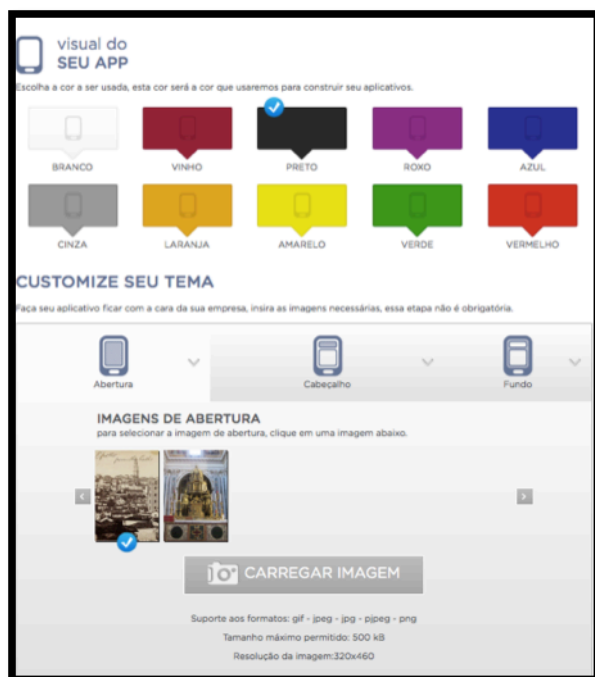
Ficha N° 13	
Local	Praça da Ribeira
Cronologia	Época Medieval
Descrição	Década de 80, foi revelado, no centro da praça, um chafariz do século XVII que, reconstruído no seu local de origem, fora agraciado pelo designado “Cubo da Ribeira”, criação de José Rodrigues. Posteriormente, no contexto das obras de requalificação da frente ribeirinha, foi colocado a descoberto parte da muralha fernandina – Postigo do Carvão e Muro dos Bacalhoeiros - e identificados elementos, que se pensam estar relacionados com o alinhamento do cais no século XV, identificados pelo GAU em 1997.
Espólio	O espólio exumado é composto por cerâmicas enquadáveis em diversas tipologias, com especial expressão para as faianças, assim como objetos metálicos, moedas, materiais de construção e porcelanas, que se encontram depositadas no GAU.
Importância dos Achados	Os trabalhos arqueológicos permitiram-nos deslindar o tipo de atividades que se desenrolavam nesta área da cidade, porventura privilegiada por uma importante via de comunicação: o rio Douro, que à época da edificação da Alfândega tornou, a então zona ribeirinha, um palco de trocas comerciais, do qual são indissociáveis atividades como a construção naval e a pesca.
Informação Complementar	É um zona de grande fervilhar turístico, constituída por uma vasta oferta ao nível do alojamento, restauração, operadoras turísticas – nomeadamente, as que comercializam os passeios de barco no Douro -, comércio e artesanato. Apresenta diversas zonas de descanso, que permitem ao visitante disfrutar da paisagem.

Ficha N° 14	
Local	Muralha Fernandina – Tramo dos Guindais
Cronologia	Época Medieval
Descrição	A Muralha Fernandina surge numa época caracterizada pelo considerável crescimento populacional que marcou o Porto no século XIII, que resultou numa expansão do aglomerado urbano além da cerca velha em direção ao local onde, na época, prosperavam as atividades comerciais, o rio Douro. Esta cerca nova, mandada erguer por D. Afonso IV e concluída no reinado de D. Fernando, tinha por objetivo proteger aqueles cujos negócios e habitações se encontravam fora da muralha mais antiga. A intervenção arqueológica revelou,

	apenas, que a base da muralha assenta, diretamente, no afloramento granítico.
Espólio	O espólio revelou paralelismos com dois centros produtores de cerâmicas, que abasteciam a cidade até à viragem do século XVI para o XVII, tendo também aparecido cerâmicas pretas de uso doméstico com marcas de fogo, faianças e moedas.
Importância dos Achados	É um dos tramos mais expressivos da muralha fernandina, em termos de preservação.
Informação Complementar	Não se encontra aberto ao público, pelo que a visita à face interior da muralha implica uma marcação prévia, junto do Instituto Ricardo Jorge ali sediado.

Anexo VII

Processo de Construção da Aplicação-Exemplo



Passo 1

A utilização desta ferramenta de construção de aplicações para dispositivos móveis *online* gratuita, pressupõe uma inscrição no *website*. O primeiro passo encontra-se relacionado com a escolha do visual da aplicação: a cor de fundo e a imagem que surge aquando da abertura da mesma.



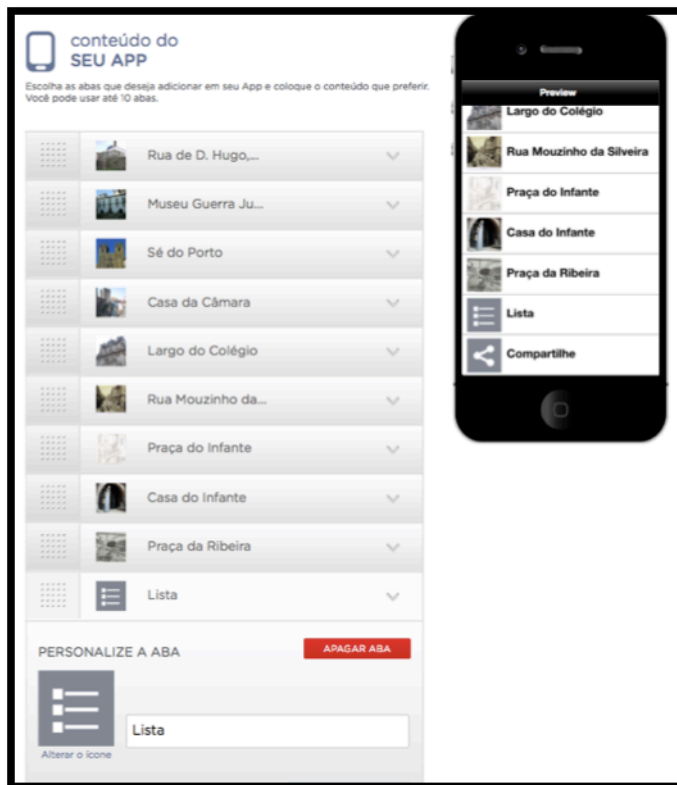
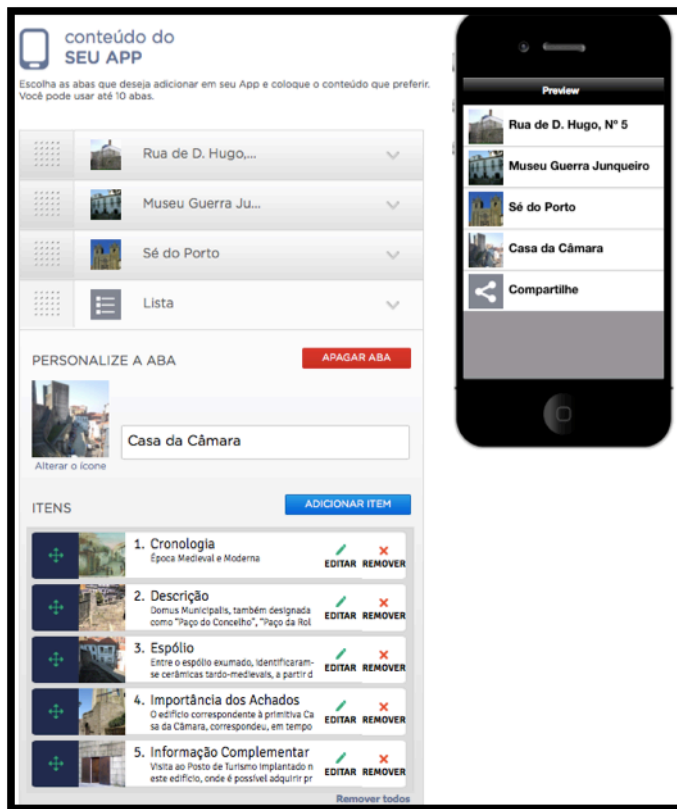
Passo 2

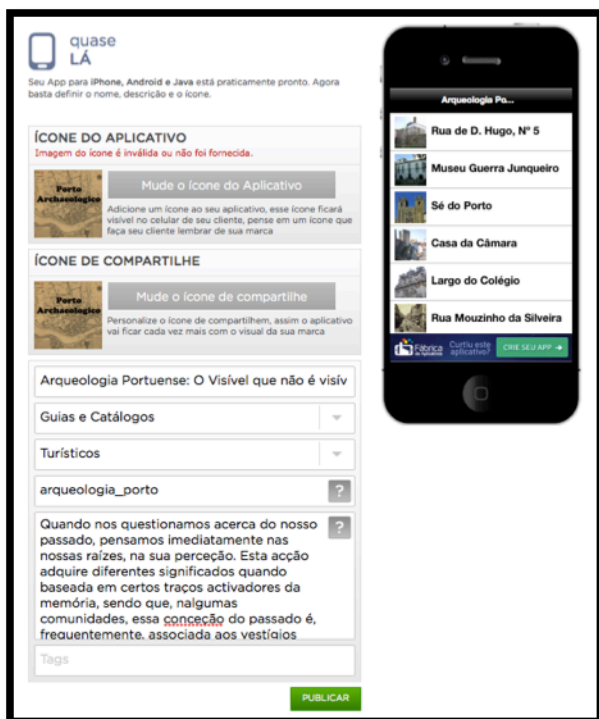
Esta ferramenta permite a criação de um único campo, onde podem ser inseridos até dez pontos, neste caso, os locais do roteiro, na forma de lista ou mapa. Inicialmente pensada no sentido de apresentar os sítios georreferenciados, acabamos por optar pela lista, tendo em conta que na forma de mapa, muitas das ruas que integram o itinerário não surgiram na pesquisa. Assim, a cada ponto foram adicionados os itens com a informação recolhida sobre cada local.

Passo 3

A partir daqui o processo repete-se para todos locais escolhidos.







Passo 4

Após a inserção dos locais escolhidos, devemos escolher o ícone da aplicação – neste caso uma imagem manuseada na ferramenta de edição do Microsoft Word -, que aparecerá no dispositivo para o qual é descarregado, ou seja, é a “cara” da aplicação.

Posteriormente, escolhemos um título, procedemos à classificação da aplicação, de acordo com as opções apresentadas e, finalmente, criamos uma designação para o link e elaboramos uma breve descrição da mesma.

Passo 5

Finalmente, é gerado um QRCode⁴⁵ e o link, através dos quais podemos aceder à aplicação.



⁴⁵ Corresponde a um código de barras bidimensional, acessível através da câmara de um *smartphone* ou *tablet*, ao qual está associada uma aplicação específica para o efeito. Disponível em: <<http://elemento.com/pt/o-que-e-qr-code>>